

Wagner Miralha

A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP.

Dissertação de mestrado

**Presidente Prudente
2006**



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
CAMPUS DE PRESIDENTE PRUDENTE**



Wagner Miralha

A organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes-SP.

Dissertação de Mestrado encaminhado ao Conselho do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Área de Concentração: Produção do Espaço Geográfico, como requisito para obtenção do título de Mestre. Orientadora: Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol.

**Presidente Prudente
Dezembro de 2006**

M637o Miralha, Wagner.

A Organização interna e as relações externas dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes - SP / Wagner Miralha. – Presidente Prudente : [s.n.], 2006
199 f. : il.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia

Orientador: Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

1. Geografia. 2. Reforma agrária. 3. Assentamentos rurais – Presidente Bernardes (SP). I. Miralha, Wagner. II. Hespanhol, Rosangela Aparecida de Medeiros. III. Título. CDD (18.ed.)
910

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação

UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente

A Deus, em primeiro lugar, que sempre se fez presente na minha vida, dando-me força nos momentos difíceis e, mostrando-me o caminho a seguir. Sem ele nada seria possível.

A meus pais, Ana e João, que me deram todo apoio e estímulo nesta jornada, estando sempre ao meu lado nos obstáculos da vida.

Agradecimentos

A realização deste trabalho só foi possível graças à colaboração de diversas pessoas que se fizeram presentes em diferentes momentos e lugares contribuindo, de maneira direta ou indireta, para a sua concretização.

Em primeiro lugar, quero agradecer, de maneira especial, a amiga e orientadora, Prof.^a Dr.^a Rosângela Aparecida de Medeiros Hespanhol que, por meio das críticas, questionamentos e sugestões, ajudou a trilhar o caminho da presente pesquisa, cobrando quando necessário e dando apoio nas horas difíceis. Com seu empenho e dedicação demonstrou a importância de uma boa orientação;

A FAPESP, pelo auxílio financeiro concedido, que foi de suma importância para a realização da pesquisa;

Aos professores Luis Antonio Barone e Célia Maria Vieira de Medeiros, pelas valiosas contribuições apresentadas durante o Exame de Qualificação;

Aos professores do Curso de Pós-Graduação em Geografia, Nivaldo, Eliseu, Gilberto e Saquet que, por meio dos debates e reflexões proporcionados nas salas de aula, contribuíram para a formação da base teórica da pesquisa;

Aos companheiros do GEDRA, Álvaro, Antonio, Célia, Fernando Veloso, Fernando Nascimento, Miguel, Nivaldo, Rosângela Américo, Rafael, Saulo e, em especial, ao Adriano, Barone, Elias, Joelma, Érika, Mauricio, Regiane, Rosângela Hespanhol, Sérgio e Solange;

Ao GEDRA, de uma forma geral, por todas as discussões, debates e apresentações realizadas nos encontros, contribuindo para o surgimento de reflexões que enriqueceram o trabalho;

Aos funcionários do Departamento de Geografia Lúcia e Nair e da Seção de Pós-Graduação Ivonete e Márcia que, apesar do intenso trabalho, sempre se dispuseram a atender naquilo que fosse possível;

Aos funcionários e técnicos dos escritórios do ITESP de Presidente Prudente e Presidente Bernardes, da Unidade Básica de Saúde do distrito de Nova Pátria, e da Casa da Agricultura e Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes, pelos dados e informações prestados;

Ao Victor pela amizade e pela confecção dos mapas;

Aos assentados entrevistados, pela disposição em conceder algumas horas do seu tempo para conversar e responder o questionário, propiciando-nos entender um pouco da realidade dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes;

Aos meus amigos da faculdade, em especial ao Adilson, André, Cláudio, Liliam, José Roberto (Zé), Marcelo Nunes, Marcos Silvestre, Renata, Renata Naldi, Rodrigo (*in memoriam*) e Silvia;

Ao meu irmão Claudinei e a minha cunhada Maria, por terem me acolhido, nos dias que precisei, em sua casa;

Aos meus familiares de uma forma geral, em especial aos meus tios Dirce e Antônio e Márcia e Paulo que me incentivaram e me acolheram nos primeiros momentos da minha iniciação e adaptação à universidade;

Ao meu tio Antônio, que com a sua incansável Kombi, transportou-me diariamente, junto com os alunos da rede pública, do sítio para a cidade;

Aos meus amigos do dia-a-dia, em especial ao Adolfo (Adolfinho), Adriano, Aparecido (Cidinho), Éder, Fernando e José Carlos (Zé Carlos);

A minha irmã Fernanda, pelo companheirismo, amizade e união na qual convivemos junto com os nossos pais;

E, a minha amiga Adelize (Delice) pelos conselhos e, em especial, a Carla que, mesmo sem saber, me ajudou a retomar as forças, em um momento difícil, para prosseguir com o trabalho.

*[...] Se Deus criou o trigo e o pão, cadê ?
Na luta pela terra quantos vão morrer
As mãos em puro calo só querem plantar
E os rios continuam indo atrás do mar*

*[...] Se o grito pela vida é a porta de saída
Porque calar essa voz
A esperança está aqui
Mesmo cada um por si
E Deus por nós [...].
(Fátima Leão).*

Resumo

O Município de Presidente Bernardes localiza-se no sudoeste do Estado de São Paulo, fazendo parte da região do Pontal do Paranapanema. Esse município apresenta várias características presentes na região, quais sejam: a presença de terras devolutas, em decorrência do processo de grilagem de terras no período de sua ocupação; a alta concentração fundiária; e, a improdutividade de grandes propriedades rurais, utilizadas de forma especulativa com a pecuária extensiva. Esses fatores contribuíram para que na década de 1990, movimentos sociais de luta pela terra atuassem na região e, em particular no município, pressionando o Estado, com o objetivo de promover uma reforma agrária via implantação de assentamentos rurais. O município de Presidente Bernardes teve a partir de 1996, com a implantação de vários assentamentos rurais, o aumento da importância da produção familiar, dinamizando espaços que anteriormente eram ocupados extensivamente pelas pastagens. Nesse contexto, a pesquisa teve como objetivo principal analisar a organização interna e as articulações externas dos assentamentos rurais do Município de Presidente Bernardes, no período compreendido entre meados dos anos 1990 até os anos de 2005/06. Constatamos na pesquisa de campo que, em virtude da grande distância (cerca de 40 km) dos assentamentos em relação à sede urbana do município, o circuito econômico dos assentados (consumo, comercialização, trabalho externo não-agrícola etc.) ocorre com mais intensidade em cidades localizadas em outros municípios como, por exemplo, Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Tarabai, que estão localizadas bem mais próximas (cerca de 10 a 15 Km) e possuem maior facilidade de acesso devido à melhor conservação das estradas. Essa realidade se constitui em um impasse para o Município de Presidente Bernardes que realiza serviços e investimentos em educação, saúde, conservação de estradas etc. para atender a população assentada, no entanto, os assentamentos desenvolvem uma dinâmica maior com outros municípios, gerando pouco retorno referente à arrecadação de impostos para o município de Presidente Bernardes.

Palavras – chaves: Questão agrária; Reforma agrária; Assentamentos Rurais; Município de Presidente Bernardes.

Abstract

Presidente Bernardes *município*¹⁶ is localized in the southwest of São Paulo state and is part of Pontal do Paranapanema region. Some regional characteristics can be found within this *município*, like: *terras devolutas*¹⁷, because of the occupation process with illegal titles of propriety; high level of land concentration; and unproductive lands of big farms, used as way of speculation with ranching cattle. Because of these characteristics, in the 1990s several social movements went to the region, particularly to Presidente Bernardes *município*, forcing the State into to make agrarian reform through the creation of rural settlements. The *município* had, since 1996, with the establishment of lots of rural settlements, growing of the small farming, making more dynamics spaces before used only for ranching cattle. The research had as main goal to analyze the internal organization and the external articulations of rural settlements of the studied *município* from the meddle 1990s to 2005/06. In the field research we realized that, because of the distance (40 km) between the settlements and the capital city of Presidente Bernardes *município*, the economical circuit of the settled small farmers (consumption, commercialization, nonagricultural external work etc.) is more intense with capital city of others neighbor *municípios*, for instance Mirante do Paranapanema, Pirapozinho and Tarabai, localized closer to the settlements (around 10 and 15 km). The access to these capital cities is easier because of good roads. This reality is an impasse for the Presidente Bernardes *município*, that make services and investments on education, health, road conservation etc., to attend the settled population, nevertheless, settled population has more relationship with others *municípios*, creating few returns relative to tax for Presidente Bernardes.

Key-words: agrarian question; agrarian reform; rural settlements; Presidente Bernardes *município*.

¹⁶ N.T.: The Brazilian smallest administrative unity.

¹⁷ N.T.: Illegally appropriated lands.

Lista de Abreviaturas e Siglas

| | |
|-----------|--|
| AGB | Associação dos Geógrafos Brasileiros |
| CEPAL | Comissão Econômica para a América Latina |
| CICA | Companhia Industrial de Conservas Alimentícias |
| COCAMP | Cooperativa de Comercialização e Prestação de serviços dos Assentados de Reforma Agrária |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| FCT | Faculdade de Ciências e Tecnologia |
| FAO | Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura |
| FAPESP | Fundação de Ampara à Pesquisa do Estado de São Paulo |
| FIBGE | Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| GEDRA | Grupo de Estudos Dinâmica Regional e Agropecuária |
| II PNRA | II Plano Nacional de Reforma Agrária |
| IICA | Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| ITESP | Instituto de Terras do Estado de São Paulo |
| MDA | Ministério do Desenvolvimento Agrário |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra |
| PA | Projeto de Assentamento |
| PCB | Partido Comunista Brasileiro |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PROALCOOL | Programa Nacional do Álcool |
| PROCERA | Programa Nacional de Crédito para a Reforma Agrária |
| PRONAF | Programa Nacional |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UNESP | Universidade Estadual Paulista |
| UNICAMP | Universidade de Campinas |
| USP | Universidade de São Paulo |

Lista de Mapas

| | |
|---|-----|
| Mapa 01 - Localização do Município de Presidente Bernardes. | 68 |
| Mapa 02 – Localização dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes. | 92 |
| Mapa 03 – Os assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes e seu entorno. | 155 |

Lista de Tabelas

| | |
|---|-----|
| Tabela 01 – Número de famílias assentadas no Brasil - 1995-2002. | 39 |
| Tabela 02 - Número de famílias assentadas pelo Governo Federal – 2003-2005 | 48 |
| Tabela 03 – Produção (em toneladas) e área (hectares) das principais lavouras do Município de Presidente Bernardes, no período 1950-1985. | 75 |
| Tabela 04 - Pessoal ocupado na atividade agropecuária do Município de Presidente Bernardes, no período 1950 -1985. | 81 |
| Tabela 05 – Efetivo bovino, vacas ordenhadas e produção de leite no Município de Presidente Bernardes, no período 1950-1985. | 83 |
| Tabela 06 – Estabelecimentos por grupos de área (em hectares) no Município de Presidente Bernardes, no período 1950-1985. | 86 |
| Tabela 07 – Estabelecimentos por grupo de área, no Município de Presidente Bernardes, 1995/96. | 90 |
| Tabela 08 - Dinâmica populacional do Município de Presidente Bernardes, 1970 - 2000. | 95 |
| Tabela 09 – Espaço habitado pelos assentados entrevistados no momento anterior à implantação dos assentamentos rurais | 108 |
| Tabela 10 - Atividade que exercia antes de ser assentado. | 109 |
| Tabela 11 - Local de moradia dos assentados no momento anterior à implantação dos assentamentos no Município de Presidente Bernardes. | 110 |
| Tabela 12 - Local de origem (nascimento) dos assentados entrevistados | 111 |
| Tabela 13 - Motivo que levou os assentados entrevistados a ingressar na luta pela terra | 112 |
| Tabela 14 - Tipo de material da moradia dos assentados entrevistados | 115 |
| Tabela 15 - Avaliação dos assentados com relação às condições das estradas internas dos assentamentos | 119 |
| Tabela 16 - Faixa etária dos assentados entrevistados | 121 |
| Tabela 17 - Principais tipos de doenças que os integrantes das famílias dos assentados entrevistados tiveram nos últimos 12 meses | 122 |
| Tabela 18 - Local que os filhos dos assentados entrevistados estudam | 125 |

| | |
|--|-----|
| Tabela 19 - Atividades de lazer que ocorrem no assentamento, segundo os assentados. | 127 |
| Tabela 20 - Principais equipamentos que os assentados reivindicam para realizar atividades de lazer | 128 |
| Tabela 21 - Configuração do trabalho das famílias assentadas entrevistadas no lote e fora deste. | 129 |
| Tabela 22 - Contratação de pessoas para ajudarem no trabalho agrícola | 130 |
| Tabela 23 - Máquinas e equipamentos utilizados para a produção | 132 |
| Tabela 24 - Utilização de insumos entre os assentados entrevistados | 134 |
| Tabela 25 - Principais produtos agropecuários produzidos pelos assentados, e seu local de comercialização. | 135 |
| Tabela 26 - Principais problemas enfrentados pelos assentados entrevistados com relação à produção agropecuária | 143 |
| Tabela 27 - Principais problemas enfrentados pelos assentados entrevistados com relação à comercialização da produção | 145 |
| Tabela 28 - Renda bruta (mensal em Reais) da criação de gado de leite obtida pelos assentados entrevistados | 149 |
| Tabela 29 - Outras fontes de renda dos assentados entrevistados | 150 |
| Tabela 30 - Organização e participação política dos assentados entrevistados | 151 |
| Tabela 31 - Local que os integrantes da família, sobretudo os jovens, dos assentados entrevistados vão a eventos festivos fora do assentamento | 161 |
| Tabela 32 - Assentados que possuem filhos estudando em alguma cidade e/ou distrito urbano | 161 |
| Tabela 33 - Local em que os assentados entrevistados se encaminham para tratamento médico-hospitalar | 163 |
| Tabela 34 - Cidade que os assentados entrevistados compram os insumos agropecuários | 164 |
| Tabela 35 - Cidade em que os assentados realizam as compras de alimentos, roupas, calçados, eletrodomésticos, etc. | 165 |
| Tabela 36 - Cidade em que os assentados entrevistados possuem conta bancária | 165 |
| Tabela 37 – Locais de comercialização dos principais produtos comerciais | 166 |

Lista de Gráficos

| | |
|---|-----|
| Gráfico 01 - Participou de algum movimento social de luta pela terra? | 112 |
| Gráfico 02 - Avaliação dos assentados entrevistados sobre as condições de moradia (%). | 117 |
| Gráfico 03 - Avaliação dos assentados com relação às condições de energia elétrica e telefonia, comparando com a situação anterior ao assentamento (%). | 118 |
| Gráfico 04 - Avaliação dos assentados entrevistados com relação às condições das estradas e transporte no assentamento, comparando com a situação anterior ao assentamento (%). | 120 |
| Gráfico 05 - Estado civil dos assentados entrevistados (%). | 122 |
| Gráfico 06 - Avaliação dos assentados entrevistados com relação às condições da assistência médico-hospitalar, comparando com a situação anterior (%). | 124 |
| Gráfico 07 - Possui filhos que freqüentam a escola ou já terminou o colégio agrícola? (%) | 126 |
| Gráfico 08 - Quantidade produzida de milho (em tonelada) no Município de Presidente Bernardes - 1996-2003. | 136 |
| Gráfico 09 - Produção de leite (em mil litros) no Município de Presidente Bernardes - 1996-2003. | 138 |
| Gráfico 10 - Média da renda agropecuária líquida mensal (em Reais) dos assentados entrevistados (%). | 148 |
| Gráfico 11 - Ocupação não-agrícola exercida por algum membro da família (%). | 156 |
| Gráfico 12 - Filhos dos assentados entrevistados que se mudaram para a cidade (%). | 160 |

Lista de Quadros

| | |
|--|-----|
| Quadro 01 - Assentamentos rurais no Município de Presidente Bernardes - 1996/1998. | 91 |
| Quadro 02 - Levantamento do potencial leiteiro dos assentamentos rurais do Município de Presidente Bernardes – 2005. | 138 |

Lista de Fotos

| | |
|--|-----|
| Foto 01 - Casa de alvenaria no Assentamento Rodeio | 115 |
| Foto 02 - Habitação precária, construída com lona, telhas e madeira, no Assentamento Rodeio | 116 |
| Foto 03 - Escola Rural “Paulo Freire”, localizada no Assentamento Rodeio | 125 |
| Foto 04 - Área de lazer improvisada no fundo do quintal de um lote do Assentamento Rodeio para a prática de voleibol. | 128 |
| Foto 05 - Trabalho temporário de assentados em uma colheita de mandioca no Assentamento Rodeio. | 130 |
| Foto 06 - Utilização de trator da associação em um lote no Assentamento Rodeio. | 132 |
| Foto 07 - Plantação de amora e, ao fundo, um barracão para a criação do bicho-da-seda num lote do Assentamento Florestan Fernandes. | 136 |
| Foto 08 - Transporte da produção de mandioca para uma agroindústria em um caminhão no Assentamento Rodeio. | 142 |
| Foto 09 - Lavoura de mandioca mal desenvolvida em decorrência da baixa fertilidade do solo e da falta de insumos para cultivar no Assentamento Rodeio. | 143 |

ÍNDICE

| | Pg. |
|---|-----------|
| INTRODUÇÃO | 18 |
| I - QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ORIGEM E PERSPECTIVAS DE REFORMA | 23 |
| 1.1 - A questão agrária brasileira: origem e desdobramentos | 24 |
| 1.1.1 – O período colonial | 24 |
| 1.1.2 – A Lei de Terras de 1850 | 25 |
| 1.1.3 – Crise de 1929, industrialização e influência da oligarquia agrária no poder | 27 |
| 1.1.4 – Debate sobre a reforma agrária no Brasil no período 1950-1980: reforma agrária x modernização da grande propriedade | 30 |
| 1.1.5 – A “Nova República”: emergência de grupos e movimentos sociais de luta pela terra e a Constituinte de 1988 como obstáculo jurídico à reforma agrária | 37 |
| 1.1.6 – Pressão dos movimentos sociais de luta pela terra e o aumento do número de assentamentos rurais | 39 |
| 1.2 – Importância e perspectivas da reforma agrária no Brasil | 40 |
| 1.2.1 - A importância da reforma agrária | 41 |
| 1.2.2 – Desenvolvimento territorial, assentamentos rurais e organizações coletivas na pequena produção familiar | 43 |
| 1.2.3 - O II Plano Nacional de Reforma Agrária | 45 |
| 1.2.4 – O “saldo” da política de assentamentos rurais do Governo Lula | 47 |
| II - A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS | 51 |
| 2.1 - Os efeitos sócio-econômicos dos assentamentos rurais em âmbito regional e estadual | 51 |
| 2.2 - Os efeitos sócio-econômicos dos assentamentos rurais na escala local | 61 |
| III - A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES | 67 |
| 3.1 - A formação sócio-econômica do Município de Presidente Bernardes | 67 |
| 3.2 - As transformações do espaço agrário do Município de Presidente Bernardes | 74 |
| 3.2.1 - Produção agrícola | 74 |
| 3.2.2 - Pessoal ocupado | 81 |
| 3.2.3 - Produção pecuária | 82 |
| 3.2.4 - Estrutura fundiária | 85 |
| 3.2.5 – O processo de implantação dos assentamentos rurais | 87 |

| | |
|--|-----|
| IV - OS ASSENTAMENTOS ÁGUA LIMPA I, FLORESTAN FERNANDES E RODEIO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES: DINÂMICA INTERNA E RELAÇÕES EXTERNAS | 100 |
| 4.1 – O conceito de lugar no contexto da Geografia | 103 |
| 4.1.1 - Em busca de uma categoria geográfica de análise: o <i>lugar</i> e a relação dialética <i>interno x externo</i> | 108 |
| 4.2 - Organização e dinâmica interna dos assentamentos | 114 |
| 4.2.1 - Origem e trajetória de vida dos assentados | 120 |
| 4.2.2 – Infra-estrutura | |
| 4.2.3 - Organização social | |
| 4.2.4 - Organização produtiva | 129 |
| 4.2.5 - Organização Política | 151 |
| 4.3 - Articulações e relações externas | 154 |
| 4.3.1 - Ocupação não-agrícola | 156 |
| 4.3.2 - Do campo para a cidade: a saída dos jovens do espaço rural em busca de emprego na cidade | 159 |
| 4.3.3 – Relações externas no âmbito social: escolarização e assistência médico-hospitalar | 161 |
| 4.3.4 – Circuito econômico estabelecido pelos assentados | 163 |
| 4.3.5 – As relações externas no âmbito político | 167 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS | 173 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 178 |
| ANEXOS | 187 |

INTRODUÇÃO

INTRODUÇÃO

O tema proposto para esta pesquisa busca, de certa maneira, contemplar as aspirações e questionamentos oriundos do desenvolvimento de uma pesquisa de iniciação científica realizada com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)¹⁸, abordando questões relacionadas à dinâmica da produção familiar rural no Estado de São Paulo e, mais especificamente, no Município de Álvares Machado, integrante da Microrregião Geográfica de Presidente Prudente (MRG).

No encaminhamento da referida pesquisa constatou-se que a reforma agrária realizada através da desapropriação de grandes propriedades rurais improdutivas e/ou com títulos contestados constitui-se numa importante alternativa de fortalecimento e desenvolvimento da produção familiar, visto que a estrutura fundiária brasileira e, em particular, da região do Pontal do Paranapanema, apresenta-se expressivamente concentrada.

Dessa maneira, segundo Veiga (1991), para o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil é necessário, antes de tudo, a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária por meio de uma política de reforma agrária, através da implantação de assentamentos rurais (acompanhada de crédito para custeio e investimento e assistência técnica), que forneça terra para parceiros e arrendatários subordinados às grandes propriedades e que torne os minifundistas produtores com maior acesso a terra.

Segundo Moreira (1998, p.172), “[...] a noção de assentamentos rurais está associada ao processo social e político de acesso a terra e de ‘constituição de novas formas sociais’ de organização produtiva e de integração social”.

Antuniassi (1998) salienta que as relações entre família e trabalho podem facilitar a viabilização dos assentamentos rurais e, portanto, a criação de espaços de vida e integração social.

Os assentamentos rurais de reforma agrária, segundo Abramovay (1994), possuem também a virtude de compatibilizar política distributiva e política de crescimento econômico.

Além da importância econômica, os assentamentos rurais no Brasil têm demonstrado ser de grande importância para o país, dando a possibilidade de inclusão social e de melhoria das condições de vida para famílias que estavam excluídas do mercado de trabalho e do acesso a terra, transformando um amplo setor de “excluídos” em sujeitos políticos.

¹⁸ MIRALHA, Wagner. *A agricultura familiar no Município de Álvares Machado - SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. (Relatório de Iniciação Científica – FAPESP - Processo Nº 02/00201-1).

Nesse contexto, o estudo dos assentamentos rurais possui grande relevância, pois permite evidenciar as transformações sócioeconômicas, bem como espaciais, decorrentes da sua implantação em diversos municípios e regiões brasileiras, possibilitando o desenvolvimento de vários temas, tais como: os impactos socioterritoriais, a dinâmica e organização interna, as articulações com o poder local e as relações externas.

Assim, a presente pesquisa visa ampliar o leque de análises sobre a produção familiar, considerando os assentamentos rurais como espaços de inclusão e de reprodução social dessa categoria de produtores, bem como espaços de vivência social e organização sócioeconômica e produtiva.

Desse modo, selecionou-se como área de estudo da pesquisa, o Município de Presidente Bernardes, que está localizado na região do Pontal do Paranapanema e que apresenta as mesmas características referentes à estrutura fundiária dessa região, quais sejam: concentração fundiária, terras devolutas e a improdutividade de grandes propriedades rurais utilizadas de forma especulativa com o desenvolvimento da pecuária extensiva.

O processo de ocupação dessa região apresentou desde o seu início, uma estrutura fundiária que, grosso modo, reproduziu as características da estrutura fundiária brasileira, com a presença de latifúndios, dominando grandes áreas e um número significativo de unidades produtivas familiares ocupando, inversamente, pequena extensão territorial (SILVEIRA, 1990).

Além da presença desse binômio, essa região caracteriza-se por inúmeros conflitos pela posse da terra, originados pela atuação de grileiros na fase inicial de povoamento da área e, mais recentemente, pela construção de usinas hidrelétricas (Rosana, Porto Primavera e Taquaruçu). Em virtude desses fatos, vários movimentos sociais foram deflagrados na região, levando por um lado, à desapropriação de parte das fazendas com títulos de propriedades contestados, resultando na criação de assentamentos rurais e, por outro, devido ao impacto das grandes obras públicas (usinas hidrelétricas), à implantação de reassentamentos rurais.

Essas características contribuíram para que na década de 1990 vários movimentos sociais de luta pela terra, dentro os quais se destaca o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), atuassem no Município de Presidente Bernardes com a realização de acampamentos e ocupações de terras com o objetivo de pressionar os governos estadual e federal, para a desapropriação de terras e a implantação de assentamentos rurais. Assim, entre 1996 e 1998 foram implantados um total de 8 (oito) assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes

Dessa maneira, o objetivo principal do presente trabalho foi analisar a estrutura interna e as relações externas dos assentamentos rurais no Município de Presidente Bernardes no período compreendido entre meados dos anos 1990 até os anos de 2005/2006.

Para alcançar o objetivo proposto no projeto de pesquisa, foi efetuado levantamento bibliográfico, seleção e leitura de material concernente à questão agrária brasileira, a reforma agrária e a importância econômica e social dos assentamentos rurais.

Foi realizada também coleta de dados de fonte secundária junto as seguintes publicações da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE): Censos Demográficos de 1970, 1980, 1991 e 2000; Censos Agrícolas de 1950 e 1960; Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6; Produção Pecuária Municipal de 1996 a 2003; e, Produção Agrícola Municipal de 1996 a 2003 e do Instituto de Terras do Estado de São Paulo (ITESP)¹⁹. Além da coleta, procedeu-se à sistematização, organização de tabelas e gráficos, bem como a análise parcial dos dados levantados.

Com base nesses dados de fonte secundária e na bibliografia levantada sobre a formação sócio-econômica do município de Presidente Bernardes elaboramos a análise das transformações ocorridas no espaço agrário, bem como o processo que envolveu a implantação de assentamentos rurais no referido município.

Além do levantamento bibliográfico e da coleta de dados de fonte secundária, foi elaborado roteiros de entrevistas que foram aplicados junto aos técnicos e/ou responsáveis pela Casa da Agricultura e Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes, pelo Escritório do ITESP de Presidente Prudente e de Presidente Bernardes, com o objetivo de desvendar as formas de atuação do Estado, em relação aos assentamentos rurais do município, através do poder público municipal e órgãos estaduais como o ITESP.

Foi elaborado e aplicado também um questionário junto à parcela dos produtores familiares assentados no Município de Presidente Bernardes. Para a aplicação do questionário foram selecionados três assentamentos, considerando o número total de famílias assentadas. Dessa maneira, o critério que norteou a seleção dos assentamentos foi o (maior) número de assentados no município.

Os três assentamentos selecionados foram: Água Limpa I, Rodeio e São Jorge. O Assentamento Água Limpa I possui 63 famílias; o Assentamento São Jorge possui 55 famílias e o Assentamento Rodeio possui 65 famílias, sendo os três assentamentos com maior número de famílias no município. Os três assentamentos juntos totalizam 183 famílias e, deste

universo, abrangemos uma amostra de 30%, totalizando 55 famílias pesquisadas, sendo 19 famílias no Água Limpa I; 17 famílias no Florestan Fernandes e 19 famílias no Rodeio. É escolha dos assentados para a aplicação do questionário foi de forma aleatória.

Para a realização da pesquisa de campo, primeiro, realizamos uma visita para o reconhecimento da área e dos assentados. Depois, num segundo momento, procedemos a um teste no questionário, aplicando-o junto a alguns assentados, com o objetivo de melhorá-lo, adequando as questões à realidade a ser investigada. E, finalmente, aplicamos a totalidade do questionário junto aos produtores familiares assentados selecionados para a pesquisa de campo.

Após a aplicação do questionário, procedemos à sistematização dos dados e informações coletados durante a realização do trabalho de campo, que foram organizados sob a forma de tabelas, quadros e gráficos.

Assim, dividimos a dissertação em quatro capítulos, sendo que no capítulo 1 (um) desenvolvemos uma análise sobre as origens da questão agrária brasileira e seus desdobramentos para a realidade sócio-econômica, principalmente no que tange à desigualdade do acesso a terra e a exclusão sócio-econômica, para podermos entender o atual embate político sobre a realização da reforma agrária no país. Também discutimos sobre a necessidade da reforma agrária para o país e sobre as perspectivas no atual governo, que chegou a elaborar o II Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA).

Tendo em vista o grande número de assentamentos implantados no Brasil, principalmente em meados da década de 1990, realizamos no segundo capítulo uma revisão bibliográfica sobre os estudos e pesquisas que abordam os impactos locais e regionais dos assentamentos rurais no Brasil.

No capítulo 3 (três) realizamos um resgate da formação sócio-econômica do município de Presidente Bernardes, dando destaque para as transformações ocorridas no espaço agrário, principalmente no que se refere ao processo de implantação dos assentamentos rurais na década de 1990.

Por fim, no quarto capítulo procuramos analisar e desenvolver considerações sobre a organização interna e a dinâmica sócio-econômica dos assentamentos investigados, bem como desvendar as formas de articulação dos assentados com o poder local e as suas relações com o *externo*, principalmente nos centros urbanos mais próximos como, por exemplo, as cidades de Mirante do Paranapanema e Pirapozinho.

¹⁹ Grupo técnico de campo do ITESP, [publicação digital] 2000 e 2005, disponibilizado no site: www.itesp.sp.gov.br.

*QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA:
ORIGEM E PERSPECTIVAS DE REFORMA*

I - QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ORIGEM E PERSPECTIVAS DE REFORMA

Aqui não falta sol
Aqui não falta chuva
A terra faz brotar qualquer semente
Se a mão de Deus
Protege e molha o nosso chão
Por que será que tá faltando pão ? (...)
Se nessa terra tudo que se planta dá
Que é que há, meu país ?
O que é que há ?
Tem alguém levando lucro
Tem alguém colhendo o fruto
Sem saber o que é plantar
Tá faltando consciência
Tá sobrando paciência
Tá faltando alguém gritar (...).²⁰

O Brasil é um dos maiores países do mundo em termos de dimensão territorial, no entanto, possui milhares de agricultores sem terra e/ou com pouca terra (menos de 20 ha.). Essa contradição se explica pela extrema concentração fundiária e desigualdade social que há no país e, que foi ampliada com a “modernização conservadora” implementada a partir de meados da década de 1960.

Assim, há proprietários que tem, muitas vezes de forma ilícita, através da grilagem, mais de 20 mil hectares de terras. Essa desigualdade na posse da terra é histórica e remonta ao período colonial.

Essa concentração fundiária excluiu da produção agropecuária milhares de famílias que hoje se encontram nas periferias das cidades, desempregadas, em condições sub-humanas de vida.

Dessa maneira, ainda hoje a reforma agrária no país se faz necessária, principalmente devido a sua relevância social, para incluir milhares de famílias que estão excluídas do mercado de trabalho.

²⁰ “Meu país”, música composta por Zezé di Camargo, CD - *Pra não pensar em você* - 1998. Música utilizada na campanha à Presidência da República de Lula em 2002.

A reforma agrária também possui relevância política, pois o país tem uma “dívida social” com a população pobre que historicamente sofreu com a escravidão, a exploração e a subordinação nas grandes fazendas, visto que são eles os verdadeiros responsáveis pelo crescimento econômico do país, por meio do trabalho, e, no entanto, continuam excluídos e esquecidos na mais absurda miséria.

Mas, a reforma agrária também possui um sentido econômico, pois os produtores familiares assentados desenvolvem uma diversificação na produção abastecendo os mercados locais com uma série de gêneros alimentícios, como arroz, feijão, milho, mandioca, leite, ovos etc.

1.1 - A questão agrária brasileira: origem e desdobramentos

1.1.1 – O período colonial

A desigualdade social e a concentração fundiária têm marcado a sociedade brasileira e tem sua origem no processo de colonização portuguesa que instaurou o regime de sesmarias, que era vigente em Portugal e que foi transplantado para o Brasil. Nesse regime, o agricultor tinha o direito de posse e o rei mantinha o domínio das terras. No entanto, no período de colonização, apenas os brancos, “puros de sangue” e católicos tinham o direito à posse da terra, enquanto que escravos, índios, judeus, mouros etc. não tinham o mesmo direito. Assim, os senhores de engenho, que eram “puros” obtinham uma grande área para plantar cana-de-açúcar e a maioria da população não tinha o direito de posse da terra, pois eram escravos e mestiços.

O modelo colonial no Brasil se constituiu por meio de três componentes fundamentais na organização social, quais sejam: a grande exploração fundiária, a monocultura de exportação e o trabalho escravo.

Nesse contexto, a produção familiar foi criando o seu espaço no Brasil. No entanto, ela existia de forma subordinada à grande exploração, com a produção de gêneros alimentícios, como cereais para a subsistência e para o consumo de pequenos mercados locais, pois as grandes lavouras, na época, só produziam cana-de-açúcar para ser escoado para Portugal.

Dessa maneira, a produção familiar no Brasil colônia se constituía em,

[...] atividades semi-autônomas praticadas por homens livres, pequenos produtores sem escravos, que trabalhavam a terra com a eventual ajuda de

familiares. Esses pequenos produtores não passavam, na maioria das vezes, de simples agregados dos grandes proprietários de terras e de escravos, os quais lhes cediam por empréstimo, pequenos lotes de terra para cultivo, em troca de serviços de todo o tipo - inclusive, principalmente, de capangagem. Os referidos produtores cultivavam gêneros alimentícios para seu próprio sustento e para o consumo dos pequenos mercados locais e de cidades mais próximas [...], eles eram freqüentemente paupérrimos, vivendo em condições materiais apenas um pouco melhores que as dos escravos. [...]. De um modo geral, todavia, as culturas de subsistência nunca deixaram de constituir atividades secundárias e subsidiárias em relação às grandes lavouras escravistas de exportação (SZMRECSÁNYI, 1990, p.14-16).

Além de tudo isto, é importante destacar ainda que,

[...] no Brasil, a grande propriedade, dominante em toda a sua história, se impôs como um modelo socialmente reconhecido. Foi ela quem recebeu aqui o estímulo social expresso na política agrícola que procurou modernizá-la e assegurar sua reprodução. Neste contexto, a agricultura familiar sempre ocupou um lugar secundário e subalterno na sociedade brasileira. Quando comparado ao campesinato de outros países, foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção. Assim, a história do campesinato no Brasil pode ser definida como o registro das lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 2001, p.36-37).

Apesar de todas as barreiras e imposições, os pequenos produtores familiares no Brasil resistiram, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e subordinado à grande exploração. É importante salientar que, durante o período colonial, a produção familiar, mesmo que ocupando um lugar subalterno na sociedade brasileira, teve uma grande importância para o Brasil, pois, enquanto as grandes propriedades estavam preocupadas em produzir açúcar para o mercado internacional, os produtores familiares produziam os gêneros alimentícios (feijão, mandioca, milho etc.) necessários à alimentação da população.

O regime de sesmarias foi suspenso em 1822, meses antes da Independência do país, no entanto, não foi substituído por outro regime de posse pela terra, mas na verdade esse regime foi mantido até 1850 (MARTINS, 1997).

1.1.2 – A Lei de Terras de 1850

Em meados do século XIX, o Estado Brasileiro estava sendo pressionado pelas grandes potências da época, que queriam expandir seus mercados, para que acabasse com a escravidão, pois o escravo não comprava. No entanto, o Estado vivia um dilema, pois dependia dos grandes fazendeiros de café, visto que este produto era o “carro chefe” da

economia brasileira naquele período. A situação piorou com o fim do tráfico negreiro em meados do século XIX.

Dessa maneira, vendo que a abolição da escravatura era uma questão de tempo, o governo brasileiro, agindo em comum acordo com os grandes produtores de café, que eram então a elite dominante, decretou a Lei de Terras de 1850. Assim, a partir desta data só seria possível ter a posse da terra por meio da sua compra em dinheiro.

Dessa maneira,

Era preciso, pois, criar mecanismos que gerassem artificialmente, ao mesmo tempo, excedentes populacionais de trabalhadores à procura de trabalho e falta de terras para trabalhar num dos países com maior disponibilidade de terras livres em todo o mundo, até hoje (MARTINS, 1997, p.17).

A Lei de Terras de 1850 foi uma solução encontrada pela elite brasileira para manter inalterada a estrutura agrária, impedindo o acesso livre a terra por parte da população pobre que era maioria e, conseguir trabalhadores livres para as lavouras de café, pois o Estado brasileiro já estava planejando a imigração de europeus, para substituir o trabalho escravo que estava preste a ser abolido.

Dessa maneira, se os imigrantes chegassem ao Brasil e o acesso a terra fosse livre, como no regime de sesmarias (livre para os “puros”), eles obviamente iam preferir ter sua própria terra ao invés de trabalhar nas lavouras de café.

Assim, em meados do século XIX o Brasil teve um primeiro momento propício para a realização da reforma agrária, mas é claro que isso não interessava às elites brasileiras, que queriam ter trabalhadores sem-terra para serem utilizados como mão-de-obra nas lavouras de café.

Nesse contexto, o Brasil fez o contrário dos Estados Unidos que abriu as terras da fronteira do Oeste para livre acesso aos colonos que quisessem ocupá-la, mediante uma supervisão do governo. “Essa foi a reforma agrária americana, que assegurou a transformação do Oeste num dos grandes celeiros mundiais de alimentos, inicialmente com a agricultura familiar” (MARTINS, 1997, p.14).

Foi em meados do século XIX que se gerou a questão agrária brasileira²¹, pois segundo Martins (1997, p.12),

²¹ Entendemos ser a “questão agrária brasileira”, a relação que existe entre a estrutura fundiária, que é altamente concentrada, e a pobreza de boa parte da população, que possui o desejo de se constituírem como produtor rural, mas, não possuem o acesso a terra, ou a possuem em quantidade insuficientes (o caso dos minifúndios).

[...] surge a questão agrária quando a propriedade da terra, ao invés de ser atenuada para viabilizar o livre fluxo e reprodução do capital, é enrijecida para viabilizar a sujeição do trabalhador livre ao capital proprietário de terra. Ela se torna instrumento da criação artificial de um exército de reserva, necessário para assegurar a exploração da força de trabalho e a acumulação. A questão agrária foi surgindo, foi ganhando visibilidade, à medida que escasseavam as alternativas de reinclusão dos expulsos da terra.

A Lei de Terras foi o artifício fundamental para as elites da época manterem inalterada a estrutura agrária e resolver o problema da mão-de-obra para o café. Segundo Martins (1997, p.17-18),

O objetivo era criar “por meios falsos” uma massa real e verdadeira de “despossuídos” [...], que não tivesse nenhuma outra alternativa senão trabalhar para os grandes proprietários de terra. A Lei de Terras foi um artifício para criar um problema e, ao mesmo tempo, uma solução social em benefício exclusivo dos que tinham e têm terra e poder.

Desse modo, com a Lei de Terras passava-se do cativo do homem (escravo) para o cativo da terra, pois a terra no Brasil a partir dessa lei já não tinha mais “livre acesso”, era restrita a quem tinha condições de adquiri-la por meio da compra, e esse não era o caso nem dos escravos, prestes a serem libertos, e nem dos imigrantes, que vieram para trabalhar no regime de colonato nas lavouras de café.

1.1.3 – Crise de 1929, industrialização e influência da oligarquia agrária no poder

No final do século XIX e início do século XX o país começou a apresentar uma modesta industrialização e assim os industriais precisavam expandir o mercado de consumo interno para vender seus produtos. Entretanto, a maior parcela da população se constituía de trabalhadores nas grandes fazendas de café, mantidos sob o regime de colonato, que não eram consumidores de produtos oriundos da indústria, pois não tinham condições econômicas, visto que não tinham a posse da terra e eram “presos”, por meio de um contrato, a uma grande propriedade.

Nesse contexto, o país viveu um segundo momento propício para a realização da reforma agrária, visto que os interesses dos industriais se chocavam com o dos grandes fazendeiros de café, surgindo no Brasil a oportunidade da burguesia industrial entrar em conflito com os grandes proprietários de terras e tentar promover uma reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo no país. Isso porque, a democratização do acesso a terra dinamizaria a economia capitalista, pois incluiria na economia produtores familiares que se tornariam consumidores de produtos industriais e produtores de alimentos.

Dessa maneira, nos países centrais do capitalismo,

[...] as elites, as burguesias industriais recém-chegadas ao poder, a partir da Revolução Francesa, compreenderem a magnitude deste problema agrário, da concentração da propriedade como uma trava ao desenvolvimento mesmo do capitalismo, e trataram de buscar uma solução sensata. Propuseram a distribuição. A democratização da propriedade da terra, e chamaram esse processo de reforma agrária (STÉDILE, 1997, p.95-96).

E assim agiu a maioria das burguesias industriais dos países centrais que viram na concentração fundiária um resquício feudal que impedia o desenvolvimento do capitalismo e, desse modo, trataram de promover uma reforma agrária, como por exemplo, no caso dos EUA, já em meados do século XIX, e do Japão.

No entanto, no Brasil, como na maioria dos países da América Latina, nunca se configurou um confronto entre a burguesia industrial e a oligarquia agrária, mesmo porque a economia do Brasil no final do século XIX e início do século XX era comandada pelo café e a oligarquia rural ainda mantinha o poder e o controle da economia.

Na realidade, os grandes produtores de café, percebendo a mudança na economia brasileira nas primeiras décadas do século XX, começaram a formar pequenas indústrias, até que a partir da década de 1930, com o investimento estatal nos setores de base, vão ser, em sua maioria, os próprios barões do café que se metamorfoseiam na burguesia industrial.

Tendo percebido a mudança da economia brasileira de agrário-exportadora para urbano industrial, a classe dominante também se transforma, passando a se dedicar mais ao setor industrial, pois era o ramo que lhes proporcionava mais lucros.

No entanto, a maioria dos grandes produtores de café que se tornaram industriais, não se desfez de suas terras, mantendo-as como reserva de valor e especulação. Na realidade eles mudaram de ramo para se manterem como classe dominante. Isso demonstra o poder de mudança e transformação dos capitalistas, se adaptando às transformações mundiais.

Porém, a crise da Bolsa de Valores de Nova York em 1929 repercutiu na economia brasileira, acarretando uma queda drástica no preço do café, que era a principal cultura que movia a economia do país e, assim, com a decadência dessa lavoura, a oligarquia rural entrou em crise.

No Brasil, a partir da década de 1930, mudou o eixo de acumulação da economia, passando da monocultura do café para a indústria e, o país foi aos poucos deixando de ser um país agrário-exportador, e passando a se configurar como urbano-industrial, pois com a crise de 1929 o governo brasileiro, com Getúlio Vargas, implantou o modelo de substituição de importações, estimulando a indústria nacional e fortalecendo o mercado interno.

A burguesia industrial passou a ter o comando da economia e, esperava-se que ela seria favorável à realização da tão necessária reforma agrária para o desenvolvimento do capitalismo e a completa modernização do país. No entanto, conforme ressalta Martins (1997, p.20),

Entre as velhas elites e as novas elites estabeleceu-se uma espécie de compromisso político, mediante o qual os industriais e os grandes comerciantes tornaram-se grandes clientes políticos das oligarquias, às quais delegaram suas responsabilidades de mando e direção, reproduzindo os mesmos mecanismos políticos que vitimavam todo o povo e impediam um efetivo desenvolvimento da democracia entre nós.

Com a crise de 1929, a agricultura brasileira, que era baseada principalmente na monocultura do café se diversificou, sendo que outras culturas, como o algodão e o amendoim, aumentaram sua importância econômica e a área cultivada. Nesse sentido, segundo Sorj (1986, p.15-16),

[...] a produção agropecuária continua expandir-se, embora a um ritmo menor que a industrial, porém suficiente tanto para suprir as necessidades do crescente mercado interno como para sustentar as importações de insumos e maquinarias necessárias ao processo de industrialização por substituição de importações [...]. Este desenvolvimento por sua vez se deu sem modificações básicas da estrutura fundiária ou nas relações de produção.

A reorganização da economia a partir de novos centros de produção agrícola e a formação de uma industrialização interna, após a década de 1930, promoveu vários movimentos migratórios, tanto no sentido rural-urbano como intra-rurais, principalmente do Nordeste e de Minas Gerais em direção ao Estado de São Paulo (SORJ, 1986).

Já no cenário político, a situação que se configura a partir de 1930,

[...] é o deslocamento dos grandes proprietários rurais da direção do Estado, visto que tanto as políticas econômicas quanto o conjunto da estrutura política se centram agora no setor urbano-industrial. Esse deslocamento, porém, não chega a eliminar os grandes proprietários fundiários da estrutura política, que permanecem no bloco do poder, mas em uma posição subordinada. Sua permanência refletir-se-á não só na manutenção da estrutura fundiária, mas também na não-efetivação do emprego da política social e salarial desenvolvida para o setor urbano industrial no setor rural. (SORJ, 1986, p.21).

Em meados do século XX,

O Padrão de expansão agrícola brasileira conjuga de forma original a expansão da pequena produção e, portanto, um caminho distributivo, que

permanentemente é quebrado pelo latifúndio que volta a afirmar um caminho concentracionista de organização fundiária (SORJ, 1986, p.20).

Nesse sentido, é fato que no Brasil a pequena produção familiar, mesmo sem ter a posse da terra, sempre teve importância econômica e social, apesar do governo priorizar os incentivos e investimentos aos grandes produtores. Nesse contexto a reforma agrária assume uma importância para potencializar o desenvolvimento da produção familiar.

Mas, conforme ressalta Sorj (1986, p.22),

A capacidade dos grandes proprietários de terra em manter o controle político das massas rurais (cuja contrapartida era a fraqueza dos movimentos camponeses), é um elemento central na compreensão da permanência do latifúndio no bloco do poder durante o período populista.

Assim, a não realização da reforma agrária se explica no plano político, em virtude de um jogo de interesses entre as elites agrária e industrial.

1.1.4 - Debate sobre a reforma agrária no Brasil no período 1950-1980: reforma agrária x modernização da grande propriedade

No início da década de 1950 o Brasil apresentava uma estagnação da produção agrícola voltada para o mercado interno, causando a escassez de alimentos para a população urbana crescente, comprometendo o setor industrial, que ainda estava em processo de desenvolvimento, preocupando a burguesia industrial.

O “clima” de insegurança alimentar, aliado à extrema concentração da posse da terra e a improdutividade de muitas grandes propriedades fez nascer a idéia, entre os setores mais progressistas da sociedade, da importância de se realizar uma reforma da estrutura agrária do país para solucionar o problema da escassez de alimentos e da concentração fundiária.

Segundo Delgado (2005), em razão da crise na oferta de alimentos no Brasil, que se constituía como um problema estrutural, a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) defendia a tese da mudança na estrutura fundiária e nas relações de trabalho no campo, sob o risco da geração de tensões estruturais sobre a inflação e crises de abastecimento interno, prejudicando assim a economia.

Foi dessa maneira que a questão da reforma agrária entrou no debate político, principalmente a partir do final dos anos 1950, tendo, segundo Delgado (2005), quatro setores da intelectualidade como centros de sua discussão: o Partido Comunista Brasileiro (PCB), os setores reformistas da Igreja Católica, a CEPAL e os economistas conservadores da Universidade de São Paulo (USP) liderados por Delfim Neto.

Nesse sentido, no final da década de 1950 e início da década de 1960 começaram a aparecer no campo, militâncias políticas de diferentes setores de trabalhadores rurais e movimentos sociais, como as Ligas Camponesas no Nordeste, que passaram a contestar a grande desigualdade social e a concentração fundiária existente no Brasil, pressionando o governo para a realização de uma reforma agrária radical, que rompesse de vez com o latifúndio e com a desigualdade social do espaço rural.

Esses movimentos sociais ganharam força quando João Goulart assumiu a presidência da república em 1961, visto que este tinha idéias progressistas e entendia que a reforma agrária era fundamental naquele momento para a completa modernização do país. A reforma agrária estava incluída nas reformas de base propostas pelo seu governo.

Esse período (início da década de 1960) se constituiu em um momento histórico importante para a realização da reforma agrária no Brasil, pois se conjugou vários movimentos sociais e a militância de trabalhadores rurais organizados no sentido de pressionar e reivindicar a realização da reforma agrária.

Também, em toda a história brasileira, o governo (na figura do Presidente João Goulart) estava realmente interessado em promover a reforma agrária, visto que a grande propriedade improdutiva tinha se convertido em obstáculo para a economia e o desenvolvimento industrial.

De acordo com Graziano da Silva (1987), haviam duas propostas de reforma agrária nas décadas de 1950/60. A proposta dos movimentos sociais no campo, que tinham o apoio dos setores mais progressistas da sociedade e que defendiam uma reforma agrária mais radical e a proposta burguesa de caráter mais conservador e que não alteraria a estrutura fundiária do país.

Essa proposta de reforma agrária era apoiada pelos industriais e outros setores da classe dominante, preocupados com uma possível falta de alimentos, o que acarretaria uma elevação no salário dos operários.

A classe dominante, também estava preocupada com vários movimentos radicais pró-reforma agrária como as Ligas Camponesas, sendo a proposta burguesa de reforma agrária uma maneira de desarticular tais movimentos para não ocorrer reformas radicais na estrutura brasileira, pois grande parte dos industriais também era, e ainda são, grandes proprietários de terras.

As ligas camponesas, segundo Graziano da Silva (1987, p.13),

[...] propunham uma Reforma Agrária “na lei ou na marra”, para dar “terra quem nela trabalha”. Sua efetivação passava pela liquidação de todos os “restos feudais” (cambão, parceria, vale no barracão etc.) e do próprio latifúndio, através de desapropriação das suas terras por interesse social com indenização em títulos do poder público, resgatáveis a longo prazo e a juro baixos.

As propostas burguesas de reforma agrária se deram, principalmente, no sentido de conter e desmobilizar os movimentos sociais a partir de uma “falsa” reforma agrária que não alteraria a estrutura fundiária do país, até porque, segundo Graziano da Silva (1987, p.14) “[...] nunca houve no Brasil um rompimento de fato entre os interesses maiores da burguesia industrial e os da grande propriedade”.

O que a burguesia industrial mais questionava era o entrave que a agricultura representava para a economia com a escassez de alimentos, problema que precisava ser resolvido sem alterar a estrutura fundiária, pois isso ia contra os interesses da oligarquia rural. Na realidade, a burguesia industrial ligada ao grande capital industrial multinacional, estava mais interessada em uma agricultura que fosse capaz de consumir máquinas e equipamentos pesados que se tornasse mais viável nas grandes propriedades (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

Assim, segundo Graziano da Silva (1987, p.15),

[...] as várias propostas de Reforma Agrária da burguesia industrial, que se afirmava como classe social hegemônica e portadora de um projeto desenvolvimentista para o País, visavam antes de tudo resolver a questão agrícola, ou seja, buscava o aumento da produção agrícola, via aumento da produtividade no campo.

Assim, para resolver o problema agrícola que afetava a economia, a classe dominante no início da década de 1960, buscou uma alternativa e elaborou um projeto para o campo brasileiro, que não foi a reforma agrária, mas a modernização da grande propriedade, transformando o latifúndio em uma empresa rural (com a adoção de máquinas pesadas e uma série de insumos químicos) para a produção em escala, aumentando assim a produção agrícola.

Essa solução encontrada favoreceu os interesses da oligarquia agrária, mantendo inalterada a estrutura fundiária e os interesses da burguesia industrial, pois a agricultura passava a ser grande consumidora dos produtos da indústria. Nesse sentido, a possibilidade de uma reforma agrária, com um possível apoio da burguesia industrial, não mais existia, se é que ela chegou a existir de fato. A reforma agrária passaria a depender da pressão dos movimentos sociais.

De acordo com Sorj (1986, p.23),

As mobilizações no período do Governo João Goulart adquiriram características de confrontamento e polarização crescentes, levando à unificação de grande parte da burguesia em torno do golpe de Estado que se contrapunha ao movimento reformista, cortando, portanto, as perspectivas da transformação da estrutura fundiária a partir de um processo de mobilização popular.

É importante deixar claro, segundo Delgado (2005, p.29), que a

[...] tese da “modernização sem reforma” é também o caminho escolhido pelo golpe militar de 1964. Por este caminho se cortará a efervescência do debate agrário, tentando encerrá-lo pelo “argumento da força”. [...] A partir de 1964 o debate político é cortado, e lentamente o pensamento conservador vai impondo o debate exclusivo em torno das questões relativas a oferta e demanda de produtos agrícolas, seus efeitos sobre os preços, o emprego e o comércio, omitindo as questões sobre a estrutura fundiária e as suas conseqüências para o país.

Dessa maneira, a possibilidade de realização da reforma agrária e a diminuição das desigualdades sociais no Brasil foi destruída por um pacto entre as elites (o golpe de Estado), ou seja, a velha oligarquia rural que permeava (e ainda permeia) o poder político por meio de vários representantes, como deputados, senadores etc. e a burguesia industrial, que decidiram manter inalterada a estrutura fundiária.

Então, após 1964 ocorreu uma reorganização da produção agropecuária e,

[...] foram as forças sociais vencedoras a nível de conjunto da sociedade e dentro do campo que orientaram o sentido e as formas de integração da agricultura ao nível da produção e do Estado. No caso do Brasil pós-1964, essas forças eram fundamentalmente o grande capital monopólico ao qual se associarão, em posição secundária, os grandes proprietários de terras (SORJ, 1989, p.28).

Assim, ao invés de promover uma reforma na estrutura fundiária brasileira e instaurar no país uma modernidade econômica e, principalmente social, as elites brasileiras optaram em manter a desigual estrutura fundiária e realizar uma modernização tecnológica na grande propriedade por meio de escandalosos subsídios aos grandes produtores.

Segundo Belik; Paulillo (2001, p.97),

Com a constituição do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1964, a modernização da agricultura se tornou compulsória, integrando cada vez mais a atividade rural à dinâmica colocada pela indústria e pelo setor de serviços. O crédito agrícola foi o vetor da modernização do Brasil. Através de taxas de juros subsidiadas e de recursos fartos articulou-se toda uma cadeia de atividades, que passou a responder aos determinantes estabelecidos pela política macroeconômica do país. Em torno do crédito rural gravitaram as

atividades de assistência técnica, pesquisa agropecuária, seguro, armazenagem e todo um conjunto de ações ligadas à agroindustrialização das matérias-primas do campo. Nessa fase de intensificação da modernização, o Estado brasileiro reinava supremo constituindo setores e definindo a ênfase das políticas.

No âmbito da legislação agrária, se destacaram o Estatuto do Trabalhador Rural (promulgado em 1963) e o Estatuto da Terra (promulgado em 1964). Essas leis foram criadas pela elite política dominante no sentido de conter os movimentos sociais e criar um obstáculo jurídico à reforma agrária, visto que, por exemplo, o Estatuto do Trabalhador Rural proibia greves no campo e o Estatuto da Terra acabou, conforme Gomes da Silva *apud* Bergamasco e Norder (2003, p.21), “[...] patrocinando a ‘modernização conservadora’, que alargou as desigualdades na agricultura, elevou o preço das terras agrícolas, destruiu a propriedade agrícola familiar e consolidou o latifúndio”.

O Estatuto da Terra, na verdade, criou os instrumentos indispensáveis da política agrícola que foi adotada em meados da década de 1960, como a assistência técnica, o crédito subsidiado, os preços mínimos etc. (GRAZIANO DA SILVA, 1987).

De acordo com Medeiros *apud* Graziano da Silva (1987, p. 17),

O Estatuto da Terra marcou uma solução de compromisso (da grande burguesia industrial com a burguesia agrária tradicional e com os setores “remediados” do campesinato) só possível porque a conjuntura havia mudado: a lei de Reforma Agrária (seria melhor dizer: o capítulo da lei de Desenvolvimento Rural que fala na Reforma Agrária) surgiu no momento em que o movimento popular estava completamente desestruturado e, portanto, incapaz de cobrar sua aplicação.

Dessa maneira, o Estado mostrava claramente a opção feita para o setor agropecuário, que implicava em destinar recursos fartos para promover a modernização tecnológica nas grandes propriedades, mantendo intocada a estrutura fundiária, reprimindo os militantes e movimentos pró-reforma agrária.

A dita “modernização da agricultura” na verdade modernizou, principalmente, as médias e grandes propriedades com a adoção de tecnologias no processo produtivo, através do crédito subsidiado que proporcionou aos grandes e médios proprietários a compra de tratores, máquinas modernas, fertilizantes e adubos químicos, agrotóxicos, etc.

Então, como resultado do processo de modernização tecnológica da agricultura,

[...] teremos, por um lado, a transformação da base técnica em boa parte do setor agrário, no que se convencionou chamar de modernização desigual: privilegiando, sobretudo os grandes proprietários de terras; as culturas voltadas para o mercado externo ou para a substituição de produtos que pesam

na balança comercial; as regiões mais desenvolvidas, Sul e Sudeste, em detrimento das mais atrasadas, como o Norte e o Nordeste; e atingindo apenas uma pequena parcela dos produtores rurais, a que teve acesso ao crédito subsidiado, em torno de 20% a 25% do total (GONÇALVES NETO, 1997, p.224-225).

Nesse sentido, a modernização tecnológica da agricultura, “[...] consiste num processo genérico de crescente integração da agricultura no sistema capitalista industrial” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.30).

É interessante notar que essa modernização incentivou a compra de produtos de uma indústria que surgiu especializada em produzir bens para a agricultura, que junto com a agroindústria, que processa os produtos da agricultura, formam então o complexo agroindustrial.

Dessa maneira, fica claro porque a burguesia industrial nacional compactuou com os grandes proprietários de terras, pois, com o incentivo fornecido pelo governo, os grandes produtores se tornavam consumidores da indústria.

Com relação aos resultados da modernização tecnológica da agricultura, não podemos negar que esse processo gerou efeitos considerados positivos no plano econômico para o setor agrícola brasileiro, tais como:

- a transformação da base técnica;
- o aumento médio da produtividade, graças à utilização de insumos modernos; e,
- o aumento da produção agropecuária nacional, que possibilitou ao país ampliar as suas divisas por meio do aumento das exportações e também gerar um crescimento do mercado interno.

No entanto, os efeitos positivos só ficaram na esfera econômica, enquanto que para o âmbito social, espacial, cultural e ambiental a “modernização conservadora”:

- intensificou o êxodo-rural com o processo de expropriação de meeiros, arrendatários, parceiros e pequenos produtores familiares do espaço rural em virtude da mecanização das atividades agrícolas, diminuindo drasticamente a oferta de trabalho nas grandes lavouras;
- ampliou a concentração fundiária;
- agravou ainda mais as desigualdades sociais, pois os resultados econômicos dessa modernização pouco beneficiou a classe trabalhadora, favorecendo as elites, ou seja, os grandes produtores, os latifundiários e os industriais, ao passo que a classe trabalhadora pouco se beneficiou desse processo;

- causou sérios danos ambientais em algumas regiões, com a compactação do solo pela utilização intensiva de tratores e máquinas pesadas, a poluição dos solos e dos rios por agrotóxicos e fertilizantes químicos etc.; e,
- provocou danos à saúde humana pela utilização em massa de biocidas e adubos químicos nas lavouras, que contaminam os alimentos produzidos que são consumidos pela população.

Hespanhol (2000, p.24) ao analisar a expansão da agricultura moderna para o Centro-Oeste brasileiro constatou que,

[...] o processo de alteração da base técnica e econômica da agricultura nos moldes em que se deu, levou ao afloramento, na região, de problemas relacionados à questão do acesso a terra, da exclusão de pequenos produtores, da baixa qualificação de mão-de-obra, da elevada concentração de renda, enfim, de todos os problemas gerados pelo modelo de crescimento agrícola (modernização conservadora) implementado no país a partir da década de 1960. [...]. A chamada agricultura convencional, altamente dependente dos insumos externos e da utilização de máquinas e implementos pesados, compromete a qualidade do solo, sendo muito comum na região a ocorrência dos processos de erosão e de compactação, o que a médio prazo, poderá, não somente, inviabilizar a atividade agrícola, como degradar amplamente os recursos naturais.

Dessa maneira, vemos que os resultados gerados pela modernização tecnológica da agricultura só fizeram ampliar ainda mais as desigualdades sociais e a concentração fundiária no país, bem como causar sérios danos ao meio ambiente.

Assim, conforme ressaltam Bergamasco; Norder (2003, p.30),

[...] diversas análises sobre a modernização tecnológica da agricultura brasileira demonstram que sua expansão não conduzia necessariamente à erradicação da fome. A exclusão social deste modelo de desenvolvimento é hoje bastante conhecida, e o mapa da fome realizado pelo Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas – IPEA [...] a partir de estimativas do IBGE indicaram na primeira metade dos anos 90, a existência de risco alimentar entre aproximadamente 32 milhões de brasileiros, sendo que cerca da metade deste total estaria vivendo na zona rural.

Em suma, realizando uma avaliação da modernização tecnológica da agricultura, constata-se que houve bem mais resultados negativos do que positivos para a sociedade como um todo, sobretudo para os menos favorecidos.

Nesse sentido, percebemos que o caminho (“forçado”) escolhido para o “desenvolvimento” da agricultura brasileira (modernização do latifúndio sem reforma da estrutura agrária) a partir do golpe de estado de 1964, evidentemente não foi o melhor

caminho para o desenvolvimento do país no âmbito econômico²² e, principalmente, em termos social e ambiental, alargando ainda mais as desigualdades e devastando e poluindo, de forma intensiva, os recursos naturais.

Nesse sentido, segundo Graziano da Silva (1996, p.06),

A solução da modernização da agricultura, acelerada com a “industrialização” dos campos nos anos 60/70, se de um lado resolveu a crise agrícola (que ainda mantinha sinal negativo, ou seja, insuficiência de oferta em alguns subsetores, particularmente no de alimentos) só veio a agravar a crise agrária. Mais que agravá-la, a modernização acelerada da agricultura do centro sul do país nos anos 70, transformou a crise agrária brasileira na raiz da crise urbana das grandes metrópoles. As cidades incharam e o campo esvaziou-se [...].

Só podemos entender a escolha adotada para a agricultura pela elite do país no início da década de 1960 no plano político, pois vimos que foi um conjunto de interesses da burguesia industrial e da oligarquia agrária que sufocaram o principal momento de possibilidade da realização de uma verdadeira reforma agrária no Brasil que culminou com o golpe militar.

1.1.5 – A “Nova República”: emergência de grupos e movimentos sociais de luta pela terra e a Constituinte de 1988 como obstáculo jurídico à reforma agrária

Quando a ditadura chegou ao fim em meados da década de 1980, pensava-se que a reforma agrária poderia ser realizada, pois o Estado brasileiro voltava a ser democrático, dando a oportunidade aos movimentos sociais²³ de luta pela terra, igrejas, sindicatos e partidos políticos de pressionarem o governo no sentido da realização da reforma agrária.

O MST, a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Partido dos Trabalhadores (PT) e a Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), constituíram-se nos principais grupos de pressão a favor da reforma agrária no final da ditadura militar.

O primeiro governo democrático pós-abertura política, sob a presidência de José Sarney, chegou a elaborar o I Plano Nacional da Reforma Agrária. Todavia, esse plano não

²² O setor agropecuário no Brasil passou a ter uma grande dependência do capital internacional e do mercado mundial, não privilegiando o mercado interno e não garantindo segurança alimentar para o país.

²³ No fim do período militar surge o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), apoiado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), no Rio Grande do Sul, que se constituiu no principal movimento social de luta pela terra no Brasil até hoje.

foi aplicado como deveria, visto que as forças contrárias à reforma agrária, novamente, eram maiores, pois,

Terminou a ditadura e sobrou a questão agrária não resolvida e mal encaminhada. [...] a ditadura resolvera modernizar a economia dos grandes proprietários de terra promovendo uma associação entre o grande capital e a grande propriedade territorial, através de incentivos fiscais. Qual foi o resultado? Foi o fortalecimento dos grandes proprietários de terra e a transformação do grande capital, supostamente comprometido com a modernização do país e por ela orientado, também em proprietário de terra. Portanto, um aliado a mais na resistência à reforma agrária. Isso tornou mais difícil fazer qualquer tipo de reforma porque hoje a propriedade da terra é de interesse de todos os setores poderosos da economia. [...]. Propor uma reforma agrária significa desafiar seus interesses ou, então, indenizá-los a preços que incluem a especulação imobiliária, o que significa não fazer reforma agrária (MARTINS, 1997, p.35).

Dessa maneira, mais uma vez o Brasil teve a oportunidade de realizar a reforma agrária e novamente ela foi barrada pelos interesses particulares dos grandes proprietários de terra.

Nesse sentido, no plano jurídico, no período que vai do fim da ditadura militar (meados da década de 1980) a meados da década de 1990,

Configura-se a criação de obstáculos jurídicos e administrativos que apontavam para uma paralisação não apenas política, mais também jurídica e institucional dos programas de implementação de assentamentos rurais que, ainda que muito lenta e parcialmente, vinham sendo implementados nos anos 80. O Governo Collor deu continuidade a esta paralisação política e institucional da reforma agrária. [...] a legislação agrária, sobretudo após a constituinte, a Lei Agrária e suas complementações e regulamentações, tornou-se contraditória e complicada (BERGAMASCO; NORDER, 2003, p.33-34).

Sobre a constituinte de 1988, Sorj (1998, p.29) salienta que,

[...] procurou-se avançar uma legislação que permitisse expropriação por interesse social e sumária de terras improdutivas, o que terminou em fracasso total. As forças conservadoras conseguiram vetar qualquer mudança relevante na legislação e impuseram uma legislação mais regressiva que a herdada dos militares.

Assim, os obstáculos jurídicos para a realização da reforma agrária refletem a supremacia da elite latifundiária que permeia a política nacional e a “derrota” dos movimentos populares no final da década de 1980 e início da década de 1990, com o governo neoliberal de Collor.

1.1.6 – Pressão dos movimentos sociais de luta pela terra e aumento do número de assentamentos rurais

Apesar das derrotas políticas, os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, com o apoio da CPT, cresceram e se expandiram pelo território nacional, aumentando o número de integrantes e simpatizantes que, por consequência, ampliou o poder de pressão, principalmente, por meio de ocupações e a realização de acampamentos em grandes fazendas improdutivas ou com títulos de propriedade contestados.

Dessa maneira, em meados da década de 1990, o MST tem uma repercussão nacional com a ocupação de várias fazendas, principalmente no Pontal do Paranapanema, passando assim a entrar na mídia e ganhar uma pequena parte da opinião pública a seu favor.

A partir de meados da década de 1990, o governo federal, com o primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, começou a acelerar os processos de desapropriação de terras e a intensificar a implantação de assentamentos rurais. Nesse sentido, de acordo com a tabela 01, o número de famílias assentadas aumentou até 1999 e voltou a regredir a partir do ano 2000, em decorrência de mobilizações contra a reforma agrária, liderada principalmente pela União Democrática Ruralista (UDR), grupo que defende os interesses dos grandes proprietários de terras.

Tabela 01: Número de famílias assentadas pelo Governo Federal - 1995-2002

| Ano | 1995 | 1996 | 1997 | 1998 | 1999 | 2000 | 2001 | 2002 |
|---------------------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|
| Famílias assentadas | 30.716 | 41.717 | 66.837 | 98.740 | 99.201 | 69.929 | 73.754 | 43.486 |

Fonte: BRASIL/MDA²⁴, 2003.

Martins (2000) elabora uma crítica ao MST e a CPT, salientando que esses se constituíram em grupos de mediação pela reforma agrária, permeados pela ideologia da classe média. O autor frisa que os mediadores da luta pela terra (sindicatos, agentes de pastorais, militantes, intelectuais etc.) são integrantes da classe média, cujos interesses e visões de mundo se afastam dos verdadeiros protagonistas da questão agrária, que são os trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, meeiros, minifundiários, pequenos arrendatários etc. havendo assim um desencontro entre a reforma agrária almejada pelos mediadores da luta pela terra e um projeto de reforma agrária aceita pelo Estado, o que segundo Martins (2000) acaba impossibilitando o diálogo para debater a realização de uma reforma agrária possível.

Martins (2000, p.25-26) destaca que,

²⁴ Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

O desencontro está, sobretudo, no fato de que MST e Igreja conseguiram colocar a questão agrária na agenda do Estado Brasileiro e, ao mesmo tempo não legitimam essa inclusão. Não legitimam ao se recusarem a aceitá-la como fato político, que tem como implicação necessária e inevitável a negociação e o acordo quanto à viabilidade, à extensão, à forma e à qualidade da reforma. [...] Quem quer ganhar tudo, tudo perde, como está acontecendo. O MST e as igrejas, e não só a CPT, vão ficando fora do amplo processo de reforma agrária conduzida pelo Estado. Estão deixando de ser protagonistas políticos daquilo que poderia ser sua maior e única vitória.

Dessa maneira, Martins (2000) ressalta que o MST e as igrejas (principalmente a católica) pela dificuldade em manterem o diálogo com o governo federal acabam dificultando a realização de uma reforma agrária no Brasil.

No entanto, é preciso reconhecer que os projetos de assentamentos rurais implantados até hoje, em sua maioria, só ocorreram em virtude da pressão social, principalmente destes grupos, pois se fosse deixado à vontade do Estado muito pouco, ou quase nada, tinha sido feito com relação à desapropriação de terras e a implantação de assentamentos rurais, visto que os grandes proprietários de terras possuem a maioria dos representantes no meio político nacional.

1.2 – Importância e perspectivas da reforma agrária no Brasil

O número de assentamentos implantados pelo Estado na década de 1990 foi uma vitória dos grupos e movimentos sociais de luta pela terra. No entanto, a quantidade não se reflete na qualidade, ou seja, os assentamentos implantados pelo Governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), principalmente em sua primeira gestão 1994-1998, possuem carências no que se refere ao crédito, extensão rural, educação, lazer e saúde. Têm equívocos também por não considerar as diferenças regionais e as particularidades locais, dentro de cada estado.

Nesse sentido, podemos afirmar que não se tem realizado uma reforma agrária no Brasil, mas uma política de assentamentos rurais com pouca preocupação quanto ao futuro do assentado, ou seja, com as condições necessárias para o mesmo produzir de forma viável, bem como se reproduzir socialmente, permanecendo no campo com qualidade de vida.

Essa política de implantação de assentamentos rurais não se constitui numa verdadeira reforma agrária pelo fato de que, na maioria das desapropriações de terras, ocorre a indenização dos “proprietários” a preços que incluem a especulação imobiliária, o que impede um melhor investimento nos assentamentos, dificultando uma reforma ampla na estrutura agrária.

Dessa maneira, a desapropriação de grandes propriedades para a realização de assentamentos rurais por meio da compra de terras pelo Estado, com o pagamento da dívida agrária, com preços que só interessam aos grandes proprietários, não é reforma agrária, mas um “negócio agrário”.

1.2.1 - A importância da reforma agrária

No nosso entender, uma ampla e eficaz reforma agrária ainda é importante para se atingir, não só uma modernização econômica e tecnológica, mas, uma modernização social, com mais qualidade de vida para a população como um todo e uma maior equidade social.

A reforma agrária também possui importância econômica, fortalecendo a produção familiar no Brasil, dinamizando assim, o mercado interno, principalmente por meio da produção de alimentos.

Nesse sentido, de acordo com Martins (1997, p.48),

[...] uma reforma agrária ampla e conseqüente, de verdade, promoveria um grande salto histórico na vida do país: diminuiria a miséria urbana, criaria uma válvula de segurança para as mudanças econômicas e tecnológicas aceleradas pelas quais estamos passando, ampliaria o mercado e teria um efeito multiplicador de benefícios salutar no conjunto da sociedade, além de viabilizar o processo de modernização social e política. Só elites obtusas não podem ver isso.

Dessa maneira, segundo Veiga (1991) para o desenvolvimento da produção familiar no Brasil é necessário, antes de tudo, a superação da extrema desigualdade na estrutura fundiária por meio de uma política de reforma agrária.

Segundo Veiga (1991), essa política, com a implantação de assentamentos rurais (acompanhada de crédito para custeio e investimento e assistência técnica), deve fornecer terra para parceiros e arrendatários subordinados às grandes propriedades e que torne os minifundiários produtores com maior acesso a terra, juntamente com as devidas condições para o assentado produzir de forma viável.

Segundo Alentejano (2003) existem pelo menos três posições no debate atual da reforma agrária no Brasil. A primeira seria a defesa da estrutura de classes, conferindo um papel marginal à reforma agrária, mantendo o latifúndio e o poder dos grandes proprietários de terras, que é constituída, logicamente, pelos grandes proprietários de terras que tem seus interesses defendidos.

Uma segunda posição, defendida por alguns setores da classe média, seria uma crítica parcial e limitada à estrutura agrária brasileira, propondo, do mesmo modo, uma reforma

agrária também limitada, fortalecendo o segmento familiar da agricultura, mas sem alterar o segmento patronal.

A terceira posição no tocante à reforma agrária, defendida pelos movimentos sociais e alguns partidos políticos de esquerda, é a que propõe uma profunda e ampla reforma agrária, que realmente alterasse a atual estrutura fundiária proporcionando o acesso a terra a um vasto setor de excluídos, garantindo a subsistência alimentar e a inserção ao mercado, promovendo uma redução das desigualdades e injustiças sociais.

Tendo em vista essas três posições com relação à reforma agrária, entendemos que a terceira posição é mais coerente com uma proposta de desenvolvimento que leve em conta não só o aspecto econômico, mas, principalmente, o social, o político, o cultural, o ambiental, enfim, as várias dimensões da realidade. Dessa maneira, de acordo com Alentejano (2003, p.142), é preciso “[...] pensar a reforma agrária como parte fundamental de um amplo processo de reestruturação espacial do meio rural brasileiro e condição essencial para a construção de um novo ordenamento territorial no país”.

Nesse sentido, Oliveira *apud* Alentejano (2003, p.137) salienta que,

No Brasil, é quase consenso que qualquer alternativa de remoção da exclusão social no país passa pela Reforma agrária. Ela tem, portanto, um objetivo social, ou seja, é o caminho para retirar da marginalidade social, no mínimo, uma parte dos pobres. Mas a Reforma agrária é também econômica, porque certamente levará a um aumento da oferta de produtos agrícolas destas pequenas unidades ao mercado. A Reforma agrária, porém, tem também que ser política. Tem que ser instrumento mediante o qual esta parcela da população conquiste sua cidadania.

De acordo com Alentejano (2003), é preciso pensar novas possibilidades de resolução da reforma agrária tendo em vista as transformações do espaço agrário brasileiro e as mudanças na relação campo-cidade. Dessa maneira, segundo esse autor, as possibilidades de reforma da estrutura agrária brasileira devem contemplar os seguintes princípios:

- 1) Ao contrário de apostar na urbanização como futuro da organização do espaço brasileiro, devemos nos pautar pela ruptura da dicotomia campo-cidade, através da multiplicação nos assentamentos rurais e nas pequenas cidades da infra-estrutura e dos serviços vistos até o momento como sinônimos de urbanização. [...].
- 2) Em contrapartida à aposta individualista na capacitação para a competição no mercado, devemos pensar a capacitação para a cooperação e o exercício da solidariedade, fazendo dos assentamentos espaços não apenas de cooperação interna da produção, mas do exercício de solidariedade em relação à população de seu entorno;
- 3) Outro desafio central está na formulação de um modelo de desenvolvimento sustentável, ou seja, na criação e na implementação de um modelo de desenvolvimento capaz de gerar renda e alimentos suficientes para a garantia de uma boa qualidade de vida para a população assentada, mas também de garantir a

qualidade dos alimentos produzidos, a preservação (ou recuperação) ambiental, através de práticas agroecológicas (ALENTEJANO, 2003, p.138).

Desse modo, entendemos que a reforma agrária é ainda importante e necessária, não apenas no âmbito social, como argumentam muitos estudiosos da questão agrária, mas também no âmbito econômico e político, bem como na questão ambiental.

1.2.2 – Desenvolvimento territorial, assentamentos rurais e organizações coletivas na pequena produção familiar

Um projeto de reforma agrária na atual conjuntura para realmente ser viável e promover uma dinamização do espaço rural tem que ser concebido a partir de uma visão de desenvolvimento territorial considerando o capital social dos territórios.

Nesse sentido, segundo Abramovay (2000, p.13),

Uma visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais que, até hoje, o meio rural não revelou à sociedade. Visto como a base física da produção agrícola, seu destino dificilmente escapa à tragédia do esvaziamento social, econômico, político e cultural. Quando, entretanto, o meio rural é encarado, não como a simples sustentação geográfica de um setor (a agricultura), mas como base de um conjunto diversificado de atividades e de mercados potenciais, seus horizontes podem ser ampliados.

É preciso mudar a maneira de pensar a agricultura como um setor econômico separado da sociedade, mas sim articulado com a economia e com a sociedade. Assim, o desenvolvimento rural não pode estar separado do desenvolvimento urbano e das questões ambientais.

Abramovay (2000, p.13), destaca ainda que,

Construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural consiste, antes de tudo em fortalecer o capital social dos territórios, muito mais do que em promover o crescimento desta ou daquela atividade econômica. O próprio crescimento urbano recente aumenta a demanda por novos produtos e novos serviços vindos do meio rural. O desafio consiste em dotar as populações vivendo nas áreas rurais das prerrogativas necessárias a que sejam elas os protagonistas centrais da construção dos novos territórios.

O desenvolvimento territorial passa pela constituição de novos atores sociais locais e novas instituições que fortaleçam os capitais sociais do território. Dessa maneira, a implantação de projetos de assentamentos rurais está diretamente relacionada à idéia de desenvolvimento territorial, visto que pode promover a constituição de novos atores sociais locais que pode dinamizar o lugar e/ou a região em que forem instalados, mas depende

também dos investimentos em infra-estrutura e o fortalecimento do capital social e a articulação com o mercado local/regional.

Nesse sentido, Veiga (2001, p.83-84), ao formular uma estratégia de desenvolvimento rural para o Brasil, propõe,

[...] o surgimento de um contrato territorial de desenvolvimento (CTD) a ser firmado com articulações intermunicipais cujos planos microrregionais de desenvolvimento rural sejam selecionados por instâncias competentes [...] As ações de desenvolvimento rural que precisam ser subvencionadas no âmbito dos CTD são de três tipos básicos: (A) aquisição de competência; (B) programas de inovação rural; e (C) criação em rede.

Além de estarem inseridos em uma estratégia de desenvolvimento territorial, os projetos de assentamentos rurais baseados na pequena produção familiar precisam ser concebidos, também, considerando a formação da coletividade, como a constituição de associações de produtores ou núcleos de cooperação, por exemplo. Isso porque o sistema capitalista atual é muito competitivo e, se o pequeno produtor se inserir de forma isolada no mercado fatalmente não terá condições de competir com o médio e o grande produtor.

Desse modo, Farina e Lazzarini (1999, p.02) salientam que,

Um pequeno produtor não pode contratar um gerente financeiro, um especialista de marketing ou um engenheiro agrônomo, mas um conjunto de produtores pode. Não só os custos são compartilhados, mas é possível que se tenham efeitos sinérgicos. Neste sentido, a cooperação também auxilia na redução dos entraves associados à baixa escala operacional. Ultimamente as organizações cooperativas não têm sido bem vistas pela sociedade ou mesmo pelos empresários. No entanto são cada vez mais importantes na busca de obtenção e preservação de vantagens competitivas aos pequenos e médios produtores.

Dessa maneira, a solução para a inserção competitiva no mercado da pequena produção familiar, em especial a dos assentamentos rurais, é se inserir de forma coletiva, tendo assim mais força para permanecer de maneira viável no mercado. A união dos pequenos produtores é essencial para comprar trator para uso coletivo, insumos agrícolas e máquinas de forma coletiva, comercializar a produção com preços melhores, bem como, para reivindicar seus direitos e interesses na sociedade capitalista.

1.2.3 - O II Plano Nacional de Reforma Agrária

Para termos uma idéia do que está sendo alterado na política com a mudança de governo em nível federal, tendo início em 2003, com o mandato do Presidente Luiz Ignácio Lula da Silva, é necessário avaliar o II PNRA proposto, que está em vigor (2004 a 2007).

Assim, a partir da análise do II PNRA do atual governo, observamos que o mesmo propõe várias medidas interessantes com relação à mudança de estrutura fundiária, viabilidade dos assentamentos rurais e distribuição de renda, bem como a inclusão e reinclusão de várias famílias no processo produtivo, constituindo uma política de combate à desigualdade.

Dessa maneira, o Plano vai exigir primeiramente uma integração interinstitucional entre os vários ministérios e órgãos federais relacionados com a questão agrária.

O Plano deixa bem claro a importância econômica dos assentamentos rurais de reforma agrária como um setor estratégico para a segurança alimentar.

O cenário de retomada do crescimento econômico e de expansão das exportações agrícolas combinado com as metas do Fome Zero de inclusão de 44 milhões de pessoas no Programa Bolsa-Família em 4 anos projeta uma ampliação da demanda por alimentos e produtos agrícolas que deverá ser suprida pela produção da agricultura familiar e dos assentamentos de reforma agrária. [...] Sua dimensão social se combina com implicações macroeconômicas por meio da inclusão de um setor dos agricultores que está excluído do circuito econômico, da geração de milhões de novas ocupações, da utilização de terras que não cumprem sua função social e da ampliação da produção de alimentos de forma integrada às políticas de segurança alimentar (BRASIL/MDA, 2003, p.4-5).

O Plano tem uma visão ampla com respeito à reforma agrária, entendendo que para viabilizar os assentamentos e almejar uma mudança na estrutura agrária brasileira é preciso,

[...] democratizar o acesso a terra, desconcentrando a estrutura da propriedade da terra, e intervir sobre a estrutura produtiva por meio de garantia do Crédito, do Seguro Agrícola, da Assistência Técnica e Extensão Rural, de políticas de comercialização e de agroindustrialização (BRASIL/MDA, 2003, p.4).

Outro aspecto positivo do Plano é o reconhecimento das diversidades regionais e culturais e a desigualdade entre os sexos no Brasil, visto que o país é muito heterogêneo. Com o objetivo de viabilizar os assentamentos de reforma agrária, o II PNRA considera a necessidade da formação de cooperativas e associações de produtores.

O Plano vai além também ao adotar a idéia de desenvolvimento do espaço rural como um desenvolvimento territorial sustentável.

Na nossa avaliação, o principal ponto positivo do Plano é o enfoque geográfico de realização da reforma agrária, visto que,

Ao invés de um modelo único para todas as regiões do país, o Plano prevê a adequação do modelo de reforma agrária às características de cada região, de cada bioma. Ao invés de uma ação dispersa espacialmente e desarticulada, o Plano organizará sua atuação em áreas reformadas, o que reforçará o caráter dinâmico da reforma agrária e seu papel na constituição de um novo tecido social em âmbito regional e nacional (BRASIL/MDA, 2003, p.10).

As áreas reformadas são as bases para a intervenção estatal nos assentamentos, contemplando a diversidade regional, evitando o isolamento dos assentamentos e, potencializando, assim, os investimentos.

Com a determinação de concretizar essa questão das diversidades espaciais do território brasileiro para a implantação de assentamentos rurais, o Plano considera:

[...] a ativa participação dos movimentos e entidades da sociedade civil. [...] amplamente discutido e desdobrado em planos regionais e estaduais, de tal forma que a estratégia de desenvolvimento rural nele contida possa, no diálogo democrático e criativo, com as diversas instituições, entidades e movimentos desdobrar-se em planos territoriais que integrem e potencializem as ações de diferentes esferas de governo e seus respectivos órgãos (BRASIL/MDA, 2003, p.06).

Apesar dos vários aspectos positivos do II PNRA, há também vários aspectos que impedem a realização de uma verdadeira reforma agrária, que seja realmente capaz de transformar a estrutura agrária brasileira, desconcentrando a posse da terra, dinamizando o espaço rural e proporcionando o desenvolvimento de uma forma ampla.

Um desses obstáculos é o crédito fundiário mantido principalmente para minifundiários, que é “[...] um mecanismo de acesso a terra por meio do financiamento da aquisição do imóvel rural” (BRASIL/MDA, 2003, p.21), destinados para 130 mil famílias, enquanto que a distribuição de terras é prevista para 400 mil famílias. Esse sistema de assentamentos rurais que proporciona a aquisição de mais terra pelo minifundiário por meio da compra do beneficiário deixa-o endividado.

A distribuição de terras só é prevista para trabalhadores rurais sem-terra, posseiros, populações ribeirinhas, comunidades quilombolas, etc., enquanto que os minifundiários só são contemplados com crédito fundiário, ou seja, empréstimo para comprar mais terra.

O II PNRA também expressa contradições entre a política mais geral do Governo Lula, seja ao nível macroeconômico, seja em relação às alianças políticas com partidos de direita (como o Partido Liberal) que, por exemplo, inviabilizam a revogação da medida provisória que criminaliza as ocupações de terras.

Outro aspecto negativo é a ausência de critérios que viabilizem a sucessão da posse da terra para os filhos dos assentados.

Por fim, nota-se que não há referência no II PNRA do uso coletivo da terra pelos beneficiários, que poderia gerar um espírito de coletividade ao invés da individualidade, podendo facilitar a viabilização dos assentamentos.

1.2.4 - O “saldo” da política de assentamentos rurais do Governo Lula

Com relação ao balanço da “reforma agrária”, ou melhor dizendo, da política de assentamentos rurais, dos 3 (três) primeiros anos do governo atual (2003, 2004 e 2005), realizamos várias pesquisas, inclusive no site do INCRA, com a intenção de obter dados e informações sobre o número de famílias assentadas, mas não encontramos nenhuma informação disponível. Essa indisponibilidade dos dados já demonstrava que o II PNRA não estava sendo executado no sentido de cumprir a meta 1, que era o assentamento de 400 mil novas famílias.

Por não conseguirmos obter o acesso aos dados de fontes oficiais, balizaremos nossa análise sobre o “saldo” da política de assentamentos do Governo Lula a partir do trabalho desenvolvido pelo Geógrafo Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2006) que se intitula: “A ‘não reforma agrária’ do MDA/INCRA²⁵ no Governo Lula”.²⁶

Segundo Oliveira (2006), houve manipulação dos dados e estatísticas pelo MDA/INCRA, fazendo com que os dados referentes à reordenação fundiária²⁷, regularização fundiária²⁸ e reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens²⁹ fossem

²⁵ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA).

²⁶ O autor supracitado obteve acesso aos dados referentes ao número de famílias assentadas no Governo Lula, conforme ele mesmo relatou, da seguinte maneira:

“Em ato contínuo, o INCRA divulgou em seu site a listagem por superintendência, com nome dos municípios, nomes dos projetos e ano de implantação, nomes dos beneficiários das RBs (Relação de Beneficiários) homologadas. Esta relação estava no site do INCRA no dia 23/01/2006 às 23:25hs, quando a baixei em meu computador. [...] Entretanto, para meu espanto e certamente de muitas outras pessoas que acessam as páginas do governo na Internet, quando, no Instituto Iandé, baixei novamente o citado arquivo que estava disponível no site do INCRA, no dia 13/02/2006 às 13:27hs, fui alertado por Camila Salles de Faria e Maira Bueno Pinheiros, que a nova listagem baixada não continha mais os anos dos assentamentos. Portanto, MDA/INCRA agiu efetivamente, de forma intencional em tentar esconder qualquer possibilidade de descoberta das irregularidades com os dados. Por sorte, tenho gravado como prova com o registro da Internet as duas tabelas”(OLIVEIRA, 2006, p.11).

²⁷ “[...] refere-se aos casos de substituição e/ou reconhecimento de famílias presentes nos assentamentos já existentes, e/ou para garantir seus acessos às políticas públicas” (OLIVEIRA, 2006, p.07).

²⁸ “[...] refere-se ao reconhecimento do direito das famílias (populações tradicionais, extrativistas, ribeirinhos, pescadores posseiros, etc.) já existentes nas áreas objeto da ação (flonas, resex, agroextrativistas, desenvolvimento social, fundo de pastos, etc.) (OLIVEIRA, 2006, p.07).

²⁹ “[...] referente aos proprietários ou com direitos adquiridos em decorrência de grandes obras de barragens e linhas de transmissão de energia realizadas pelo Estado e/ou empresas concessionárias e/ou privadas” (OLIVEIRA, 2006, p.08).

considerados como sendo também reforma agrária³⁰, havendo assim um “inchaço” artificial dos números da meta 1 do II PNRA.

Nesse sentido, Oliveira (2006, p.12) salientou o seguinte:

Quando o INCRA faz o reconhecimento de assentamento antigo, ou de posses, ou de reassentamento de atingidos por barragens, ou de famílias que “compram” ou não vagas de famílias já assentadas, “tecnicamente para o Cadastro do INCRA” elas entram através das RBs homologadas. Dessa forma, a rotina técnica contém um equívoco conceitual propositado que visa reunir em uma mesma classificação, assentamentos que são conceitualmente diferenciados.

Dessa maneira, em 2003 a meta para o assentamento de famílias sem terra era de 30.000. De acordo com a tabela 02, o MDA/INCRA divulgaram o assentamento de 36.308 famílias, superando então a meta para 2003. No entanto, segundo Oliveira (2006), houve apenas 9.233 novas famílias implantadas efetivamente, ou seja, excluindo os números referentes à reordenação e regularização fundiária e reassentamentos fundiários de famílias atingidas por barragens, ficando bem aquém da meta proposta no II PNRA.

Tabela 02: Número de famílias assentadas pelo Governo Federal – 2003-2005.

| Anos | Meta do II PNRA | Números divulgados pelo MDA/INCRA | Famílias efetivamente assentadas ³¹ |
|------|-----------------|-----------------------------------|--|
| 2003 | 30.000 | 36.308 | 9.233 |
| 2004 | 115.000 | 81.254 | 34.185 |
| 2005 | 115.000 | 127.511 | 45.509 |

Fonte: Oliveira (2006).

Em 2004 a história não foi diferente, pois de uma meta de 115.000, o MDA/INCRA publicaram que realizaram o assentamento de 81.254 famílias, no entanto, efetivamente, só foram assentadas 34.185 novas famílias.

No ano de 2005 a manipulação dos números referentes ao assentamento de famílias sem-terra continuou ocorrendo para demonstrar o suposto cumprimento das metas do II PNRA. Assim, de uma meta de 115.000 famílias em 2005, foram divulgados pelo MDA/INCRA o assentamento de 127.511 famílias, ultrapassando então a meta 1 para o ano de 2005. Porém, ocorreram de fato o assentamento de apenas 45.509 novas famílias.

Nesse sentido, realmente não houve a reforma agrária tão divulgada e teoricamente elaborada pelo II PNRA.

Assim, segundo Oliveira (2006, p.21-22),

³⁰ Conforme o II PNRA: “[...] refere-se somente aos assentamentos decorrentes de ações desapropriatórias de grandes propriedades improdutivas, compra de terra e retomada de terras públicas griladas”. (OLIVEIRA, 2006, p.08).

³¹ Segundo Oliveira (2006).

[...] o governo Lula fechou o terceiro ano do mandato, acumulando uma diferença negativa na relação números alcançados e metas estipuladas de 69.491 famílias em 2005, que somadas às outras diferenças negativas dos anos anteriores deu uma cifra de 156.286 famílias pelos indicadores do NERA³² em 2003 e 2004, e de 171.073 famílias pelos meus cálculos. Isso quer dizer que o MDA/INCRA assentou referente à Meta 1 do II PNRA, apenas e tão somente 89.927 famílias, ou 34,2% das metas estabelecidas para os três primeiros anos de governo. Pode-se concluir, portanto, que a teoria do um terço das metas se manteve constante, e com ele a tese da não reforma agrária. (Grifo do autor).

Em suma, podemos concluir que não foi realizada e não há perspectivas de ser efetivamente executado o II PNRA do atual governo. Na verdade, assim como ocorreu no Governo FHC, não há também no Governo Lula uma política de reforma agrária, mas uma política de assentamentos rurais. Nessa perspectiva, a Reforma Agrária no Brasil segue, cada vez mais sendo um sonho e/ou uma utopia dos que ainda acreditam ser uma alternativa de desenvolvimento para o Brasil, diminuindo o problema do desemprego e de vários problemas sociais, e garantindo segurança alimentar para país.

Tendo em vista o grande número de assentamentos rurais implantados pelo Estado, principalmente durante a década de 1990, é importante analisar os efeitos, mudanças e resultados na realidade brasileira e em diferentes regiões e locais do país para dar conta da diversidade de situações.

Nessa perspectiva, realizamos uma revisão bibliográfica de estudos sobre os efeitos socioeconômicos dos assentamentos rurais em âmbito nacional, regional e local.

³² Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA).

*A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA
DOS ASSENTAMENTOS RURAIS*

II – A IMPORTÂNCIA SOCIAL E ECONÔMICA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS

A reforma agrária na atual conjuntura possui ainda importância para o país, principalmente no âmbito social, sendo considerada uma política de distribuição de renda e de inclusão social, propiciando o acesso a terra tanto aos pequenos arrendatários, parceiros, meeiros e minifundiários como uma grande parcela de pessoas que estão nas periferias das grandes cidades, excluídas do mercado de trabalho.

Até porque, segundo Martins (2000, p.37),

[...] os fatos demonstram, no período recente, que a disseminação da agricultura familiar, com base nos assentamentos da reforma agrária, para não poucas famílias, multiplica a renda, melhora a qualidade de vida e suprime fatores de anomia e desagregação familiar.

Assim, alguns estudiosos brasileiros vêm realizando pesquisas para analisar os efeitos sociais dos assentamentos rurais implantados nas décadas de 1980/1990, como, por exemplo, os trabalhos desenvolvidos por Zamberlam; Florão (1991), Medeiros; Leite (2004), Leite *et al.* (2004) entre outros.

Dessa maneira, há vários estudos de caso que comprovam a relevância social e econômica dos assentamentos rurais no Brasil.

Nessa perspectiva, destacaremos alguns estudos que abordam a questão dos impactos socioeconômicos dos assentamentos rurais, em âmbito regional, estadual e local.

2.1 - Os efeitos sócio-econômicos dos assentamentos rurais em âmbito regional e estadual

Há no Brasil importantes estudos que retratam a realidade sócio-econômica dos assentamentos rurais em âmbito regional, evidenciando os efeitos e resultados dos assentamentos, principalmente, nas dimensões econômica e social.

Nessa perspectiva, Leite (1997) analisa os impactos dos assentamentos rurais no Brasil e deixa claro quando diz que, “os assentamentos não só geraram empregos e, de alguma maneira, aumentaram o nível de renda das famílias assentadas, como também transformaram em maior ou menor medida as relações de poder local” (LEITE, 1997, p.168).

Segundo Leite (1997), a tentativa mais ambiciosa de estudos de assentamentos rurais no Brasil foi a pesquisa realizada pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO). Neste estudo foram selecionados 440 assentamentos criados entre outubro de 1985 e outubro de 1989 e, desse total, selecionou-se uma amostra de 44 casos distribuídos

por todos os estados do país. Dessa maneira, Leite (1997, p.165) salienta que, entre as conclusões da pesquisa da FAO,

[...] os autores apontam, a partir da análise de variáveis como geração e distribuição de renda, capitalização, características do processo produtivo, comercialização da produção, etc., que os assentamentos revelaram-se eficazes promotores do desenvolvimento rural e de fixação do homem no campo.

Mais recentemente, foi desenvolvido um estudo sobre os impactos dos assentamentos rurais no Brasil de âmbito regional, que sem dúvida é um dos mais importantes realizados até o presente momento. Trata-se do trabalho coordenado por Leite *et al.* (2004) que se intitula “Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro” que foi publicado em 2004.

A pesquisa que deu origem a este trabalho, denominada “Os impactos regionais da reforma agrária: um estudo sobre áreas selecionadas”, foi realizada entre janeiro de 2000 e dezembro de 2001, por solicitação do Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural do Ministério do Desenvolvimento Agrário, sendo parte integrante do Projeto de Cooperação Técnica do Instituto Interamericano de Cooperação Agrícola (IICA).

Esta pesquisa teve um caráter interinstitucional e multidisciplinar, coordenada conjuntamente pelo Curso de Pós-graduação em Desenvolvimento, Agricultura e sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e pelo Núcleo de Antropologia Política.

Para a definição e seleção das áreas a serem objeto de análise, a partir da aplicação de questionários, Leite *et al.* (2004) optaram por escolher áreas com a concentração de projetos de assentamentos e de famílias assentadas por unidade territorial, ou seja, os espaços da territorialização dos assentamentos.

Dessa maneira, segundo Leite *et al.* (2004, p.19), “[...] essas áreas não apresentam necessariamente coincidência com nenhum recorte administrativo ou regional preexistente, algumas abrangendo uma pequena parte de um estado, outras envolvendo partes de dois ou três estados da federação [...]”.

Nessa perspectiva, Leite *et al.* (2004) selecionaram seis destas áreas (denominadas pelos autores de “manchas”) para a realização da pesquisa. As seis áreas (ou, segundo os autores, “manchas”) selecionadas foram as seguintes: Mancha do sudeste do Pará (região do Bico do Papagaio); Mancha do entorno do Distrito Federal (abrangendo o Noroeste de Minas Gerais e o Norte de Goiás); Mancha do Sertão do Ceará; Mancha da Zona Canavieira do

Nordeste (envolvendo a zona da mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas); Mancha do Sul da Bahia (região cacauzeira); e, a Mancha do Oeste de Santa Catarina.

Para o desenvolvimento da pesquisa, Leite *et al.* (2004) defiram uma amostra de 10% em relação ao número de famílias assentadas em cada área para a aplicação do questionário. Assim, de um total de 15.113 famílias assentadas na área de estudo da pesquisa, foram aplicados 1.568 questionários.

Destacaremos, a seguir, alguns resultados e impactos dos assentamentos ressaltados no estudo de Leite *et al.* (2004).

Leite *et al.* (2004, p. 258) perceberam que,

[...] a criação dos assentamentos possibilitou, para uma população tradicionalmente excluída e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, uma importante alternativa de trabalho, especialmente para os segmentos de baixa escolaridade, como é o caso da população assentada, os assentamentos representam a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote, complementarmente lançando mão de outras fontes de renda e de trabalho fora do lote. Atuando como um amparo frente às agruras das formas por meio das quais vem se dando o desenvolvimento econômico, servem como proteção social, resolvem o problema de moradia e permitem a inserção no mercado de trabalho.

Tendo em vista esta constatação, fica evidente a importância social dos assentamentos rurais para as famílias assentadas, visto que encontravam-se em situação de exclusão perante o mercado de trabalho e não possuíam o acesso a terra.

Além da relevância social, Leite *et al.* (2004) evidenciaram vários impactos dos assentamentos rurais no âmbito econômico nas regiões e localidades em que os assentamentos foram implantados.

Um segundo impacto dos assentamentos ocorre com a produção agropecuária, pois os assentados colocam no mercado regional e local uma diversidade de produtos agropecuários, principalmente de gêneros alimentícios, gerando arrecadação para o município e uma dinamização do mercado local.

Nesse sentido, Leite *et al.* (2004, p. 259) destacam que,

[...] uma das principais mudanças trazidas pelos assentamentos refere-se à oferta no mercado local de uma maior diversidade de produtos, especialmente em áreas antes monocultoras ou de pecuária extensiva, significando uma espécie de “reconversão produtiva” em regiões de crise da agricultura patronal, em alguns casos contribuindo para uma reorganização dos sistemas de uso dos solos da produção familiar no seu contexto mais geral. Essa diversificação tem influência tanto sobre a qualidade de vida quanto sobre os aspectos ambientais. [...] Dessa forma os assentamentos

acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem [...] introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares.

Com relação à comercialização agropecuária, Leite *et al.* (2004, 259-260) salientaram que esta

[...] provocou, por um lado, a dinamização ou até mesmo a recriação de canais tradicionais [...] e, por outro lado, a experimentação de pontos de venda próprios (feiras de produtores), formas cooperativas, experiências relativamente bem-sucedidas de transformação do produto para venda, através da implantação de pequenas agroindústrias, constituição de marcas para comercializar a produção, busca de constituição de um mercado específico para os “produtos da reforma agrária” etc.

Apesar dos vários impactos sócio-econômicos constatados na pesquisa, Leite *et al.* (2004) mencionaram que, existia uma precariedade com relação aos serviços de saúde, escola, infra-estrutura, assistência técnica, etc., “[...] indicando, por um lado, uma insuficiente intervenção do Estado no processo de transformação fundiária e, por outro, fortes continuidades em relação à precariedade material que marca o meio rural brasileiro” (LEITE *et al.*, 2004, p.261).

Dessa maneira, apesar dos vários impactos, fica evidente que muita coisa ainda tem que ser feita e/ou mudada no Brasil para a melhoria das condições de produção e de vida dos pequenos produtores rurais dos assentamentos rurais.

Foi desenvolvido, também, outro estudo sobre os impactos dos assentamentos rurais em âmbito estadual, iniciado em 1997, que se intitula “Os impactos regionais dos assentamentos rurais: dimensões econômicas, políticas e sociais”, cujos coordenadores nacionais foram Medeiros; Leite (2004). A pesquisa objetivou investigar as transformações que os assentamentos rurais provocaram nos estados em que estão inseridos.

Essa pesquisa teve como área de estudo os seguintes estados: Acre, Mato Grosso, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Sergipe e São Paulo. Foi aplicado um total de 586 questionários no total, sendo importante salientar que cada estado teve coordenadores e pesquisadores locais para desenvolverem a pesquisa.

Nesse estudo, Medeiros; Leite (2004) consideraram que,

De uma forma geral, os assentamentos tenderam a promover um rearranjo do processo produtivo nas regiões onde se instalaram, muitas vezes anteriormente caracterizadas por uma agricultura com baixo dinamismo. A diversificação da produção agrícola, a introdução de atividades mais lucrativas e em alguns casos mudanças tecnológicas refletiram-se na composição da receita dos assentados, afetando o comércio local, a geração

de impostos, a movimentação bancária etc., com efeitos sobre a capacidade de o assentamento se firmar politicamente como um interlocutor de peso no plano local/regional (MEDEIROS; LEITE, 2004, p. 37).

No entanto, com relação à comercialização da produção agropecuária, Medeiros; Leite (2004, p.40-41) verificaram que, “[...] reproduzindo as condições da agricultura familiar no Brasil, os assentados continuam presos a cadeias tradicionais de comercialização que retêm possivelmente ganhos significativos na venda, submetendo os produtores a preços desfavoráveis”.

Além da questão econômica e social, Medeiros; Leite (2004) observaram que os assentados, de alguma forma, passaram a exercer importância no jogo político local, evidenciando o impacto dos assentamentos também no âmbito político.

Por fim, Medeiros; Leite (2004, p.47) concluem na pesquisa realizada que,

Os dados obtidos parecem em seu todo indicar que a presença dos assentamentos no contexto local e regional provocou modificações importantes e resultou, em geral, na melhoria das condições de vida das famílias ali instaladas, em que pese a precariedade de alguns serviços públicos, os conflitos no período inicial de conquista das áreas e atrasos na liberação de recursos.

Com relação às pesquisas realizadas em cada estado, que contaram com a participação de equipes locais de pesquisadores, para efeito de comparação de diferentes realidades de distintas regiões do Brasil, destacaremos as pesquisas realizadas nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Sergipe e Acre.

No estado do Rio Grande do Sul a pesquisa contou com a coordenação de Zander Navarro e Adriane Benedetti. Foram aplicados 50 questionários em quatro assentamentos, quais sejam: Projeto de Assentamento (PA) 30 de Maio, PA Conquista da Fronteira, PA Ramada e o PA Annoni.

De acordo com a pesquisa, possuem destaque nos assentamentos do Rio Grande do Sul, as organizações coletivas como as associações de produtores e as cooperativas. Dessa maneira, Benedetti (2004, p. 66-67) salienta que,

Os quatro assentamentos pesquisados constituíram-se em *laboratórios* de experiências organizativas, que serviram de referência nacional. [...]. Nos anos mais recentes, observaram algumas mudanças nas propostas de organização interna dos assentamentos, podendo ser identificadas duas tendências. A primeira refere-se à constituição de pequenos grupos de cooperação, seja visando à aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas de maneira associativa, seja na forma de núcleos de base das cooperativas que atuam nos assentamentos (Grifo do autor).

O uso do solo no interior dos assentamentos se dava, em sua maioria, com cultivos agrícolas (56,86% dos lotes), enquanto que a área de pastagens era de apenas 14,74%. Foi constatado também o uso generalizado de práticas típicas da agricultura moderna, principalmente uso intensivo de insumos químicos como, por exemplo, fertilizantes químicos e biocidas.

Desse modo, segundo Benedetti (2004, p.72), “[...] pode-se dizer que os assentamentos gaúchos tendiam a reproduzir os padrões típicos da agricultura moderna, de altos custos de produção, com opções tecnológicas nem sempre as mais indicadas para as condições socioeconômicas dos assentados”.

Com relação à produção agropecuária, os produtos agrícolas mais produzidos eram o milho, o feijão e o arroz, que além de servirem para a subsistência da família, tinham o excedente comercializado.

Quanto à produção animal, Benedetti (2004, p. 74) destaca que, “[...] todos os assentamentos pesquisados produziam leite que, além de atender à subsistência familiar, vinha se constituindo em uma das principais fontes de renda monetária dos assentados”.

Por fim, com relação aos impactos dos assentamentos investigados no estado do Rio Grande do Sul, Benedetti (2004, p.88) conclui que,

Além do “ganho” social, observa-se que existe um ganho econômico para os municípios, na medida em que o assentamento assegura a circulação de mercadorias e serviços que, sem a presença das famílias assentadas, não existiria, potencializando a dinamização da economia local. Por fim, registre-se o surgimento de novos atores sociais a partir do assentamento, que se posicionam perante a sociedade e introduzem novos comportamentos políticos, dinamizando a vida local. Tais elementos, quando considerados em conjunto com os anteriormente comentados, expressam a potencialidade que os assentamentos representam para o desenvolvimento local, sobretudo em pequenos municípios.

No estado do Rio Grande do Sul foi realizada também uma importante pesquisa por Zamberlam; Florão (1991) sobre o impacto dos assentamentos rurais na economia de municípios da região de Cruz Alta (RS). Nesse estudo, os referidos autores constataram que,

Do ponto de vista econômico, os assentamentos pesquisados encontram-se numa posição vantajosa, se levarmos em consideração outras propriedades, nas mesmas condições, fora dos assentamentos. Os resultados econômicos dos assentamentos em termos de geração de impostos diretos e indiretos tem sido um fator positivo aos cofres públicos (ZAMBERLAM; FLORÃO, 1991, p.36-38)

Com relação à viabilidade econômica dos assentamentos rurais, Zamberlam; Florão (1991, p.39) salientaram que,

[...] a colocação de terras de latifúndios para assentamentos de trabalhadores rurais tem viabilidade econômica. O nível de produção e produtividade, a qualidade de vida dos assentados, tem reafirmado a condição intrínseca do expressivo excedente, que colocado no mercado reforça o próprio fim social da terra. [...] Os retornos em forma de tributos diretos e indiretos, para a sociedade, por seu montante, demonstram que os assentamentos são centelhas energizantes na alimentação e aquecimento do sistema capitalista, seja pelos tributos gerados, seja pela demanda e oferta de produtos ao mercado.

Dessa maneira, percebemos nas pesquisas sobre assentamentos rurais no estado do Rio Grande do Sul, que os assentamentos rurais de reforma agrária, além da grande importância social, com a inserção de um grande número de famílias no processo produtivo, ainda têm gerado resultados significativos no âmbito econômico.

A pesquisa sobre os assentamentos rurais no estado do Acre na região Norte, teve a coordenação de Elder Andrade de Paula. Foram aplicados 128 questionários, distribuídos nos seguintes assentamentos: Pedro Peixoto, Redenção, Chico Mendes Cachoeira e Geraldo Mesquita.

Segundo Paula *et al.* (2004, p.280),

As atividades consideradas como indispensáveis para os assentados foram o corte da seringueira, o cultivo do cacau, café e guaraná, a produção de frutíferas e a agricultura de subsistência complementada com uma extensão pequena de pastagem. Por isso, todos os lotes tinham uma parcela de terra destinada a cada uma dessas culturas.

Também se constatou nos assentamentos pesquisados no Acre, a produção para a subsistência (arroz, feijão, mandioca, milho, banana, etc.).

Ainda sobre a organização produtiva, conforme Paula *et al.* (2004, p.287),

A precariedade da infra-estrutura e o acesso restrito a crédito (27,3% dos entrevistados), assistência técnica (33%) e insumos e outras tecnologias, como sementes selecionadas e mudas melhoradas, ajudam a explicar a persistência dos baixos índices de produtividade da agricultura na região. A análise dessa questão remete a um debate mais amplo que contempla desde os problemas relativos ao lugar da pequena produção no capitalismo até aqueles referentes às especificidades da Amazônia e suas possíveis incompatibilidades com o padrão tecnológico vigente.

No que tange à comercialização da produção, predomina o sistema mercantil com uma grande atuação de atravessadores.

No sistema político, ainda permanece uma estrutura baseada no clientelismo, que é característico de áreas de ocupação recentes, como o caso do estado do Acre.

Paula *et al.* (2004, p.299-300) concluíram, na pesquisa realizada, que

[...] a ampliação do acesso dos *de baixo* à posse da terra não resultou em modificações substantivas no processo de modernização capitalista em curso no estado, em todas as suas dimensões. A persistência de um desenvolvimento extensivo da agricultura subordinado a condições oligopolizadas de mercado, bem como a ausência de um setor agroindustrial dinâmico e de um conjunto de políticas públicas orientadas para transformar estruturalmente esse quadro, indica a magnitude dos obstáculos interpostos ao êxito dos assentamentos na região. Apesar dessas restrições, é inegável que os assentamentos abriram a passagem para a conquista de direitos elementares, outrora negados pelo Estado.

A pesquisa desenvolvida no estado do Sergipe, localizado na região Nordeste, contou com a coordenação de Eliano Sérgio Azevedo Lopes. A pesquisa abrangeu os seguintes assentamentos: Califórnia, Ivan Ribeiro e o Vitória da União, onde foi aplicado um total de 53 questionários.

Segundo Lopes *et al.* (2004), a organização da atividade produtiva nos assentamentos pesquisados era constituída, principalmente pela policultura e a criação de gado em lotes com 10,3 hectares, em média. Os produtos mais cultivados, visando em sua maior parte à subsistência da família, eram o feijão, o milho e a mandioca. Dentre os produtos destinados ao mercado, destacavam-se o coco, no projeto Ivan Ribeiro; a laranja, no assentamento Vitória da União; e as hortaliças – quiabo e tomate – no projeto Califórnia.

Lopes *et al.* (2004) salientam que o principal obstáculo para a comercialização agropecuária é - assim como no caso da pesquisa realizada no Acre - a atuação do atravessador, que intermedia a produção de 94,2% dos entrevistados. Na realidade, a grande presença do atravessador nos assentamentos do estado do Sergipe, deve-se à permanência de estruturas políticas alicerçadas no clientelismo.

Nesse sentido, de acordo com Lopes *et al.* (2004, p.248-249),

A estrutura tradicional de comercialização que ligava os assentados aos intermediários ou *atravessadores* denotava uma relação de dependência e subordinação, que não pode ser explicada exclusivamente por fatores de natureza econômica. Na maioria das vezes, o intermediário era alguém conhecido de longa data do assentado, integrante do seu círculo de amizade – que lhe emprestava dinheiro quando precisava, adiantava o adubo e a semente, não lhe cobrava juros quando passava do prazo de saldar a dívida

contraída - o que amenizava em parte a relação de exploração subjacente a esse arranjo comercial.

Uma estratégia desenvolvida pelos produtores familiares, em especial os assentados, para fugir da atuação e exploração dos atravessadores é a formação de organizações coletivas, principalmente as associações de produtores. Isso porque, de forma conjunta, os assentados podem organizar mini-usinas de processamento de derivados de leite e/ou de polpa de frutas, agregando mais valor ao produto e vendendo de forma direta a mercados e supermercados, livrando-se, assim, da exploração dos intermediários, que geralmente, abocanham uma boa parcela da renda gerada pelos produtores familiares.

Lopes *et al.* (2004, p.251-252) ressaltam que,

Apesar dos inúmeros e graves problemas existentes nos assentamentos estudados, cabe salientar algumas iniciativas importantes que vinham sendo tomadas pelas associações dos assentados, que podem ser vistas como expressão da sua capacidade inovativa. [...]. No projeto Califórnia, por exemplo, a Associação dos Agricultores Irrigantes de Canindé (Assai) instalou uma indústria de polpa de frutas, aproveitando a produção de mamão, goiaba, acerola, etc. que, até pouco tempo antes, era jogada fora ou apodrecia nas árvores por não encontrar comprador. Congeladas e embaladas em sacos plásticos, as polpas estavam sendo vendidas nas lanchonetes de Canindé do São Francisco. Paralelamente, a Assai entabulava negociações com a prefeitura daquele município, visando à assinatura de um contrato de fornecimento do produto, para ser incluído na merenda escolar das escolas públicas locais.

Apesar de vários problemas com relação ao crédito, infra-estrutura, comercialização da produção, saúde, etc. Lopes *et al.* (2004) observaram que os assentamentos promoveram uma significativa melhoria nas condições de vida dos assentados do estado do Sergipe, em especial, dos assentamentos investigados na pesquisa, proporcionando, também, um dinamismo sócio-econômico nos locais onde foram implantados.

Dessa maneira, segundo Lopes *et al.* (2004, p.255-256),

[...] a percepção dos assentados em relação às outras famílias foi de que, com o assentamento, elas passaram a desfrutar de melhores condições de moradia, saúde, alimentação, educação. Para 67,3% dos entrevistados, também o poder de compra das famílias havia tido considerável melhora. [...]. Se a constituição dos assentamentos provocou mudanças nas condições de vida e de renda dos assentados, também não deixou de dar a sua contribuição para o desenvolvimento municipal. Segundo 84,6% dos entrevistados, o assentamento ajudou a aumentar a produção agrícola do município; 90,4% afirmaram que o assentamento trouxe um forte dinamismo ao comércio local [...].

Por fim, resta-nos destacar o estudo dos impactos dos assentamentos rurais no estado de São Paulo, que contou com a coordenação de Sonia Maria Pessoa Bergamasco. Para esse estudo foram selecionados para a investigação (aplicação dos questionários) os seguintes assentamentos: Bela Vista do Chibarro, Estrela D’Alva, Santa Clara, São Bento, Fazenda Reunidas e o Sumaré I e II. Foi aplicado um total de 125 questionários distribuídos entre os assentamentos selecionados.

Uma característica dos assentamentos do estado de São Paulo é a presença de um grande número de migrantes, tanto interestadual como intra-estadual. Nessa perspectiva, Bergamasco *et al.* (2004, p.109-110) perceberam que,

Muitos dos assentados pesquisados no estado de São Paulo eram migrantes. Vindos de estados do Nordeste e de estados vizinhos, principalmente Minas Gerais e Paraná, agregaram-se aos paulistas, que somavam pouco mais da metade das famílias entrevistadas. [...]. Os dados da pesquisa mostraram que a disputa pelas terras do Pontal atraiu uma parcela de migrantes de vários pontos do país. Além da migração interestadual, houve uma notável migração intra-estadual. [...]. Migrar e lutar pela terra: esta parece ter sido a disposição de muitos dos assentados do estado de São Paulo.

Segundo Bergamasco *et al.* (2004, p.111), essa grande presença de migrantes e integrantes de movimentos sociais de luta pela terra, está diretamente ligada à história de vida dos mesmos, pois,

Os assentados vivenciaram as transformações socioeconômicas ocorridas, sobretudo a partir dos anos 60, em toda a zona cafeeira (erradicação dos cafezais) e pela introdução e/ou expansão da produção de cana-de-açúcar, laranja e pecuária de corte, o que implicou a substituição de relações de trabalho não-assalariado (arrendamento, colonato e parceria) pelo trabalho assalariado temporário (bóia-fria ou trabalhador volante). Essas mudanças coincidem historicamente com a expansão na demanda por mão-de-obra nos centros urbanos industriais. Assim, após um hiato representado pelo trabalho assalariado rural ou urbano, os antigos trabalhadores rurais, nos anos 80, decidiram entrar na luta pela terra para resgatar sua condição de produtores agropecuários, agora não mais como colonos, parceiros e arrendatários, subordinados ao latifúndio, mas como assentados em terra própria.

Foi observado na pesquisa o uso intensivo de produtos e insumos químicos pelos assentados entrevistados, deixando de aproveitar muitos insumos orgânicos – como, por exemplo, a adubação verde, o esterco animal para fertilizar o solo, defensivos orgânicos etc. – que não agredem o meio ambiente, além de terem um custo bem menor, em comparação com os insumos químicos.

Dessa forma, conforme Bergamasco *et al.* (2004, p.127), a “[...] constituição do processo produtivo revelou uma significativa incorporação de insumos agropecuários por parte dos assentados”.

Por fim, com relação aos impactos da implantação dos assentamentos rurais no estado de São Paulo para a situação de vida das famílias assentadas e para os locais e regiões onde foram implantados, Bergamasco *et al.* (2004, p.133-134) concluíram que,

Apesar das ponderações críticas com relação ao papel do Estado, é amplamente reconhecido por diversos segmentos da sociedade civil, sobretudo nos casos de assentamentos de grande porte situados em pequenos municípios, que o impacto dos assentamentos é altamente favorável a uma distribuição geográfica do desenvolvimento econômico. [...]. Do ponto de vista dos impactos “internos” dos assentamentos, observou-se uma clara melhoria das condições de vida e de trabalho entre a população que foi assentada. Os assentados manifestaram que os rendimentos que vêm obtendo no lote são melhores que aqueles recebidos anteriormente. As condições de habitação também melhoraram, tanto do ponto de vista objetivo como subjetivo, uma vez que o assentamento permite o acesso à casa própria e o desenvolvimento de amplas relações comunitárias. Também a alimentação dos assentados ganhou em qualidade, pois passaram a dispor de mais e melhores alimentos. Isso ocorreu em todos os assentamentos porque havia a produção em pequena escala de diversos alimentos para o consumo doméstico e, além disso, uma importante e constante troca de gêneros alimentícios entre as famílias.

Dessa maneira, percebemos que os assentamentos rurais localizados em diferentes regiões do país, apesar de terem vários problemas – relacionados à infra-estrutura, crédito, produção, comercialização, etc. – proporcionaram uma significativa melhoria das condições de vida para as famílias assentadas, e também desencadearam uma dinamização econômica nos locais em que foram implantados, principalmente nos pequenos municípios alicerçados economicamente na agropecuária.

2.2 - Os efeitos sócio-econômicos dos assentamentos rurais na escala local

É interessante destacar alguns estudos de caso, no âmbito da Geografia, para demonstrar a importância socioeconômica e os efeitos socioterritoriais dos assentamentos rurais na escala local de diferentes realidades.

Um bom exemplo é o trabalho de Ramalho (2002), que se intitula “Os impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – SP”, que se localiza na região do Pontal do Paranapanema e se constitui num dos principais municípios do país em termos de número de assentamentos rurais, com um total de 27.

A região do Pontal do Paranapanema a partir, principalmente, de meados da década de 1990, ganhou destaque no cenário nacional em virtude do intenso conflito pela posse da terra, tendo de um lado os movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, e, de outro, os grandes proprietários de terras.

Na realidade, a pressão do MST nessa região ocorreu, e ainda ocorre, porque há na referida região áreas de terras devolutas apropriadas de forma ilegal no período inicial (segunda metade do século XIX) do desbravamento e ocupação da região. Dessa maneira, o objetivo dos movimentos sociais é exercer pressão por meio de ocupações de terra, acampamentos, manifestações públicas, caminhadas, etc., para agilizar o processo de desapropriação de terras para o assentamento de famílias sem-terra.

Ramalho (2002) definiu como objetivo geral da pesquisa, compreender os impactos socioterritoriais que os assentamentos rurais estão causando no município de Mirante do Paranapanema, visando ao entendimento dos processos geográficos que cercam tal perspectiva de análise. Para a realização da pesquisa, Ramalho (2002) aplicou 250 questionários entre os assentamentos do município, o que representou 20% em relação ao total de famílias assentadas.

Assim, Ramalho (2002) constatou em sua pesquisa que,

[...] a criação dos assentamentos possibilitou para uma população de baixa escolaridade e que enfrentava no momento anterior uma instável e precária inserção no mundo do trabalho rural/agrícola, a possibilidade de centrar suas estratégias de reprodução familiar e de sustento no próprio lote. Ainda que de forma precária passaram a ter acesso à moradia, saúde, escola. [...] Para além das questões econômicas, criam-se novos sujeitos sociais e resgata-se a dignidade de uma população historicamente excluída. O acesso à terra provocou em muitos casos rupturas e uma sensação nítida de melhoria em relação ao passado (RAMALHO, 2002, p.130-131)

Outro exemplo interessante de estudo de assentamentos é o trabalho desenvolvido por Chelotti (2003), intitulado “A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário do município de Sant’Ana do Livramento/RS”.

O trabalho de Chelotti (2003) teve como objetivo geral compreender os mecanismos políticos e econômicos responsáveis pela reorientação geográfica dos assentamentos rurais em direção aos municípios da Campanha Gaúcha, bem como o processo de reterritorialização de milhares de trabalhadores sem-terra.

O município de Sant’Ana do Livramento se localiza na Campanha Gaúcha, região que apresenta características do espaço latifundiário herdado do período colonial do sistema de sesmarias, tendo marcante, no aspecto econômico, a pecuária extensiva.

Mas a região da Campanha Gaúcha, segundo Chelotti (2003), apresenta também a presença de novos elementos na dinâmica espacial em decorrência de transformações sócio-econômicas, como a expansão da lavoura moderna do arroz irrigado a partir da década de 1990 em áreas de pecuária extensiva, propiciado pelo clima (frio e úmido favorável à lavoura de arroz) e o relevo com predomínio de áreas planas, favoráveis à introdução de máquinas modernas.

Outro componente social e político da região se deu no decorrer da década de 1990 com o acirramento da luta pela terra (por trabalhadores sem terra) em áreas de pecuária extensiva, com a presença de grandes propriedades de terras.

Assim, de acordo com Chelotti (2003), com o aumento do processo de expulsão de pequenos produtores rurais do campo, provocado pela expansão da modernização da agricultura, o governo estadual passou a ser pressionado por movimentos sociais, principalmente o MST, para a desapropriação de propriedades rurais visando à implantação de assentamentos rurais.

Segundo Chelotti (2003), na década de 1980 e início da década de 1990, a implantação de assentamentos rurais se concentrou no norte, nordeste e na região central do estado. Já em meados da década de 1990, ocorreu uma reorientação geográfica na implantação de projetos de assentamentos rurais em direção aos municípios localizados na Campanha Gaúcha, que foi impulsionado pelo MST. Essa reorientação ocorreu, pois, aparentemente, deixou de existir grandes propriedades em outras áreas do estado.

Chelotti (2003) escolheu o município de Sant’Ana do Livramento, selecionando três assentamentos (Liberdade do Futuro, Nova Santa Rita e Esperança da Fronteira), aplicando 47 questionários, que representaram 50% do universo.

Dessa maneira, Chelotti (2003, p. 212) constatou que,

A fruticultura e a produção de leite são atualmente as principais fontes de renda das famílias assentadas, diversificando, em parte, a matriz produtiva do município, alicerçada principalmente na monocultura do arroz irrigado e na pecuária de corte extensiva.

O referido autor destacou ainda que, as associações de produtores se tornaram em uma importante alternativa para a organização e a comercialização da produção, evidenciando as estratégias de organização interna dos assentamentos gaúchos.

Por fim, Chelotti (2003, p.212) conclui que,

[...] o processo de instalação dos assentamentos rurais no município de Sant’Ana do Livramento, está possibilitando significativas transformações

socioeconômicas nas áreas em que foram instalados, visualizando-se assim uma reestruturação produtiva. Com isso os assentamentos rurais, não só estão representando transformações no âmbito produtivo, mas também na economia local e na esfera política, reorganizando esse espaço fronteiriço.

Nesse contexto, a implantação de assentamentos rurais na Campanha Gaúcha, em especial no Município de Sant’Ana do Livramento, proporcionou uma dinamização sócio-econômica em territórios do latifúndio.

A partir das constatações feitas pelos diferentes estudos ressaltados anteriormente (nos âmbitos regional estadual e local), podemos dizer que os assentamentos rurais no Brasil, apesar de vários problemas, principalmente de infra-estrutura física e social, apresentaram resultados significativos, sobretudo no âmbito social com a inclusão social de várias famílias.

No entanto, as pesquisas evidenciaram que, além da significativa importância social, os assentamentos tiveram uma importância econômica nas regiões e locais onde foram implantados, com o aumento da oferta de produtos agropecuários, principalmente do gênero alimentício, no mercado local e regional e dinamizando o comércio de pequenas cidades localizadas próximas aos assentamentos.

Dessa maneira, fica evidente que os assentamentos rurais implantados até o presente momento no Brasil - que ficam longe de serem considerados como reforma agrária, em virtude da forma em que a maioria foi implantada, tendo o Estado que desembolsar recursos financeiros para a desapropriação da propriedade e investir pouco em infra-estrutura e recursos sociais, econômicos e culturais para que o assentamento se torne realmente viável – mostram resultados positivos tanto econômicos quanto sociais.

Diante da política de assentamentos rurais implementada, principalmente durante a década de 1990, é de grande relevância a realização de estudos de cunho regional e local sobre os assentamentos rurais, para se desvendar e analisar as mudanças e os efeitos gerados, bem como as diferentes formas de organização interna e as relações que os assentados estabelecem com o entorno.

È importante destacar que o estudo do “lugar” é muito importante para o conhecimento geográfico, podendo ser um conceito chave para apreendermos melhor a totalidade. Segundo Santos (2001, p.114), no período atual,

[...] o papel do lugar é determinante. Ele não é apenas um quadro de vida, mas um espaço vivido, isto é, de experiência sempre renovada, o que permite, ao mesmo tempo, a reavaliação das heranças e a indagação sobre o presente e o futuro. A existência *naquele* espaço exerce um papel revelador sobre o mundo (Grifo do autor).

Conforme Santos (2005, p.158),

Muda o mundo e, ao mesmo tempo mudam os lugares. Os eventos operam essa ligação entre os lugares e uma história em movimento. O lugar, aliás, define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente.

Nesse sentido, é evidente a importância do trabalho do geógrafo por meio da pesquisa, tendo como escala e foco de análise o lugar para a compreensão da realidade.

Ainda sobre a importância do conceito de lugar, Ferreira (2000, p.65) ressalta que, “[...] o *lugar* tem se apresentado como um conceito capaz de ampliar as possibilidades de entendimento de um mundo que se fragmenta e se unifica em velocidade cada vez maiores” (Grifo nosso).

Dessa maneira, realizaremos nesse trabalho uma análise da estrutura interna e as articulações externas dos assentamentos rurais no Município de Presidente Bernardes, no período compreendido entre meados dos anos 1990 até os anos de 2005/06.

Para isso, é importante primeiro destrinchar como se deu a formação sócio-econômica e as transformações do espaço agrário do Município de Presidente Bernardes para entendermos a sua realidade atual, resgatando os pressupostos que envolveram e culminaram no processo de implantação dos assentamentos rurais.

*A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E
AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO
DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES*

III - A FORMAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA E AS TRANSFORMAÇÕES DO ESPAÇO AGRÁRIO DO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES

Neste capítulo realizamos um resgate da formação sócio-econômica a partir de leituras efetuadas e da análise das transformações do espaço agrário do município de Presidente Bernardes, tendo como base os dados dos Censos Agrícolas (1950 e 1960) e Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96) da FIBGE.

O Município de Presidente Bernardes localiza-se no sudoeste do Estado de São Paulo, fazendo parte da região do Pontal do Paranapanema³³ (Mapa 01).

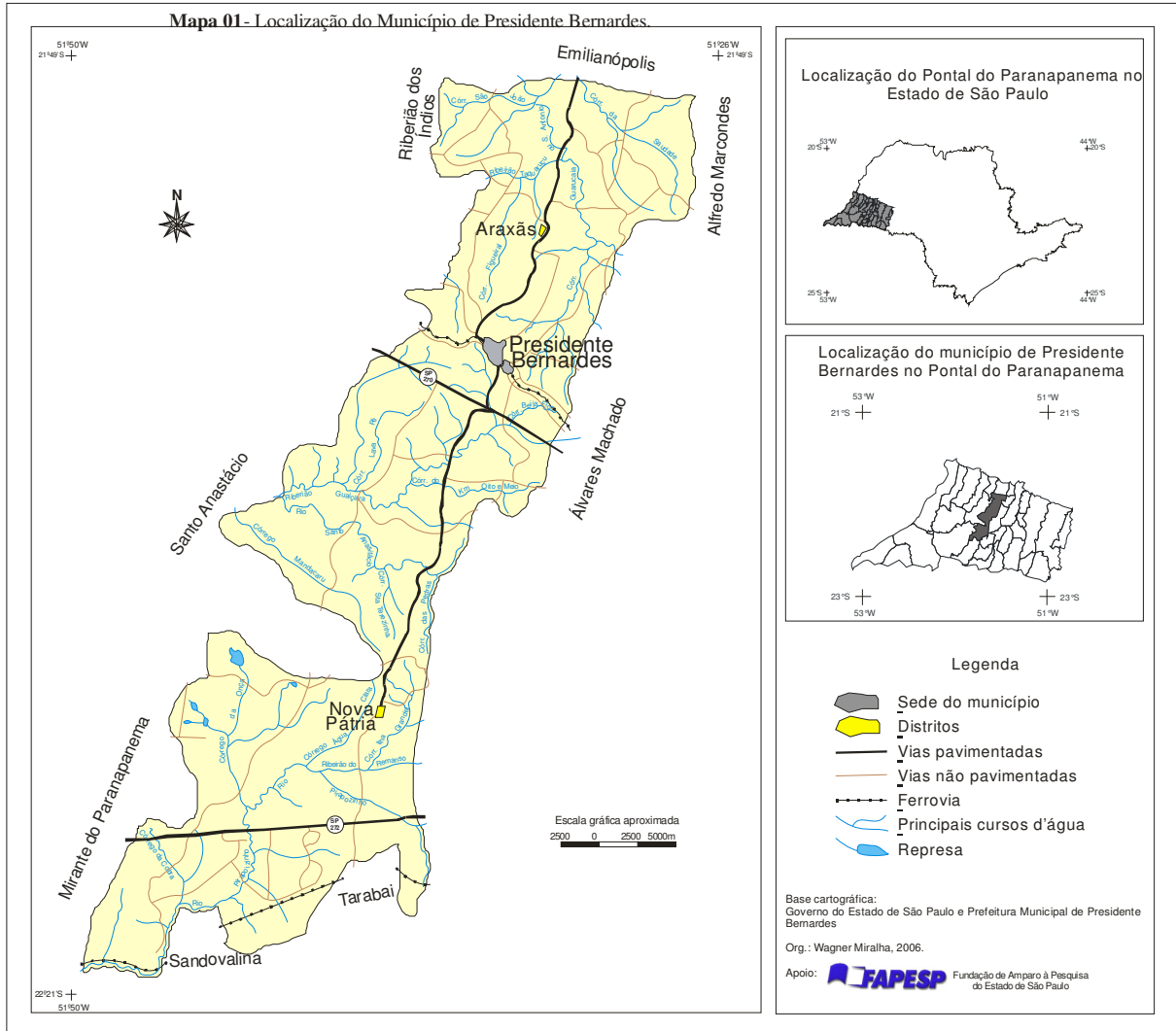
3.1 - A formação sócio-econômica do Município de Presidente Bernardes

A formação sócio-econômica do Município de Presidente Bernardes está diretamente relacionada com a expansão da lavoura cafeeira no Estado de São Paulo no início do século XX.

No final do século XIX o café era produzido, de forma mais intensa, na área que abrange a região de Sorocaba, Campinas e Ribeirão Preto. Em virtude do modelo agrícola empregado para a produção de café, que era altamente depredatório, em pouco tempo a produtividade do café começou a diminuir.

Dessa maneira, os grandes produtores de café que estavam vinculados ao poder político da época, continuaram o processo de expansão da lavoura cafeeira em direção ao oeste do Estado de São Paulo, sempre no intuito de acumular capital (visto que a cultura do café era altamente rentável, se constituindo na principal lavoura de caráter comercial, sendo exportada para vários países do mundo, principalmente para os EUA), pouco se importando com a base natural prévia (matas, animais silvestres, cursos de água, solos etc.) e com as populações nativas.

³³ Utilizaremos neste trabalho a denominação de região do Pontal do Paranapanema utilizada pela UNIPONTAL (União dos Municípios do Pontal do Paranapanema) que abrange os seguintes municípios: Alfredo Marcondes, Anhumas, Álvares Machado, Caiabu, Caiuá, Emilianópolis, Estrela do Norte, Euclides da Cunha Paulista, Iepê, Indiana, João Ramalho, Marabá, Martinópolis, Mirante do Paranapanema, Nantes, Narandiba, Piquerobi, Pirapozinho, Presidente Bernardes, Presidente Epitácio, Presidente Prudente, Presidente Venceslau, Rancheira, Regente Feijó, Ribeirão dos Índios, Rosana, Sandovalina, Santo Anastácio, Santo Expedito, Taciba, Tarabai e Teodoro Sampaio.



No início do século XX foi viabilizada a expansão da cultura cafeeira e a conseqüente ocupação econômica e a formação sócio-espacial da região do Pontal do Paranapanema pela construção da Estrada de Ferro Sorocabana. Essa ferrovia recebeu o nome de Alta Sorocabana ao atingir o sudoeste paulista, nome que foi adotado para denominar a porção sudoeste do Estado de São Paulo e que atualmente é designada pelo IBGE de Microrregião Geográfica de Presidente Prudente ou região do Pontal do Paranapanema utilizada pela União dos Municípios do Pontal do Paranapanema (UNIPONTAL)³⁴.

A Estrada de Ferro Sorocabana ao seguir seu caminho rumo ao sudoeste paulista foi gerando vários povoados nas suas proximidades. Esses povoados nasciam, geralmente, ao lado de uma estação ferroviária, como foi o caso da maioria das cidades do Pontal do Paranapanema, inclusive a cidade de Presidente Bernardes.

Segundo Martins (1974, p.29),

Em fins da década de 1910, as terras do atual Município de Presidente Bernardes pertenciam a dois grandes imóveis, sendo o limite natural entre tais imóveis o divisor de águas entre as bacias dos rios do Peixe e Paranapanema, local onde se implantaram os trilhos da Estrada de Ferro Sorocabana.

O imóvel que ficava ao norte da estrada de ferro era a Fazenda Boa Esperança do Aguapey e o imóvel ao sul era a Fazenda Pirapó - Santo Anastácio. As duas fazendas eram o resultado dos dois maiores “grilos” de terras da região, originadas nos primórdios da ocupação, na segunda metade do século XIX.

Ao norte da Estrada de Ferro Sorocabana as terras que pertenciam ao imóvel Lins de Vasconcelos foram loteadas a partir de 1.919 pela Companhia Marcondes de Colonização (MARTINS, 1974).

De acordo com Abreu (1972, p.77),

Ao lado da estação Guarucaia, hoje Presidente Bernardes, ela (Companhia Marcondes) adquiriu uma área de cerca de 20.000 alqueires, da herança do Dr. Luiz de Oliveira Lins de Vasconcelos, um dos condôminos do Montalvão, picando-a em lotes pequenos e vendendo-a em prestações. Foi feito também um núcleo urbano. Para aqui vieram centenas de famílias em sua maioria da zona Araraquarense. (Grifo nosso).

³⁴ Preferimos utilizar a denominação “Pontal do Paranapanema” que está ligado mais ao caráter político, principalmente no que se refere ao conflito fundiário e a luta pela terra nessa região. A denominação do IBGE leva em conta uma classificação regional a partir da rede urbana, considerando a hierarquia urbana. Na nossa opinião, a denominação “Pontal do Paranapanema” dá um significado e uma particularidade para a região.

Dessa maneira, nas proximidades da estação e da estrada de ferro foram se constituindo pequenas propriedades, originadas da venda dos 20 mil alqueires pela Companhia Marcondes de Colonização. Geralmente os compradores desses pequenos lotes eram colonos das antigas áreas de café do Estado de São Paulo, que almejavam ter acesso a terra e sair da situação de subordinação frente às grandes fazendas produtoras de café. Acrescenta-se o fato de que o regime de colonato estava sendo substituído pelo trabalho assalariado e as antigas áreas de café estavam em processo de decadência.

Segundo Martins (1974, p.30-31),

Através da aplicação de inquéritos ficou claro que nas primeiras décadas do povoamento (1920/30), os municípios de Catanduva, Santa Adélia, São Carlos, São Manuel, São Joaquim e Ribeirão Preto, foram os que mais famílias forneceram para o povoamento das terras do atual município. Grande parte destes povoadores eram antigos imigrantes (italianos, portugueses, espanhóis, etc. e seus descendentes), que tinham se estabelecidos como colonos nos municípios acima citados, no final do século passado e no início deste.

Esses colonos eram produtores familiares subordinados às grandes fazendas de café (cuidando da lavoura para o dono e podendo cultivar lavouras de subsistência de forma intercalar ao café).

Eles só conseguiram comprar os lotes de terras porque acumularam uma economia durante a Primeira Guerra Mundial, em virtude da alta dos preços de produtos agrícolas destinados à alimentação (arroz, feijão, milho, etc.) que eram cultivados de forma intercalar ao café (MARTINS, 1974).

Assim, foi se constituindo nas terras do atual Município de Presidente Bernardes as bases da exploração familiar que se desterritorializou da subordinação e da exploração da grande propriedade e se reterritorializou com uma nova forma, desta vez como pequeno proprietário, livrando-se da subordinação que tinha em relação ao grande produtor de café, podendo se dedicar à policultura e à criação de pequenos animais para consumo próprio e para comercialização.

Esses pequenos proprietários de terras se concentraram na porção central do município, nas proximidades da Estação Guaruaia³⁵ mas, ao sul do município, a estrutura fundiária permaneceu concentrada em mãos de poucos proprietários.

³⁵ Geralmente, os colonos que compraram essas terras preferiam os lotes mais próximos à estação de trem, pela maior facilidade para escoar a produção, pois o transporte na época era feito por carroças e nos lombos de burros. Os lotes adquiridos variavam entre 5 e no máximo 20 alqueires, devido ao baixo recurso econômico desses compradores (MARTINS, 1974)

Dessa maneira, a pequena propriedade no município de Presidente Bernardes foi se constituindo, tendo ao lado as grandes propriedades, originárias do processo de grilagem de terras.

Após essas novas famílias de proprietários se instalarem nos lotes, elas realizavam a derrubada da vasta mata que havia para poder praticar a agricultura. Os métodos utilizados para a derrubada da mata eram os mais rudimentares, tendo o machado, a foice e o fogo como os principais instrumentos (MARTINS, 1974).

Devido à devastação da floresta natural, foram instaladas várias madeireiras nas terras do atual Município de Presidente Bernardes, permitindo que a madeira, proveniente da derrubada das árvores, fosse utilizada na própria localidade para a construção de habitações, instalações, currais, galpões para depósito de ferramentas e da produção agrícola etc., e o restante fosse comercializado na Cidade de São Paulo.

Depois que foi realizada a derrubada da mata, deixando o terreno limpo, os produtores começaram a cultivar os produtos desejados.

De acordo com Martins (1974, p.33),

Após o término da 1ª Guerra, os preços do café se restabelecem, permitindo e incentivando esses antigos colonos de café em outras áreas do Estado de São Paulo, mas agora proprietários rurais, a continuar praticando as mesmas atividades agrárias com as quais estavam acostumados; o cultivo do café, e lavouras intercalares como o milho, arroz e feijão.

No entanto, um aspecto que dificultava essa produção agrícola era a precariedade do seu transporte dos lotes até a estação ferroviária, que era realizado por meio de carroças e em lombos de muare. Isso dificultou, mas não impediu que a agricultura se expandisse pelas terras do atual Município de Presidente Bernardes.

Ao lado da Estação Guarucaia foi surgindo um povoado, com vários estabelecimentos comerciais (hotéis, pensão, mercearia, armazém, serralheria etc.). Esse povoado (que posteriormente viria a ser denominado de Presidente Bernardes) recebeu no início o mesmo nome da estação ferroviária, ou seja, Guarucaia.

Segundo Santos (2001, p.92-94),

Existem duas versões para a origem desse nome. Uma veio do engenheiro João Carlos Fairbanks, encarregado do projeto de assentamento dos trilhos da companhia Sorocabana de Estradas de Ferro. Segundo ele, o batismo foi inspirado numa gigantesca árvore da família Guarucaia, que havia no trecho onde foi erguida a estação. De fato, tratava-se de procedimento comum, as estações ferroviárias receberem os mesmos nomes de rios, de construtores da obra, governadores e de presidentes da república. A segunda versão foi apresentada pelo agrimensor Francisco Cunha e tem semelhança com o que

disse João Carlos Fairbanks. O agrimensor apontou como origem, a exuberância das guarucaias na região, e não apenas uma só árvore frondosa no terreno da estação, conforme Fairbanks explicou. O povo do lugarejo gostava do nome Guarucaia, dado a estação, mesmo assim a Companhia Sorocabana o substituiu, sem aviso, denominando-a Presidente Bernardes. Foi uma homenagem à Arthur da Silva Bernardes.

Posteriormente, as autoridades locais também mudaram o nome do povoado de Guarucaia para Presidente Bernardes, desagradando a população local que gostava da antiga denominação, visto que já tinham se habituado com a mesma, que surgiu de uma particularidade do local.

Em 15 de novembro de 1925 o povoado foi elevado à distrito de paz. E, dez anos depois, em 1935, o Distrito de Presidente Bernardes foi elevado à condição de município, com o decreto 6.914 de 23 de janeiro.

Até poucos anos depois da constituição do Município de Presidente Bernardes, por volta de 1940, a produção agrícola se manteve baseada na cultura do café para exportação e nas culturas de subsistência como o arroz, o feijão, o milho etc. Dessa maneira, cada unidade de produção familiar estava abastecida dos alimentos básicos para o consumo da família, sendo necessário comprar poucos produtos, como o querosene, o açúcar, os tecidos etc.

Segundo Martins (1974, p.34),

A transferência de cada família para o município implicava também na transferência de algumas cabeças de aves, suínos, bovinos, animais de carga e tração (como burro ou cavalo). Isto permitiu que a distribuição de tais rebanhos se desse de uma maneira bastante regular nas diferentes propriedades, possibilitando, de um modo geral, que a dieta alimentar do homem da zona rural fosse completada com carnes, ovos, e leite e seus derivados.

A partir de 1935, boa parte dos produtores rurais do Município de Presidente Bernardes começou a cultivar o algodão com o objetivo de exportar para o mercado internacional, devido à escassez deste produto nessa época.

Depois da crise de 1929, a cultura do café perdeu o seu dinamismo em virtude da redução do seu preço no mercado internacional. Isso, aliado à perda da fertilidade natural dos frágeis solos areníticos do Município de Presidente Bernardes, favoreceu o interesse dos produtores rurais em substituir os cafezais pela lavoura do algodão, que se apresentava bem mais rentável que o café.

Assim, a partir da década de 1940, devido às transformações do espaço agrário do Município de Presidente Bernardes, iniciava-se, segundo Martins (1974, p.35) “[...] uma

‘segunda etapa de povoamento’ [...] em virtude da mudança de procedências destes novos povoadores e do sistema de relacionamento ‘homem e terra’. A grande maioria das pessoas que chegava ao município nesse período era de migrantes provenientes da região nordeste do Brasil.

Na primeira etapa do povoamento do Município de Presidente Bernardes, a maioria das famílias chegava para se estabelecer como proprietárias de terras, desenvolvendo uma produção agropecuária. Já na segunda etapa do povoamento, a maioria das pessoas se constituía de assalariados rurais para trabalharem principalmente nas lavouras de algodão. Mais tarde, segundo Martins (1974, p.36), estes “[...] se tornariam meeiros, arrendatários, e em menor número pequenos proprietários”.

Este fato vem reforçar a presença da produção familiar no município. Todavia, estes produtores familiares (meeiros, arrendatários e pequenos proprietários) não têm o acesso a terra ou a tem de maneira insuficiente para poder manter as necessidades básicas da família com a produção agrícola.

Segundo Martins (1974, p.35-36),

Estes nordestinos chegavam ao município por 2 meios de transportes principais: a) pelos trens da Sorocabana – nos quais, na maioria das vezes, não pagavam nada pelo transporte seu, pois tais deslocamentos eram incentivados pelo governo. Geralmente ficavam na estação, a espera de que proprietários de lavouras algodoeiras os fossem buscar, oferecendo-lhes serviços em suas propriedades. Ou poderiam de antemão ter um emprego para o qual foram chamados por um parente já radicado no município. b) em caminhões de “pau de arara”. Na década de 50, os grandes proprietários de lavouras necessitando de mão de obra na colheita, alugavam 1 caminhão deste e buscavam famílias no Nordeste (mão de obra barata), para suas necessidades. Tais migrantes pagavam pelo transporte, com trabalhos executados nas lavouras de quem financiou sua viagem.

Dessa maneira, houve um incentivo tanto por parte do Estado quanto dos grandes produtores para a migração de nordestinos para a região sudeste, em especial para o Município de Presidente Bernardes, se deslocando para trabalhar nas monoculturas como mão de obra barata.

No caso do Município de Presidente Bernardes, a migração de nordestinos, principalmente nas décadas de 1940/50, foi propiciada pelo grande aumento da produção de algodão, que é muito exigente em termos de mão-de-obra na fase da colheita. Em 1950, a lavoura de algodão ocupava 16.452 hectares, com uma produção de 9.404 toneladas.

3.2 - As transformações do espaço agrário do Município de Presidente Bernardes no período 1950-1995/96

Depois de termos situado os antecedentes e os pressupostos da ocupação e a formação do Município de Presidente Bernardes, realizaremos neste item uma análise das transformações de seu espaço agrário no período compreendido entre 1950 e 1995/96, com o objetivo de dar suporte para se entender a conjuntura da década de 1990, que foi marcada pela implantação de assentamentos rurais no município. Para tanto, utilizaremos os dados publicados pelos Censos Agrícolas (1950 e 1960) e Agropecuários (1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/96) da FIBGE, concernentes aos seguintes aspectos: principais lavouras, pessoal ocupado, produção pecuária e estrutura fundiária.

3.2.1 - Produção agrícola

Com base na tabela 03 é possível observarmos mudanças no âmbito da produção agrícola do Município de Presidente Bernardes no período 1950-1995/96.

O café se constituiu na principal lavoura cultivada no período de formação do município (1919-1935). Devido à crise internacional do mercado de café em 1929, aliado à perda de fertilidade dos solos, ocorreu uma progressiva diminuição da produção e da área plantada com essa cultura a partir das décadas de 1940/50.

Entretanto, o café, de acordo com a tabela 03, tinha ainda em 1950 uma considerável produção de 2.597 toneladas, ocupando uma área de 4.456 hectares de terra. Todavia, em 1960, essa lavoura apresentou uma grande diminuição da produção, que passou para 316 toneladas colhidas em 1.025 hectares. A tendência de queda permaneceu na década de 1970, apresentando uma diminuição da produção para apenas 107 toneladas (queda de 66,1%) em 213 hectares.

Em 1980 a produção de café aumentou para 280 toneladas em uma área de 284 hectares, mas, voltando a reduzir para 137 toneladas em 1985, com área cultivada de 133 hectares, e para, apenas, 19 toneladas produzidas em 17 hectares em 1995/96. Enfim, percebemos a perda de importância desta lavoura no município, que foi sendo substituída por outras lavouras comerciais a partir de meados do século XX, como o algodão e, secundariamente, o amendoim.

Tabela 03: Produção (em toneladas) e área (em hectares) das principais lavouras do Município de Presidente Bernardes no período 1950-1995/96.

| Lavouras/Anos | 1950 | | 1960 | | 1970 | | 1975 | | 1980 | | 1985 | | 1995/96 | |
|----------------|-------|--------|--------|--------|--------|--------|--------|-------|-------|-------|--------|-------|---------|-------|
| | Prod. | ha | Prod. | ha | Prod. | ha | Prod. | ha | Prod. | ha | Prod. | ha | Prod. | ha |
| Café | 2.597 | 4.456 | 316 | 1.025 | 107 | 213 | 137 | 133 | 193 | 137 | 280 | 284 | 19 | 17 |
| Algodão | 9.404 | 16.452 | 14.751 | 15.235 | 7.643 | 7.759 | 5.785 | 4.560 | 2.376 | 2.571 | 1.921 | 1.869 | 1.325 | 1.212 |
| Amendoim | 2.026 | - | 9.284 | 5.762 | 16.756 | 15.283 | 4.797 | 3.485 | 6.543 | 5.158 | 6.197 | 4.247 | 589 | 321 |
| Feijão | 589 | 1.3003 | 68 | 157 | 188 | 393 | 346 | 525 | 173 | 156 | 800 | 1.598 | 769 | 1.068 |
| Arroz | 390 | 363 | 205 | 199 | 469 | 446 | 307 | 253 | 591 | 502 | 388 | 367 | 74 | 67 |
| Milho | 2.962 | 2.711 | 1.378 | 1.700 | 2.376 | 2.276 | 4.462 | 2.823 | 3.589 | 2.474 | 2.906 | 1.736 | 6.110 | 1.808 |
| Mandioca | 12 | 6 | 17 | - | 195 | 20 | 390 | 31 | 27 | 17 | 17 | 3 | 173 | 44 |
| Tomate | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8.508 | 280 | 3.170 | 295 | 6.713 | 227 | 3.393 | 139 |
| Cana-de-açúcar | 30 | 1 | 10 | 5 | 43 | 3 | 86.064 | 1.107 | 8 | 1 | 21.910 | 386 | 716.854 | 7.504 |

Fonte: FIBGE - Censo Agrícola (1950 e 1960) e Censo Agropecuário (1970, 1975, 1980; 1985 e 1995/96).

O algodão, que foi uma cultura alternativa à produção de café, ganhou impulso econômico a partir da década de 1940, atraindo o deslocamento de trabalhadores assalariados temporários da região nordeste do país para o município, com o intuito de trabalharem na colheita da lavoura.

Dessa maneira, o algodão teve sua produção ampliada até a década de 1960, quando chegou a somar um volume de 14.751 toneladas em 15.235 hectares, tendo uma área cultivada 15 vezes maior que a da lavoura de café na década de 1960, demonstrando a sua importância.

Conforme destaca Hespanhol (2000, p.122),

A partir do final da década de 1950, a produção algodoeira da região começou a declinar em consequência da retração do mercado internacional para o produto brasileiro e da introdução de substitutos sintéticos na indústria têxtil.

Nesse sentido, no período entre 1970 e 1980, a produção de algodão apresentou uma gradual redução, totalizando em 1980 um volume produzido de 1.921 toneladas, numa área cultivada de 1.869 hectares. Essa diminuição deveu-se, principalmente, à crise agrícola (em âmbito nacional) com a diminuição dos preços, aliado à perda da fertilidade dos solos e o aumento das áreas de pastagens no município, e também devido à concorrência com a expansão do algodão no Centro-Oeste, cultivado em grandes áreas com a utilização de máquinas e implementos agrícolas.

Devido ao aumento do preço do algodão em 1985 houve um crescimento da produção para 5.785 toneladas em 4.560 hectares cultivados com essa lavoura no município. No entanto, na década de 1990 houve uma redução do preço do algodão no mercado, e com isso a produção dessa lavoura no município de Presidente Bernardes diminuiu para 1.325 toneladas produzidas em 1.212 hectares em 1995/96.

Com relação à lavoura de amendoim, esta teve grande crescimento da produção e da área plantada a partir da década de 1960. Esse crescimento se deu em função da substituição do óleo de caroço de algodão (pela diminuição da produção em 1960) pelo óleo do caroço de amendoim.

Desse modo, conforme observa Hespanhol (2000),

Com o intuito de diminuir as repercussões negativas causadas pela retração dessa cultura (o algodão) na região, as empresas processadoras de oleaginosas que até então utilizavam o caroço do algodão como a principal matéria-prima, passaram a incentivar o cultivo de amendoim que além de possibilitar duas safras anuais, podia ser cultivado em pequenas unidades (HESPANHOL 2000, p.123). (Grifo nosso).

Assim, a região se tornou nas décadas de 1950/60 a principal produtora de amendoim do estado, com 30% do total, enquanto que o Estado de São Paulo, por sua vez, detinha 92% da produção nacional.

De acordo com a tabela 03, pode-se constatar que a produção de amendoim teve ampliação tanto da área como da quantidade produzida até 1970, quando apresentou 16.756 toneladas colhidas em 15.283 hectares.

A partir de 1975, a lavoura de amendoim passou a apresentar redução da produção e da área plantada em decorrência da crise agrícola, devido, principalmente, à perda da fertilidade natural dos solos e da diminuição dos preços agrícolas, ocorrida nesse período. Dessa maneira, nesse ano (1980) a produção de amendoim foi de 6.543 toneladas em 5.158 hectares, diminuindo para: 6.197 toneladas em 4.247 hectares no ano de 1980; 4.797 toneladas em 3.485 hectares no ano de 1985; e, 589 toneladas produzidas numa área de 321 hectares em 1995/96.

A partir de meados da década de 1970 ganharam destaque no município outras lavouras, como a cana-de-açúcar e o tomate. No entanto, enquanto o algodão e o amendoim eram cultivados em boa parte pelos pequenos produtores, a lavoura de tomate era cultivada por pequenos e médios produtores e a cana-de-açúcar passou a ser cultivada por grandes produtores rurais.

Nesse sentido, analisando-se a tabela 03, verificamos que a lavoura de tomate começou a ter expressão produtiva a partir de 1975, apresentando uma produção de 3.170 toneladas e ocupando uma área de 295 hectares. A partir desse ano, a produção de tomate apresentou aumento, contabilizando no ano de 1980 um total de 6.713 toneladas, crescendo em 1985 para 8.508 toneladas.

O crescimento da produção de tomate no período 1970-1985 no Município de Presidente Bernardes deve-se à instalação de uma agroindústria de processamento de tomate, a Companhia Industrial de Conservas Alimentícias (CICA) no Município de Presidente Prudente.

Nesse sentido, Hespanhol (1991, p. 87-88) ao analisar a influência da CICA na região de Presidente Prudente, menciona que,

A partir de 1973 [...] a tomaticultura começou a ganhar importância no cenário agrícola regional, em decorrência do início da atuação da Companhia Industrial de Conservas Alimentícias – CICA -, que passou a estimular o cultivo do tomate rasteiro na Alta Sorocabana. A estratégia adotada pela referida empresa consistiu inicialmente na instalação de um entreposto de compra de tomate na cidade de Presidente Prudente no ano de 1973, o qual

tinha por finalidade principal fomentar a produção de tomate rasteiro na região. Para tanto, a indústria utilizou-se de diversos mecanismos [...] tais como: abertura de linhas de crédito para o financiamento da produção [...]; fornecimento gratuito de sementes selecionadas e de assistência técnica; garantia de compra de toda a produção ao preço previamente estipulado.

No entanto, com o fechamento da unidade agroindustrial da CICA em Presidente Prudente no início da década de 1990, houve uma redução da área plantada do tomate na região, em virtude, principalmente, do alto custo do transporte do tomate para outra unidade agroindustrial processadora de tomate localizada em Araçatuba. Dessa maneira, a produção de tomate, em 1995/96, no município de Presidente Bernardes reduziu para 3.393 toneladas em uma área de 139 hectares (sendo entrepara pequenas e médias agroindústrias da região).

A partir de meados da década de 1970, o governo federal, devido à crise do petróleo, passou a incentivar o cultivo de cana-de-açúcar para a produção de álcool com o Programa Nacional do Álcool (PROALCOOL). Assim, a produção de cana-de-açúcar se espacializou pelo oeste do Estado de São Paulo.

Devido ao PROALCOOL, a produção da cana-de-açúcar começou a ter relevância econômica a partir de 1980, com uma produção de 21.910 toneladas em uma área de 386 hectares, aumentando em 1985 para 86.064 toneladas em uma área de 1.107 hectares. Já em 1995/96, a produção de cana-de-açúcar aumenta para 716.854 toneladas em uma área de 7.504 hectares no município de Presidente Bernardes.

Dessa maneira, segundo Hespanhol (2000, p. 257),

A importância dessa lavoura no município [de Presidente Bernardes] está intimamente vinculada ao processo de expansão da cana-de-açúcar nessa microrregião a partir de 1981, com a implementação do Programa de Expansão da Canavicultura para a Produção de Combustível do Estado de São Paulo (PROCANA) (Grifo nosso).

No entanto, conforme Hespanhol (2000),

O incremento verificado tanto da área cultivada como no volume produzido de cana-de-açúcar no município de Presidente Bernardes foi uma estratégia utilizada pelos grandes proprietários que, ao concederem em arrendamento suas terras para a Destilaria de Álcool Vale do Anastácio (DALVA), localizada em Santo Anastácio, vislumbraram a oportunidade de dar um caráter produtivo aos latifúndios (Hespanhol, 2000, p.257)

Dessa maneira, com relação às culturas de caráter exclusivamente comercial, notamos que houve no Município de Presidente Bernardes vários ciclos econômicos desde a sua formação.

No período de ocupação e formação (1919 a 1935), a economia girava em torno da cultura do café. Com a decadência do café passou a haver, a partir da década de 1940, uma predominância econômica da produção de algodão, principalmente pelos pequenos e médios produtores e um aumento da área de pastagens para a exploração da pecuária de corte, de forma majoritária pelos grandes produtores. A cultura do algodão teve grande expressão econômica até a década de 1950, quando começou a declinar a produção devido à crise agrícola e, principalmente, pela redução do preço deste produto no mercado mundial.

Com a crise do algodão, ganhou relevância econômica a produção do amendoim a partir da década de 1960, aproveitando as indústrias de oleaginosas, que processavam o caroço do algodão, passando também a processar o amendoim para a produção de óleo. A lavoura do amendoim era cultivada, principalmente, por pequenos e médios produtores familiares.

A partir de meados da década de 1970 começou ter destaque na produção agrícola a lavoura de tomate e, em 1980, a lavoura de cana-de-açúcar, apresentando um grande aumento da produção e da área cultivada nos anos posteriores.

Ao lado dessas culturas de caráter exclusivamente comercial, sempre esteve presente o cultivo de lavouras destinadas à subsistência, como o feijão, o arroz, o milho e a mandioca. Essas lavouras eram cultivadas, em sua grande maioria, pelos pequenos produtores, que utilizavam parte dessa produção para a subsistência da família, comercializando o excedente no mercado. Alguns produtores também cultivavam lavouras comerciais como algodão e amendoim, mas sempre preservaram as culturas de subsistência, fazendo com que sempre tivessem importância para o município. Senão, vejamos o caso de culturas típicas de subsistência, como o arroz e o feijão.

A lavoura de feijão apresentava em 1950 uma produção de 589 toneladas em uma área de 1.303 hectares, diminuindo em 1960 para 68 toneladas, apresentando um aumento para 188 toneladas em 1970, mas voltando a declinar a produção para 173 toneladas em 1975. Porém, em 1980 houve um grande aumento da produção de feijão, chegando a atingir 800 toneladas em 1.598 hectares. Em 1985 a produção de feijão diminuiu para 346 toneladas, apresentando um aumento para 769 toneladas numa área de 1.68 hectares em 1995/96.

A produção de arroz tem trajetória semelhante à do feijão nesse período. Em 1950 a produção de arroz era de 390 toneladas em uma área de 363 hectares, diminuindo para 205 toneladas em 1960 e aumentando para 469 toneladas em 1970 e 591 toneladas em 1975. A partir de 1980, a produção dessa lavoura passou a apresentar um declínio, diminuindo para:

388 toneladas em 1980; 307 toneladas em 1985; e, 74 toneladas em uma área de 67 hectares em 1995/96.

Com relação às lavouras de feijão e arroz, constatamos que houve anos em que aumentava e ano em que diminuía a produção por que são culturas que possuem bastante oscilação de preço no mercado, no entanto, sempre tendo importância, não somente do ponto de vista econômico, mas também para a reprodução social dos pequenos produtores servindo de subsistência para a família.

No período 1950-1995/96 a cultura da mandioca não possui grande expressão no município, mas sempre esteve presente. Assim, em 1950 apresentava uma produção de 12 toneladas em uma área de 6 hectares, apresentando um aumento até 1970 com 195 toneladas em 20 hectares. A partir de 1975 houve redução, chegando em 1980 a diminuir para 17 toneladas, mas voltando a aumentar em 1985 para 390 toneladas. Em 1995/96 a produção da mandioca diminuiu para 173 toneladas numa área de 44 hectares. A cultura da mandioca é típica da produção familiar, cultivada em pequenas áreas, servindo, também, de complemento alimentar.

Das lavouras consideradas tradicionais, o milho é a que teve no período analisado, a maior expressão produtiva no Município de Presidente Bernardes. Nesse sentido, em 1950 a produção de milho somava 2.962 toneladas, ocupando uma área de 2.711 hectares. Em 1960 a produção diminuiu para 1.378 toneladas, seguindo um período de crescimento até 1975, aumentando para 3.589 toneladas em 2.474 hectares.

Em 1980 a produção de milho diminuiu para 2.906 toneladas. Mas, nas décadas seguintes a lavoura de milho apresentou um aumento na produção. Desse modo, em 1985 a produção de milho aumentou para 4.462 toneladas em uma área de 2.823 hectares e, em 1995/96, aumentou para 6.110 toneladas numa área de 1.808 hectares. Esse aumento da produção de milho se explica devido à expansão da pecuária bovina no município e na região, pois é um dos principais complementos alimentares para o rebanho bovino, tanto de corte como o leiteiro.

As culturas de subsistência sempre estiveram presentes no Município de Presidente Bernardes ao lado das culturas comerciais, tendo relevância econômica para o município, com a circulação no mercado local e, principalmente, para os pequenos produtores, servindo também para a subsistência da família, que também sempre estiveram presentes no município ao lado da grande propriedade.

3.2.2 - Pessoal ocupado

Analisando a tabela 04, percebemos que o total do pessoal ocupado na agricultura teve aumento no período entre 1950 e 1960, quando somava 9.981 pessoas. Porém, no ano de 1970 apresentou diminuição no número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários.

Tabela 04: Pessoal ocupado na nos estabelecimentos agropecuários do Município de Presidente Bernardes, no período 1950 –1995/96.

| Ano | Total | Resp. e membros não rem. da família | | Empregado permanente | | Empregado temporário | | Parceiro | | Outra condição | |
|---------|-------|-------------------------------------|------|----------------------|------|----------------------|------|----------|-----|----------------|-----|
| | | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 1950 | 9.404 | 5.673 | 60,3 | 1.517 | 16,1 | 2.214 | 23,5 | - | - | - | - |
| 1960 | 9.981 | 8.931 | 89,4 | 536 | 5,4 | 358 | 3,6 | - | - | - | - |
| 1970 | 6.802 | 5.970 | 87,8 | 265 | 3,9 | 510 | 7,5 | 21 | 0,3 | 36 | 0,5 |
| 1975 | 5.804 | 4.653 | 80,2 | 564 | 9,7 | 562 | 9,7 | 15 | 0,3 | 10 | 0,2 |
| 1980 | 6.372 | 3.238 | 50,8 | 646 | 10,1 | 2.440 | 38,3 | 19 | 0,3 | 29 | 0,4 |
| 1985 | 4.553 | 3.218 | 70,7 | 488 | 10,7 | 808 | 17,7 | 4 | 0,1 | 35 | 0,8 |
| 1995/96 | 2.592 | 1.665 | 64,2 | 429 | 16,5 | 482 | 18,6 | 4 | 0,2 | 12 | 0,5 |

Fonte: Censo Agrícola de (1950 e 1960); e Censo Agropecuário (1970, 1975, 1980 e 1985).

Dessa maneira, o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários do Município de Presidente Bernardes diminuiu para 6.802 em 1970 e 5.804 em 1975. Essa diminuição foi o resultado do êxodo rural que começou a assolar o município a partir da década de 1970.

Em 1980 o número de pessoas ocupadas ampliou-se para 6.372, devido ao aumento de quase 2 mil trabalhadores temporários. Apesar desse aumento, em 1985 o número de pessoas ocupadas nos estabelecimentos agropecuários voltou a apresentar um declínio, diminuindo para 4.553.

Em 1995/96 o número de pessoas ocupadas em estabelecimentos agropecuários no município de Presidente Bernardes continuou a diminuir, declinando para 2.592 pessoas, denotando o intenso processo de êxodo rural ocorrido no município em decorrência da expropriação de pequenos proprietários e a expulsão de arrendatários e parceiros subordinados às grandes propriedades e também da crise dos preços das lavouras tradicionais.

Analisando a categoria de responsáveis e membros não remunerados da família - que engloba os produtores familiares - verificamos que a mesma teve um aumento do número de pessoas até 1960, quando alcançou 8.931 pessoas, representando 89,4% do total. No entanto, a partir de 1970, o número de responsáveis e membros não remunerados da família começou a apresentar uma diminuição. Essa categoria apresentou uma diminuição para: 5.970 pessoas em 1970; 4.653 pessoas em 1975; 3.238 pessoas em 1980; 3.218 pessoas em 1985; e, 1.665 pessoas em 1995/6, representando 64,2% do total.

Com relação à categoria de empregados permanentes, que totalizava 1.517 pessoas (16,1% do total) em 1950, teve uma grande diminuição até 1970, quando apresentava apenas 265 pessoas (3,9%). No entanto, aumentou para 488 pessoas (10,7%) em 1985.

Em 1995/96, apesar da redução do número total do pessoal ocupado no espaço agrário, a categoria de empregados permanentes somava um total de 429 pessoas, representando um percentual de 16,5% em relação ao total. Essa expressividade da categoria de empregados permanentes deve-se à expansão da pecuária bovina nas terras do município que exige trabalhadores permanentes, tanto no trato do gado, como para ordenhar as vacas.

No caso dos empregados temporários – denominados de “trabalhadores volantes”, porque não têm um local fixo de trabalho, ou “bóia-fria”, porque saem cedo para trabalhar e na hora do almoço a refeição já está fria – notamos que essa categoria tinha grande expressão na década de 1950, apresentando 2.214 pessoas (23,5%), sendo utilizados como mão-de-obra, principalmente, na lavoura de algodão, que tinha grande importância econômica, ocupando em 1950 mais de 16 mil hectares de terras do município.

Em 1960 essa categoria diminuiu para 358 pessoas (3,6%). Porém, em 1970 cresceu para 510 pessoas (7,5%); 562 pessoas (9,7%) em 1975; e, aumentou para 2.440 pessoas (38,3%) em 1980. Esse grande aumento na década de 1980 deveu-se à emergência no município das culturas de cana-de-açúcar, do tomate e do algodão, que são bastante exigentes em termos de mão-de-obra temporária. Em 1985, os empregados temporários diminuíram para 808 pessoas (17,7%) no município, mas, tendo ainda grande representatividade tanto em termos absolutos como relativos.

Em 1995/96 a categoria de empregados temporários reduziu-se para 482 pessoas, mas representando ainda 18,6% em relação ao total. Essa redução está relacionada à diminuição da área cultivada com lavouras e a expansão das pastagens para a criação de gado de corte e de leite (nas décadas de 1980 e 1990), atividade que não exige trabalhadores temporários.

A categoria de parceiros no município foi quase irrisória no período, representando 0,3% em 1970 e 0,2% em 1995/96, o mesmo acontecendo com as outras condições, que juntas totalizava 36 pessoas (0,5%) em 1970 e 12 pessoas (0,5%) em 1995/96.

3.2.3 - Produção pecuária

Com base na tabela 05, percebemos um aumento da importância e da produção pecuária no Município de Presidente Bernardes no período 1950-1995/96.

Tabela 05: Efetivo bovino, vacas ordenhadas e produção de leite no Município de Presidente Bernardes, no período 1950-1985.

| | Efetivo bovino | Vacas ordenhadas | Produção de leite (em mil litros) |
|---------|----------------|------------------|-----------------------------------|
| 1950 | - | 1.337 | - |
| 1960 | 26.599 | 3.741 | 1.771 |
| 1970 | 37.270 | 4.327 | 2.658 |
| 1975 | 71.843 | 7.354 | 5.447 |
| 1980 | 85.627 | 8.760 | 8.259 |
| 1985 | 102.750 | 9.523 | 9.354 |
| 1995/96 | 93.062 | 5.800 | 8.024 |

Fonte: Censo Agrícola (1950 e 1960); e Censo Agropecuário (1970, 1975, 1980 e 1985).

Analisando o efetivo bovino, notamos que houve um crescimento constante nesse período. Assim, em 1960 haviam 26.599 cabeças, aumentando para: 37.260 em 1970; 71.843 em 1975; 85.627 em 1980; e, 102.750 em 1985. Em 1995/96 o número do efetivo bovino diminuiu para 93.062 cabeças.

No período de 1960-1995/96 o efetivo bovino que era de 26.599 cabeças em 1960, aumentou para 93.062 cabeças em 1995/96, um aumento absoluto de 66.463 cabeças.

Esse aumento do efetivo bovino não ocorreu só no Município de Presidente Bernardes, mas na grande maioria dos municípios da região do Pontal do Paranapanema, ocorrendo a partir de 1970, com a crise agrícola, devido à queda dos preços das lavouras e a perda da fertilidade natural dos solos, visto que são, em sua maioria, arenosos, sendo mais propícios para a pastagem. É importante salientar que desde o início da ocupação da região a pecuária tem sido uma atividade importante no espaço rural.

Outro fato que ajuda a explicar a expansão das pastagens e do aumento do efetivo bovino no Município de Presidente Bernardes e na região do Pontal do Paranapanema é a existência das grandes propriedades improdutivas e com caráter especulativo, cujos proprietários não querem investir devido ao fato dos títulos serem irregulares, utilizando como estratégia a prática da pecuária extensiva para camuflar a improdutividade das terras.

Nesse sentido, com a expansão das pastagens a partir da redução da área ocupada com lavouras a partir de 1970, a pecuária bovina encontrou espaço para expandir-se também no Município de Presidente Bernardes.

A pecuária bovina, desde a fase de ocupação, sempre teve importância econômica na região do Pontal do Paranapanema e, em particular, no Município de Presidente Bernardes, pois conforme salienta Leite (1972),

A história da Alta Sorocabana está intimamente ligada à engorda de gado bovino [...]. Contudo o gado aguardaria a retirada da mata, a instalação dos trilhos da estrada de ferro e a decadência do café, para então, expandir-se à vontade em todas as direções (LEITE, 1972, p.103).

No entanto, de acordo com o mesmo autor,

O aumento das áreas de engorda na década de 1940/50 foi ainda moderada. Eis que, no decênio seguinte, instalaram-se os frigoríficos em Presidente Prudente. Tal fato iria acentuar o interesse pela engorda de bovinos na Alta Sorocabana (LEITE, 1972, p.103).

Foram vários os fatores que contribuíram para o aumento das pastagens e a consolidação da pecuária bovina na região do Pontal do Paranapanema e, especialmente, no Município de Presidente Bernardes. Entre eles, os principais foram: a crise do café na década de 1930; perda gradual da fertilidade natural dos solos; crise do algodão na década de 1950/60; preços insuficientes dos produtos agrícolas; aumento do mercado consumidor de carnes, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo; instalação de frigoríficos na região; e, menores gastos com mão-de-obra (LEITE, 1972).

Assim, enquanto as lavouras sofriam retração, a pecuária bovina de corte via a possibilidade de se expandir na região devido à ampliação do mercado consumidor, provocado pelo processo de urbanização, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro, auxiliado ainda pelo desenvolvimento das rodovias e dos transportes de carnes frigorificadas. Isto ocasionou a instalação de grandes frigoríficos na região a partir da década de 1950.

Dessa maneira, parte dos grandes fazendeiros, tendo o mercado de carnes aumentado, passou a se interessar pela engorda de gado bovino para corte e, por outro lado, os produtores familiares continuaram cultivando as lavouras, sendo que muitos, por não serem proprietários da terra, ficaram subordinados às grandes fazendas de criação de gado, plantando na condição de arrendatários e parceiros. Outros passaram a criar gado leiteiro, em pequenas propriedades, atividade que se constituiu em uma estratégia de reprodução familiar para os mesmos.

Nesse sentido, além da pecuária de corte, boa parte da criação de bovinos no Município de Presidente Bernardes se refere à produção de leite, que teve um grande aumento durante o período analisado (1950-1995/96).

Assim, em 1950 o município tinha 1.337 vacas ordenhadas, aumentando para: 3.741 vacas produzindo 1.771 mil litros de leite em 1960; 4.327 vacas produzindo 2.658 mil litros de leite em 1980; e, chegando a atingir em 1985; 9.523 vacas ordenhadas com uma produção de 9.354 mil litros de leite.

Em 1995/96 o número de vacas ordenhadas no município diminuiu para 5.800, mas a produção de leite continuou alta, diminuindo apenas para 8.024 mil litros de leite. Essa redução pode ser explicada pela redução do número da categoria de responsáveis e membros

não remunerados da família, que apresentava 3.218 pessoas em 1985 diminuindo para 1.665 pessoas em 1995/96. O fato da produção de leite ter continuado alta (acima dos 8.000 mil litros) em 1995/96 deve-se ao melhoramento genético das matrizes, produzindo um número maior de litros de leite por vaca.

Nota-se que a produção de leite teve um grande aumento nesse período apesar do número de vacas ordenhadas corresponder a 6,2% do efetivo bovino do município em 1995/96. Nesse sentido, a pecuária de corte era bem mais expressiva que a pecuária leiteira.

É importante frisar que a pecuária leiteira é desenvolvida por um número significativo de pequenos produtores, constituindo-se em uma atividade alternativa para a complementação da renda da unidade produtiva familiar face à estagnação da área cultivada com lavouras. Por outro lado, a pecuária de corte está bastante presente nas grandes propriedades de forma extensiva, constituindo-se em uma estratégia produtiva para reduzir custos de produção, pois essa atividade não requer altos investimentos e muita mão-de-obra, mas também, foi uma estratégia para evitar a desapropriação para implantação de assentamentos rurais.

3.2.4 - Estrutura fundiária

Como foi comentado, na formação do Município de Presidente Bernardes, ocorreu o parcelamento de grandes glebas em pequenas propriedades na área próxima à estação ferroviária. Todavia, nas áreas mais afastadas da linha de trem e do povoado de Guaruaia (atual núcleo urbano de Presidente Bernardes) predominou a formação de grandes propriedades rurais.

Para identificarmos as conseqüências dessa forma de ocupação para o espaço rural do município como, por exemplo, a concentração da terra, analisaremos a estrutura fundiária no período 1950-1985³⁶, baseados na tabela 06.

Em 1950 percebemos a grande desigualdade na distribuição de terras que existiam em Presidente Bernardes. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares somavam 93,1% do total e detinham apenas 31,9% da área. Já os estabelecimentos com 100 a menos de 500 hectares somavam 5,3% dos estabelecimentos, ocupando uma área de 20,2%, ao passo que os estabelecimentos com área superior a 500 hectares, totalizavam apenas 1,6% e concentravam quase a metade da área, ou seja, 47,9%. Dessa maneira, já em 1950, o município apresentava uma estrutura fundiária altamente concentrada.

³⁶ Os dados referentes aos anos de 1995/96 são analisados no próximo item.

Tabela 06: Estabelecimentos por grupos de área (em hectares) no Município de Presidente Bernardes, no período 1950-1985.

| Grupos de área | 1950 | | | | 1960 | | | | 1970 | | | | 1975 | | | | 1980 | | | | 1985 | | | |
|---------------------------------|-------|------|--------|------|-------|------|--------|------|-------|------|--------|------|-------|------|--------|------|------|------|--------|------|-------|------|--------|------|
| | Est. | | ha | | Est. | | ha | | Est. | | ha | | Est. | | ha | | Est. | | ha | | Est. | | ha | |
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Menos de 20 | 987 | 61,9 | 8.202 | 8,8 | 3.218 | 86,9 | 23.646 | 30,8 | 1737 | 78,4 | 14.573 | 21,7 | 786 | 60,5 | 7.410 | 8,4 | 549 | 49,5 | 5.331 | 6,2 | 595 | 49,0 | 5.331 | 6,2 |
| 20 a menos de 50 | 385 | 24,1 | 13.139 | 14,1 | 329 | 8,9 | 9.977 | 13,0 | 286 | 12,9 | 8.720 | 13,0 | 270 | 20,8 | 8.330 | 10,1 | 281 | 25,3 | 8.799 | 10,3 | 330 | 27,2 | 10.476 | 12,3 |
| 50 a menos de 100 | 113 | 7,1 | 8.352 | 9,0 | 93 | 2,5 | 6.498 | 8,5 | 88 | 4,0 | 6.159 | 9,1 | 90 | 6,9 | 6.386 | 7,7 | 118 | 10,6 | 8.574 | 10,0 | 125 | 10,3 | 8.918 | 10,5 |
| Sub-total I Menos de 100 | 1.485 | 93,1 | 29.693 | 31,9 | 3.640 | 98,3 | 40.121 | 52,3 | 2.111 | 95,3 | 29.452 | 43,8 | 1.146 | 88,2 | 22.126 | 26,2 | 948 | 85,4 | 22.704 | 26,5 | 1.050 | 86,5 | 25.238 | 29,7 |
| 100 a menos de 200 | 47 | 2,9 | 6.339 | 6,8 | 37 | 1,0 | 5.194 | 6,8 | 52 | 2,3 | 7.175 | 10,7 | 74 | 5,7 | 10.030 | 12,1 | 72 | 6,5 | 10.096 | 11,8 | 77 | 6,3 | 10.561 | 12,4 |
| 200 a menos de 500 | 38 | 2,4 | 12.470 | 13,4 | 13 | 0,3 | 4.209 | 5,5 | 32 | 1,4 | 9.884 | 14,6 | 43 | 3,3 | 12.652 | 15,3 | 53 | 4,8 | 15.208 | 17,8 | 56 | 4,6 | 16.331 | 19,2 |
| Sub-total II 100 a menos de 500 | 85 | 5,3 | 18.809 | 20,2 | 50 | 1,3 | 9.403 | 12,3 | 84 | 3,7 | 17.019 | 25,3 | 117 | 9,0 | 22.682 | 27,4 | 125 | 11,3 | 25.304 | 29,6 | 133 | 10,9 | 26.892 | 31,6 |
| 500 a menos de 1000 | 17 | 1,1 | 10.952 | 11,8 | 6 | 0,2 | 3.790 | 4,9 | 11 | 0,5 | 7.293 | 10,8 | 18 | 1,4 | 12.415 | 15,0 | 21 | 1,9 | 14.778 | 17,3 | 20 | 1,6 | 14.035 | 16,5 |
| 1000 e mais | 8 | 0,5 | 33.679 | 36,1 | 6 | 0,2 | 23.350 | 30,4 | 8 | 0,4 | 13.482 | 20,0 | 17 | 0,3 | 25.954 | 30,9 | 15 | 1,3 | 22.653 | 26,5 | 11 | 0,9 | 18.797 | 22,1 |
| Sub-total III 500 e mais | 25 | 1,6 | 44.631 | 47,9 | 12 | 0,4 | 27.140 | 35,3 | 19 | 0,9 | 20.775 | 30,8 | 35 | 2,7 | 38.009 | 45,9 | 36 | 3,2 | 37.431 | 43,8 | 31 | 2,5 | 32.832 | 38,6 |

Fonte: Censo agrícola de (1950 e 1960); e Censo Agropecuário (1970, 1975, 1980 e 1985).

Se analisarmos os extremos, ou seja, o grupo de área com menos de 20 hectares e o grupo de área a partir de 1000 hectares, a concentração fundiária se torna mais flagrante. Nesse sentido, o grupo de área com menos de 20 hectares, apesar de somar 61,9% dos estabelecimentos, ocupava somente 8,8% da área total e, em contrapartida, o grupo a partir de 1000 hectares, que totalizava apenas 0,5% dos estabelecimentos, abarcavam 36,1% da área.

Em 1960, o grupo de área com menos de 100 hectares apresentou um acréscimo no número de estabelecimentos e na área ocupada, somando quase que a totalidade dos estabelecimentos, ou seja, 98,3% e abrangendo 52,3% da área total. Os estabelecimentos com área entre 100 e menos de 500 hectares diminuíram para 1,3%, detendo uma área de 12,3%. Enquanto que o grupo de área com 500 e mais hectares somava apenas 0,4% (12 estabelecimentos), concentrando 35,3% (27.140 hectares) da área.

Uma década depois, em 1970, a concentração da terra era ainda grande em Presidente Bernardes, mas tinha modificações significativas em relação a 1960. Os estabelecimentos com menos de 100 hectares apresentaram uma pequena diminuição para 95,3%, ocupando uma parcela bem menor da área total, ou seja, 43,8%. De modo contrário, os estabelecimentos de 100 a menos de 500 hectares tiveram um aumento da sua representatividade para 3,7% em relação ao número de estabelecimentos e da área para 25,3%.

Nesse ano (1970), os estabelecimentos com 500 e mais hectares apresentaram um aumento de importância para 0,9% (19 estabelecimentos) e uma diminuição da área abrangida para 30,8% (20.775 hectares), denotando uma desconcentração da área deste grupo.

Em 1975, o grupo dos estabelecimentos com menos de 100 hectares apresentou uma diminuição do seu número, representando 88,2% do total e abrangendo somente 26,2% da área.

Os estabelecimentos de 100 a menos de 500 hectares continuaram apresentando uma tendência de aumento de importância, totalizando 9% do total de estabelecimentos, ocupando 27,4% da área em 1985.

Por outro lado, o grupo dos estabelecimentos com 500 e mais hectares teve aumento do seu número, representando 2,7% (35 estabelecimentos) do total, concentrando quase 46% da área.

Dessa maneira, em 1975 houve uma acentuação da concentração das terras no grupo de 100 a menos de 500 hectares e no grupo de 500 e mais hectares.

No ano de 1980 os estabelecimentos com menos de 100 hectares representavam 85,4% do total, mas ocupavam apenas 26,5% da área. O estrato de área de 100 a menos de 500

hectares aumentou a representatividade do número de estabelecimentos para 11,3% (125 estabelecimentos) e da área para 29,6% (25.304 hectares).

A faixa dos estabelecimentos com 500 e mais hectares apresentou em 1980 um aumento para 3,2% do número de estabelecimentos em relação ao total, ao passo que teve uma pequena diminuição da representatividade da área para 43,8%.

Finalmente, analisando o ano de 1985, percebemos que pouco foi alterado na estrutura fundiária do Município de Presidente Bernardes, visto que as terras continuaram concentradas no grupo de 100 a menos de 500 hectares e, principalmente no grupo de 500 e mais hectares.

Desse modo, em 1985, o grupo de estabelecimentos com menos de 100 hectares somava 86,5% (1.050 estabelecimentos) do total de estabelecimentos, ocupando apenas 29,7% da área. Os estabelecimentos com 100 a menos de 500 totalizavam 10,9% e abrangiam 31,6% da área.

Em contrapartida, o grupo de estabelecimentos com 500 e mais hectares, apesar de representar apenas 2,5% (31 estabelecimentos) do total de estabelecimentos, concentrava 38,6% (32.832 hectares) da área total.

A situação fica mais extrema e desigual quando comparamos os estabelecimentos com menos de 20 hectares e os estabelecimentos com 1000 e mais. Dessa maneira, em 1985 os estabelecimentos com menos de 20 hectares representavam 49,0% do número total e detinham apenas 6,2% da área, ao passo que os estabelecimentos com 1000 e mais hectares totalizavam apenas 0,9% (11 estabelecimentos), porém, concentrando 22,1% (18.797 hectares) da área.

De um ponto de vista geral, analisando o período 1950-1985, verificamos que a estrutura fundiária do Município de Presidente Bernardes permaneceu bastante concentrada, principalmente nos estabelecimentos com 500 e mais hectares. Todavia, houve modificações significativas:

- o grupo dos estabelecimentos com menos de 100 hectares apresentou diminuição em relação ao total, tanto do número como da área ocupada;
- houve uma pequena desconcentração da área e um aumento do número dos estabelecimentos com 500 e mais hectares; e,
- ocorreu um aumento do número de estabelecimentos no estrato de área de 100 a menos de 500 hectares.

Apesar dessas mudanças, a estrutura fundiária do Município de Presidente Bernardes continuou bastante concentrada.

É importante ressaltar que ao tratar-se de propriedades rurais, deve-se destacar que a maioria das grandes se constituiu a partir de grilagem das terras no período de ocupação da

região, tratando-se de terras devolutas. Várias fazendas nesse município mantêm uma pecuária extensiva para “camuflar” a improdutividade das terras.

Tal fato, aliado à grande presença no município e na região de produtores e trabalhadores rurais sem-terra, denota a importância e a necessidade da realização de uma reforma agrária via implantação de assentamentos rurais.

3.2.5 – O processo de implantação dos assentamentos rurais

A partir de 1990 vários movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST, começaram a realizar ocupações em algumas fazendas com títulos de propriedade contestados. Dessa maneira, o MST se especializou³⁷ na região do Pontal do Paranapanema, com o objetivo de pressionar os governos estadual e federal para a desapropriação de terras. Pois, esses movimentos tinham conhecimento que muitas áreas se encontravam em situação irregular quanto ao título de propriedade.

Em meados da década de 1990, o MST passou a atuar também no Município de Presidente Bernardes, ocupando grandes áreas com títulos de propriedade contestados pelo Estado, objetivando acelerar o processo de desapropriação e a implantação de assentamentos nessas áreas.

Desse modo, foi no sul do Município de Presidente Bernardes, em que se localiza o Distrito de Nova Pátria e que a concentração fundiária ocorre de modo mais acentuado, que o MST concentrou as ocupações, pois segundo Martins (1974, p. 29), “boa parte do imóvel que fica ao sul da estrada de ferro foi loteada no início do povoamento. Mas ainda hoje, os membros da família loteadora continuam sendo grandes proprietários rurais, na área”.

Como vimos anteriormente, esse município sempre se caracterizou por possuir uma acentuada concentração da terra. Dessa maneira, em 1995/96 a estrutura fundiária do Município de Presidente Bernardes continuava bastante concentrada. Assim, de acordo com a tabela 07, apesar de totalizar 84,3% dos estabelecimentos, o grupo de estabelecimentos com menos de 100 hectares detinha apenas 24,8% da área total.

³⁷ Para saber mais sobre a especialização e territorialização do MST na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo e no Brasil, ver Fernandes (1996) e Fernandes (2000).

Tabela 07: Estabelecimentos por grupo de área no Município de Presidente Bernardes - 1995/96.

| Grupos de área | Est. | | ha | |
|------------------------------------|------|------|--------|------|
| | Nº | % | Nº | % |
| Menos de 20 | 368 | 44,4 | 4.019 | 5,2 |
| 20 a menos de 50 | 225 | 27,0 | 7.307 | 9,6 |
| 50 a menos de 100 | 107 | 12,9 | 7.683 | 10,0 |
| Sub-total I Menos de 100 | 700 | 84,3 | 19.009 | 24,8 |
| 100 a menos de 200 | 46 | 5,5 | 6.659 | 8,7 |
| 200 a menos de 500 | 59 | 7,0 | 18.379 | 24,1 |
| Sub-total II 100 a menos de 500 | 105 | 12,5 | 25.038 | 32,8 |
| 500 a menos de 1000 | 12 | 1,4 | 8.960 | 11,8 |
| 1000 e mais | 15 | 1,8 | 23.373 | 30,6 |
| Sub-total III 500 e mais | 27 | 3,2 | 32.333 | 42,4 |
| Total | 832 | 100 | 76.380 | 100 |

Fonte: Censo Agropecuário (1995/96).

Por sua vez, os estabelecimentos do estrato de área de 100 a menos de 500 hectares somavam 12,5% e ocupavam 32,8% da área.

No entanto, as terras se concentravam em sua maior parte nos estabelecimentos com 500 e mais hectares, que abarcavam 42,4% (32.333) da área total, apesar de representar apenas 3,2% do total dos estabelecimentos.

A diferença e a desigualdade entre os estabelecimentos se tornam maiores quando comparamos os estabelecimentos com menos de 20 hectares e os de 1000 e mais hectares. Nesse sentido, os estabelecimentos com menos de 20 hectares somavam 44,4% do total, ocupando somente 5,2% da área. Em contrapartida, os estabelecimentos com 1000 e mais hectares representavam apenas 1,8% do número de estabelecimentos, mas concentravam 30,5% da área total.

Dessa maneira, foi na porção sul do município (área em que a concentração da terra é maior) que ocorreu, a partir de 1996, a implantação de vários assentamentos rurais, pois nessa área se concentram as grandes propriedades com títulos de propriedade contestados.

Segundo Santos (2000, p.54), “não é possível, no entanto, entender o processo que resultou nos assentamentos neste município sem ter por base o contexto das lutas engendradas na região do Pontal do Paranapanema”. Dessa maneira, os assentamentos rurais do município se realizaram, principalmente, devido à intensa atuação do MST, que por meio das ocupações de terras e acampamentos, conseguiu pressionar os governos federal e estadual para que fosse efetuada a desapropriação de áreas em fazendas com títulos de propriedades contestados.

Assim, segundo Santos (2000, p.53-54),

Presidente Bernardes se insere no contexto de lutas pela terra quando do início das negociações realizadas entre Estado e grileiros a partir de 1995,

com o Plano de Ação Governamental. Através deste plano, decretado em setembro do referido ano, buscava-se arrecadar áreas devolutas para o assentamento de famílias sem-terra que vinham, desde 1990, realizando ocupações na região do Pontal do Paranapanema. Estas terras começaram a ser reivindicadas a partir de março de 1996, quando o Itesp entrou com os processos reivindicatórios de 20.000 hectares de terras devolutas em vários perímetros envolvendo os municípios de Presidente Venceslau, Presidente Epitácio, Caiuá e Presidente Bernardes.

O Município de Presidente Bernardes tinha em seu território áreas em processos de desapropriação em três perímetros: o 4º perímetro; o 10º perímetro; e, o 12º perímetro³⁸.

Dessa maneira, foi implantado no período 1996-1998 no Município de Presidente Bernardes, um total de oito (8) assentamentos rurais (Mapa 02), envolvendo 299 famílias e abrangendo uma área de 8.118 ha. (Quadro 01).

Quadro 01: Assentamentos rurais no Município de Presidente Bernardes – 1996-1998.

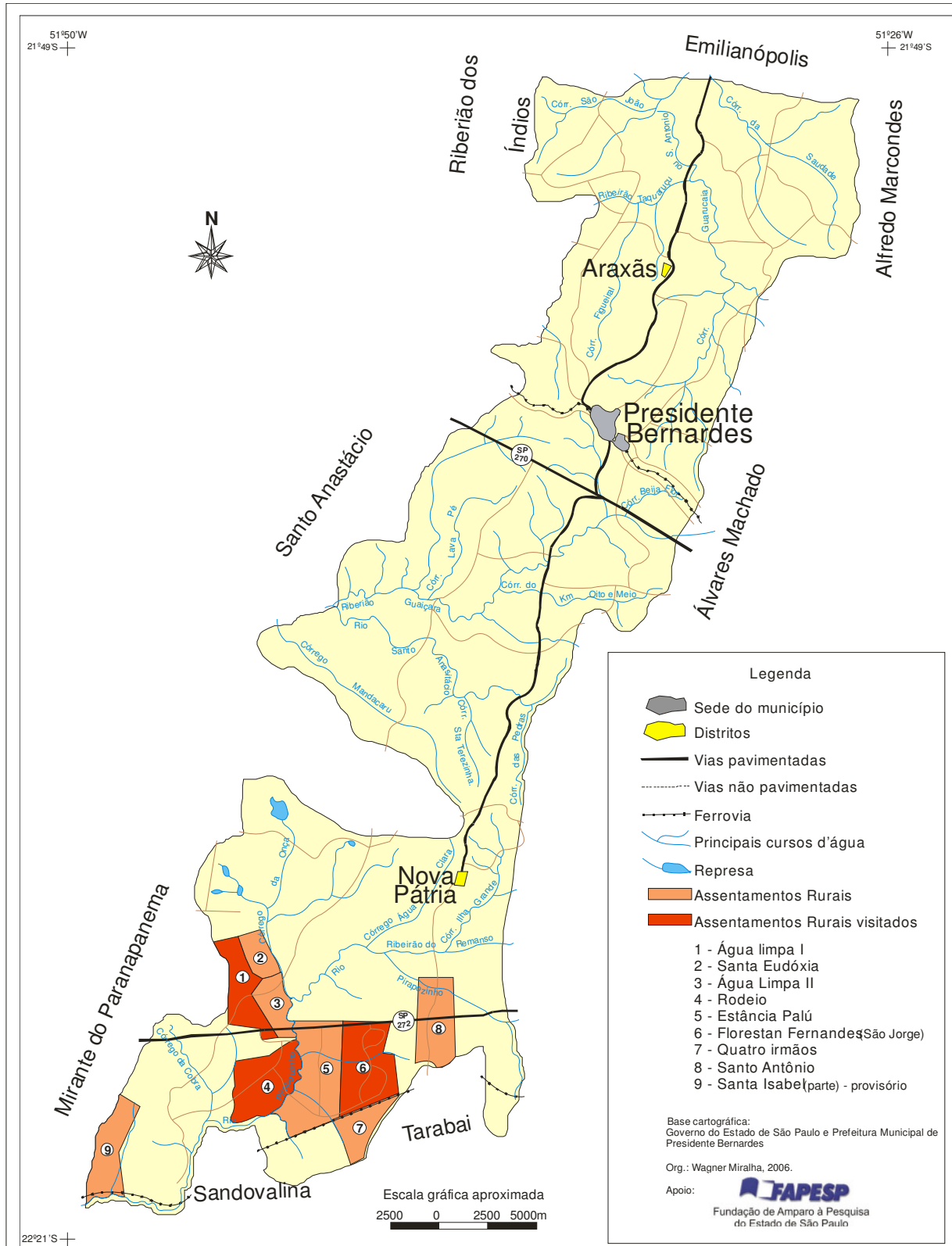
| Nome do assentamento | Nº de famílias | Área (ha) | Ano de criação |
|---------------------------------|----------------|-----------|----------------|
| Água Limpa I | 63 | 1.947 | 1996 |
| Estância Palú | 45 | 1.243 | 1996 |
| Rodeio | 65 | 1.861 | 1997 |
| Santa Eudóxia* | 06 | 167 | 1997 |
| Santo Antônio | 24 | 610 | 1998 |
| Quatro Irmãs | 15 | 385 | 1998 |
| Água Limpa II* | 26 | 789 | 1998 |
| Florestan Fernandes (São Jorge) | 55 | 1.116 | 1998 |
| Total | 299 | 8.118 | |

Fonte: NERA/DATALUTA - 2000.

* Estes assentamentos são resultados da divisão posterior do Assentamento Água Limpa.

³⁸ A designação de Perímetro foi criada pelo poder Judiciário do Estado de São Paulo para facilitar o processo de discriminação e regularização fundiária. Segundo o ITESP (2000, p.39-40), “[...] para ser iniciado o processo da ação discriminatória, é necessário que a Fazenda Pública do Estado delimite a área a ser discriminada, que será demandada em face de todos aqueles inseridos nessa delimitação. Com esse propósito a Procuradoria Geral do Estado, a partir da década de 1930, realizou várias divisões físicas de seu território denominando-as Perímetros. Não existe para o Estado, porém, a obrigatoriedade de ingressar em juízo contra todos os ocupantes dessa área numa única ação, podendo o Perímetro ser subdividido em função do interesse público e para maior agilidade do processo, o que possibilita a propositura de ações por blocos de imóveis e até mesmo sobre um único imóvel”.

Mapa 02 – Localização dos assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes.



De acordo com o quadro 01, pode-se constatar que dois assentamentos foram implantados em 1996, o Assentamento Água Limpa I, que possui a maior área (1.947 hectares), e o Assentamento Estância Palú (1.243 he), abrangendo juntos, um total de 108 famílias assentadas em 3.190 hectares. Em 1997 foram criados mais dois assentamentos, o Assentamento Rodeio, que possui o maior número de famílias assentadas (65), e o Assentamento Santa Eudóxia, que possui apenas 06 famílias. Os assentamentos Rodeio e Santa Eudóxia instalados em 1997 possuem um total de 71 famílias assentadas em 2.028 hectares de terra.

Por fim, em 1998 foram implantados mais quatro assentamentos, quais sejam: Santo Antônio; Quatro Irmãs; Água Limpa II; e, Florestan Fernandes (São Jorge), sendo que o assentamento Água Limpa II foi o resultado da divisão do Assentamento Água Limpa I, criado no ano de 1996. Os assentamentos criados em 1998 abrangem um total de 120 famílias assentadas numa área de 2.900 hectares.

Os assentamentos rurais Água Limpa I, Rodeio e Florestan Fernandes constituem-se na área da pesquisa empírica objetivada pelo presente trabalho, pois são os assentamentos com maior número de assentados. Dessa maneira, faz-se necessário realizar um aprofundamento dos acontecimentos que envolveram o processo de ocupação, conquista e implantação desses assentamentos.

Os assentamentos Água Limpa I, Água Limpa II e Santa Eudóxia são originários do assentamento Água Limpa implantado em 1996 como resultado da desapropriação da Fazenda Fortuna, localizada no 12º perímetro.

Em 17 de maio de 1996, cento e sessenta e uma (161) famílias integrantes do MST, ocuparam a fazenda Fortuna com o objetivo de acelerar o processo de desapropriação e implantação do assentamento. Dessa maneira, foi em 20 de março de 1996 que o governo começou a assentar as famílias, quando foram requeridos 30% da área da fazenda para o assentamento emergencial de famílias que estavam acampadas, em sua maior parte, no acampamento Primeiro de Abril no município de Mirante do Paranapanema. Como resultado da completa desapropriação da Fazenda Fortuna, originaram-se três assentamentos: Água Limpa I, Água Limpa II e Santa Eudóxia (SANTOS, 2000).

Segundo o técnico de extensão rural Adalberto Lanziani³⁹, os lotes no Assentamento Água Limpa I ficaram com um tamanho de 14 hectares, devido à boa fertilidade do solo em decorrência da produção de cana-de-açúcar quando as terras pertenciam à antiga Fazenda

³⁹ Em entrevista realizada em abril de 2005 no Escritório Regional do ITESP de Presidente Prudente.

Fortuna. Dessa maneira, segundo Lanziani, os solos desse assentamento são propícios para o cultivo de lavouras.

No dia 10 de março de 1997 um grupo de sessenta e nove (69) famílias ligadas ao MST, provenientes dos acampamentos Taquaruçu e Primeiro de Abril ocupou a Fazenda Rodeio, localizada no 12º perímetro no Município de Presidente Bernardes (SANTOS 2000).

Essas famílias, receosas de que o Itesp assentasse outras na área, não atenderam o pedido para que aguardassem mais 15 ou 20 dias [...]. O grupo, após o amanhecer, iniciou a construção de barracos próximos a sede para utilizar água e energia. A disposição espacial dos barracos foi semelhante à de uma agrovila, para que a infra-estrutura pudesse atingir a todos. A Fazenda Rodeio, em área devoluta, já estava com 30% requisitados para o assentamento provisório, de forma que não houve despejo. [...] O processo de demarcação e divisão dos lotes por parte do Estado demorou de março até 20 de setembro de 1997, quando as famílias entraram em seus lotes definitivos (SANTOS, 2000, p.58-59).

Das 69 famílias que ocuparam a Fazenda Rodeio, foram assentadas 65 famílias em uma área de 1.861 hectares. O solo desse assentamento, diferentemente do Assentamento Água Limpa I, apresentava fertilidade baixa devido ao solo ser arenítico e também em virtude da degradação ocorrida por meio do cultivo das lavouras de café e algodão, em meados do século XX e pelas pastagens nas últimas décadas do século passado.

Devido à baixa fertilidade dos solos, os lotes do Assentamento Rodeio foram divididos com áreas entre 19 e 21 hectares, sendo mais propícios para o desenvolvimento da pecuária, principalmente a produção de leite.

Em janeiro de 1998 várias famílias também integrantes do MST ocuparam a Fazenda São Jorge localizada no 4º perímetro de áreas devolutas no Município de Presidente Bernardes, que também se encontrava com 30% da área já desapropriada pelo Estado.

Segundo Santos (2000), o MST ocupou essa fazenda para assegurar que as famílias engajadas na luta pela terra, que já haviam passado por acampamentos como o Santa Rita, Taquaruçu e Antônio Conselheiro, obtivessem o acesso a terra. Inicialmente, este grupo era composto por cem (100) famílias vindas do Distrito de Nova Pátria, em Presidente Bernardes, Santo Anastácio e Presidente Venceslau.

Ainda segundo Santos (2000),

A fazenda São Jorge se destinaria ao assentamento de famílias do município de Presidente Bernardes, porém, apesar da ameaça de despejo, as famílias decidiram resistir e permanecer no acampamento. Dessa forma, o Estado se viu obrigado a assentá-las. O grupo foi dividido em três subgrupos, quarenta e sete lotes foram divididos segundo o interesse de cada família, os oito lotes restantes foram sorteados (SANTOS, 2000, p. 67-68).

Segundo o técnico de extensão rural Adalberto Lanziani a fazenda São Jorge tinha seis funcionários que foram assentados e o restante dos assentados eram participantes do MST. Depois de uma reunião entre os assentados foi escolhido o nome do assentamento, que passou a ser denominado de Florestan Fernandes (uma homenagem do MST ao estudioso Florestan Fernandes). No entanto, muitos assentados e pessoas próximas ao assentamento ainda chamam-no de São Jorge, que era o nome da antiga fazenda. Isto ocorre pelo fato do nome da antiga fazenda permanecer no imaginário social das pessoas que identificaram o seu “lugar” ainda atrelado à denominação “São Jorge”, nome da antiga fazenda. No entanto, alguns militantes do MST presentes no assentamento optaram pelo nome “Florestan Fernandes” como denominação oficial.

Percebemos, dessa maneira, a importância da mobilização das famílias, organizadas em movimentos sociais de luta pela terra, para a agilização da desapropriação das fazendas e a implantação dos assentamentos Água Limpa I, Rodeio e Florestan Fernandes.

A implantação de assentamentos rurais no Município de Presidente Bernardes causou de imediato um aumento no número de habitantes do município, pois boa parte dos assentados é procedente de outros municípios da região como, por exemplo, Mirante do Paranapanema, Santo Anastácio e Teodoro Sampaio.

De acordo com a tabela 08, verificamos que em 1970 o município possuía mais de dois terços da população no campo, ou seja, mais de 17 mil pessoas. A população urbana somava 8.163 pessoas e a população total era de 25.590 pessoas. No entanto, nas décadas posteriores, a população rural diminuiu drasticamente, devido ao êxodo rural que foi mais intenso entre as décadas de 1970 e 1980.

Tabela 08: Dinâmica populacional do Município de Presidente Bernardes - 1970-2000.

| Anos | População rural | População urbana | População total |
|------|-----------------|------------------|-----------------|
| 1970 | 17.427 | 8.163 | 25.590 |
| 1980 | 7.376 | 8.408 | 17.784 |
| 1991 | 5.426 | 10.885 | 16.311 |
| 1996 | 4.041 | 8.169 | 12.210 |
| 2000 | 4.733 | 9.929 | 14.662 |

Fonte: FIBGE - Censos Demográficos (1970, 1980, 1991 e 2000) e Contagem Populacional (1996).

Na realidade o êxodo-rural se consubstanciou em um processo de expulsão/expropriação do pequeno produtor familiar do campo, principalmente o pequeno proprietário, o pequeno arrendatário e o meeiro. Com a saída de grande parte dos pequenos produtores familiares do campo restou-lhes apenas como alternativa de trabalho a tentativa de

inserção no mercado de trabalho urbano. A música intitulada “Meu reino encantado”⁴⁰ de composição de Valdemar Reis e Vicente F. Machado retrata muito bem a vida no campo e o processo de expulsão dos pequenos produtores rurais do espaço rural:

Eu nasci num recanto feliz
Bem distante da povoação
Foi ali que eu vivi muitos anos
Com papai mamãe e os irmãos
Nossa casa era uma casa grande
Na encosta de um espigão
Um cercado pra guardar bezerro
E ao lado um grande mangueirão.
No quintal tinha um forno de lenha
E um pomar onde as aves cantava
Um coberto pra guardar o pilão
E as traíças que papai usava
De manhã eu ia no paiol
Uma espiga de milho eu pegava
Debuíava e jogava no chão
Num instante as galinhas juntava.
(...). Todo sábado eu ia na vila
Fazer compras pra semana inteira
O papai ia gritando com os bois
Eu na frente ia abrindo as porteiras.
Nosso sítio que era pequeno
Pelas grandes fazendas cercado
Precisamos vender a propriedade
Para um grande criador de gado
E partimos pra cidade grande
A saudade partiu ao meu lado
A lavoura virou colônia
E acabou-se meu reino encantado. (...).
(grifo nosso).

Na letra dessa música percebemos um pouco do modo de vida do produtor familiar e sua saída indesejada, ou melhor, “forçada” do campo para a cidade, devido à pressão de grandes fazendeiros para adquirir a propriedade e transformar em pastagem para o gado, fato parecido ao que ocorreu na história do município de Presidente Bernardes, que a partir de 1970 teve, por um lado, a diminuição das áreas de lavouras e, por outro lado, o aumento das áreas de pastagens com a expansão da pecuária bovina.

Assim, 1980, a população rural diminuiu para 7.376 pessoas e a população urbana aumentou para 8.408 pessoas. Isso denota que a maioria da população que saiu do espaço rural do município foi para outras cidades, pois a população urbana incorporou apenas 245 pessoas entre 1970 e 1980.

⁴⁰ Música interpretada por Lourenço e Lourival no CD “Coletânea: Lourenço e Lourival”. Som Livre, 1997.

Em 1991 o espaço rural do município de Presidente Bernardes continuou apresentando um esvaziamento da população, que diminuiu para 5.426 pessoas, já a população urbana teve um ligeiro aumento para 10.885 pessoas.

Em 1996 a população rural continuou diminuindo, somando apenas 4.041 pessoas e a população urbana, por sua vez, também apresentou retração, contabilizando um total de 8.169 pessoas. Essa redução da população urbana deve-se à migração para as cidades maiores e com mais oportunidades de emprego e que, em sua maioria, se localizam na região da Grande São Paulo. Dessa maneira, a população total também diminuiu para 12.210 pessoas.

Em 2000, a população rural do município apresentou um ligeiro crescimento, totalizando 4.733 pessoas e a população total aumentou para 14.662 pessoas. Esse aumento na população rural constatada no Censo Demográfico de 2000 representa, na verdade, o resultado da implantação de assentamentos rurais no município no período de 1996 a 1998.

Nesse sentido, de acordo com a tabela 07, verificamos que os assentamentos rurais tiveram um impacto na dinâmica populacional do município, proporcionando um aumento da população rural e da população total do município de Presidente Bernardes, que vinha apresentando uma tendência de diminuição constante no período entre 1970 e 1996. Assim, em 1996, a população rural contabilizava 4.041 pessoas, já em 2000 aumentou para 4.733 pessoas.

Em um primeiro momento os assentados representaram aumento do número de consumidores, colocando em circulação no comércio local, os recursos provenientes do extinto Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) para adquirir materiais de construção para as casas, cercas, galpões etc, gerando a dinamização do comércio local. Segundo o ITESP (1998), até 1997 foram liberados cerca de um milhão de reais de Crédito do PROCERA para os assentados do Município de Presidente Bernardes.

A implantação de assentamentos rurais em Presidente Bernardes significou também um rearranjo espacial da porção sul do município. Onde se encontravam as grandes fazendas improdutivas e/ou com pecuária extensiva e com pouca utilização de mão-de-obra, com uma paisagem monótona e gerando três ou quatro empregos rurais, foram assentadas 299 famílias que dinamizaram a paisagem com vários tipos de plantações e criações. Seis fazendas foram retalhadas para a implantação dos projetos de assentamentos e receberam 299 famílias em lotes que variam de 14 a 21 hectares.

A paisagem desolada e monótona do latifúndio tornou-se uma paisagem dinâmica, com vários lotes e uma movimentação de pessoas que transformou um espaço pouco dinâmico num espaço repleto de vivência social. Houve assim, um rearranjo espacial e

também territorial, pois se passou do território da fazenda, do latifúndio, para a territorialização dos assentamentos.

*OS ASSENTAMENTOS ÁGUA LIMPA I,
FLORESTAN FERNANDES E RODEIO NO
MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES:
DINÂMICA INTERNA E RELAÇÕES EXTERNAS*

IV – OS ASSENTAMENTOS ÁGUA LIMPA I, FLORESTAN FERNANDES E RODEIO NO MUNICÍPIO DE PRESIDENTE BERNARDES: DINÂMICA INTERNA E RELAÇÕES EXTERNAS

Neste capítulo realizamos, em primeiro lugar, um resgate sobre a abordagem do conceito de lugar no contexto da Geografia; em seguida, desenvolvemos uma revisão bibliográfica nas obras de Santos (1985; 1996); Ferreira (2000) e Moreira (2006) na tentativa de delinear uma categoria geográfica de análise para a presente pesquisa. Depois das considerações teóricas analisamos os dados e informações coletadas por meio da aplicação do questionário na pesquisa de campo realizada no período de julho a setembro de 2005.

4.1 – O conceito de lugar no contexto da Geografia

O conceito de lugar foi trabalhado desde os primórdios da geografia moderna, sendo estudado primeiro por La Blache, no início do século XX, associado ao conceito de região. Para os geógrafos dessa época, caracterizados como sendo da Geografia Tradicional, o conceito de lugar era utilizado apenas no sentido de localização de uma área da Terra. É famosa a frase de Vidal de La Blache “A Geografia é a ciência dos lugares e não dos homens”.

Nessa perspectiva os geógrafos da Geografia Tradicional, que tinham no positivismo⁴¹ a principal base filosófica para o entendimento da realidade, centravam o conhecimento geográfico no estudo dos lugares associado à *região* e a localização. Mas o *lugar* na Geografia Tradicional não tinha nenhum significado subjetivo, apenas significados objetivos, visto que o método de análise da realidade estava baseado no visível, no palpável, no aparente, no descritivo e no mensurável. Dessa maneira, a *paisagem* era um conceito chave para a referida Escola da Geografia.

Segundo Ferreira (2000), a partir da década de 1970 o conceito de lugar foi associado à base filosófica da fenomenologia e do existencialismo pela então denominada Geografia Humanística, que resgatou e transformou o *lugar* no conceito chave para o entendimento da realidade para os estudiosos dessa corrente do pensamento geográfico.

⁴¹ A Corrente Filosófica Positivista tinha como principais parâmetros: o método hipotético-dedutivo, a neutralidade científica, não utilizava um método histórico para compreender a realidade e objetivava a busca de leis gerais baseado na mensuração de dados.

Para Relph, citado por Ferreira (2000), o lugar possui uma relação íntima entre o sujeito (pessoas) e o objeto (um fragmento do espaço), na qual o sujeito passa a sentir-se, perceber-se como integrante do próprio objeto, comparando o *lugar* ao lar. Dessa maneira Ferreira (2000, p.68) salienta que para Relph, “O lugar seria um centro de significações insubstituível para a fundação de nossa identidade como indivíduos e como membros de uma comunidade, associando-se, desta forma, ao conceito de lar”.

Buttimer, citada por Ferreira (2000), é uma das expoentes da Geografia Humanística, proporcionou uma ligação entre a fenomenologia e a geografia, com a noção de mundo vivido. O lugar para a referida autora seria o mundo vivido, ou seja, onde realizamos nossas tarefas cotidianas e se relacionamos com o meio e com os outros.

Tuan (1983) desenvolve uma análise sobre espaço e lugar na perspectiva da experiência, fundamentado na fenomenologia. Segundo Tuan (1983, p.06) “Na experiência, o significado de espaço freqüentemente se funde com o de lugar. ‘Espaço’ é mais abstrato do que ‘lugar’. O que começa como espaço indiferenciado transforma-se em lugar à medida que o conhecemos melhor e o dotamos de valor”.

Desse modo, na perspectiva de Tuan (1983) o *lugar* como a experiência íntima, a atribuição de símbolos, valores e emoções com o meio. Assim, de acordo com Tuan *apud* Holzer, 1999, p.70), “Lugares podem ser símbolos públicos ou campos de preocupação (*fields of care*), mas o poder dos símbolos para criar lugares depende, em última análise, das emoções humanas que vibram nos campos de preocupação”.

A preocupação dos Geógrafos da corrente humanista era de desvincular a idéia de lugar como mera localização (como ocorreu na Geografia Tradicional), mas de dar significados humanos e históricos ao lugar. Assim, o lugar só ganha sentido de existência a partir da experiência e emoções das pessoas que lhe proporcionam significado.

Nesse sentido, para Tuan *apud* Holzer (1999),

[...] o lugar é uma unidade entre outras unidades ligadas pela rede de circulação; [...] o lugar, no entanto, tem mais substância do que nos sugere a palavra localização: ele é uma entidade única, um conjunto “especial”, que tem história e significado. O lugar encarna as experiências e aspirações das pessoas. O lugar encarna não é só um fato a ser explicado na ampla estrutura do espaço, ele é a realidade a ser esclarecida e compreendida sob a perspectiva das pessoas que lhe dão significado.

Com a Geografia Humanística o conceito de lugar ganhou fortes elementos subjetivos ligados à racionalidade humana, como a identidade, a percepção, a cultura, a memória, o sentimento de pertencimento etc. O conceito de lugar vai estar relacionado aos valores, às

emoções, aos sentimentos do homem em relação a um fragmento do espaço que possa ser vivenciado e experimentado.

Na década de 1980 o interesse pelo conceito de lugar extrapola a Geografia Humanística, sendo bastante trabalhado pelos geógrafos econômicos ligados à Geografia Radical de base marxista e fundamentada no Materialismo Histórico e Dialético.

Para Harvey *apud* Ferreira (2000, p.71),

[...] o lugar é uma construção social e deve ser compreendido tanto como uma localização quanto como uma configuração de “permanências” relativas internamente heterogênea, dialética e dinâmica contida na dinâmica geral de espaço-tempo de processos sócio-ecológicos. Ou seja, processos específicos contidos e expressos dentro do processo global.

Dessa maneira Harvey procura entender o *lugar* como expressão do global, ou seja, a partir do lugar podemos compreender o mundo.

Segundo Santos (1994, p.97) o *lugar* se define como sendo “[...] uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que forma um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar”. Nesse sentido, Santos (1994) assemelha o conceito de lugar ao de espaço. Para o referido autor, o espaço é a soma dos lugares e é por meio dos lugares, que podemos compreender o mundo.

Nesse sentido, em trabalho mais recente Santos (2001, p.112) destacou o seguinte:

É o espaço, isto é, os lugares, que realizam e revelam o mundo, tornando-o historicizado e geografizado, isto é, empiricizado. Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares.

Na perspectiva de Santos (2005) o lugar contempla o movimento da sociedade, ou seja, as sucessivas mudanças, tanto nos objetos, como na cultura, na técnica, nos valores etc. O *lugar* também reúne elementos contraditórios entre si, como, por exemplo, os seguintes pares dialéticos: o interno e o externo, o velho e o novo e o local e o global. Iremos detalhar no próximo item a questão do interno x externo que nos interessa mais diretamente.

Para Carlos (1996, p. 20),

O lugar é a base da reprodução da vida e pode ser analisado pela *triade habitante-identidade-lugar*. [...]. As relações que os indivíduos mantêm com os espaços habitados se exprimem todos os dias nos modos do uso, nas condições banais, no secundário, no acidental. É o espaço passível de ser sentido, pensado, apropriado e vivido através do corpo (grifo do autor).

Dessa maneira, Carlos (1996) realiza uma integração entre a fenomenologia e o materialismo histórico-dialético, pois, a autora concilia as noções de espaço vivido, da subjetividade, das emoções humanas e da identidade com a idéia de construção social, luta de classes e o processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo.

Na realidade tanto a Geografia Humanística (com uma análise mais subjetiva) quanto a Geografia Radical (com uma análise mais objetiva) trouxeram valiosas contribuições para a construção do conceito de lugar.

Dessa forma, atualmente vários autores têm realizado esforços no sentido de integrar e/ou harmonizar as concepções de lugar, de certa forma conflitantes, da Geografia Humanística e da Geografia Radical. Segundo Ferreira (2000, p.76),

Um dos primeiros estudiosos a tentar elaborar um conceito de lugar que sintetize todas estas tensões será Entrikin (1991). Este buscará as bases para o entendimento do lugar através do contraste entre duas visões do mundo: a centrada, ligada ao ponto de vista subjetivo, e a descentrada, ligada ao ponto de vista objetivo. [...] Compreender o lugar será, portanto, compreender tanto a realidade subjetiva quanto a objetiva [...].

Segundo Ferreira (2000), Entrikin entende o lugar como intermediaridade entre o interno e o externo, buscando um equilíbrio entre o que deve ser mantido de fora, para preservar as especificidades do interno, e o que deve se internalizar para evitar o isolamento com o mundo.

4.1.1 - Em busca de uma categoria geográfica de análise: o *lugar* e a relação dialética *interno x externo*

Centraremos nossa análise, nesta parte do trabalho, na tentativa de encontrar alguns apontamentos teóricos que nos auxiliem a compreender a realidade dos assentamentos investigados. Assim, vamos nos basear no conceito de lugar e na relação dialética *interno x externo*.

Quando falamos em organização interna e relações externas dos assentamentos rurais, estamos nos referindo a um par dialético, o interno e o externo, o confronto entre contrários que se negam, mas que se relacionam entre si, se chocam, sendo que um depende do outro, e no movimento do tempo e do espaço, na perspectiva de Milton Santos, criam uma nova realidade diferente da primeira e da segunda.

Mas, na verdade, o que seria o interno e o externo? O interno seria a escala nacional e o externo a escala internacional? Segundo Santos (1985, p.77),

[...] externo não é forçosamente o *exterior*, exceto quando a escala de estudo ou da variável é o país tomado como um todo. Quando se trata, por exemplo, de um lugar, pequeno ou grande, o externo é dado pela região, pelo Estado, pela Nação. Quanto ao *interno*, sua dimensão varia também com a escala de análise adotada. Mas sua definição pode ser dada como sendo a do conjunto de variáveis tal qual estão *presentes* na área em questão (Grifo do autor).

No entanto, em publicação mais recente, Santos (1996, p. 95) dá um novo enfoque aos elementos “interno e externo”. De acordo com esse autor,

O interno é tudo que, num momento dado, está já presente num lugar determinado. No interno, as variáveis têm a mesma dimensão do lugar, as dimensões se superpõem delimitadas pelo lugar. O interno é aquilo que, num momento dado, aparece como local. A escala do lugar confunde-se com sua própria existência. Mas as variáveis que formam uma situação são freqüentemente extralocais, portanto mais amplas que o lugar. A escala das variáveis é maior do que a escala do lugar (o país, o mundo). O externo é tudo isso cuja sede é fora do lugar e tem uma escala de ação maior do que o lugar, muito embora incida sobre ele.

Dessa maneira, refletindo sobre o caso da presente pesquisa, o interno seria o assentamento rural, com toda a sua forma de organização interna e a dinâmica econômica, social e política. Nessa perspectiva, o assentamento rural representa a categoria analítica de lugar, pois, segundo Santos (1996) o interno é também o que aparece como local.

É importante salientar que o conceito de lugar está diretamente relacionado à idéia de identidade de um grupo de pessoas a um determinado local, ou seja, há um sentimento, uma percepção de pertencimento, de fazer parte de um espaço determinado.

Segundo Carlos (1996, p. 20), “O lugar é a porção do espaço apropriável para a vida – apropriada através do corpo – dos sentidos – dos passos dos seus moradores [...]”.

Nesse sentido, o lugar pode ser o município, a cidade, um bairro urbano ou rural, uma vila, uma rua etc., dependendo da escala enfocada na pesquisa.

Nessa perspectiva, Moreira (2006) discute a pertinência de atrelar o conceito de lugar com a realidade e o modo de vida existente no campo. Assim, segundo a autora supracitada,

[...] torna-se importante atrelar o lugar e rural, justamente, porque no campo a unidade produtiva e a unidade familiar, em muitos casos são indissociáveis. A dimensão do lar como o lugar da sociabilidade da família e a dimensão da unidade de produção como local das estratégias de reprodução social e econômica, denotam a indissociabilidade do local de moradia e o local de trabalho. Contudo, o desenvolvimento da pluriatividade e das atividades não-agrícolas, acabam por separar esses locais. Mas não por dissociar a identidade do indivíduo com o local onde reside (MOREIRA, 2006, p.32).

Moreira (2006, p.33) entende o bairro rural

[...] como o lugar da vida cotidiana, da relação de vizinhança, da identidade e das formas de solidariedade e religiosas [...]. As relações de vizinhança e o sentimento de pertencimento ao lugar refletem o apego e a identidade ao lugar. A terra constitui-se o aspecto primordial da relação entre os indivíduos e o lugar, pois é o principal meio de trabalho e sobrevivência da família.

Segundo Santos (2002, p.339), “a ordem local funda a escala do cotidiano, e seus parâmetros são a co-presença, a vizinhança, a intimidade, a emoção, a cooperação e a socialização com base na contigüidade. [...]”.

Quando dizemos que o assentamento rural é considerado como lugar é porque há um sentimento de pertencimento das pessoas assentadas, de ser parte integrante (o ser assentado), de fazer parte do assentamento rural em que ela vive. O assentamento rural é um espaço apropriado através do corpo, pelo trabalho, é um espaço da reprodução social de pequenos produtores familiares.

Os assentamentos possuem, dessa maneira, uma lógica baseada na dimensão do cotidiano, da vizinhança entre os assentados, emoções e sentimentos de comunidade centrada em igrejas espalhadas pelos assentamentos, existindo também formas de cooperação (como a ajuda mútua) e de socialização entre as famílias assentadas.

Segundo Santos (1996, p. 96-97),

Cada lugar tem, pois, variáveis internas e externas. A organização da vida em qualquer parte do território depende da imbricação desses fatores. As variáveis externas se internalizam, incorporando-se à escala local. Até o momento no qual impactam sobre o lugar são externas, mas o processo de espacialização é, também, um processo de internalização.

Nesse jogo dialético entre o interno e o externo, de acordo com o raciocínio de Santos (1996), o interno recebe influências do externo, ou seja, as variáveis externas estão em constante internalização, incorporando-se ao lugar.

Para entendermos melhor vamos exemplificar: uma determinada empresa de pesquisa agropecuária, por meio de vários estudos, desenvolve uma semente de feijão melhorada geneticamente, se tornando mais produtiva e resistente às pragas, e o Estado resolve incentivar a aquisição dessas sementes em territórios de assentamentos rurais. Assim, a variável externa (semente melhorada) pode ser internalizada no local (assentamentos rurais)⁴².

No entanto, Santos (1996, p. 97) salienta que,

⁴² O interno (lugar) pode receber influências de variáveis externas, que pode ser uma empresa da região ou multinacional, o governo nacional, ou então o mercado regional ou nacional.

A realidade do externo depende, todavia, do interno. Nenhuma variável externa se integra numa situação, se esta não tem internamente as condições para poder aceitá-la. A presença local de certas condições aparece, pois, como indispensável à internalização de fatos externos. Dessa forma, as variáveis externas, num momento dado, não podem inserir-se em todos os lugares.

Existem, então, contextos e realidades, em que as variáveis externas não podem se internalizar e se incorporar ao lugar.

Continuando com base no exemplo anterior, a semente melhorada de feijão não pode ser internalizada em um assentamento rural: se os assentados não aceitassem sementes melhoradas geneticamente e realizarem um protesto para a não utilização entre os assentados da semente melhorada; ou então se os assentados não possuem condições financeiras para adquiri-la, preferindo plantar a semente guardada da safra anterior; ou ainda se o tipo de solo e/ou clima não são favoráveis para o desenvolvimento da respectiva lavoura.

Dessa maneira, conforme Santos (1996),

A internalização do externo não se dá de forma arbitrária, mas em lugares específicos, onde podem combinar-se as variáveis internas com as externas. A combinação entre o externo e o interno depende de uma articulação entre essas diferentes variáveis, e daí cria-se um novo precipitado. Tudo o que existe num lugar está em relação com os outros elementos desse lugar. O que define um lugar é, exatamente, uma teia de objetos e ações com causa e efeito, que formam um contexto e atinge todas as variáveis já existentes, internas; e as novas, que se vão internalizar.

Em trabalho mais recente, Santos (2002) analisa o par dialético interno e externo sob o enfoque local-global. Segundo este autor,

A ordem global é “desterritorializada”, no sentido de que separa o centro da ação e a sede da ação. Seu “espaço”, movido e inconstante, é formado de pontos, cuja existência funcional é dependente de fatores externos. A ordem local, que “reterritorializa”, é a do espaço banal, espaço irreduzível [...] porque reúne numa mesma lógica interna todos os seus elementos: homens, empresas, instituições, formas sociais e jurídicas e formas geográficas. O cotidiano imediato, localmente vivido, traço de união de todos esses dados, é a garantia de comunicação. Cada lugar é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente (SANTOS, 2002, p.339).

Nesse sentido, enxergamos, em cada assentamento rural do município de Presidente Bernardes, uma organização interna nas diferentes dimensões (social, econômica, política e cultural) e uma percepção do assentado de pertencimento, de identidade em relação ao assentamento.

Dessa maneira, com relação à importância dos estudos para se compreender os lugares e da relação entre *lugar* e o par dialético *interno x externo*, Ferreira (2000, p.81) destaca que,

A busca da compreensão de conceitos como globalização, singularidade, identidade, internidade, externidade, simbolismo, progresso, perda, subjetividade, interconectividade apresenta-se paralela àquela em direção à compreensão do lugar. Compreender o lugar é, deste modo, compreender uma relação possível entre questões políticas e econômicas e teias de significações e vivências expressas localmente sem perder-se de vista suas relações estruturais globais ou as novas relações espaciais determinadas por um mundo em constante mutação. É exatamente esta essência constantemente em movimento, esta capacidade de responder aos estímulos internos e externos com diferentes velocidades, esta qualidade da permanência (material, afetiva e simbólica) associada a permeabilidade a processos internos e externos influenciadores de sua modificação (material, afetiva e simbólica) que faz com que o lugar seja um permanente desafio a sua compreensão e a compreensão do mundo (Grifo nosso).

Assim, para Ferreira (2000), o *lugar* tornou-se atualmente um conceito chave para a Geografia, pois a partir dele podemos compreender o movimento geral da sociedade.

Nesse ponto de vista, o lugar não é estático, mas, ao contrário, possui um movimento constante pela sua capacidade de responder aos fatores externos e internos em velocidades diferentes, num conflito entre permanências (objetos, valores, costumes, etc. característicos da comunidade) e permeabilidade (técnica, objetos, valores, etc. de caráter mais geral e externo, ligados ao movimento geral da globalização) a processos internos e externos.

Considerando, então, o assentamento rural como o “interno” (lugar), tentamos investigar como três assentamentos do município de Presidente Bernardes se organizam internamente, abordando as dimensões: social, econômica e política.

Do mesmo modo, tentamos também estabelecer uma análise sobre as relações dos assentamentos rurais com o “externo”, principalmente com as áreas urbanas localizadas no entorno dos assentamentos do município de Presidente Bernardes.

Dessa maneira, realizaremos uma análise pautada nos dados e informações coletados por meio da aplicação do questionário aos responsáveis pelo lote, enfocando: a dinâmica e organização interna (abordando a trajetória de vida, a infra-estrutura, a organização social, a organização produtiva e a organização política); e, as relações e articulações externas dos assentamentos rurais investigados.

4.2 - Organização e dinâmica interna dos assentamentos

4.2.1 - Origem e trajetória de vida dos assentados

No que tange ao espaço habitado pelos assentados no momento anterior à implantação dos assentamentos rurais, identificamos no trabalho de campo, conforme a tabela 09, que 60% dos assentados entrevistados habitavam o espaço urbano, demonstrando que a implantação dos assentamentos representou uma reinserção no processo produtivo dos grupos sociais excluídos do mercado de trabalho urbano.

Tabela 09: Espaço habitado pelos assentados entrevistados no momento anterior à implantação dos assentamentos rurais

| | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|--------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Campo | 8 | 47,1 | 8 | 42,1 | 6 | 31,6 | 22 | 40,0 |
| Cidade | 9 | 52,9 | 11 | 57,9 | 13 | 68,4 | 33 | 60,0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Na segunda metade do século XX, principalmente nas décadas de 1970/80, a região do Pontal do Paranapanema, assim como a maior parte das regiões brasileiras, apresentou um intenso processo de êxodo-rural. Esse processo teve como principal característica a *expulsão* da terra de pequenos arrendatários, meeiros e posseiros, restando como alternativa de ocupação a tentativa de inserção no mercado de trabalho urbano, muitas vezes sofrendo diversas dificuldades em razão do baixo grau de escolaridade que foi uma característica da população rural nessa época. Dessa maneira, muitos conseguiram apenas sub-ocupações ou trabalhos informais.

Desse modo, os assentamentos rurais investigados possibilitaram a volta ao campo de famílias historicamente excluídas: primeiramente da terra e, em segundo momento, do mercado de trabalho urbano. Assim, podemos dizer que os assentamentos em pauta tiveram um importante aspecto social, ou seja, proporcionar a inserção e/ou a reinserção no processo produtivo de diversas famílias do espaço urbano.

Em todos os assentamentos abordados na pesquisa, o percentual de assentados que morava na cidade é maior do que os que residiam no campo. No entanto, o Assentamento Água Limpa I se destaca com 68,4% de assentados que residiam no espaço urbano, isso porque esse assentamento recebeu trabalhadores provenientes das cidades de Presidente Prudente, Santo Anastácio, Teodoro Sampaio etc.

O assentamento Florestan Fernandes é o que apresenta o maior percentual de assentados que residiam no espaço rural no momento anterior à sua implantação com 47,1%.

É importante ressaltar que esse assentamento recebeu vários agricultores do próprio município.

Analisando a atividade exercida pelos assentados entrevistados, percebemos, de acordo com a tabela 10, que a maioria (61,7%) se ocupava com atividades agrícolas, sendo as principais: agricultor (lavrador) com 21,8%; assalariado rural temporário (bóia-fria, trabalhador volante) com 18,2%; e, empregado de fazenda com 14,5%.

Tabela 10: Atividade que exercia antes de ser assentado

| Atividade/ Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|--------------------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Agricultor (lavrador) | 5 | 29,4 | 3 | 15,8 | 4 | 21,0 | 12 | 21,8 |
| Assalariado rural (bóia - fria) | 4 | 23,5 | 1 | 5,3 | 5 | 26,3 | 10 | 18,2 |
| Empregado de fazenda | 4 | 23,5 | 3 | 15,8 | 1 | 5,3 | 8 | 14,5 |
| Autônomo (pintor, taxista, etc.) | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 3 | 5,4 |
| Empregado de destilaria de álcool | 0 | 0 | 3 | 15,8 | 0 | 0 | 3 | 5,4 |
| Doméstica (dona de casa) | 1 | 5,9 | 2 | 10,5 | 0 | 0 | 3 | 5,4 |
| Operário de indústria | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Comerciante | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Posseiro | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Construção civil | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Arrendatário | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10,5 | 2 | 3,6 |
| Pescador | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Carrinheiro de rua | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Funcionário público | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Técnico em barragem | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Empregado de frigorífico | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Cortador de madeira | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

O emprego de assalariado rural temporário, apesar de ser uma ocupação agrícola, é realizado, em grande maioria dos casos, por habitantes urbanos, geralmente das periferias e excluídos do mercado de trabalho urbano. Nesse sentido, segundo Santos (1996, p.52),

Hoje o agricultor pode também ser o homem urbano – o melhor exemplo disso é a existência do trabalhador volante – o “bóia-fria” – que é um trabalhador agrícola, mas já não é um habitante da zona rural. Os dois mercados de trabalho tendem a se confundir.

Esses trabalhadores se sujeitam a jornadas de trabalho castigantes, saindo de madrugada de suas casas para chegar ao local de trabalho que, na maioria das vezes, fica a dezenas de quilômetros de distância. Na Região do Pontal do Paranapanema, os assalariados rurais temporários trabalham a maior parte do ano no corte da cana.

Os assentados que eram trabalhadores temporários se concentraram no Assentamento Água Limpa I⁴³ (26,3%) e no Assentamento Florestan Fernandes (23,5%). Os assentados que já eram agricultores, segundo a pesquisa de campo, tiveram percentual maior no Assentamento Florestan Fernandes com 29,4%, pois este recebeu vários pequenos arrendatários, parceiros etc. do município de Presidente Bernardes.

Os assentados que eram empregados de fazenda tiveram maior ocorrência no Assentamento Florestan Fernandes com 23,5%, incluindo os próprios empregados da Fazenda São Jorge, da qual se originou o referido assentamento.

Com relação às ocupações não-agrícolas, podemos constatar na tabela 10, que as principais foram: empregado de destilaria de álcool (5,4%); autônomo (prestação de serviços como pintor, taxista etc.) (5,4%); operário de indústria (3,6%); comerciante (3,5%); e, na construção civil (3,6%).

Segundo os dados da pesquisa de campo, o Assentamento Florestan Fernandes apresentou 41,2% de assentados provenientes do próprio Município de Presidente Bernardes, enquanto que 58,8% vieram de outros municípios da região (tabela 11).

Tabela 11: Local de moradia dos assentados no momento anterior à implantação dos assentamentos no Município de Presidente Bernardes.

| Local de moradia/ Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|---|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Município de Presidente Bernardes | 7 | 41,2 | 0 | 0 | 0 | 0 | 7 | 12,7 |
| Região do Pontal do Paranapanema excluindo Presidente Bernardes | 10 | 58,8 | 13 | 68,4 | 16 | 84,2 | 39 | 70,9 |
| Municípios do Estado de São Paulo, excluindo a região do Pontal do Paranapanema | 0 | 0 | 5 | 26,3 | 1 | 5,3 | 6 | 10,9 |
| Estado do Paraná | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 2 | 10,5 | 3 | 5,4 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

O Assentamento Rodeio têm 68,4% de assentados que vieram de outros municípios da região, enquanto que 26,3% vieram de outras regiões do Estado de São Paulo.

Já o Assentamento Água Limpa I foi o que apresentou o maior percentual (84,2%) de assentados que vieram de outros municípios da região do Pontal do Paranapanema, destacando-se também os que vieram do estado do Paraná, com 10,5%. Isso indica que a maioria dos assentados procedeu de outros municípios do estado, principalmente da região do Pontal do Paranapanema com 70,9%.

⁴³ Esse assentamento recebeu várias famílias que habitavam o espaço urbano, sendo que boa parte eram trabalhadores volantes, ou seja, trabalhavam de forma temporária em lavouras na região.

Quanto ao local de origem (nascimento) dos assentados entrevistados, verificamos na tabela 12, que: 45,4% nasceram na região do Pontal do Paranapanema; 16,4% nasceram em outras regiões do Estado de São Paulo; e, 12,7% nasceram no Estado do Paraná.

Tabela 12: Local de origem (nascimento) dos assentados entrevistados

| Local de origem/ Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|---|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Região do Pontal do Paranapanema | 9 | 52,9 | 6 | 31,6 | 10 | 52,6 | 25 | 45,4 |
| Estado de São Paulo, excluindo a região do Pontal do Paranapanema | 1 | 5,9 | 5 | 26,3 | 3 | 15,3 | 9 | 16,4 |
| Estado do Ceará | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Estado do Sergipe | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 3 | 15,8 | 4 | 7,3 |
| Estado do Alagoas | 2 | 11,8 | 2 | 10,5 | 0 | 0 | 4 | 7,3 |
| Estado do Paraná | 2 | 11,8 | 3 | 15,8 | 2 | 10,5 | 7 | 12,7 |
| Estado do Pernambuco | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 2 | 3,6 |
| Estado da Bahia | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Estado de Minas Gerais | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |

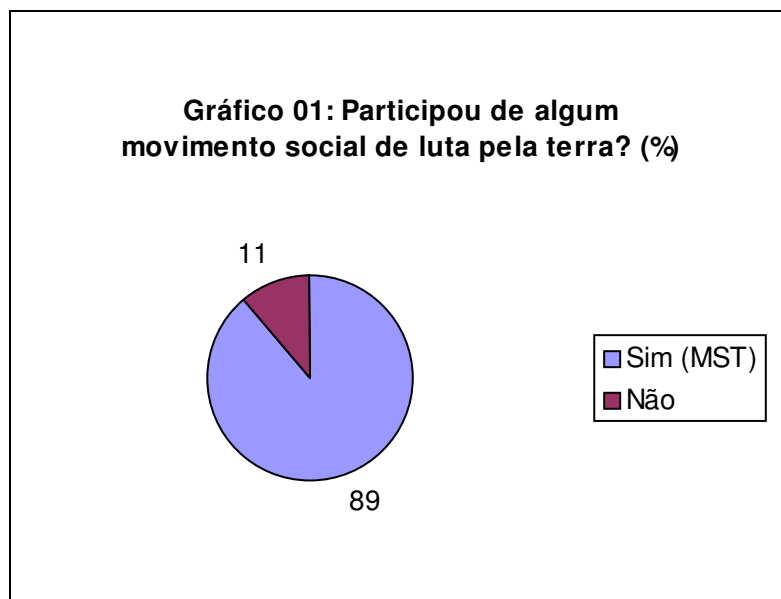
Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Mas, o que chama a atenção é o percentual de assentados que nasceu na região Nordeste, ou seja, 23,6%, com destaque para os Estados de Sergipe e de Alagoas com 7,3% cada um. Esses assentados originários da região Nordeste foram migrantes que a partir das décadas de 1940/1950 se dirigiram para o Município de Presidente Bernardes⁴⁴ ou outros municípios da região, para se sujeitarem ao trabalho assalariado, principalmente na lavoura de algodão que ocupava grandes extensões de terra.

Percebemos que os assentamentos rurais proporcionaram a volta ao campo com o acesso a terra e a inserção social, econômica e política na sociedade, de uma população historicamente marginalizada e explorada. Com o acesso a terra e a infra-estrutura do assentamento, essas pessoas podem resgatar um pouco de sua dignidade humana.

A maioria dos assentamentos rurais implantados no Brasil só se concretizou pela intensa pressão dos movimentos sociais de luta pela terra, sobretudo o MST, e no Município de Presidente Bernardes a realidade não é diferente, pois, de acordo com o gráfico 01, 89% dos assentados participaram do MST para obter o acesso a terra, enquanto que 11% não participaram de movimento social, estes eram antigos empregados das fazendas que foram desapropriadas para a implantação dos assentamentos rurais.

⁴⁴ Como descrevemos no processo de formação sócio-econômica do município em apreço.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Quando analisamos os motivos que levaram os assentados a ingressarem na luta pela terra (tabela 13), constatamos que 38,2% decidiram participar por causa do desemprego e da exclusão social e econômica existente nas cidades. Segundo informações coletadas na pesquisa de campo, essas pessoas, eram em sua maioria, trabalhadores volantes, pois não conseguiam se inserir no mercado de trabalho urbano e viram na luta pela terra uma oportunidade de ter uma melhor qualidade de vida, assim como salientou um produtor do Assentamento Rodeio: “[...] ingressei na luta pela terra, devido ao desemprego e a luta constante pela sobrevivência na cidade” (J.C.F., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Tabela 13: Motivo que levou os assentados entrevistados a ingressarem na luta pela terra

| | Nº | % |
|--|----|------|
| Desemprego/exclusão urbana | 21 | 38,2 |
| Desejo de maior liberdade e de ter acesso a terra para plantar | 21 | 38,2 |
| Dificuldade constante no campo (empregado, subordinado, não tinha liberdade) | 2 | 3,6 |
| A família induziu | 1 | 1,8 |
| Cansado de ser pescador | 1 | 1,8 |
| Fugir da exploração (arrendatário) | 1 | 1,8 |
| Necessidade | 1 | 1,8 |
| Não se adaptou a cidade | 1 | 1,8 |
| Não participou da luta pela terra | 6 | 10,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Um produtor do Assentamento Água Limpa I vivenciou a mesma dificuldade, pois fez o seguinte depoimento: “Ingressei na luta pela terra, pois estava sofrendo como bóia fria, não tinha mais condições. Fiquei três anos e quatro meses acampado” (B. A. L., PESQUISA DE

CAMPO, 2005). Depoimentos como este demonstra a difícil e dura trajetória de vida dos assentados na busca da melhoria da qualidade de vida para a família.

Também há casos de pequenos arrendatários, pequenos proprietários e meeiros que foram “expulsos” do campo nas décadas de 1970/80 com o intenso processo de êxodo-rural, como foi ressaltado no capítulo anterior. Para esses, devido à falta de recursos financeiros e a baixa escolarização que é uma característica da população rural brasileira, restaram, na maioria dos casos, os espaços periféricos das cidades para morarem, ocupando sub-ocupações, como catador de papelão nas ruas, os chamados “carrinheiros”. Nessa situação, eles viram nos movimentos sociais de luta pela terra, uma esperança de reinserção social e econômica na sociedade, resgatando a dignidade e os seus direitos.

Esse processo foi vivenciado por um produtor do Assentamento Rodeio que, ressaltou o seguinte: “[...] trabalhava de meeiro, a renda não dava. O patrão deixava as despesas na minha mão. O jeito foi mudar para a cidade e trabalhar de carrinheiro. Então eu fiquei sabendo do movimento e ingressei na luta pela terra” (O. D., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Assim, como afirmamos antes, os assentamentos investigados promoveram para muitas famílias que, se encontravam em condições de vida precárias, a volta ao campo e a reinserção no processo produtivo.

Também chama a atenção na tabela 10, o fato de 38,2% dos assentados ingressarem na luta pela terra com o desejo de maior liberdade no processo produtivo e de ter acesso a terra para plantar. Esses assentados eram, principalmente, arrendatários, meeiros e parceiros que, apesar de desenvolverem a atividade agropecuária não tinham liberdade, pois não eram proprietário da terra onde plantavam. Dessa maneira, almejavam obter o acesso a terra para desenvolverem a atividade agrícola com maior liberdade, assim como um assentado do Assentamento Água Limpa I, que mencionou o seguinte: “[...] eu tinha o sonho de ter um pedaço de terra, pois era arrendatário” (J. A. G., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Chama a atenção que o “desejo de maior liberdade” é um fator que foge aos aspectos objetivos, pelo contrário, é um fator de ordem subjetiva motivada por sentimentos e emoções, assim como a identidade de um grupo de pessoas em relação a uma parcela do espaço.

Os assentados que não ingressaram na luta pela terra (10,8%), como dissemos anteriormente, eram os antigos empregados das fazendas que originaram os atuais assentamentos do município, e não precisaram participar de movimentos de luta pela terra, pois, foram contemplados com um lote para cada um.

4.2.2 – Infra-estrutura

A primeira necessidade básica para um assentado no momento da implantação do assentamento é a infra-estrutura, que geralmente é de responsabilidade do Estado. Dessa maneira, quando uma área de terra é desapropriada para fins de reforma agrária, o governo (federal e/ou estadual) entra em cena como um agente produtor do espaço e transformador da paisagem, pois cabe ao Estado realizar as ações e os investimentos para a implantação da infra-estrutura e para a viabilidade sócio-econômica dos assentamentos.

No caso dos assentamentos rurais do Município de Presidente Bernardes, foi o ITESP, o agente responsável pela implantação e pelo acompanhamento técnico dos assentamentos.

As ações competentes ao ITESP para a implantação da infra-estrutura e a viabilização dos assentamentos são as seguintes:

- Cadastramento de famílias candidatas ao assentamento, análise e pontuação dos cadastros, classificação e seleção;
- Definição da planta do projeto de assentamento e implantação topográfica;
- Implantação em campo dos lotes e estradas projetadas para o assentamento;
- Implantação de Sistema de Abastecimento de Água para consumo humano no equipamento comunitário e saneamento básico nas áreas de assentamento;
- Implantação de Sistema de Transmissão de Energia Elétrica no equipamento comunitário, para viabilizar o abastecimento de água e o funcionamento do equipamento;
- Promover o acesso à energia elétrica nos lotes (rede bifásica), através do Programa de Eletrificação Rural “Luz da Terra”;
- Construção do núcleo de serviços ou adequação necessária nas benfeitorias existentes para utilização como infra-estrutura social (escola, galpões de múltiplo uso, centro de saúde, etc.);
- Fornecimento de material de construção para moradia emergencial;
- Possibilitar o acesso a moradia definitivas pelas comunidades assentadas, através de linha oficial de crédito; e,
- Construção e conservação de estradas para viabilizar o acesso das famílias e o transporte de mercadorias, conforme projeto técnico (ITESP, 2000).

Dessa maneira, cabe então ao ITESP realizar a organização espacial dos assentamentos sob sua responsabilidade.

Com relação à infra-estrutura, vamos abordar a questão da moradia, energia elétrica e telefonia, e estradas e meios de transportes.

Um dos principais componentes para a qualidade de vida do assentado é a sua moradia, pois é nela que ele vai descansar da jornada de trabalho desenvolvida durante o dia no lote. Nesse sentido, para o conforto da habitação, influi bastante o tipo de material e a qualidade da construção.

Analisando a tabela 14, constatamos que a maioria dos assentados (65,4%) possui casa de alvenaria (Foto 01).

Tabela 14: Tipo de material da moradia dos assentados entrevistados

| Tipo de material | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|-----------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Madeira | 06 | 35,3 | 3 | 15,8 | 4 | 21,0 | 13 | 23,6 |
| Alvenaria | 9 | 52,9 | 15 | 78,9 | 12 | 63,2 | 36 | 65,4 |
| Lona | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Mista (alvenaria e madeira) | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 2 | 3,6 |
| Madeirite | 0 | 0 | 0 | 0 | 3 | 15,8 | 3 | 5,4 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Foto 01: Casa de alvenaria no Assentamento Rodeio



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Quando analisamos os assentamentos de forma individual, verificamos que o Assentamento Rodeio possui o maior percentual de casas de alvenaria (78,9%). Já o Assentamento Florestan Fernandes possui o menor percentual de casas de alvenaria (52,9%),

sendo que 35,3% de assentados possuem casa de madeira e 5,9% ainda vivem em casas de lona e madeira (foto 02), que é uma habitação bastante precária, característica dos acampamentos.

Foto 02: Habitação precária, construída com lona, telhas e madeira, no Assentamento Rodeio

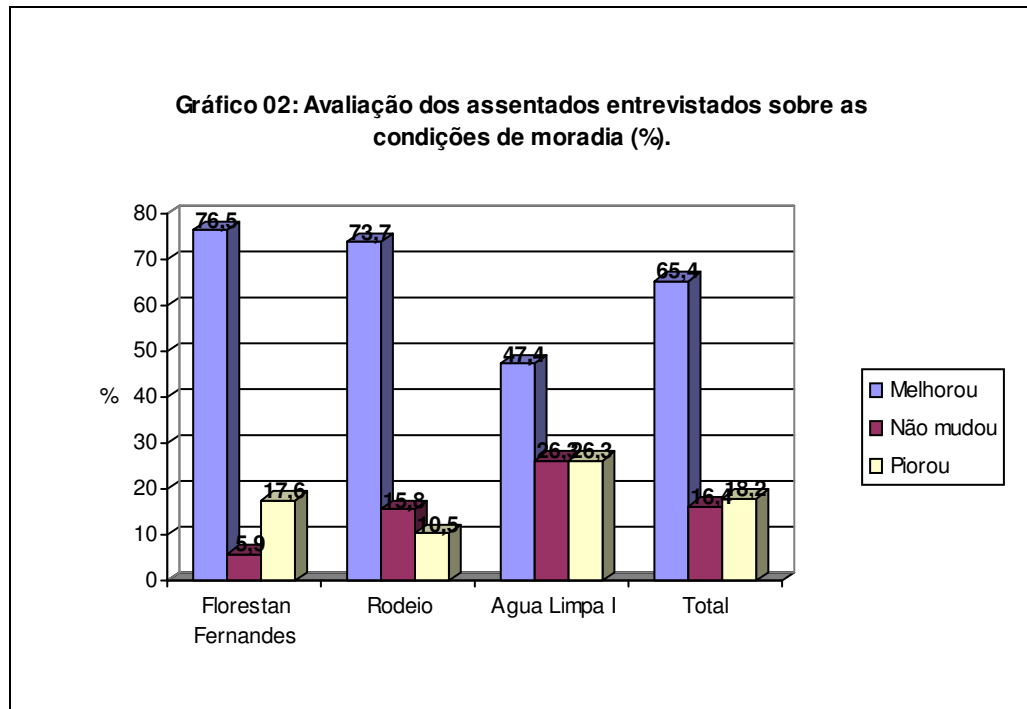


Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Por sua vez, o Assentamento Água Limpa I possui 63,2% de assentados com casas de alvenaria, mas existem também nesse assentamento, 15,8% dos assentados vivendo em habitações precárias de madeirite.

Quando interrogamos os assentados para compararem a situação atual de moradia (no assentamento) com a que tinham no momento anterior ao assentamento, percebemos, conforme o gráfico 02, que para a grande maioria (65,4%) as condições de moradia melhoraram e para 18,2% as condições de moradia pioraram. Esses últimos, por estarem descapitalizados não conseguiram construir uma residência melhor, ainda permanecendo em habitações improvisadas com lona e madeira.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

O Assentamento Florestan Fernandes teve o maior percentual de assentados que consideraram ter havido uma melhoria nas condições de habitação com 76,5%, já no Assentamento Água Limpa I esse percentual foi de apenas 47,4%, pois nesse assentamento haviam muitas habitações construídas com madeirite, devido à descapitalização dos produtores deste assentamento que, em sua maioria, vieram de bairros periféricos da cidade de Presidente Prudente, excluídos do mercado de trabalho urbano.

Nesse sentido, a inserção no assentamento representou uma significativa melhoria nas condições de moradia para mais de 65% dos assentados.

Outra questão importante com relação à infra-estrutura nos assentamentos é a questão da energia elétrica e telefonia.

A energia elétrica possui grande importância para o assentado, possibilitando uma maior comodidade na residência (aparelhos eletroeletrônicos, eletrodomésticos, bomba d'água etc.) bem como propiciando um melhor desenvolvimento da atividade agropecuária, com o uso de ordenhadeira mecânica, resfriador de leite, trituradeira de cana para ração etc.

Na pesquisa de campo constatamos que a energia elétrica estava presente em todos (100%) os lotes visitados.

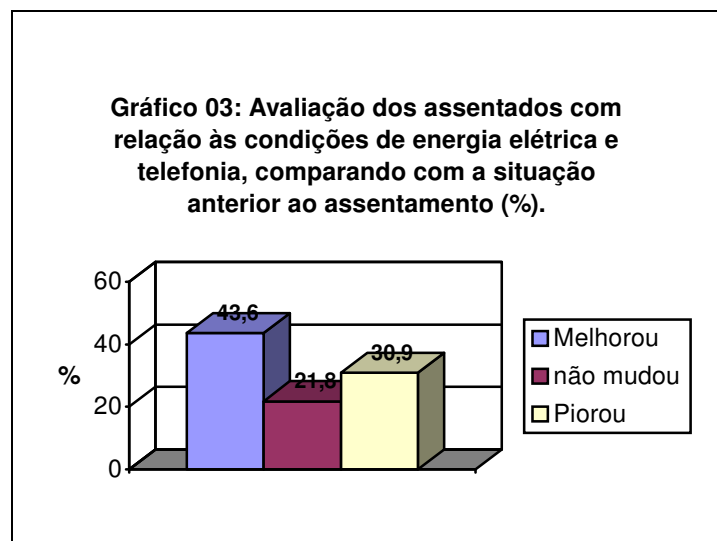
Outro fator importante na vida do assentado é o uso do telefone, principalmente em casos de saúde e contatos comerciais com compradores da produção e vendedores de insumos

agropecuários. Assim, segundo a pesquisa de campo, verificamos que nenhum assentado possuía telefone fixo, no entanto, 58,2% declararam possuir aparelho de telefone celular.

Esse grande percentual de assentados com aparelho de telefone celular é resultado da estratégia das empresas de telefonia e dos fabricantes de celular, que vendem o aparelho com a possibilidade de parcelar o pagamento em 10 vezes sem juros, visando assim, abranger parcela da população com baixo poder aquisitivo.

Neste caso, temos no local (assentamento rural) a internalização de uma variável externa (aparelho celular), comandado por empresas telefônicas e fabricantes de aparelho de telefone celular. Mas, essa internalização dos celulares no assentamento só foi possível pelo baixo custo de manutenção da linha no plano pré-pago, que chega a ser de R\$ 15,00 por mês em algumas operadoras.

Na avaliação dos assentados pesquisados com relação às condições de energia elétrica e telefonia, comparando com a situação anterior ao assentamento, observamos no gráfico 03, que 43,6% perceberam uma melhoria e 30,9% disseram que a situação piorou.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Para estes últimos, há um certo descontentamento com relação à energia elétrica, pois muitos salientaram pagar um alto valor mensalmente (preço abusivo), junto com a conta mensal, a instalação da rede elétrica que foi cobrada dos assentados, que ficaram em situação de dívida, se tornando um agravante para famílias que já passavam por situação financeira precária.

Mais um aspecto essencial relacionado à questão da infra-estrutura são as estradas internas (vias de circulação) e os meios de transporte.

As estradas possuem importância fundamental na organização interna dos assentamentos, pois é um fixo que promove o fluxo (de pessoas, produtos, mercadorias, veículos etc.) não só no espaço interno, mas também estabelecendo ligações e relações com o espaço externo aos assentamentos. Ou seja, é pela estrada que os assentados se inter-relacionam, escoam a produção e se dirigem para a cidade para fazer compras, tratar da saúde, passear etc.

Interrogados sobre as condições de tráfego das estradas internas do assentamento, a maioria dos assentados, ou seja, 47,3% consideram-nas como estando em bom estado de conservação, (tabela 15).

Tabela 15: Avaliação dos assentados com relação às condições das estradas internas dos assentamentos

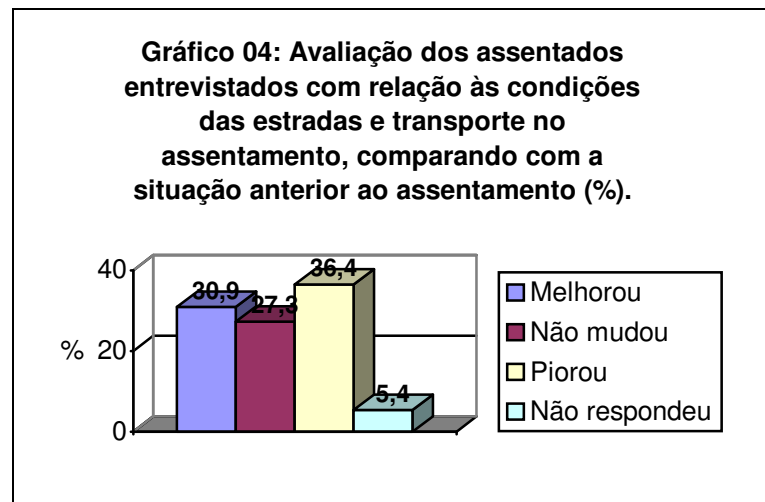
| Avaliação | Nº | % |
|-----------|----|------|
| Ótima | 3 | 5,4 |
| Boa | 26 | 47,3 |
| Regular | 21 | 38,2 |
| Ruim | 1 | 1,8 |
| Péssima | 4 | 7,3 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Segundo a tabela 15, 38,2% dos entrevistados avaliaram as condições de tráfego das estradas internas dos assentamentos como regular; 7,3% consideraram péssimas e 1,8% ruim. Estes ressaltaram que as estradas possuem buracos e quando chove se torna difícil o tráfego de automóveis pelas mesmas.

Há também assentados que não possuem automóveis e dependem do transporte coletivo para se locomover até a cidade. Nesse sentido, constatamos na pesquisa que não há transporte coletivo de passageiros em nenhum dos assentamentos do município, no entanto, eles são autorizados a viajar no ônibus escolar que transporta diariamente os alunos dos assentamentos para o distrito de Nova Pátria onde ha uma escola do Ensino Fundamental.

De acordo com o gráfico 04 constatamos que 36,4% dos assentados disseram que as condições das estradas e dos transportes pioraram em comparação à situação anterior ao assentamento e, apenas 30,9% salientaram que tiveram melhoria.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

No entanto, observamos durante a aplicação do questionário, que os assentados que disseram haver uma piora nas condições das estradas e transportes do assentamento em comparação com o local anterior de moradia, eram justamente pessoas que moravam na cidade, onde as condições das vias de circulação e do transporte coletivo possuem diferenças em comparação com o espaço rural.

Dessa maneira, é preciso sempre ter em mente essas diferenças e particularidades dos locais de moradia, de trabalho e vida que as pessoas tinham antes de serem assentadas, para não cairmos em análises errôneas da realidade.

Outro aspecto interessante relacionado às condições das estradas é o fato da rodovia municipal, que permite o acesso à sede do município, estar em condições precárias de tráfego, o que acaba, além da distância (cerca de 40 km), estimulando os assentados a se relacionarem, de maneira mais intensa, com cidades localizadas em outros municípios como Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Tarabai. Essas cidades, além de se localizarem próximas aos assentamentos (cerca de 10 a 15 km), possuem uma via de acesso (SP-272) em ótimas condições de tráfego.

Dessa maneira, o circuito econômico dos assentados, como veremos no item sobre as relações externas dos assentamentos, se dão de forma mais intensa, com os núcleos urbanos localizados em outros municípios, devido a uma especificidade espacial do local (distância) e das condições das vias de acesso e circulação.

4.2.3 - Organização social

No que diz respeito à organização social, iremos abordar a caracterização social das famílias (faixa etária, sexo dos responsáveis, número de filhos, etc.), a assistência médico hospitalar e odontológica, a escolarização e o lazer nos assentamentos rurais investigados no Município de Presidente Bernardes.

Com respeito à caracterização social das famílias, constatamos, de acordo com a tabela 16, que apenas 18,2% dos assentados estão na faixa de 21 a 40 anos, que é o período de vida em que possuem maior capacidade física para desenvolverem a atividade agropecuária. A maioria (60,0%) dos assentados está situada na faixa de 41 a 60 anos. Nessa faixa etária, até os 50 anos, o agricultor ainda possui uma boa disposição física para o trabalho, mas, geralmente, a partir dos 50 anos, começam a aparecer vários problemas decorrentes do trabalho pesado na lavoura, como problemas na coluna, cansaço, dores nas pernas, envelhecimento precoce em virtude da exposição prolongada ao sol etc.

Tabela 16: Faixa etária dos assentados entrevistados

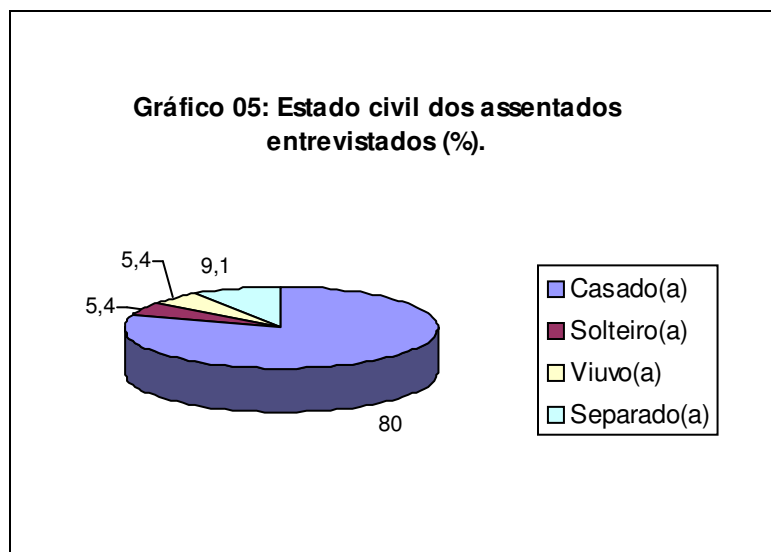
| Faixa etária | Nº | % |
|-----------------|----|------|
| 21 a 40 anos | 10 | 18,2 |
| 41 a 60 anos | 33 | 60,0 |
| Mais de 60 anos | 12 | 21,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Por fim, 21,8% dos assentados entrevistados possuem mais de 60 anos. É importante destacar que esses 21,8% são contemplados com a aposentadoria rural no valor de um salário mínimo, que no período da realização da pesquisa de campo era de R\$ 300,00.

A questão dos assentados com faixa etária alta, 41 a 60 anos (60,0%) e mais de 60 anos (21,8%) está relacionado com a origem das famílias assentadas, ou seja, pelo fato de 60% das famílias serem originárias do espaço urbano. Isso porque, a maioria destas famílias, como dissemos anteriormente, sofreu um processo de expulsão do campo, principalmente nas décadas de 1970/80, indo para as cidades, mas permanecendo no subjetivo o desejo ou a intenção de voltar ao campo quando fosse possível. Porém, no retorno dessas famílias ao campo, possibilitado pela implantação dos assentamentos a partir de 1996, os responsáveis pela família já tinha a idade um pouco elevada, acima de 50 anos.

Com relação ao estado civil dos assentados, observamos na pesquisa de campo e sistematizamos os dados no gráfico 05, que 80% dos(as) assentados(as) são casados(as), o que reforça a importância da família para o desenvolvimento das atividades agropecuárias.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

O casamento e a formação da família é a base para a reprodução da agricultura familiar, pois com esse núcleo é possível a divisão de tarefas, no qual, por exemplo: o homem fica responsável pelo lote (ou propriedade) e pelos serviços mais pesados, tais como: tombar a terra, plantio, arar a lavoura, fazer cercas, manejo do gado, etc.; por sua vez, cabe à mulher⁴⁵ cuidar dos serviços domésticos, dos filhos e ajudar o homem no trabalho agrícola; já o filho, a partir dos 12 anos, começa a ajudar nos serviços mais leves, como apartar os bezerros, capinar a lavoura etc. e a filha, a partir dos 12 anos, já ajuda a mãe nas tarefas domésticas.

Dessa maneira, observamos na pesquisa de campo que as famílias entrevistadas têm, em média, 3 filhos, sendo que, normalmente, apenas um trabalha no lote. Os outros, ou ainda são menores de 12 anos, ou trabalham fora do lote em ocupações agrícolas e/ou não-agrícolas.

Com relação à assistência médico-hospitalar para os assentados, podemos observar primeiro, de acordo com a tabela 17, que o tipo de doença (patologia) mais relatada entre os assentados foram as seguintes: pressão alta, relatada por 23,6% dos assentados entrevistados; dor de coluna (16,4%), problemas nos rins (3,6%) e o reumatismo (3,6%).

Tabela 17: Principais tipos de doenças que os integrantes das famílias dos assentados entrevistados tiveram nos últimos 12 meses

| Tipo de doenças | Nº | % |
|--------------------|----|------|
| Pressão alta | 13 | 23,6 |
| Dor na coluna | 9 | 16,4 |
| Problemas nos rins | 2 | 3,6 |
| Reumatismo | 2 | 3,6 |
| Problema mental | 2 | 3,6 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

⁴⁵ É importante destacar que a mulher no campo, muitas vezes, assume uma dupla, ou até tripla, jornada de trabalho, cuidando dos serviços domésticos, cuidando dos filhos e trabalhando na lavoura, sofrendo assim uma alta exploração da força de trabalho.

O trabalhador rural realiza tarefas de grande esforço físico, como carregar e descarregar sacos de milho e feijão da lavoura para o galpão, descarregar sacos de adubos, etc., o que a longo prazo causa problemas na coluna. Também, o fato de ingerir água não filtrada, diretamente do poço, geralmente causa problemas de pedras no rim.

Nos períodos mais úmidos, quando o trabalhador rural chega de manhã na lavoura, molha os pés e as pernas no orvalho, gerando problemas de reumatismo e dores nas pernas com o passar da idade. Já o problema da pressão alta, que está associado ao coração, se constitui num dos principais problemas de saúde que assola a sociedade brasileira, devido ao hábito alimentar, principalmente pela ingestão de alimentos com bastante calorias, como, por exemplo massas e carnes.

No caso da assistência médica, o ITESP contratou, em cada assentamento, uma assentada para prestar serviços como agente de saúde (recebendo um treinamento específico para desenvolver o serviço)⁴⁶, realizando visitas a cada 15 dias entre as famílias assentadas. Geralmente a agente de saúde percorre o assentamento com uma bicicleta, coletando informações e realizando um acompanhamento sobre a saúde dos membros das famílias assentadas e, quando necessário, faz um pré-agendamento de consulta com um clínico geral disponível no posto de saúde do Distrito de Nova Pátria.

De acordo com a enfermeira chefe do Centro de Saúde do distrito de Nova Pátria, há uma ambulância equipada para transportar os pacientes com maior gravidade e uma Perua Kombi para transportar os pacientes com casos de saúde mais simples.

Dependendo da gravidade do problema de saúde, o assentado pode ser encaminhado para o hospital da cidade de Presidente Bernardes ou então para a Santa Casa ou para o Hospital Universitário da cidade de Presidente Prudente, que dista em torno de 20 km da cidade de Presidente Bernardes.

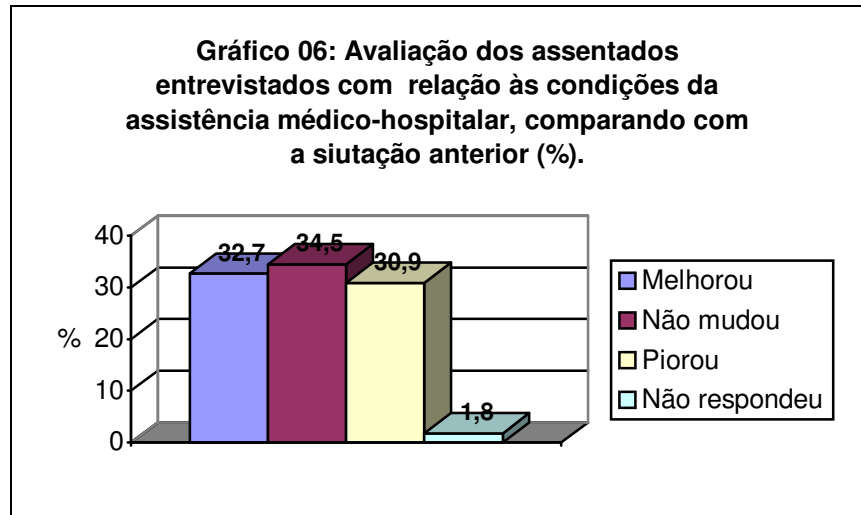
Na pesquisa de campo verificamos que 94,5% dos assentados pesquisados receberam visitas da agente de saúde, ao passo que 3,6% disseram não receber e 1,8% confessou não querer receber a visita da agente de saúde por problemas pessoais.

Nesse sentido, na questão da assistência médica preventiva o Estado tem mostrado estar presente, fornecendo assistência médica às famílias dos assentados.

No entanto, ao pedirmos para os assentados compararem as condições da assistência médico-hospitalar com as que tinham no momento anterior ao assentamento, 34,5% disseram

⁴⁶ Segundo a enfermeira chefe do centro de saúde do distrito de Nova Pátria, já foram realizados dois treinamentos com as agentes de saúde dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes.

que não mudou, 32,7% salientaram que tiveram uma melhoria substantiva nas condições de saúde e 30,9% mencionaram que as condições de saúde de suas famílias pioraram significativamente depois que passaram a serem assentados (gráfico 06).



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Esse grande percentual de respostas negativas (30,9%) deve-se aos assentados originários de áreas urbanas em que existem fácil acesso a infra-estruturas médico-hospitalar.

Outro aspecto importante relacionado à organização social dos assentamentos investigados é a questão da escolarização. Um dos problemas relacionados à educação das crianças e jovens rurais no Brasil diz respeito ao método e ao conteúdo de ensino, que, via de regra, é voltado para a realidade urbana.

Assim, na realidade dos assentamentos rurais abordados na presente pesquisa, verificamos que no município de Presidente Bernardes só há uma escola localizada no Assentamento Rodeio (foto 03), oferecendo ensino até a 4ª série do Ensino Fundamental. De acordo com a tabela 18, pode-se constatar que apenas 20,0% dos entrevistados declararam possuir filhos que estudam nessa escola rural, destacando-se principalmente as famílias do Assentamento Rodeio (31,6%) e do Assentamento Água Limpa I (21,0%).

Foto 03: Escola Rural “Paulo Freire”, localizada no Assentamento Rodeio



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Tabela 18: Local que os filhos dos assentados entrevistados estudam

| Local/assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|--|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Nova Pátria* | 6 | 35,3 | 5 | 26,3 | 0 | 0 | 11 | 20,0 |
| P.A. Rodeio** | 1 | 5,9 | 6 | 31,6 | 4 | 21,0 | 11 | 20,0 |
| Tarabai*** | 8 | 47,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 8 | 14,5 |
| Mirante do Paranapanema*** | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Presidente Prudente*** | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Não respondeu | 0 | 0 | 3 | 15,8 | 4 | 21,0 | 7 | 12,7 |
| Não possuem filhos no assentamento que estudam | 2 | 11,8 | 4 | 21,0 | 9 | 47,4 | 15 | 27,3 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005). * Distrito (vila) ** Assentamento rural *** Cidade

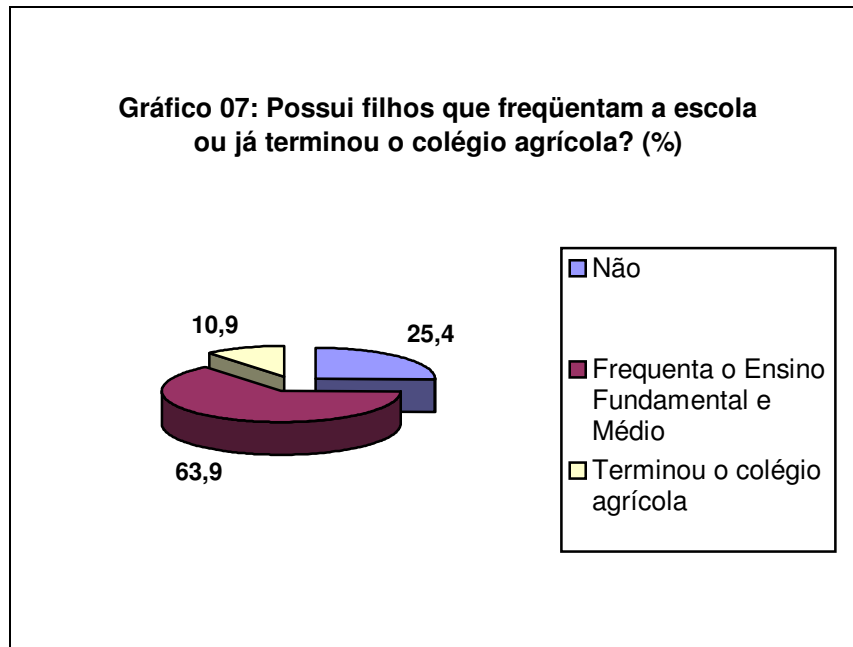
É importante salientar que 47,1% dos entrevistados do Assentamento Florestan Fernandes possuem filhos (que estão no Ensino Médio) que estudam em Tarabai, a cidade mais próxima (cerca de 13 km) do assentamento. Um dos motivos apresentados pelos assentados entrevistados para justificarem a matrícula dos seus filhos na escola localizada na cidade de Tarabai foi a grande distância⁴⁷ (cerca de 40 km) do assentamento em relação à cidade de Presidente Bernardes (único local que oferece o Ensino Médio no município)⁴⁸.

De acordo com o gráfico 07, 63,9% dos assentados possuem filhos que estão freqüentando a escola de Ensino Fundamental e Médio e 10,9% possuem filhos que

⁴⁷ Vide mapa 03.

⁴⁸ A questão do deslocamento de alunos dos assentamentos para estudarem em cidades de outros municípios, como Tarabai, será analisado com maior profundidade no item relacionado ao desenvolvimento de relações externas pelos assentados entrevistados.

concluíram o colégio agrícola na cidade de Presidente Prudente, ao passo que 25,4% não possuem filhos em idade escolar.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

A educação, não apenas restrita à escola, assume um papel fundamental na formação de novos produtores familiares assentados e no futuro dos assentamentos. É por meio da educação que se busca romper desafios que impedem o desenvolvimento sócio-econômico dos assentamentos rurais.

Nessa perspectiva, um dos desafios da viabilidade dos assentamentos e da reprodução social dos assentados é a superação da individualidade para a formação de organizações coletivas, para que, unidos, possam ter maior poder de pressão política, reivindicando seus direitos, como: a luta por preços mínimos; insumos mais baratos, crédito mais acessível; maior acesso à tecnologia que seja compatível com a realidade dos assentamentos e a lógica da pequena produção familiar; maior incentivo público à produção familiar, etc.

É por meio da educação que se pode romper com valores capitalistas como a individualidade.

A questão do lazer nos territórios de assentamentos se constitui, também, em um fator importante no que tange à organização social nos assentamentos.

Dessa maneira, na questão do lazer, o ITESP tem como meta, dentro dos seus programas e ações,

Propor projetos para criar, transformar ou manter os espaços que visem a integração, o lazer e a cultura das populações assentadas e promover ações para identificar, resgatar, valorizar e divulgar as manifestações culturais das comunidades; Promoção da capacidade de lideranças para dinamizarem e estimularem a realização de atividades de esporte e lazer (TESP, 2000, p. 113).

No entanto, ao interrogarmos os assentados sobre quais as atividades de lazer que ocorrem no assentamento, 16,4% (concentradas no Assentamento Rodeio) disseram que o lazer para eles são as celebrações religiosas e a realização de algumas quermesses e partidas de futebol no assentamento ao longo do ano (tabela 19).

Tabela 19: Atividades de lazer que ocorrem no assentamento, segundo os assentados

| | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|--|---------------------|-----|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Celebrações religiosas, festas (quermesse, baile, etc) , futebol | 0 | 0 | 8 | 42,1 | 1 | 5,3 | 9 | 16,4 |
| Não há atividade de lazer | 17 | 100 | 10 | 52,6 | 17 | 89,5 | 44 | 80,0 |
| Não respondeu | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

De acordo com a tabela 19, percebemos que não há - nem por parte da prefeitura municipal e nem pelo governo estadual, através do ITESP - políticas de incentivo ao lazer nos assentamentos visitados.

Apesar de não haver áreas públicas de uso comum, destinadas às atividades de lazer, percebemos na pesquisa de campo, que os assentados, principalmente os mais jovens, buscam alternativas e improvisam: jogos de futebol, a popular “pelada”, são realizadas no meio dos pastos e estradas; jogos de vôlei, armando uma rede no quintal (foto 04); vão pescar e nadar nos rios e lagos; jogar baralho com os vizinhos; etc.

Foto 04: Área de lazer improvisada no fundo do quintal de um lote do Assentamento Rodeio para a prática de voleibol.



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

De acordo com a tabela 20, constata-se que os principais equipamentos para a realização de atividades de lazer reivindicadas pelos assentados pesquisados são: campo de futebol (25,4%); salão de festas comunitário (14,5%); parque de diversão para as crianças (14,5%); e, quadra poliesportiva (9,1%).

Tabela 20: Principais equipamentos que os assentados reivindicam para realizar atividades de lazer

| | Nº | % |
|-------------------------------------|----|------|
| Campo de futebol | 14 | 25,4 |
| Quadra poliesportiva | 5 | 9,1 |
| Parque de diversão para as crianças | 8 | 14,5 |
| Salão de festas comunitário | 8 | 14,5 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Nesse sentido, o governo estadual em parceria com o governo municipal, deveriam instalar nos assentamentos, áreas públicas com diversos equipamentos para o lazer e entretenimento, principalmente das crianças e jovens.

4.2.4 - Organização produtiva

Nesse ítem discutiremos as questões relacionadas à organização produtiva nos assentamentos rurais, como as relações de trabalho e as estratégias de desenvolvimento do trabalho (trabalho externo, contratação de assentados vizinhos para ajudar na colheita, ajuda mútua etc.); o tipo de tecnologia e os insumos mais utilizados; a produção e a comercialização

agropecuária, com os seus respectivos problemas e dificuldades de desenvolvimento; e, por fim, a questão da renda da família assentada.

É no âmbito da produção que notamos, com mais ênfase, as influências externas na dinâmica interna dos assentamentos rurais, principalmente na questão econômica, como por exemplo, os preços dos insumos e dos produtos agrícolas, que pode estimular ou desestimular o plantio de uma determinada lavoura entre os assentados. E sabemos que o preço dos produtos agrícolas é determinado muitas vezes por uma lógica externa, de escala nacional e até internacional, dependendo de vários fatores, como a lei da oferta e procura, mercado financeiro, política de preços mínimos etc.

Um primeiro aspecto relacionado à organização produtiva nos assentamentos é a questão do trabalho. A trajetória de vida dos assentados, como vimos, mostrou que a grande maioria não possuía o acesso a terra, apesar do desejo de ser agricultor e também uma grande parte era marginalizada na sociedade, residindo em habitações precárias nas periferias das cidades da região, excluídos do mercado de trabalho urbano.

Dessa maneira, o acesso a terra possibilitou aos assentados centrar suas estratégias de reprodução familiar no próprio lote, ou seja, tirando do lote o necessário para a sobrevivência da família. Porém, constatamos também que 38,2% dos entrevistados trabalham tanto no lote como fora deste, para complementar a renda familiar (tabela 21).

Tabela 21: Configuração do trabalho das famílias assentadas entrevistadas dentro e fora do lote.

| | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|-------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Trabalha só no lote | 12 | 70,6 | 15 | 78,9 | 7 | 36,8 | 34 | 61,8 |
| Trabalha no lote e fora | 5 | 29,4 | 4 | 21,1 | 12 | 63,2 | 21 | 38,2 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Para Chayanov (1974), o trabalho acessório se constitui numa estratégia de organização interna da unidade familiar, que nos períodos em que a lavoura não requer tanto trabalho ou na entressafra e, quando há uma sobra de mão-de-obra na unidade familiar, alguns de seus membros vão trabalhar nas vizinhanças, se sujeitando ao trabalho assalariado de forma temporária (foto 05) para complementar a renda da família.

Foto 05: Trabalho temporário de assentados em uma colheita de mandioca no Assentamento Rodeio.



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

No entanto, o trabalho externo pode também ser um sinal de que a família não está conseguindo obter renda suficiente no lote para a sua reprodução, precisando se sujeitar ao assalariamento de parte dos membros da família para complementar a renda proveniente da agropecuária.

Com relação à contratação de pessoas para ajudarem no trabalho agrícola, verificamos, conforme a tabela 22, que 49,1% dos assentados contratam, de forma temporária, pessoas para ajudarem no trabalho interno do lote, geralmente no momento da colheita.

Tabela 22: Contratação de pessoas para ajudarem no trabalho agrícola

| | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|----------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Não contratam | 11 | 64,7 | 3 | 15,8 | 5 | 26,3 | 19 | 34,5 |
| Contratam eventualmente | 4 | 23,5 | 13 | 68,4 | 10 | 52,6 | 27 | 49,1 |
| Trocam diárias/ajuda mútua | 2 | 11,8 | 2 | 10,5 | 2 | 10,5 | 6 | 10,9 |
| Não responderam | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 2 | 10,5 | 3 | 5,4 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

A utilização de empregados temporários não quer dizer que o produtor seja um capitalista. Na realidade, a utilização de alguns empregados temporários em algum momento do processo produtivo, geralmente na colheita (que requer muita mão-de-obra), constitui-se numa estratégia interna de reprodução familiar, pois o produtor corre o risco de perder a colheita (por ação do clima ou do apodrecimento) se não recorrer à ajuda externa.

Desse modo, a estratégia de utilização de mão-de-obra externa é um recurso do produtor familiar para compensar a escassez de mão-de-obra no lote e/ou de tecnologia, visto

que, boa parte dos produtores familiares, sobretudo os descapitalizados, não possui recursos para adquirirem um trator. Assim, acabam contratando os vizinhos⁴⁹ para ajudar na colheita e não perderem a produção.

Outra estratégia de reprodução familiar, verificada na pesquisa, é a ajuda mútua ou troca de diárias (como disseram alguns assentados), que é realizado por 10,9% dos assentados entrevistados.

A ajuda mútua é utilizada pelos assentados que necessitam de uma complementação externa ao trabalho familiar para realizar a colheita ou alguma tarefa que exige muita mão-de-obra, mas não têm condições financeiras para pagar em dinheiro. Desse modo, um assentado ajuda outro, para que o mesmo o ajude em seu lote posteriormente.

A prática da ajuda mútua não é muito difundida nos assentamentos, principalmente, em virtude dos valores capitalistas como o individualismo e a preferência pela troca do trabalho em dinheiro (contratação de mão-de-obra), ao invés da troca de diárias.

Outro aspecto importante relacionado à organização produtiva é a questão dos equipamentos, máquinas e insumos utilizados pelos assentados.

Nesse sentido, o principal instrumento para o aporte tecnológico de uma unidade produtiva rural é o trator, pois este permite a utilização de uma série de implementos agrícolas (plantadeira, grade, tombador, arado, roçadeira, colhedeira, pulverizador de agrotóxicos etc.) realizando as atividades agrícolas em uma parcela de tempo bem menor, com menor desgaste físico do trabalhador e poupando mão-de-obra.

No caso dos assentamentos rurais investigados, percebemos que apenas 9,1% dos responsáveis pelo lote possuem trator próprio, explicando a alta contratação de mão-de-obra pelos assentados (tabela 23).

⁴⁹ No momento da realização da pesquisa de campo a diária pela contratação de pessoas para trabalharem na lavoura variava de R\$ 15,00 a R\$ 18, 00. entre os assentados.

Tabela 23: Máquinas e equipamentos utilizados para a produção

| | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|-------------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Trator próprio | 2 | 11,8 | 1 | 5,3 | 2 | 10,5 | 5 | 9,1 |
| Trator via associação | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10,5 | 02 | 3,6 |
| Trator via grupo de interesse | 8 | 47,1 | 7 | 36,8 | 0 | 0 | 15 | 27,3 |
| Trator emprestado | 2 | 11,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 3,6 |
| Trator alugado | 4 | 23,5 | 6 | 31,6 | 10 | 52,6 | 20 | 36,4 |
| Arado de tração mecânica | 2 | 11,8 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 4 | 7,3 |
| Arado de tração animal | 12 | 70,6 | 16 | 84,2 | 16 | 84,2 | 44 | 80,0 |
| Animais de tração | 13 | 76,5 | 18 | 94,7 | 16 | 84,2 | 47 | 85,4 |
| Carroça | 0 | 0 | 3 | 15,8 | 0 | 0 | 2 | 3,6 |
| Aparelho de irrigação | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Não respondeu | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

No entanto, os assentados que não possuem trator (90,9%) estabelecem estratégias para obterem acesso ao mesmo e realizarem as atividades mais pesadas, como arar a terra, por exemplo. A principal estratégia utilizada para se ter acesso ao trator é a formação de associações e/ou grupos de interesse, ficando o trator para o uso coletivo.

Nessa perspectiva, constatamos que 27,3% dos assentados tiveram acesso ao trator via grupo de interesse (foto 06). Analisando-se por assentamento, nota-se que os que apresentaram assentados organizados em grupos de interesse para obter acesso ao trator foi o Florestan Fernandes, com 47,1% e, em menor proporção, no Assentamento Rodeio, com 36,8%.

Foto 06: Utilização de trator da associação em um lote no Assentamento Rodeio.

Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Verificamos também que 3,6% dos entrevistados obtiveram trator via associação, sendo estes do assentamento Água Limpa I, onde 10,5% dos assentados entrevistados declararam estar organizados em uma associação de produtores.

Já os assentados que não possuem trator e não são associados e/ou participantes de grupos de interesse, recorrem a outras estratégias para terem o acesso ao uso do trator, como o empréstimo e o aluguel.

O empréstimo⁵⁰ de trator é realizado por apenas 3,6% dos assentados, estando presente apenas no Assentamento Florestan Fernandes, com 11,8% dos pesquisados. No empréstimo do trator, o assentado paga apenas o combustível gasto pelo trator.

No entanto, no aluguel do trator, o assentado paga em média de R\$ 40,00 a R\$ 50,00 Reais por hora trabalhada, representando um gasto grande para o preparo da terra. Essa estratégia de acesso às máquinas e equipamentos é adotada por 36,4% dos assentados, sendo mais freqüente no Assentamento Água Limpa I, com 52,6% dos pesquisados.

Em razão do baixo número de assentados que possuem trator próprio, apenas 7,3% destes possuem arado de tração mecânica.

O aparelho de irrigação que possui grande importância nos períodos de seca, quase não é utilizado pelos assentados, pois apenas 1,8% possuem este equipamento agrícola. Isso indica que os assentados possuem grande dependência em relação ao clima (chuvas).

O principal meio de produção utilizado pelos assentados no processo produtivo é a tração animal. Geralmente o preparo da terra é realizado por um trator da associação ou alugado de terceiros, e os cuidados da lavoura são feitos com a utilização da tração animal, que era utilizada há séculos pelos camponeses e ainda se faz presente no espaço rural, tendo grande importância entre os pequenos produtores familiares que não possuem condições de adquirir um trator.

Dessa maneira, verificamos na pesquisa de campo que 80,0% dos assentados possuem arados de tração animal, com maior utilização nos assentamentos Rodeio e Água Limpa I, com 84,2% dos assentados.

Também 85,4% dos assentados entrevistados possuem animais de tração, sendo mais freqüente no Assentamento Rodeio com 94,7%.

Esses dados demonstram a importância da tração animal para os assentados pesquisados como alternativa à utilização do trator para a execução de algumas atividades

⁵⁰ Geralmente os assentados que recorrem a essa estratégia de acesso ao trator, empresta-o de assentados vizinhos ou de algum agricultor próximo ao assentamento.

(que não requer muito esforço), pois, analisando a trajetória de vida dos assentados, notamos que a maioria estava excluída do mercado de trabalho, chegando ao assentamento descapitalizado e sem possibilidades de adquirir um trator ou, até mesmo, de alugar, visto que a hora trabalhada de um trator fica entre R\$ 40,00 a R\$ 50,00.

Os solos dos assentamentos do município de Presidente Bernardes⁵¹ possuem uma alta acidez e pouca fertilidade, exigindo um alto investimento em insumos para a produção agrícola.

Em decorrência disso verificamos, conforme se pode observar na tabela 24, uma grande utilização de insumos, como por exemplo: o calcário (80,0% dos pesquisados), para diminuir a acidez do solo, os fertilizantes químicos (78,2%) e adubos orgânicos (54,5%), como o esterco de gado, para recuperar a fertilidade do solo.

Tabela 24: Utilização de insumos entre os assentados entrevistados

| | Nº | % |
|--------------------------|----|------|
| Fertilizantes | 43 | 78,2 |
| Calcário | 44 | 80,0 |
| Ração | 22 | 40,0 |
| Produto orgânico/esterco | 30 | 54,5 |
| agrotóxicos | 21 | 38,2 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

A grande utilização de insumos agrícolas para recuperar o solo, implica na diminuição da renda ao final da colheita, constituindo-se em um sério problema para a reprodução familiar, visto que os preços dos produtos agrícolas estão em baixa e os insumos químicos estão cada vez mais caros.

O aspecto mais importante sobre a organização produtiva nos assentamentos se refere à produção agropecuária e a comercialização dos produtos no mercado.

Assim, de acordo com a tabela 25 observamos a importância econômica do leite e da mandioca que se constituem nas principais atividades que geram renda para os assentados, visto que são comercializados por 72,7% e 43,6%, respectivamente, dos assentados entrevistados.

⁵¹ Segundo o engenheiro agrônomo responsável pelo Escritório do ITESP de Presidente Bernardes, os solos que estão localizados nas áreas dos assentamentos são denominados de latossolo.

Tabela 25: Principais produtos agropecuários produzidos pelos assentados e seu local de comercialização.

| | Leite | | Mandioca | | Sementes de grama e capim | | Milho | | Feijão | | Bicho-da-seda | | |
|--------------------------------------|-----------------|------|----------|------|---------------------------|------|-------|------|--------|------|---------------|-----|-----|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % | |
| Só consumo | 8 | 14,5 | 9 | 16,4 | 0 | 0 | 27 | 49,1 | 8 | 14,5 | | | |
| Comercialização | 40 | 72,7 | 24 | 43,6 | 12 | 21,8 | 2 | 3,6 | 7 | 12,7 | 4 | 7,3 | |
| Local de comercialização da produção | Pres. Bernardes | 0 | 0 | 1 | 1,8 | 11 | 20,0 | 2 | 3,6 | 7 | 12,7 | 0 | 0 |
| | Teodoro Sampaio | 17 | 30,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Pres. Prudente | 5 | 9,1 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Álvares Machado | 12 | 21,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Tarabai | 2 | 3,6 | 17 | 30,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Santo Anastácio | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | Bastos | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 7,3 |
| | MS* | 0 | 0 | 4 | 7,3 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| | PR** | 0 | 0 | 1 | 1,8 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005) *Estado do Mato Grosso do Sul / ** Estado do Paraná

Também possui importância econômica a produção de sementes de capim e grama e a criação do bicho-da-seda, sendo que esta última está se constituindo em atividade importante para complementar a renda familiar, apesar de haver uma subordinação em relação à firma (Bratac, localizada na cidade de Bastos/SP) que compra a seda, tendo o assentado que seguir todas as recomendações e normas de produção e manejo recomendadas pela firma.

Alguns assentados ressaltaram que a renda gerada por este tipo de atividade é satisfatória⁵², sendo uma renda complementar, pois a desenvolvem associada à produção agrícola ou associada à produção leiteira.

A criação do bicho-da-seda exige a plantação de 2,5 hectares com amora para alimentar as larvas (que se transformarão em bicho-da-seda) e investimento inicial para a construção de um barracão, onde ficarão as larvas do bicho-da-seda (foto 07).

⁵² Normalmente a renda gerada pela criação de bicho-da-seda gira em torno de R\$ 200 a R\$ 300 reais por mês.

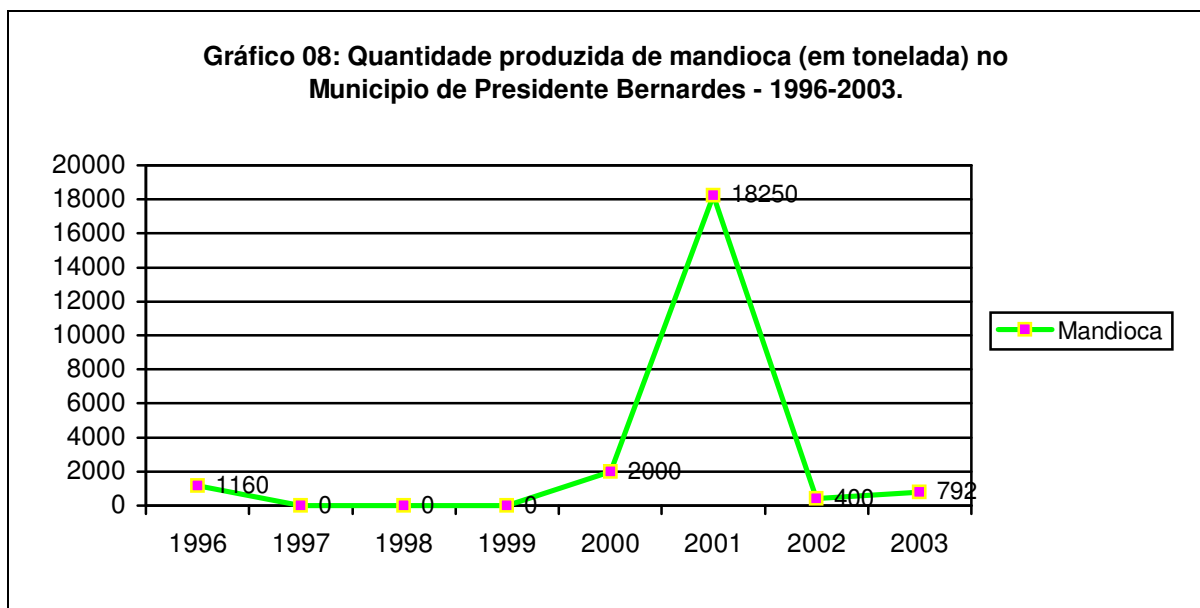
Foto 07: Plantação de amora e, ao fundo, um barracão para a criação do bicho-da-seda num lote do Assentamento Florestan Fernandes.



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Com relação à produção de mandioca, podemos notar no gráfico 08 que esta lavoura até 1999 apresentava uma produção insignificante no município de Presidente Bernardes. Porém, no ano de 2000 foram produzidas 2.000 toneladas de mandioca e, no ano seguinte, a produção teve um vertiginoso aumento, atingindo 18.250 toneladas.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Esse grande aumento da produção da mandioca no município de Presidente Bernardes, principalmente em 2001, se deve aos assentamentos localizados no município, pois nesse período a Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados da Reforma Agrária do Pontal (COCAMP) e a Prefeitura Municipal de Presidente Bernardes incentivaram⁵³ os assentados do Pontal do Paranapanema a cultivarem várias lavouras, em especial a mandioca⁵⁴, pois, com o projeto da construção de uma farinheira em Sandovalina e uma fecularia em Teodoro Sampaio, apresentava uma garantia de comercialização do produto a partir do processamento para o mercado, atingindo maiores preços com a eliminação do atravessador e da agroindústria capitalista.

No entanto, o projeto da fecularia de mandioca em Teodoro Sampaio não se efetivou, restando para o assentado apenas a farinheira de Sandovalina para comercializar a mandioca. Muitos assentados do município de Presidente Bernardes não conseguiram comercializar a produção, o que acabou desestimulando a produção da mandioca em 2002 que teve apenas 400 toneladas produzidas, como pode ser verificado no gráfico 08.

Atualmente a produção de mandioca produzida pelos assentados, de acordo com a pesquisa de campo, é comercializada em agroindústrias, sendo que uma localizada no município de Tarabai (Amidoeste) e as outras se localizam nos estados do Paraná e Mato Grosso do Sul.

Mas, a atividade econômica mais importante em termos de geração de renda para os assentados é a produção de leite. Segundo Santos (2000, p.64),

A grande maioria dos assentados trabalha com gado leiteiro, apesar do suposto programa de bacia leiteira não haver sido implantado até o presente momento. Da produção anterior, antes de se tornar assentamento, produzia-se na então fazenda Santo Antônio cento e cinquenta litros de leite por dia. Mesmo com todas as dificuldades ainda presentes, os assentados têm produzido mais de quinhentos litros de leite por dia.

Dessa maneira, de acordo com o quadro 02, observamos que grande parte dos assentados do município se constitui em produtores de leite, somando um total de 185 agricultores com 2.370 matrizes, estando a maioria localizada nos assentamentos Rodeio e Florestan Fernandes, justamente onde o solo é menos fértil. No período de safra, a média

⁵³ A COCAMP tinha vários projetos agroindustriais, como a instalação de uma farinheira e uma fecularia de mandioca, micro usina de leite, despoldadeira de frutas, etc., incentivando, dessa maneira, os assentados a produzir os produtos necessários para o processamento nas referidas micro agroindústrias, como a mandioca, frutas (abacaxi, maracujá, morango, acerola, manga, etc.) e o leite. A COCAMP estabeleceu vários projetos individuais para os produtos, sendo que o principal era o projeto da mandioca que tinha um maior número de assentados sócios aderidos.

geral de produção de leite dos assentamentos é de 7.139 litros de leite por dia e na entressafra a média cai para 4.860 litros por dia.

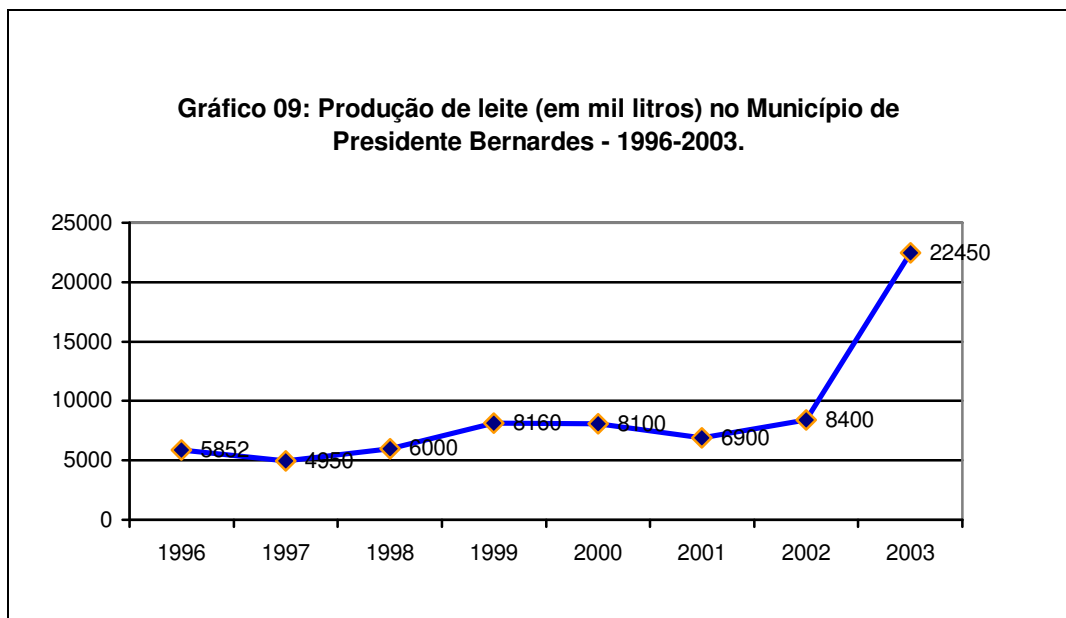
Quadro 02: Levantamento do potencial leiteiro dos assentamentos rurais do Município de Presidente Bernardes – 2005.

| | Assentamentos | | | | | | Total |
|---|---------------|----------------------|---------------------|---------------|------|--------------|-------|
| | Rodeio | Conjunto Água Limpa* | Florestan Fernandes | Santo Antônio | Palú | Quatro Irmãs | |
| Produtor | 50 | 33 | 46 | 21 | 25 | 10 | 185 |
| Matrizes | 609 | 427 | 486 | 183 | 378 | 287 | 2.370 |
| Média de litros de leite/dia no período chuvoso | 2.031 | 1.244 | 1.434 | 86 | 894 | 950 | 7.139 |
| Média de litros de leite/dia no período seco | 910 | 873 | 1.242 | 362 | 13 | 760 | 4.860 |

Fonte: ITESP (2005)

*Inclui os assentamentos: Água limpa I, Água limpa II e Santa Eudóxia.

Essa importância da pecuária leiteira nos assentamentos pode ser percebida no gráfico 09, em que podemos constatar a redução da mesma até 1997; a partir de 1998, começou uma trajetória ascendente, chegando a 2003 com uma produção de 22.450 mil litros, um grande aumento em relação a 1996.



Fonte: IBGE, Produção Pecuária Municipal (1996 - 2003)

São vários os fatores que contribuem para a importância econômica da produção de leite nos assentamentos, mas os principais são:

⁵⁴ Constituinte-se como uma alternativa de produção para os assentados, pois essa lavoura se adaptou bem ao solo e ao clima da região.

- solo pouco propício ao desenvolvimento da produção agrícola, em função da baixa fertilidade;
- custo alto de investimento para a produção agrícola e baixo retorno financeiro em função do baixo preço pago pelos produtos agrícolas no mercado; e,
- a atividade leiteira garante uma renda média mensal para a família assentada, o que não ocorre com a atividade agrícola.

No entanto, vários produtores de leite entrevistados, queixaram-se que o preço do leite comercializado com os laticínios está muito baixo⁵⁵.

De acordo com Santos (2004, p.89):

A produção de leite no Brasil está passando por um processo de regulamentação, que contempla uma revisão dos padrões de qualidade e de fiscalização do produto. Assim, foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), que visa estabelecer novos padrões para a cadeia produtiva do leite, no que concerne à produção da matéria-prima e seu processamento.

O Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), segundo Santos (2004, p.90),

[...] é composto de várias propostas, sendo que algumas que merecem destaque referem-se ao aumento da amplitude e eficiência do sistema de inspeção; estabelecimento de limites no horário de recepção do leite tipo C nos laticínios; substituição da coleta de leite em latões pelo transporte a granel de leite refrigerado; estabelecimento de sistema de controle de equipamentos e ingredientes utilizados nos laticínios; aumento da fiscalização e controle no trânsito interestadual de animais e produtos [...].O PNMQL conta com linhas de financiamento para investimento e com a nova regulamentação da produção e processamento de leite, que se dá através da Portaria 56, do Departamento de produção Animal, subordinado ao Ministério da Agricultura. Dentre as medidas contempladas pela Portaria 56 tem-se a substituição do leite cru tipo C por matéria-prima resfriada na propriedade e transportada a granel até o laticínio, sendo que a tendência é que ocorra a extinção da classificação atual (tipos A, B e C). Esta portaria também estabeleceu a qualificação e habilitação de mão-de-obra envolvida na produção e transporte de leite cru.

Este programa governamental certamente promoverá, quando for definitivamente implantado, a exclusão da maioria dos pequenos produtores familiares que não possuem condições econômicas para arcar com todo o investimento necessário.

Na realidade, conforme observa Santos (2004, p. 89),

⁵⁵ No momento da pesquisa de campo, o preço do leite comprado dos assentados era, em média, R\$ 0,35 por litro.

[...] a Portaria 56 provavelmente acarretará a melhoria da qualidade do leite, porém atenderá aos interesses das grandes indústrias do setor lácteo, contribuindo para uma concentração ainda maior do setor, a partir da extinção dos pequenos laticínios, além de beneficiar indústrias fornecedoras de máquinas, equipamentos e insumos e aos grandes produtores, uma vez que a tendência é a eliminação dos pequenos produtores do mercado formal, sendo que estes por sua vez devem se vincular ao mercado informal.

No caso dos assentados entrevistados que desenvolvem a produção leiteira, o PNMQL, caso seja definitivamente implantado, acarretará o abandono da atividade por grande parte dos produtores de leite, pois a quase totalidade destes entrega o leite cru (tipo C) para ser transportado em latões; apenas 2 produtores entrevistados tinham o tanque para armazenar o leite resfriado.

Dessa maneira, os produtores de leite que não conseguirem se adaptar às exigências do PNMQL de forma individual, podem formar associações para entregar o leite de forma conjunta, reduzindo os gastos com os investimentos necessários para modernizar a coleta, o armazenamento e a entrega do leite. Caso contrário, fatalmente a tendência é a exclusão da maioria dos produtores de leite do mercado, pois verificamos que estes possuem graves problemas, dentre eles a descapitalização, que impede o investimento em tecnologia.

Os laticínios que coletam o leite dos assentamentos visitados na pesquisa de campo são os seguintes: Nova Esperança do Paraná – LTDA (de médio porte), mais conhecido como “Lider” que possui suas unidades industriais em Toledo e Nova Esperança, ambas no Estado do Paraná, mas tem pontos de coleta de leite no município de Teodoro Sampaio; e o Laticínio Irmãos Carlussi S/A (de pequeno porte), localizado no Município de Álvares Machado.

Os dois laticínios ainda realizam a coleta do leite tipo C, principalmente entre os pequenos produtores, como os assentados entrevistados. No entanto, esses laticínios já começaram a coletar o leite resfriado a granel entre os produtores que já dispõem dos tanques, principalmente os médios e grandes produtores.

Desse modo, o PNMQL se for implementado, geraria um impacto negativo na dinâmica econômica dos assentados, pois a maioria destes possuem na produção leiteira a principal atividade que gera renda mensal para as famílias. Em decorrência do baixo retorno da produção agrícola e da baixa fertilidade do solo dos assentamentos, sendo pouco viável para o plantio, as famílias assentadas encontraram na atividade leiteira uma alternativa e uma estratégia de reprodução social.

Neste caso, percebemos como um fator *externo* (PNMQL) exerce uma forte influência na dinâmica do *interno* (assentamento rural). Se não, vejamos. Na realidade, o PNMQL é uma pressão de grandes firmas internacionais do setor Lácteo (relacionadas ao processamento de

vários produtos derivados do leite) como, por exemplo, a Nestlé, que sob a justificativa da melhoria da qualidade do leite querem, na prática, reduzir os custos de transporte e produção e, com isso, estão excluindo milhares de pequenos produtores familiares da produção leiteira.

Na realidade estas transformações é uma decorrência do processo de mundialização do capital que tem ultrapassado fronteiras nacionais e “ditado” e/ou “imposto” em muitos lugares e territórios, o modo de produção e de vida das pessoas. Esse processo tem como principal agente as empresas internacionais.

A subordinação do pequeno produtor familiar ao capital no caso, por exemplo, dos produtores de leite, de criadores de bicho-da-seda e dos produtores de mandioca ocorre principalmente no momento da comercialização, em que as firmas e/ou agroindústrias compradoras determinam o preço que querem pagar, sendo que muitas não cumprem nem o preço firmado em um contrato inicial com os assentados, como relatou um produtor do Assentamento Florestan Fernandes: “Está difícil. A firma não sustenta o que combinou no contrato. Sempre eles pagam bem abaixo do preço que combinaram” (J. L. P., PESQUISA DE CAMPO ,2005).

Dessa maneira, é no momento da comercialização que o Capital extrai do produtor familiar a mais-valia. O trabalho acumulado em forma de mercadoria (produtos agropecuários) é apropriado pelo Capital (na figura dos atravessadores e/ou das agroindústrias), ao passo que ao produtor familiar, que trabalhou de “sol-a-sol” para produzir, recebe apenas uma pequena parcela do lucro gerado pela mercadoria que ele mesmo produziu. Essa remuneração, em forma de renda, é o mínimo que os produtores familiares recebem para a sobrevivência.

Um entrevistado do Assentamento Florestan Fernandes, que sem saber identificou o âmago da situação de subordinação em que se encontra e da exploração exercida pelo Capital, observou que: “Está péssimo. Só a firma que tem lucro. A gente tem muito gasto” (A. R. S., PESQUISA DE CAMPO, 2005)

Dessa maneira, podemos entender porque as previsões de Lênin (1985) e Kautsky (1986)⁵⁶ ainda não se concretizaram. Pois, o Capital ainda hoje se utiliza de formas não capitalistas de produção (como a produção familiar) para reduzir custos e extrair a mais-valia.

Uma das alternativas para o produtor tentar escapar da subordinação e da exploração das indústrias que fornecem insumos e das agroindústrias que compram a produção, é a

⁵⁶ Lênin e Kautsky, no final do século XIX e início do século XX , defendiam a tese de que a forma familiar de produção fatalmente iria desaparecer, em virtude de um processo de diferenciação social, se dividindo nas duas classes sociais do sistema capitalista, quais sejam: o proletariado e a burguesia.

formação de organizações coletivas, como as cooperativas e as associações de produtores rurais. Mas, para isso, é preciso, antes de tudo, uma conscientização da situação e da realidade em que vivem e a formação de uma consciência, tentando superar os valores individualistas impregnados pelo capitalismo, caso contrário, qualquer iniciativa de organização coletiva fatalmente tenderá ao fracasso.

Sobre a comercialização da produção agropecuária para o mercado, constatamos nos assentamentos rurais visitados, que esta ocorre, com mais intensidade, nos municípios vizinhos, tendo destaque, os municípios de Teodoro Sampaio e Álvares Machado no caso do leite, e do Município de Tarabai, no caso da mandioca.

A comercialização da produção de mandioca pode realizar-se também com outros estados, como Mato Grosso do Sul e Paraná. Na foto 08 visualizamos o momento do transporte da mandioca para ser comercializada.

Foto 08: Transporte da produção de mandioca para uma agroindústria em um caminhão no Assentamento Rodeio.



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Já no caso do bicho-da-seda, a produção é comercializada com uma agroindústria localizada no Município de Bastos.

Constatamos na pesquisa de campo que os assentados entrevistados possuíam vários problemas e dificuldades relacionados à produção agropecuária e a comercialização dos produtos.

Ao questionarmos os assentados sobre qual era a principal dificuldade encontrada em relação à produção agropecuária (tabela 26), 38,2% responderam ser a baixa fertilidade do solo nos assentamentos em que o entrevistado trabalha.

Tabela 26: Principais problemas enfrentados pelos assentados entrevistados com relação à produção agropecuária

| | Nº | % |
|----------------------------------|----|------|
| Solo com baixa fertilidade | 21 | 38,2 |
| Descapitalização | 19 | 34,5 |
| Falta de chuva | 13 | 23,6 |
| Atraso no recebimento do crédito | 7 | 12,7 |
| Não tem | 6 | 10,9 |
| Não respondeu | 3 | 5,4 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Nesse sentido, um entrevistado do Assentamento Rodeio tem uma visão que não se distancia da realidade, quando observa que: “A terra aqui é pobre, é de cerrado. A terra boa está nas mãos dos barões (grandes agricultores). Nessa terra os fazendeiros não criavam nem 100 cabeças de boi” (O. D., PESQUISA DE CAMPO, 2005). (Grifo nosso).

De fato, as terras destinadas para os assentamentos de reforma agrária, via de regra, são de baixa fertilidade, estando desgastadas (foto 09), precisando de um alto investimento para a realização da atividade agrícola.

Foto 09: Lavoura de mandioca mal desenvolvida em decorrência da baixa fertilidade do solo e da falta de insumos para cultivar no Assentamento Rodeio.



Autor: Wagner Miralha

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Esse problema se constitui numa das principais dificuldades para o desenvolvimento econômico e social dos assentamentos investigados, pois, como ressaltamos anteriormente, para compensar a baixa fertilidade do solo, os assentados precisam fazer um alto investimento em insumos para recuperar o solo e poder desenvolver a atividade agropecuária. Este fato acaba inviabilizando, para muitos assentados, o desenvolvimento da agricultura, como ressaltou um produtor do Assentamento Florestan Fernandes: “A terra exige muito adubo. Não posso plantar por causa da baixa fertilidade da terra” (J. M., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

No entanto, o investimento na recuperação dos solos esbarra em um outro problema sério que dificulta o desenvolvimento da atividade produtiva nos assentamentos, que é a descapitalização de boa parte dos produtores, verificado em 34,5% dos lotes visitados. Sobre essa realidade, um entrevistado do Assentamento Água Limpa I, deu o seguinte depoimento que nos ajuda a entender melhor esse problema: “A terra é fraca, falta recursos para adquirir insumos e o crédito é precário” (B. A. L., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Se analisarmos a trajetória de vida dos assentados veremos que o problema da descapitalização ocorre, principalmente, entre as famílias que vieram das periferias das cidades.

Nesse sentido, a inserção dessas famílias nos assentamentos e no processo produtivo deveria ser acompanhado de uma política especial de crédito para produtores familiares descapitalizados, para que os mesmos conseguissem se estabilizar financeiramente. Porém, mesmo a política de crédito agrícola que existe atualmente (Pronaf – A), tem seus problemas, como por exemplo, a demora na liberação do dinheiro, como ressaltaram 12,7% dos assentados entrevistados.

Verificamos na pesquisa de campo que apenas 49,1% dos entrevistados tiveram acesso ao crédito rural na última safra. Constatamos também que 9,1% dos pesquisados declararam que ficaram inadimplentes em razão da perda da colheita ou da obtenção de preço muito baixo pela produção comercializada no mercado, não conseguindo mais ter acesso ao crédito. Fatos como estes evidenciam a insegurança do produtor familiar na atividade agrícola.

Os assentados entrevistados ressaltaram que o crédito agrícola não cobre todo o custo do preparo da terra e plantio. Nesse sentido, segundo um produtor do Assentamento Florestan Fernandes: “O financiamento não cobre tudo, é pouco. Tenho dificuldade de comprar insumos para tratar a terra. Não tenho condições de investir na lavoura” (J. S. S., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

O crédito agrícola, segundo os assentados pesquisados, chega a atrasar de 2 a 3 meses para o seu recebimento, inviabilizando assim, a preparação da terra e o plantio, pois os assentados descapitalizados dependem do crédito para comprar adubo, sementes e preparar a terra. Ainda em virtude do atraso no repasse do crédito, os assentados perdem a época adequada para o plantio. Um assentado passou por esse drama, dando o seguinte depoimento: “Preparei a terra, o financiamento chegou atrasado, então eu perdi a rama de mandioca” (B. A. B., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

O atraso na liberação do crédito gera vários transtornos para os produtores assentados, pois muitos compram insumos adiantados confiantes no recebimento do crédito e, depois, ficam em situação de dívida, como ocorreu com um entrevistado do Assentamento Água Limpa I, que salientou o seguinte: “Estou quatro meses esperando o financiamento e não consigo. Comprei adubo para pagar em 30 dias, dependendo do crédito” (F.B.S., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Outro problema destacado por 23,6% dos assentados, é a falta de chuvas (irregularidade das chuvas que ocasiona períodos de seca, podendo comprometer toda a produção), que causou a perda de lavouras de vários assentados. Apesar de ser um fator

climático, se os assentados dispusessem de um sistema de irrigação de pequeno porte⁵⁷, poderiam, nos períodos de longa estiagem, realizar a irrigação, não correndo o risco de perda da lavoura devido à irregularidade das chuvas.

Depois de sofrer várias dificuldades no momento da produção agropecuária, os assentados contam ainda com vários problemas para comercializar a produção, sendo as duas principais: o baixo preço oferecido pelos produtos agropecuários (41,8%) e a atuação de atravessadores (10,9%) que, por possuírem transporte e local de armazenamento, compram a produção dos assentados a preço inferior da tabela do mercado, revendendo a um preço mais elevado, extraíndo do produtor uma parcela da sua renda (tabela 27).

Tabela 27: Principais problemas enfrentados pelos assentados entrevistados com relação à comercialização da produção

| | Nº | % |
|------------------------------------|----|------|
| Preço baixo | 23 | 41,8 |
| Atravessador | 6 | 10,9 |
| Não tem garantia | 2 | 3,6 |
| Investimento alto | 1 | 1,8 |
| Falta de união entre os assentados | 1 | 1,8 |
| Falta transporte | 1 | 1,8 |
| Não tem | 13 | 23,6 |
| Não respondeu | 8 | 14,5 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Com relação à questão do preço dos produtos agrícolas, um produtor do assentamento Florestan Fernandes, revoltado com a situação, declarou o seguinte: “O preço oferecido é muito baixo. O preço que ofereceram pela mandioca foi de apenas 23 reais a tonelada. Soltei as vacas no mandiocal. O algodão foi contratado a um preço de 27 reais a arroba e na colheita só pagaram 17 reais” (B. A. B., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Desse modo, o produtor familiar fica à mercê do mercado, sem nenhuma garantia. O Estado, nesse sentido, deveria criar uma política de preços mínimos direcionada aos pequenos produtores familiares como forma de estimular e garantir a permanência no campo, pois, se forem abandonados ao livre jogo do mercado e a lei da oferta e procura, o pequeno produtor não tem como competir com os médios e grandes produtores e resistir ao mercado, correndo o risco de ser obrigado a voltar para a cidade (no caso de assentados originários de centros urbanos) e tentar se inserir no mercado de trabalho, que já se encontra saturado.

Nessa perspectiva, um produtor do Assentamento Rodeio declarou o seguinte: “O preço é baixo. O governo não dá força e garantia. A mandioca hoje não dá para colher, eu fico

⁵⁷ Seria interessante haver uma política de crédito especial para o aporte tecnológico dos pequenos produtores familiares.

devendo. Na época que eu plantei era 160 reais a tonelada, agora está em 60 reais” (J.M., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Essas dificuldades e problemas sofridos pelos assentados no processo produtivo e na comercialização são as formas que o Capital encontra para extrair do produtor familiar a mais-valia. Na verdade, o Capital (representado pelas indústrias de equipamentos para a agricultura, agroindústrias, grandes proprietários de terra, atravessadores etc.) mantêm os produtores familiares de forma subordinada, porque a ele interessa a manutenção dessa forma de produção em algumas situações para extrair a mais-valia e reduzir custos, como na produção de leite, onde os laticínios adquirem o produto por um preço muito baixo - que chega a ser até abusivo - e, revendem, depois do processo da pasteurização e embalagem, a um preço que chega a atingir mais que o dobro pago ao produtor.

Dessa maneira, o assentado sofre uma dupla *subordinação/exploração*: no momento da compra de insumos, pagando um preço elevado às indústrias e empresas do ramo pelos insumos agropecuários de que necessita para o desenvolvimento da atividade; e no momento da comercialização da produção, recebendo um valor muito baixo, sendo que ainda possuem muitos riscos de perda da produção em função de fatores climáticos⁵⁸ e fatores relacionados à dinâmica do mercado, que podem influir na queda brusca dos preços dos produtos agropecuários.

Uma alternativa importante e necessária para os produtores familiares assentados escaparem ou diminuïrem os efeitos dessa dupla subordinação/exploração é a superação da individualidade e a constituição de organizações coletivas, como as associações de moradores e produtores rurais.

Desse modo, os pequenos produtores familiares, em especial os assentados, têm maior poder de pressão frente ao Estado e empresas e indústrias para reivindicar seus direitos e interesses nos âmbitos: *econômico* (insumos e sementes a um preço mais baixo, com a compra em grande quantidade; na comercialização, fugindo do atravessador e reivindicando preços mais altos; e, na formação de mini-agroindústrias para processar os produtos agropecuários) e *social* (reivindicando melhores condições de saúde, educação, lazer etc.).

Ainda na tabela 27, o fato de 23,6% dos entrevistados afirmarem não ter problemas relacionados à comercialização se dá porque a principal fonte de renda destes assentados não provém da agropecuária porque, são aposentados, haja vista o grande número de assentados

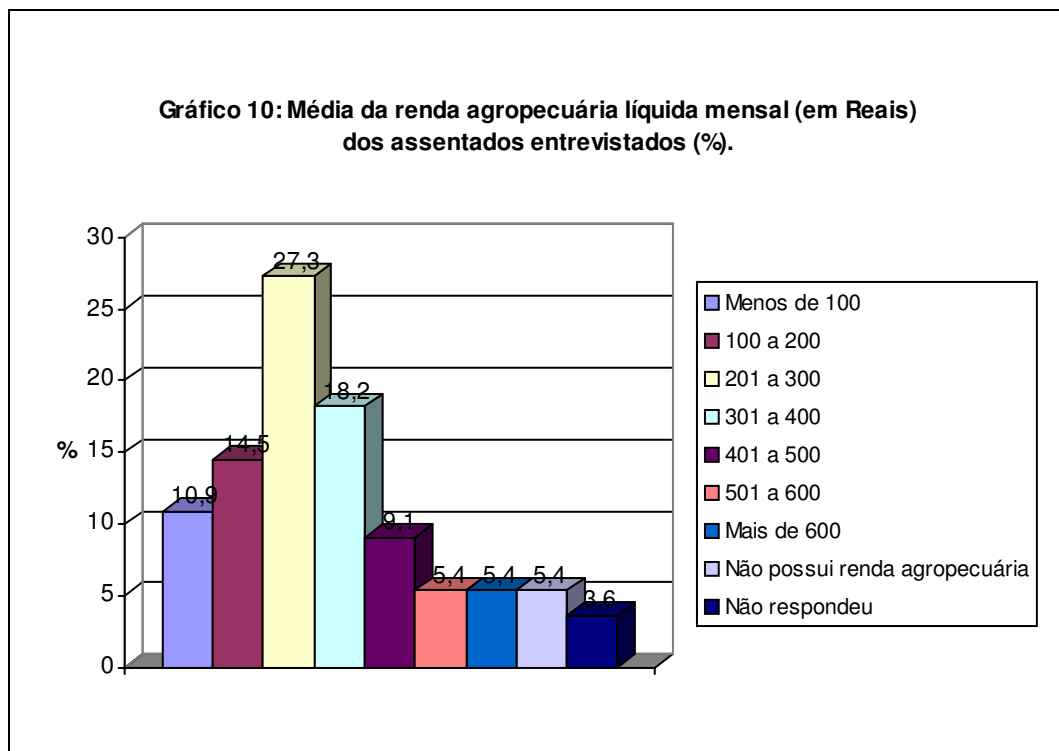
⁵⁸ Falta de chuva no período do plantio e do desenvolvimento da planta e/ou chuva em excesso, principalmente no período da colheita, podendo comprometer toda a produção, ou ainda a ocorrências de geadas que, causam grandes perdas nas lavouras na estação do inverno.

com idade avançada, e recebem salário (geralmente dois, marido e esposa) da Previdência Social.

Isto acaba caracterizando o perfil de um grupo de assentados entrevistados: origem urbana, idade avançada e principal fonte de renda proveniente da Previdência Social.

No que tange à organização produtiva nos assentamentos, realizamos ainda uma análise da renda obtida pelos assentados entrevistados.

Desse modo, o gráfico 10 apresenta dados referentes à média líquida mensal (em Reais) da renda obtida com a atividade agropecuária pelos assentados entrevistados. Podemos verificar que a maioria dos assentados retira da atividade agropecuária entre 100 e 400 Reais; sendo 14,5% na faixa de 100 a 200; 27,3% na faixa de 201 a 300 reais; e 18,2% na faixa de 301 a 400 reais.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Constatamos também que 9,1% dos assentados obtiveram renda de 401 a 500 reais; 5,4% obtiveram renda na faixa de 501 a 600 Reais; e, 5,4% disseram ter renda acima de 600 reais mensal.

No entanto, 5,4% dos assentados declararam não possuir nenhuma renda advinda da agropecuária e 10,9% retiraram da agricultura uma renda inferior a 100 reais. Essa parcela dos assentados não tem conseguido retirar do lote uma renda necessária para a reprodução

familiar. Geralmente estes possuem outras fontes de renda, tais como: a aposentadoria, trabalho externo etc.; não dependendo unicamente da atividade agropecuária para se manterem.

É importante salientar que os assentados não contabilizam a produção para autoconsumo como renda, o que faria elevar os níveis de renda das famílias assentadas, visto que o autoconsumo é uma importante estratégia de reprodução social dos produtores familiares, em especial dos assentados, garantindo a alimentação básica (arroz, feijão, leite, verduras, legumes, frutas, ovos, carne de frango e porco, etc.).

Como vimos anteriormente, a atividade agropecuária mais praticada e que gera uma maior renda para a maioria dos assentados é a atividade leiteira. Nesse sentido, torna-se importante especificar esta fonte de renda nos assentamentos visitados, verificando o nível da renda bruta obtida pelos assentados com a atividade leiteira.

Dessa maneira, com base na tabela 28, podemos perceber que 20,0% do total de assentados entrevistados, obtiveram uma renda⁵⁹ média bruta mensal entre 301 a 400 reais, que foi mais freqüente no Assentamento Florestan Fernandes, com 29,4%.

Tabela 28: Renda bruta (mensal) em Reais proveniente da criação de gado de leite obtida pelos assentados entrevistados

| Renda bruta (R\$) | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| 50 a 100 | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 2 | 3,6 |
| 101 a 200 | 3 | 17,6 | 4 | 21,0 | 1 | 5,3 | 8 | 14,5 |
| 201 a 300 | 4 | 23,5 | 1 | 15,8 | 2 | 10,5 | 7 | 12,7 |
| 301 a 400 | 5 | 29,4 | 2 | 10,5 | 4 | 21,0 | 11 | 20,0 |
| 401 a 500 | 2 | 11,8 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 4 | 10,9 |
| 501 a 800 | 0 | 0 | 3 | 15,8 | 4 | 21,0 | 7 | 12,7 |
| Mais de 800 | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Não vende | 1 | 5,9 | 7 | 36,8 | 6 | 31,6 | 16 | 29,1 |
| Faz queijo para vender | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Podemos verificar também que, 14,5% do total de assentados obtiveram uma renda, mais baixa, girando entre 101 e 200 reais, com maior expressão no Assentamento Rodeio, com 21,0%.

Com a obtenção de uma renda relativamente alta para a realidade dos assentamentos da região, que gira em torno de 501 a 800 reais, estão 10,9% do total de entrevistados, tendo mais ênfase no Assentamento Água Limpa I com 21,0%.

⁵⁹ É importante salientar que essa renda é bruta, ou seja, não foram excluídos os gastos com o manejo do gado, ração, medicamentos, etc.

Então, podemos verificar que boa parte dos produtores de leite do Assentamento Água Limpa I conseguem obter uma renda mais elevada com a produção leiteira, o que certamente está relacionado com a venda de leite refrigerado, que foi observada somente neste assentamento. Vale lembrar que em 1998 foi sancionada a instrução normativa 51 que tem por finalidade mudar o padrão tecnológico de armazenagem (resfriador) e transporte do leite (caminhões com sistema de transporte de leite com refrigeração), impedindo a venda de leite em tambores, obrigando todos os produtores de leite que queiram permanecer nesta atividade a se adequarem a essas novas exigências.

No entanto, esta lei está sendo prorrogada, em virtude da grande dificuldade dos pequenos produtores em adquirirem um resfriador de leite, pois os mais baratos giram em torno de 6 mil reais, sendo inacessível para a maioria desses produtores, em razão do baixo grau de capitalização dos mesmos.

Dessa maneira, essa lei de adequação tecnológica pode causar a exclusão de milhares de pequenos produtores da atividade leiteira, acarretando um sério problema social para os assentamentos rurais, e o espaço rural de uma forma geral, pois, grande parte desses pequenos produtores depende exclusivamente da renda obtida com a produção de leite para a reprodução social da família.

Nesse sentido, vemos que uma norma de adequação tecnológica decretada pelo governo, utilizando o argumento da higiene e da questão sanitária, mas que no fundo está atendendo aos interesses dos médios e grandes produtores de leite, pois com a exclusão do mercado dos pequenos produtores de leite, a oferta do leite vai diminuir e, conseqüentemente, o preço do leite vai aumentar.

O aumento do preço do leite pode gerar efeitos para muitas famílias das cidades, principalmente da classe baixa, que dependem do leite para alimentação dos filhos.

Entendemos que a alternativa para os pequenos produtores que desejarem continuar produzindo leite é se organizar de forma coletiva em grupos de interesse ou associações para terem condições de adquirir um resfriador de leite para uso comum.

Além da renda agropecuária, boa parte dos assentados possui outras fontes de renda, sendo que as mais importantes são, conforme mostra a tabela 29, as seguintes: o trabalho externo (trabalho acessório) realizado por 38,2%; o benefício proveniente da aposentadoria (Previdência Social do Governo Federal) recebido por 25,4%; e, a Bolsa Família (18,2%).

Tabela 29: Outras fontes de renda dos assentados entrevistados

| Tipo de fonte de renda | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|------------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Trabalho externo (acessório) | 4 | 23,5 | 4 | 21,0 | 13 | 68,4 | 21 | 38,2 |
| Aposentadoria | 4 | 23,5 | 5 | 26,3 | 5 | 26,3 | 14 | 25,4 |
| Bolsa Família | 2 | 11,8 | 3 | 15,8 | 5 | 26,3 | 10 | 18,2 |
| Auxílio doença | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 2 | 3,6 |
| Ajuda de familiares | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Aluguel de casa | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Pensão | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Aluguel de pasto | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

O trabalho externo, que se constitui numa importante estratégia de reprodução social para complementar a renda familiar, é desenvolvido com mais intensidade no Assentamento Água Limpa I, ocorrendo em 68,4% das famílias entrevistadas, principalmente na forma de trabalho assalariado para outros assentados e também para médios e grandes agricultores em áreas próximas ao assentamento.

A aposentadoria é benefício que possui grande importância para as famílias assentadas, estando mais presente nos assentamentos Rodeio e Florestan Fernandes com, respectivamente, 26,3% e 23,5% dos assentados. No entanto, esse fato evidencia que uma considerável parcela dos assentados tem idade avançada.

O Programa Bolsa Família⁶⁰ do Governo Federal possui também uma considerável importância como fonte de renda complementar das famílias assentadas, além de exigir a frequência da criança na escola, ao invés de ajudar os pais no trabalho agrícola. Essa fonte de renda tem maior ocorrência no Assentamento Água Limpa I, com 26,3% dos assentados entrevistados.

4.2.5 - Organização Política

A conquista do assentamento, o acesso a terra e a inserção dos trabalhadores sem terra no processo produtivo só foi possível por meio da mobilização e a organização social e política, participando dos movimentos sociais de luta pela terra, principalmente o MST,

⁶⁰ “O Bolsa Família é um programa de transferência de renda destinado às famílias em situação de pobreza, com renda per capita de até R\$ 100 mensais, que associa à transferência do benefício financeiro o acesso aos direitos sociais básicos – saúde, alimentação, educação e assistência social. O Bolsa Família foi criado para atender duas finalidades básicas: enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social, e também promover a emancipação das famílias mais pobres. Por decisão do presidente Lula, o Bolsa Família unificou todos os benefícios sociais (Bolsa Escola, Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás) do governo federal num único programa. A medida proporcionou mais agilidade na liberação do dinheiro a quem precisa, reduziu burocracias e criou mais facilidade no controle dos recursos, dando assim mais transparência ao programa” (BRASIL/MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, 2006).

pressionando o Estado para a desapropriação das fazendas que tinham o título de posse irregular.

No entanto, muitos trabalhadores sem terra a partir do momento em que receberam os seus lotes se desvincularam do movimento social, pois, para esses, o motivo de participação no movimento era apenas a obtenção do acesso a terra e, assim que conseguiram o objetivo, não tinham mais razões e interesses para permanecerem neste. Entretanto, conforme mostra a tabela 30, percebe-se que 36,4% dos pesquisados afirmaram participar ainda do MST em reuniões realizadas pelo movimento.

Tabela 30: Organização e participação política dos assentados entrevistados

| | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|---|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Movimento social (MST) | 4 | 23,5 | 10 | 52,6 | 6 | 31,6 | 20 | 36,4 |
| Sindicato de Trabalhadores Rurais | 0 | 0 | 2 | 10,5 | 2 | 10,5 | 4 | 7,3 |
| Associação de produtores rurais /grupos de interesse | 7 | 41,2 | 7 | 36,8 | 11 | 57,9 | 25 | 45,4 |
| Cooperativa agrícola de produção e/ou comercialização | 12 | 70,6 | 7 | 36,8 | 2 | 10,5 | 21 | 38,2 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Desse modo, há um sentimento de solidariedade e consciência política pelos assentados que ainda participam do MST, pois mesmo se estabelecendo em um lote, ainda continuam a lutar para que outras famílias consigam o acesso a terra. Um exemplo dessa consciência política está no depoimento de um produtor do Assentamento Rodeio, quando ressalta o seguinte: “[...] se temos isso aqui é através da luta. Não é porque pegamos um pedacinho de terra é que vamos parar de lutar. A luta continua” (A.F.F., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

A participação no MST é maior no Assentamento Rodeio, com 52,6%. Já nos assentamentos Água Limpa I e Florestan Fernandes a participação dos assentados no MST é bem menor, com 31,6% e 23,5%, respectivamente. Esta maior participação no MST de assentados do Assentamento Rodeio está relacionada ao grande número de integrantes deste movimento social que foram beneficiados com um lote neste assentamento.

O acesso a terra, na realidade, significa o final do processo de luta pela terra e o início de muitas lutas e reivindicações por infra-estrutura, assistência técnica, escolarização, transporte, crédito, melhores preços da produção, insumos mais baratos, acesso a maquinários, principalmente o trator, etc. sendo de fundamental importância a união dos assentados em organizações coletivas, como as associações de produtores rurais, sindicatos de trabalhadores rurais e cooperativas agrícolas de produção e/ou comercialização.

A participação dos assentados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais é baixa (7,3%), sendo observado apenas nos assentamentos Rodeio e Água Limpa I com 10,5%.

Verificamos também que a presença de assentados que participam de cooperativas foi de 38,2%, tendo maior concentração no Assentamento Florestan Fernandes (70,6%). No entanto, muitos assentados relataram que são filiados da COOCAMP, mas não participam, pois, segundo eles, não há o funcionamento esperado da mesma.

Uma outra forma de organização coletiva, que é de suma importância para a viabilização da produção familiar, é a associação de produtores rurais e/ou grupo de interesses. Nesse contexto, observamos que há uma significativa participação dos assentados pesquisados em associações e/ou grupo de interesse, com 45,4% do total de assentados entrevistados. O assentamento que possui maior participação nessa forma de organização coletiva é o PA Água Limpa I, com 57,9% dos pesquisados.

O associativismo tem assumido um importante papel na organização coletiva de pequenos produtores rurais, tornando-se uma das principais estratégias para a reprodução social e produtiva e a principal alternativa para a viabilização econômica das pequenas unidades de produção familiar, como nos lotes de assentamentos rurais, possibilitando a resistência desses frente ao sistema capitalista que, com o processo de mundialização, tem se tornado cada vez mais competitivo, concentrador e excludente, o que tem aumentado a concentração da renda e a miséria no mundo.

Chama a atenção o fato de os assentamentos Florestan Fernandes e Água Limpa I terem uma baixa participação de assentados no MST, 23,5% e 31,6% respectivamente, e uma alta participação em associações, 41,2 e 57,9% respectivamente. Por outro lado o assentamento Rodeio possui uma alta participação de assentados no MST, 52,6%, e uma baixa participação de assentados em associações, 36,8%. Na realidade, isso ocorre porque o MST não se envolve e não trabalha entre os seus integrantes a idéia e a importância do associativismo para os assentados, isto porque o MST não é muito favorável à idéia de associativismo.

Apesar da importância do associativismo para os pequenos produtores familiares, em especial os assentados, observamos nos assentamentos investigados que não havia muito interesse entre os assentados na formação de associações e/ou grupos de interesse.

Nessa situação, havia apenas um grupo de interesse no Assentamento Florestan Fernandes e um no Assentamento Rodeio, organizados para terem maior facilidade de acesso ao trator. Já, no Assentamento Água Limpa I havia uma associação de produtores.

No tocante às lideranças políticas internas e ao poder público local, Barone (2005), ao estudar a relação entre os assentamentos rurais e o desenvolvimento político e econômico local no contexto regional do Pontal do Paranapanema, destacou que o município de Presidente Bernardes,

[...] conta com ex-dirigentes da Cocamp e militantes do MST nos seus assentamentos, a política municipal tem oscilado numa de maior para menor apoio aos assentamentos. Registra-se, aí, a gestão municipal 2001-2004, exercida por um clérigo católico realizador de uma série de iniciativas pró-assentamentos. A transferência da escola municipal do distrito rural de Nova Pátria para o interior do PA Rodeio é um exemplo, como também um projeto de apoio ao desenvolvimento para a produção de algodão feita pela Prefeitura. Esse projeto produtivo atendeu prioritariamente um grupo de assentados ligado ao prefeito, porém, dinamizou a economia dos assentamentos (BARONE, 2005, p.211).

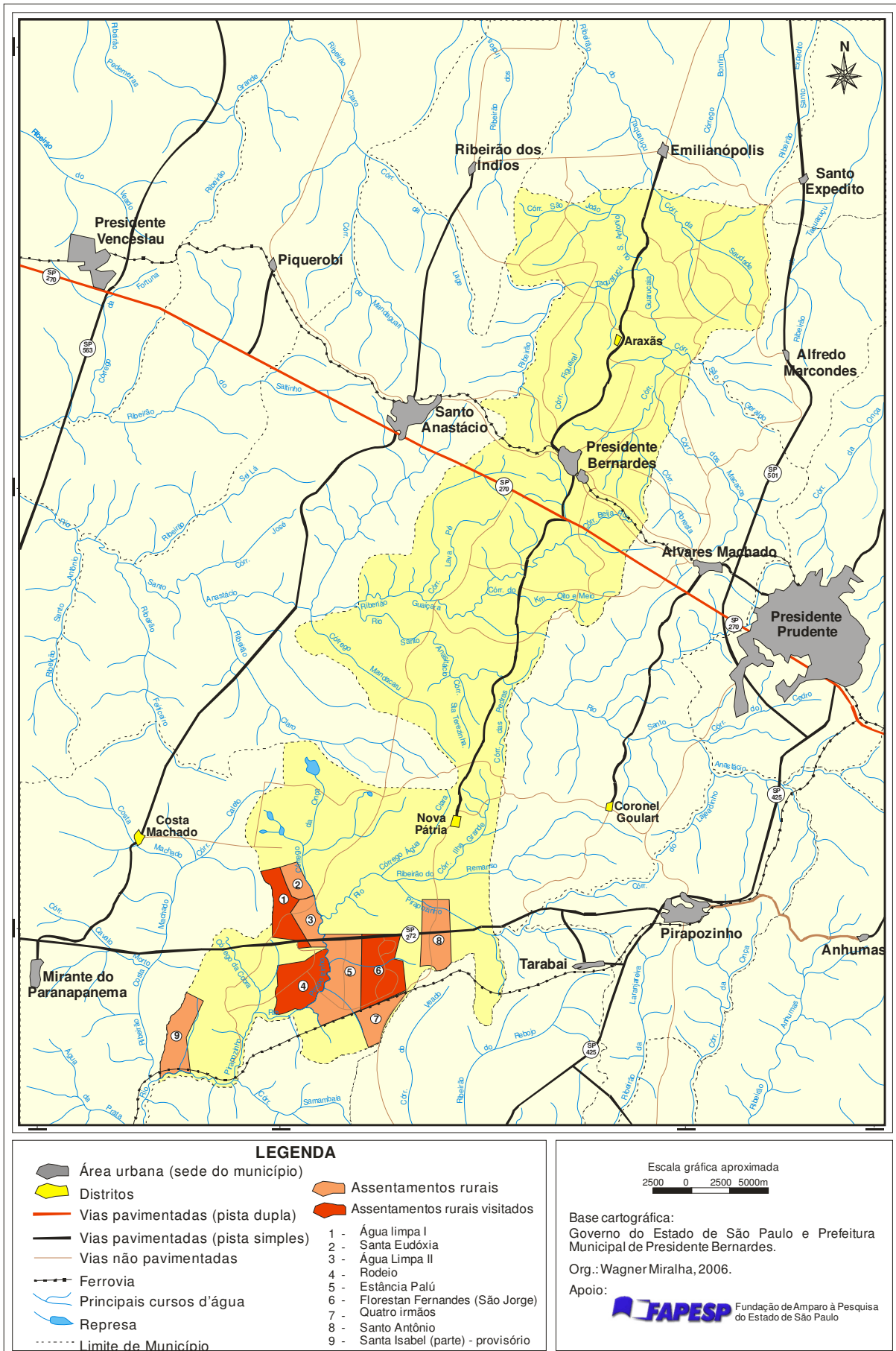
É importante ressaltar que a atual gestão municipal 2005-2008, pouco tem realizado para o desenvolvimento sócio-econômico dos Projetos de Assentamentos, adotando uma postura mais conservadora em relação à gestão anterior. Dessa maneira, apesar de haver lideranças políticas e militantes do MST nos assentamentos do município de Presidente Bernardes, como salientou Barone (2005), não há grupos coletivos com capacidade de reivindicar e pressionar o poder público municipal no sentido de promover melhorias em infra-estrutura e políticas que estimulem o desenvolvimento dos assentamentos.

4.3 - Articulações e relações externas

Os assentamentos rurais, considerados como a escala do lugar (lugar da vida e reprodução social dos assentados e das relações de trabalho e produção etc.), possuem relações constantes com a realidade externa, principalmente as cidades e os distritos mais próximos, como as cidades de Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Tarabai, bem como os distritos de Nova Pátria e Costa Machado (Mapa 03)⁶¹.

⁶¹ Organizamos o Mapa 03 para facilitar a localização dos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes em relação ao seu entorno, principalmente as áreas urbanas e distritos onde os assentados estabelecem mais relações.

Mapa 03 – Os assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes e seu entorno.



Essas relações se dão, principalmente, nas dimensões política, social e econômica. Os assentados se relacionam frequentemente com o espaço urbano para trabalhar (membros da família), tratar da saúde, frequentar a escola (filhos), participar de eventos festivos nos finais de semana (principalmente os jovens), adquirir mercadorias para consumo pessoal e/ou doméstico, gêneros alimentícios, insumos agropecuários, comercializar a produção, etc.

Com relação ao âmbito político, os principais atores que mediam as relações dos assentados com o *externo*, além do poder político municipal (Prefeitura de Presidente Bernardes), possuem importância: o MST (considerando que 36,4% dos entrevistados ainda participam do movimento e que 38,2% estavam filiados a COCAMP⁶²) e o ITESP, que é o órgão do governo estadual responsável, principalmente, pela assistência técnica nos assentamentos.

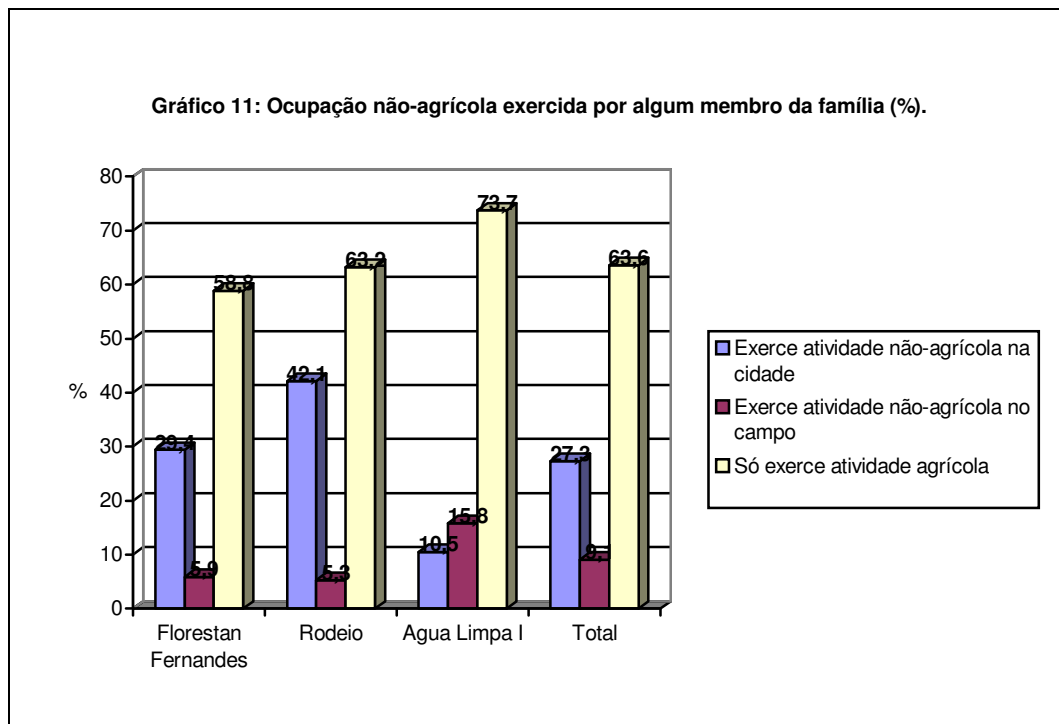
No âmbito social, se destacam como agentes mediadores entre o *interno x externo* o governo municipal de Presidente Bernardes (que presta uma série de serviços como o transporte de alunos e de pessoas com problemas de saúde e dos assentados para a cidade de Presidente Bernardes, conservação das estradas internas dos assentamentos etc.) e também do município de Tarabai, que realiza o transporte de alunos do Assentamento Florestan Fernandes para as escolas desta cidade.

No âmbito econômico, os principais mediadores entre as relações estabelecidas pelos assentados com o *externo* são os atravessadores e as agroindústrias, principalmente, no caso dos assentados entrevistados, aquelas relacionadas ao processamento do leite e da mandioca que são os principais produtos comercializados.

4.3.1 - Ocupação não-agrícola

No conjunto dos assentamentos rurais investigados na pesquisa de campo, constatamos que 36,4% dos assentados possuem algum membro da família que realiza algum tipo de ocupação não-agrícola, conforme pode ser observado no gráfico 11. Desse total, 27,3% exercem ocupação não-agrícola na cidade (pedreiro, professor, funcionário de supermercado, funcionário de indústria alimentícia, etc.) e 9,1% no campo (técnico agrícola, agente de saúde dentro do assentamento, venda de queijos e doces feitos no próprio lote etc.).

⁶² A COCAMP foi idealizada e organizada pelo MST.



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Analisando os dados do gráfico 11 por assentamento, podemos notar que o desenvolvimento de ocupações não-agrícolas no espaço urbano ocorre de forma mais intensa entre assentados do PA Rodeio (42,1%) e Florestan Fernandes (29,4%). Segundo os assentados entrevistados, as ocupações e serviços realizados na cidade são: caminhoneiro, professor, operário de indústria alimentícia, pedreiro, empregado de supermercado, etc.

Essa expressividade do desenvolvimento de ocupações não-agrícolas entre os integrantes das famílias entrevistadas dos assentamentos Rodeio e Florestan Fernandes está relacionado com a proximidade de cidades como Pirapozinho e Presidente Prudente⁶³, pois essas cidades, principalmente a segunda, possuem diversas oportunidades de emprego⁶⁴. Para isso, a presença de uma rodovia estadual (SP-272)⁶⁵ que se localiza a poucos metros destes assentamentos, é um condicionante que favorece o fácil e rápido (devido às boas condições de tráfego da pista) deslocamento dos assentados, em automóveis ou em ônibus de transporte de passageiros, para as cidades de Pirapozinho, Tarabai, Presidente Prudente e Mirante do Paranapanema.

⁶³ Vide mapa 03.

⁶⁴ A cidade de Pirapozinho possui uma indústria de grande porte que realiza o processamento de óleo e gordura vegetal (Braswey) e um frigorífico, além de ter um comércio movimentado. A cidade de Presidente Prudente, a maior da região, com quase 200 mil habitantes, possui várias indústrias alimentícias (refrigerantes, molhos e condimentos, biscoitos etc), grandes frigoríficos, firmas de curtimento de couros, além de ter vários tipos de ocupações no comércio, prestação de serviços particulares e público, etc..

⁶⁵ A SP-272 vai até a rodovia SP-425, que permite o fácil acesso à cidade de Presidente Prudente.

Já no assentamento Água Limpa I, o desenvolvimento de ocupações não-agrícolas no espaço rural, com um percentual de 15,8%, possui maior expressão que a atividade não agrícola no espaço urbano. Entre as atividades não-agrícolas desenvolvidas no campo no assentamento mencionado, estão as seguintes: técnico agrícola, agente de saúde, comercialização de queijos e doces produzidos no próprio lote etc.

Percebemos, nesse sentido, que os assentados, em virtude dos vários problemas para o desenvolvimento da atividade agrícola buscam estratégias e alternativas de reprodução social por meio da realização de atividades não ligadas diretamente à agropecuária. E, em virtude da distância (cerca de 40 km) e da dificuldade de acesso (rodovia em precárias condições de tráfego), as ocupações não-agrícolas estabelecidas pelos assentados ocorrem principalmente nas cidades de Pirapozinho, Mirante do Paranapanema e Presidente Prudente.

Há no Brasil diferenças de linhas interpretativas sobre a questão do desenvolvimento das atividades não-agrícolas. A primeira vertente considera que o desenvolvimento da atividade não-agrícola por membros da família do pequeno produtor rural é considerado como uma alternativa para a sua dinamização e fortalecimento da produção familiar. Essa vertente tem como principal expoente Graziano da Silva (2000), que coordena o Projeto Rurbano na Universidade de Campinas (UNICAMP).

Nesse sentido, Graziano da Silva; Campanhola (2000, p. 09), consideram que,

[...] o meio rural do nosso país, à semelhança do que ocorre em outras partes do mundo desenvolvido, mostra uma crescente diversificação de atividades agrícolas e não agrícolas. Mais ainda: enquanto as atividades agrícolas vêm reduzindo sistematicamente o nível de ocupação e gerando um volume de renda cada vez menor, as atividades não-agrícolas no meio rural brasileiro vêm aumentando o número de pessoas ocupadas e propiciando uma remuneração significativamente maior do que as obtidas nas atividades rurais ligadas à agropecuária tradicional.

Por outro lado Baccarim; Souza (2004), consideram que a realização das atividades não-agrícolas pelos pequenos produtores familiares, na realidade, é um sinal de desestabilização e desestruturação interna da unidade produtiva familiar, em decorrência da baixa valorização dos produtos agrícolas e das constantes altas dos insumos agrícolas, inviabilizando o desenvolvimento da atividade agropecuária, que acaba forçando a busca de outras fontes de rendas para complementar a renda agropecuária, que não é mais suficiente para a reprodução familiar. Um exemplo de pesquisadores que defendem essa vertente interpretativa está em Baccarim; Souza (2004).

Para Baccarim; Souza (2004, p.03),

Além da redução do tempo empregado pelos membros da pequena produção rural nas atividades agrícolas, pode-se considerar que a diminuição relativa dos rendimentos auferidos através da agricultura, associada tanto à queda secular dos preços agrícolas, quanto ao aumento do padrão de consumo da sociedade moderna, obrigaria a procura de outras atividades para se complementar a renda familiar.

Segundo essa perspectiva de análise, Baccarim; Souza (2004, p.07) ainda consideram que,

O tipo de atividade não-agrícola predominante no Brasil, com baixas qualificação e remuneração, leva a considerar que, menos do que estar associado à pluriatividade e à dinamização da pequena produção, este fato revelaria a luta contra a pobreza ou pela sobrevivência de pequenos agricultores pauperizados e, portanto, a caminho da proletarização, ou de trabalhadores já despossuídos.

Analisando a realidade social e econômica dos assentamentos rurais pesquisados na presente pesquisa, verificamos que o desenvolvimento de atividades não-agrícolas, tanto na cidade como no campo, está mais relacionado com a baixa renda proveniente da agropecuária, sendo um sinal de pauperização desses pequenos produtores.

Isso ocorre em razão da falta de políticas de incentivo e de apoio à pequena produção familiar⁶⁶ e pelo desinteresse e/ou falta de informações e de conhecimento por parte dos pequenos produtores (em especial os assentados), em se organizar coletivamente para enfrentar os seus problemas (difícil acesso ao crédito, alto preço dos insumos, baixo preço da produção comercializada, etc.). Ao invés disso se conformam com a situação imposta pelo mercado capitalista ou ficam esperando apenas pela vontade do Estado.

4.3.2 - Do campo para a cidade: a saída dos jovens do campo em busca de emprego na cidade

Um dos principais problemas do espaço rural brasileiro no que se refere à produção familiar é a saída de jovens do campo para os centros urbanos, com a pretensão de se inserir no mercado de trabalho urbano.

São de várias ordens os motivos que levam à saída dos jovens do campo, como se constatou em trabalho realizado anteriormente:

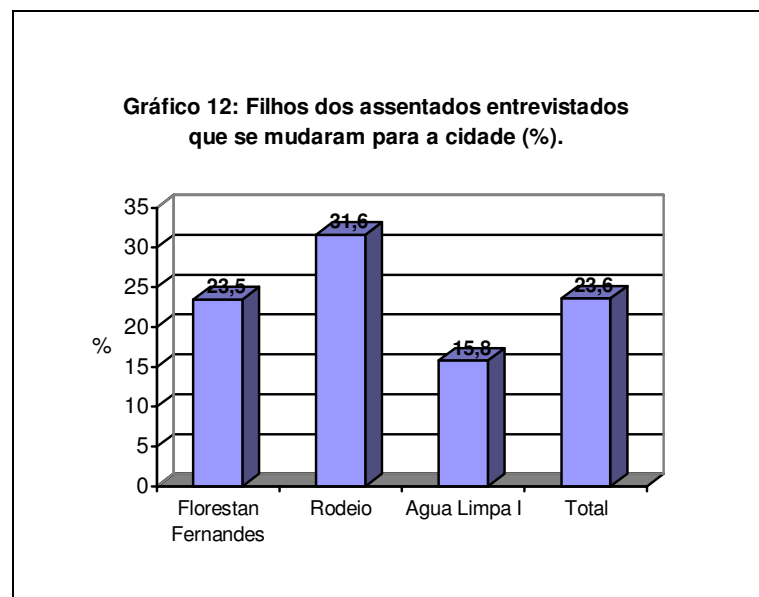
[...] *cultural/ideológica*: pelo apego à cultura urbana por parte dos jovens residentes no meio rural, sendo influenciados pela mídia (rádio e TV) e pela

⁶⁶ Tendo em vista que o pequeno produtor, atualmente, se encontra praticamente abandonado à mercê do mercado capitalista que é altamente competitivo, concentrador e excludente.

escola, que enaltecem apenas os valores e costumes urbanos; e, *econômica*: que na verdade é o principal fator, pois a atividade agropecuária possui um baixo retorno financeiro quando comparado com o custo da produção, o que desestimula os jovens a darem continuidade à atividade do pai (MIRALHA, 2003, p.58).

Sem dúvida, o principal é o fator econômico, devido, como destacamos anteriormente, aos vários problemas e dificuldades encontrados na produção e na comercialização agropecuária, resultando na obtenção de uma renda muito baixa, implicando em condições de vida muitas vezes precárias. Isso acaba desestimulando os jovens a continuarem no espaço rural e a sucederem o pai na atividade agropecuária, o que se constitui em um grave problema para a continuidade da unidade produtiva familiar.

Nessa perspectiva, verificamos na pesquisa de campo que 23,6% dos assentados entrevistados possuem filhos que já se mudaram para a cidade (Gráfico 12).



Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

Analisando os assentamentos de maneira particular, notamos que a proporção da saída de jovens para a cidade é maior no Assentamento Rodeio (31,6%), ao passo que o Assentamento Florestan Fernandes apresenta 23,5% e o Assentamento Água Limpa 15,8%.

Essa saída dos jovens dos assentamentos rurais e do espaço rural de uma forma geral está relacionado diretamente à questão econômica em virtude dos vários problemas e dificuldades enfrentados pelos pequenos produtores, referentes à produção e comercialização, como já ressaltamos anteriormente.

Dessa maneira, parte dos jovens acaba sendo obrigada a buscar uma inserção no mercado de trabalho urbano. Nessa perspectiva, um entrevistado do Assentamento Florestan Fernandes ressaltou o seguinte: “[...] meus filhos pretendem estudar e ir para a cidade. Muitos já foram” (V.J.S., PESQUISA DE CAMPO, 2005).

Desse modo, notamos que faltam políticas públicas de incentivo para a permanência do homem no campo, principalmente políticas que promovam a melhoria de renda para o pequeno produtor, visto que as cidades não conseguem mais absorver novos trabalhadores, o que tem acontecido é o inchaço das periferias e o aumento da criminalidade pela falta de emprego.

Faltam também políticas e/ou programas, por parte do ITESP e do poder público local, que estimulem o lazer e cultura nos assentamentos rurais, principalmente para os jovens, que nos fins de semana procuram os locais que acontecem eventos festivos (bailes, quermesses, festas etc.) para dançar, se relacionar com outras pessoas, se divertir, etc. e, esses locais, na imensa maioria das vezes, se localizam nas cidades.

Assim, de acordo com a tabela 31, os principais locais em que os membros da família dos assentados (majoritariamente os jovens) se dirigem nos finais de semana para entretenimento, são, respectivamente: o distrito de Nova Pátria (14,5%); a cidade de Mirante do Paranapanema (10,9%); e, a de Pirapozinho (7,3%).

Tabela 31: Local que os integrantes da família, sobretudo os jovens, dos assentados entrevistados vão em eventos festivos fora do assentamento

| Local | Nº | % |
|---|----|------|
| Nova Pátria* | 8 | 14,5 |
| Mirante | 6 | 10,9 |
| Pirapozinho | 4 | 7,3 |
| Presidente Bernardes | 2 | 3,6 |
| Presidente Prudente | 2 | 3,6 |
| Tarabai | 1 | 1,8 |
| Costa Machado | 1 | 1,8 |
| Teodoro Sampaio | 1 | 1,8 |
| Alfredo Marcondes | 1 | 1,8 |
| Não respondeu | 1 | 1,8 |
| Não saem para festas fora do assentamento | 28 | 50,9 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005). *Distrito (vila) do Município de Presidente Bernardes

Esses locais são os centros urbanos mais próximos dos assentamentos⁶⁷, sendo o distrito de Nova Pátria no sentido Nordeste, a cidade de Mirante do Paranapanema no sentido oeste e a cidade de Pirapozinho no sentido leste.

⁶⁷ Vide mapa 03.

4.3.3 – Relações externas no âmbito social: escolarização e assistência médico-hospitalar

Outro tipo de relação externa desenvolvida pelos assentados é o deslocamento das crianças e jovens para estudar em escolas localizadas nos espaços urbanos. De acordo com a tabela 32, os dois principais locais em que os alunos se deslocam para estudar fora do assentamento é o distrito de Nova Pátria (20,0%) e a cidade de Tarabai (18,2%). Essas localidades distam em média, cerca de 10 a 12 km dos assentamentos.

Tabela 32: Assentados que possuem filhos estudando em alguma cidade e/ou distrito urbano

| Cidades/Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|---|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Nova Pátria* | 6 | 35,3 | 4 | 21,0 | 1 | 5,3 | 11 | 20,0 |
| Tarabai | 8 | 47,1 | 0 | 0 | 2 | 11,8 | 10 | 18,2 |
| Mirante do Paranapanema | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Presidente Prudente | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 2 | 3,6 |
| Primavera | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Santo Anastácio | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Álvares Machado | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Não possuem filhos que estudam em cidade e/ou distrito urbano | 2 | 11,8 | 13 | 68,4 | 12 | 63,2 | 38 | 49,1 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005) *Distrito (vila) do Município de Presidente Bernardes

É interessante notar que o assentamento Florestan Fernandes concentra a maior parte dos alunos que estudam fora do espaço interno dos assentamentos, pois 47,1% dos assentados possuem filhos que estudam na cidade de Tarabai (fora do município de Presidente Bernardes) e 35,3% possuem filhos que estudam no distrito de Nova Pátria. Este fato ocorre porque não há escola rural neste assentamento, sendo que a escola rural do Assentamento Rodeio só possui ensino até a 4ª série do Ensino Fundamental, obrigando os alunos a se deslocarem para centros urbanos como as cidades de Tarabai, Mirante do Paranapanema, Presidente Bernardes e o distrito de Nova Pátria para continuarem os estudos.

O fato do Assentamento Florestan Fernandes possuir 47,1% de assentados com filhos estudando na cidade de Tarabai, se explica, principalmente, em razão da grande distância em relação à cidade de Presidente Bernardes (em torno de 40 km).

No entanto, segundo a secretária da educação⁶⁸ do município de Presidente Bernardes, não há nenhuma negociação entre as prefeituras de Presidente Bernardes e de Tarabai referente à matrícula de alunos provenientes dos assentamentos nas escolas da cidade de Tarabai. Na realidade, conforme a secretária da educação, “[...] o que está ocorrendo é uma ‘invasão de território’ por parte dos outros municípios, como Tarabai e, mais recentemente,

⁶⁸ Em entrevista realizada no mês de maio de 2006.

Mirante do Paranapanema, nos assentamentos rurais do município de Presidente Bernardes, transportando os alunos dos assentamentos para escolas das respectivas cidades”.

Percebemos, dessa maneira, que há um jogo de interesses entre os municípios citados anteriormente, com o objetivo de matricular os alunos provenientes dos assentamentos, em escolas localizadas dentro dos seus limites territoriais implicando no aumento das verbas destinadas à educação para o município.

Outro fator que ajuda a explicar este fato foi, segundo a secretária da educação do município de Presidente Bernardes, a ocorrência de um conflito de interesses entre os assentados do Florestan Fernandes e a prefeitura desta localidade. De acordo com a secretária, quando saiu o projeto de construção de uma escola em um dos assentamentos do município, as famílias reivindicaram que a mesma fosse construída no Assentamento Florestan Fernandes. No entanto, a escola foi construída no Assentamento Rodeio, gerando uma revolta das famílias do Florestan Fernandes que preferiram matricular seus filhos em escolas da cidade de Tarabai, que é mais distante.

Com relação à questão da assistência médico-hospitalar, de acordo com a tabela 33, os principais locais em que os assentados se dirigem para tratamento médico hospitalar, são: o distrito de Nova Pátria (63,9%), a cidade de Presidente Bernardes (52,7%) e a cidade de Presidente Prudente (20,0%).

Tabela 33: Local em que os assentados entrevistados são encaminhados para tratamento médico-hospitalar

| Local | Nº | % |
|-------------------------|----|------|
| Nova Pátria* | 35 | 63,9 |
| Presidente Bernardes | 29 | 52,7 |
| Presidente Prudente | 11 | 20,0 |
| Pirapozinho | 2 | 3,6 |
| Tarabáí | 1 | 1,8 |
| Mirante do Paranapanema | 1 | 1,8 |
| Andradina | 1 | 1,8 |
| Rosana | 1 | 1,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

**Distrito (vila) do Município de Presidente Bernardes*

Na realidade, essas três localidades possuem uma hierarquia no sistema público de saúde. O posto de saúde do distrito de Nova Pátria atende os casos mais simples. Dependendo da gravidade do caso, o paciente é encaminhado para o hospital da cidade de Presidente Bernardes ou, nos casos de urgência, para a Santa Casa (hospital) e/ou para o Hospital Universitário localizados na cidade de Presidente Prudente, que distam, em torno de 20 km da cidade de Presidente Bernardes.

Essa necessidade dos assentados em se dirigirem para os centros urbanos para tratamento médico-hospitalar está relacionada com a falta de infra-estrutura médica nos assentamentos, para atender, pelo menos, os casos de menor gravidade. Para corroborar essa falta de infra-estrutura médica, constatamos que não há posto de saúde em nenhum assentamento. Vale lembrar que a infra-estrutura médica nos assentamentos é uma atribuição do Estado.

4.3.4 – Circuito econômico estabelecido pelos assentados

Outra relação dos assentados com o espaço externo ao assentamento se dá no momento da aquisição de insumos para o desenvolvimento da atividade agropecuária.

Na pesquisa de campo verificamos que as principais cidades nas quais os assentados adquirem insumos agropecuários são as seguintes: Mirante do Paranapanema (34,5%); Presidente Bernardes (21,8%); Pirapozinho (20,0%); Presidente Prudente (18,2%); e, Álvares Machado (7,3%), conforme se observa na tabela 34.

Tabela 34: Cidade que os assentados entrevistados compram os insumos agropecuários

| Cidades/Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|-------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Mirante do Paranapanema | 0 | 0 | 9 | 47,4 | 10 | 52,6 | 19 | 34,5 |
| Presidente Bernardes | 6 | 35,3 | 3 | 15,8 | 3 | 15,8 | 12 | 21,8 |
| Pirapozinho | 3 | 17,6 | 5 | 26,3 | 3 | 15,8 | 11 | 20,0 |
| Presidente Prudente | 4 | 23,5 | 3 | 15,8 | 3 | 15,8 | 10 | 18,2 |
| Álvares Machado | 2 | 11,8 | 0 | 0 | 2 | 10,5 | 4 | 7,3 |
| Tarabaí | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Teodoro | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Bastos | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Não compra insumos | 1 | 5,9 | 2 | 10,5 | 0 | 0 | 3 | 5,4 |
| Não respondeu | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

É importante salientar que a compra de insumos nas cidades de Mirante do Paranapanema e Álvares Machado ocorre de forma indireta, sendo intermediada pela influência dos laticínios⁶⁹. Os laticínios compram e entregam para os assentados fornecedores de leite, os insumos utilizados, sendo descontado do valor do pagamento no final do mês.

Isso demonstra que a agroindústria, representada aqui pelo laticínio, além de intermediar a comercialização do leite, também realiza a intermediação da compra de insumos agropecuários entre os fornecedores de insumos e os assentados que produzem leite.

⁶⁹ Os insumos são que levados até o lote nos caminhões de transportar leite.

Considerando os assentamentos de maneira particular, percebemos que os assentados do Florestan Fernandes adquirem insumos, principalmente, em Presidente Bernardes (35,3%) e Presidente Prudente (23,5%). Já no Assentamento Rodeio, os assentados adquirem insumos de forma majoritária em Mirante do Paranapanema (47,4%) e Pirapozinho (26,3%). Por sua vez, os produtores do Assentamento Água Limpa I, desenvolvem relações de compra de insumos de forma mais intensa com Mirante do Paranapanema (52,6%).

A questão da distância (ou da proximidade) vai influenciar nos locais em que os assentados realizam as compras de produtos para casa (produtos de higiene pessoal e de limpeza; gêneros alimentícios; etc.), estabelecendo relações semanais e/ou mensais com o espaço urbano.

De acordo com a tabela 35, os principais locais em que os assentados realizam as compras de produtos para casa são: distrito de Nova Pátria (52,7%), Pirapozinho (34,5%) e Mirante do Paranapanema (16,4%).

Tabela 35: Cidade em que os assentados realizam as compras de alimentos, roupas, calçados, eletrodomésticos, etc.

| Cidades/ Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|---------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Nova Pátria* | 10 | 58,8 | 12 | 63,2 | 7 | 36,8 | 29 | 52,7 |
| Pirapozinho | 5 | 29,4 | 5 | 26,3 | 9 | 47,4 | 19 | 34,5 |
| Mirante do Paranapanema | 0 | 0 | 5 | 26,3 | 4 | 21,0 | 9 | 16,4 |
| Presidente Bernardes | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 3 | 5,4 |
| Presidente Prudente | 1 | 5,9 | 1 | 5,3 | 1 | 5,3 | 3 | 5,4 |
| Santo Anastácio | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10,5 | 2 | 3,6 |
| Costa Machado | 0 | 0 | 0 | 0 | 2 | 10,5 | 2 | 3,6 |
| Teodoro Sampaio | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Álvares Machado | 1 | 5,9 | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Não respondeu | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |

*Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005). *Distrito (vila) do Município de Presidente*

Os produtores dos Assentamentos Florestan Fernandes e Rodeio realizam suas compras primordialmente no Distrito de Nova Pátria, sendo 58,8% e 63,2% dos entrevistados, respectivamente. No Assentamento Água Limpa I, a maioria (47,4%) realiza suas compras de casa em Pirapozinho.

É interessante notar o baixo percentual de assentados que realizam compras na cidade de Presidente Bernardes, apenas 5,4% dos entrevistados. Isso ocorre em virtude da grande distância (cerca de 40 km) que separa a cidade de Presidente Bernardes dos assentamentos rurais do município, o que acaba desestimulando os assentados a realizarem as compras neste local, preferindo ir a cidades ou distritos mais próximos, como o de Nova Pátria (que dista,

em média, cerca de 10 km), a cidade de Pirapozinho (que dista, em média, cerca de 15 km) e Mirante do Parapanema (que dista, em média, cerca de 15 km)⁷⁰.

Outro fator pelo qual os assentados estabelecem relações com o *externo* (no caso, as áreas urbanas) é o deslocamento para a cidade para ir às agências bancárias. Desse modo, de acordo com a tabela 36, 49,1% dos assentados possuem conta bancária. No entanto, 50,9% dos assentados declararam não possuir conta em banco.

Tabela 36: Cidade em que os assentados entrevistados possuem conta bancária

| Cidades/Assentamentos | Florestan Fernandes | | Rodeio | | Água Limpa I | | Total | |
|----------------------------|---------------------|------|--------|------|--------------|------|-------|------|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Presidente Bernardes | 7 | 41,2 | 5 | 26,3 | 9 | 47,4 | 21 | 38,2 |
| Álvares Machado | 2 | 11,8 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 3 | 5,4 |
| Pirapozinho | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Presidente Prudente | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 0 | 0 | 1 | 1,8 |
| Tarabaí | 0 | 0 | 0 | 0 | 1 | 5,3 | 1 | 1,8 |
| Não possuem conta em banco | 8 | 47,1 | 13 | 68,4 | 7 | 36,8 | 28 | 50,9 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005).

A maioria (77,8%) dos assentados que possui conta bancária preferem a agência do Banco do Brasil localizado na cidade de Presidente Bernardes em função da liberação do crédito do PRONAF destinado aos assentados, que é liberado apenas no município em que o produtor está assentado, por meio do referido banco.

Na realidade, se a liberação do crédito não fosse restrita ao Banco do Brasil localizado no município de Presidente Bernardes, os assentados optariam em abrir contas em agências bancárias localizadas nas cidades de Tarabai, Pirapozinho ou Mirante do Paranapanema, em razão da proximidade e da facilidade de acesso.

Com relação aos principais produtos comerciais (leite, mandioca e casulos do bicho-da-seda), podemos notar, de acordo com a tabela 37, que não há a comercialização destes produtos no município de Presidente Bernardes, pois nesta localidade não há instalada nenhum tipo de agroindústria.

⁷⁰ Vide mapa 03.

Tabela 37: Principais locais de comercialização dos principais produtos comerciais.

| Local de comercialização da produção | Leite | | Mandioca | | Casulos do bicho-da-seda | |
|--------------------------------------|-------|------|----------|------|--------------------------|-----|
| | Nº | % | Nº | % | Nº | % |
| Tarabai | 2 | 5,5 | 17 | 77,3 | 0 | 0 |
| Teodoro Sampaio | 17 | 47,2 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Álvares Machado | 12 | 33,3 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Presidente Prudente | 5 | 13,9 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Bastos | 0 | 0 | 0 | 0 | 4 | 100 |
| MS* | 0 | 0 | 4 | 18,2 | 0 | 0 |
| PR** | 0 | 0 | 1 | 4,5 | 0 | 0 |

Fonte: Trabalho de Campo (Julho a Setembro de 2005) *Estado do Mato Grosso do Sul / ** Estado do Paraná

No caso da mandioca, a comercialização é realizada por 77,3% dos assentados com uma fecularia (Amidoeste) localizada no município de Tarabai. No entanto, a produção de mandioca também é comercializada para outras fecularias nos estados do Mato Grosso (18,2%) e Paraná (4,5%), extrapolando as fronteiras do Estado de São Paulo.

No caso do leite, a produção dos assentados é comercializada em maior quantidade com laticínios localizados nos municípios de Teodoro Sampaio – Laticínios Lider (47,2%) e Álvares Machado - Laticínios Irmãos Carlussi (33,3%).

A produção do casulo do bicho-da-seda é comercializada com uma agroindústria (Bratac) localizada no município de Bastos, que fornece toda a assistência técnica, as larvas do bicho da seda, bem como os insumos necessários para o desenvolvimento desta atividade.

Assim, os principais locais de comercialização dos produtos dos assentados se localizam fora do município de Presidente Bernardes, o que implica na perda de impostos que poderiam ser arrecadados.

Dessa maneira, seria interessante a formação de mini-usina de leite e mini-agroindústria processadora de fécula de mandioca organizadas pelos próprios produtores assentados de forma coletiva, como uma associação ou cooperativa, com o apoio dos governos municipal e estadual no financiamento e na capacitação técnica. Isso propiciaria um aumento médio da renda dos produtores, agregando maior valor ao produto e eliminando a subordinação em relação às grandes agroindústrias, e uma maior arrecadação de impostos para o município, gerando, desse modo, um maior retorno econômico dos resultados da produção municipal.

Com relação ao circuito econômico dos assentados do município de Presidente Bernardes, Barone (2005, p.211) frisou que,

[...] quando pensamos em sua dinâmica econômica, tem-se que os assentamentos de Bernardes não participam exatamente do circuito econômico local desse município, sobretudo por motivos geográficos. Os PAs ficam bastante afastados da sede urbana do município, localizando-se

mais próximos das cidades de Tarabai, Sandovalina e Mirante do Paranapanema. Isso explica, ao menos em parte, o desinteresse da atual gestão (na sua composição política, seguramente mais conservadora que a anterior) pela questão dos PAs.

Assim, de uma maneira geral, verificamos que o circuito econômico e toda uma rede de relacionamentos pessoais dos assentados entrevistados ocorre, de forma mais intensa, em núcleos urbanos localizados em outros municípios, principalmente em Tarabai, Pirapozinho e Mirante do Paranapanema. Nesse sentido, no que tange às relações externas, os assentados se identificam muito mais com os núcleos urbanos citados anteriormente do que com Presidente Bernardes, que é a sede do município.

Nessa perspectiva, o local não se restringe apenas aos limites territoriais do município de Presidente Bernardes, mas, o local de vida e relacionamentos dos assentados entrevistados se restringe mais à porção sul do município de Presidente Bernardes e aos núcleos urbanos de Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Tarabai.

4.3.5 - As relações externas no âmbito político

Um importante agente social e político que intermedia as relações dos assentados com o *externo* é o MST, pois, no caso da presente pesquisa, 89% dos entrevistados participaram do referido movimento social no processo de luta pela terra, e 36,4% ainda participam das reuniões promovidas pelo referido movimento.

Este fato tem muita importância, pois o movimento social ao promover a conscientização política no momento da luta pela terra (nas várias reuniões em acampamentos, nas passeatas publicadas, nas caminhadas de protestos, nas ocupações de terras etc) pode trabalhar o espírito de coletividade entre os integrantes do movimento.

Dessa maneira, os movimentos sociais, no caso o MST, podem contribuir em muito no processo da implantação e consolidação dos assentamentos, aproveitando, no momento de luta pela terra, a união das pessoas em prol de um objetivo comum, que é o acesso a terra, e conscientizá-los sobre a importância da coletividade antes e também após a conquista da terra, pois o acesso a terra é apenas o início para uma série de outras ações, lutas e reivindicações como: o acesso ao crédito, a assistência técnica, educação, saúde, conservação de estradas, melhoria dos preços dos produtos, etc.

No entanto, percebemos que na realidade, depois de obterem o acesso a terra, as famílias, via de regra, abandonam o movimento social e perdem o espírito de coletividade que tinham no momento da luta pela terra, passando a se relacionar com o mercado (agroindústria, intermediários), poder público municipal e estadual etc. de forma individual.

Desse modo, a maioria dos assentados passa a esperar pela boa vontade do governo para resolver os seus problemas (preço baixo, educação, saúde, etc), mas a história mostra, vide o exemplo da implantação dos assentamentos rurais do Pontal do Paranapanema, que as ações do governo pró-reforma agrária só vêm ocorrendo no Brasil em virtude da pressão exercida pelos movimentos sociais de luta pela terra.

Nessa perspectiva, os assentados entrevistados poderiam ter sido conscientizados (via MST) que o acesso a terra não é um fim, mas um meio para continuarem unidos na luta pela cidadania e a inclusão social que é direito de todos.

Um exemplo dos projetos e propostas do MST na gestão dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema é o Projeto da COCAMP.

Por meio da idealização dos planos e projetos da COCAMP podemos perceber a atuação do MST como agente de intermediação entre a dinâmica interna dos assentamentos e a realidade externa, principalmente no tocante à comercialização dos produtos agropecuários.

Dessa maneira, segundo Ribas (2002, p.25-26),

A COCAMP foi fundada em 28 de dezembro de 1994, por 291 sócios, na sede da Fazenda São Bento, em Mirante do Paranapanema. Entre o final de 1994 e ao longo de 1995, a cooperativa esteve voltada, exclusivamente, para atividades vinculadas à organização de sua documentação. A partir de abril de 1996, a cooperativa passou a ter um setor físico, estruturado a partir do funcionamento de seus projetos agropecuários e agroindustriais. A gênese da COCAMP está ligada ao processo de territorialização do MST no Pontal do Paranapanema, pois a partir da conquista dos assentamentos rurais, este passou a articular a luta pela terra com a necessidade de gestão política e territorial dos assentamentos (organização da produção, comercialização, construção de casas, saneamento básico etc.).

Nesse sentido, o MST, como sendo o principal movimento de pressão que contribuiu para a implantação da maioria dos assentamentos da região do Pontal do Paranapanema, a partir do Projeto da COCAMP, estabelece ações e estratégias na tentativa de gestão territorial dos assentamentos almejando contribuir para a viabilização econômica e social dos mesmos.

De acordo com Ribas (2002, p.26),

[...] o cooperativismo revela-se como uma dimensão tática pela qual o MST materializa seu projeto de gestão territorial, ou a organização dos assentamentos a partir de uma rede de determinações. Essa, por sua vez, referencia o processo político que expressa uma unicidade específica: o seu projeto estratégico. É importante destacar, no que diz respeito à gênese da COCAMP, sua vinculação ao projeto político do MST em nível nacional. Ou seja, o MST possui a capacidade de articular a gestão dos assentamentos localizados com um aparato

organizativo em escala nacional, sendo que a criação e o funcionamento da COCAMP articulam-se com as Centrais Cooperativas Estaduais (CCA's) e com a CONCRAB (Confederação das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

A COCAMP, em sua fundação, esteve articulada a um projeto político do MST, para gestão dos assentamentos que pretendia criar uma alternativa, ou melhor, uma estratégia de comercialização para os assentados, contrapondo-se à atuação dos atravessadores e das agroindústrias que ficam com a maior parcela da renda gerada pela produção agropecuária. Tinha-se a pretensão de investir na diversificação da produção e organizar a comercialização em nível regional, mudando, e se possível, rompendo com a forma de produção vigente no Pontal que era a pecuária extensiva de corte (RIBAS, 2002).

A COCAMP tinha nos projetos agroindustriais um dos seus principais elementos de fundamental importância para a gestão e viabilização econômica/social dos assentamentos do Pontal, almejando as estratégias de produção no sentido mais amplo possível.

Nesse sentido, segundo Ribas (2002, p.37-38), a COCAMP,

[...] através de seus projetos agroindustriais, poderá articular seu principal objetivo: diversificar a produção e fechar a cadeia produtiva a partir da industrialização da matéria-prima agrícola, potencializando sua inserção mercadológica, mediante a institucionalização de mecanismos alternativos de circulação e distribuição das matérias primas e dos produtos finais e, conseqüentemente, enfrentar o mercado para manter a “engrenagem” funcionando, eliminando crescentemente a figura dos atravessadores. Faz-se necessário ressaltar que as condições atuais da cooperativa evidenciam uma dificuldade crescente tanto para a manutenção de seus projetos agropecuários como, principalmente, para a finalização da construção de seus projetos agroindustriais. Os principais projetos agropecuários da COCAMP são os seguintes: café, abacaxi, maracujá, mandioca, piscicultura, leite, etc.

A COCAMP, segundo Ribas (2002) também teve outros projetos agropecuários importantes, quais sejam: a) Micro usina de leite, que aglutina cooperados dos assentamentos Água Limpa, e Rodeio (Presidente Bernardes), Che Guevara e São Bento (Mirante do Paranapanema), Laranjeira (Narandiba) e Yapinary (Ribeirão dos Índios); b) Piscicultura, envolve cooperados dos assentamentos Água Limpa e Rodeio (Presidente Bernardes) Che Guevara (Mirante do Paranapanema) e Gleba XV de Novembro (Rosana); c) Irrigação, envolve cooperados dos assentamentos Bom Pastor (Sandovalina) Che Guevara e São Bento (Mirante do Paranapanema).

Nessa perspectiva de gestão territorial da COCAMP, podemos compreender que os projetos agroindustriais objetivados constituem-se em uma importante estratégia de

viabilização sócio-econômico-político dos assentamentos. Conforme Ribas (2002, p.44), os projetos agroindustriais ainda estavam em construção e vislumbravam:

[...] investir na industrialização das matérias-primas agrícolas, visando fechar a cadeia produtiva e ingressar no mercado em melhores condições. Os projetos agroindustriais da COCAMP são os seguintes: a) projeto de silos e armazéns (capacidade de 6 mil toneladas para armazenamento e um barracão de 2500 metros quadrados); b) empacotadeira de grãos (capacidade de 2 mil quilos por hora); c) o projeto da farinheira e da fecularia (a farinheira já é de propriedade da cocamp e a fecularia está em via de ser arrematada em leilão); d) projeto do laticínio (produção do leite barriga mole, iorgute, bebida láctea, creme e cinco tipos de queijo), tendo 120 resfriadores prontos para serem operados nos assentamentos; e) despolpadeira de frutas, com capacidade para processar 3 mil quilos de frutas por hora, o objetivo é trabalhar com o maracujá, abacaxi, acerola, manga e morango.

Nesse sentido a COCAMP almejava envolver em torno do projeto de gestão territorial dos assentamentos rurais a produção agropecuária, a industrialização dessas matérias primas e, por fim, a comercialização dos produtos, eliminando a atuação dos atravessadores e das agroindústrias capitalistas (RIBAS, 2002). No entanto, efetivamente, esses projetos não tiveram muito êxito.

Nos assentamentos investigados, constatamos que 38,2% dos assentados declararam estar filiado a COCAMP, sendo 70,6% no Florestan Fernandes, 36,8% no Rodeio e 10,5% no Água Limpa I. Segundo Ribas (2002) o município de Presidente Bernardes tinha um total de 208 assentados associados a COCAMP.

De acordo com Ribas (2002) o município de Presidente Bernardes contava com 33 assentados envolvidos no projeto abacaxi; 22 assentados no projeto do café; 79 assentados ligados ao projeto da mandioca. Além disso, assentados do PA Rodeio e Água Limpa estavam envolvidos em projetos agroindustriais da micro-usina de leite e piscicultura.

Dessa maneira, podemos concluir que a COCAMP, que possui uma abrangência regional, está também territorializada nos assentamentos do município de Presidente Bernardes em especial, nos assentamentos Florestan Fernandes, Rodeio e Água Limpa I.

No entanto, constatamos na pesquisa de campo que muitos assentados associados à COCAMP declararam não participar das reuniões devido ao descontentamento com relação à não efetivação dos projetos agroindustriais planejados pela cooperativa, como por exemplo o projeto de despolpadeira de frutas, que contou com a participação de assentados do PA Rodeio que plantaram abacaxi e no momento da colheita não conseguiram comercializar a produção. Segundo Ribas (2002), os projetos de despolpadeira de frutas, laticínio, estrutura de armazenamento, silos, entre outros, encontram-se praticamente abandonados.

O Projeto ambicioso da COCAMP idealizado pelo MST, na teoria, seria de fundamental importância para a dinamização da produção agropecuária nos assentamentos e, principalmente para a melhoria de renda dos assentados, tendo uma alternativa de comercializar sua produção, fugindo da exploração dos atravessadores e das agroindústrias, nos casos da formação de mini-agroindústrias. No entanto, na prática, a COCAMP, infelizmente não conseguiu, até o momento, efetivar os projetos e objetivos estipulados.

Essa dificuldade de organização da COCAMP deve-se, sobretudo, à intensa individualidade arraigada entre os assentados na gestão do lote. Na realidade, o MST não conseguiu formar na maioria dos assentados um “espírito” coletivo, uma coletividade que pode ser auferida pela consciência de classe e pela luta de um interesse comum. Para a grande maioria dos sócios da COCAMP, a filiação se deu de “cima para baixo”, ou seja, não nasceu do interesse do assentado, mas do incentivo do MST.

Nessa perspectiva não houve uma sintonia entre os interesses, os direitos e os deveres dos associados pelo trabalho a médio e longo prazos para a efetividade da cooperativa. Em outras palavras, pode-se dizer que os associados esperavam um retorno financeiro em curto prazo e isso não ocorreu.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerações finais

A forma familiar de produção agropecuária esteve presente no Brasil desde o início do seu processo de formação, na época colonial, apesar de não receber nenhum incentivo por parte do governo e, pelo contrário, ser historicamente injustiçada por uma política que privilegia os grandes produtores.

Assim, apesar de todas as barreiras e imposições, os produtores familiares no Brasil resistiram, mesmo estando sempre em posição secundária no processo produtivo e, em alguns momentos, subordinado à grande propriedade, devido à injusta concentração fundiária brasileira.

Atualmente a produção familiar possui relevância social e econômica na produção agropecuária, principalmente de produtos de gêneros alimentícios. No entanto, um obstáculo para o desenvolvimento da produção familiar no Brasil é a grande concentração fundiária e o baixo incentivo governamental.

Nessa perspectiva, seria importante a realização de uma política de reforma agrária que incentivasse a pequena produção familiar, proporcionando condições de o pequeno produtor produzir de maneira viável.

Um projeto de reforma agrária, a partir da implantação de assentamentos rurais, deve contemplar uma política de desenvolvimento territorial sustentável, fortalecendo o capital social e incentivando um espírito coletivo entre os produtores assentados, junto com infraestrutura e serviços básicos, como assistência médico-hospitalar, escolarização, crédito, assistência técnica, política de preço mínimo etc.

Apesar da política de implantação de assentamentos rurais não ter gerado alterações profundas na estrutura agrária brasileira, vários estudos, em especial os trabalhos de Medeiros (2004) e Leite (2004), têm demonstrado a importância social e econômica desses assentamentos para regiões estados e municípios em que eles se instalam, com o aumento da produção agropecuária, principalmente de gêneros alimentícios, a dinamização do comércio etc.

Com relação a presente pesquisa, observamos que 65,4% dos assentados tiveram uma melhoria nas condições de moradia e 46,6% nas condições de energia elétrica e telefonia, (este último devido, principalmente, à fácil aquisição do telefone celular nos últimos anos) em comparação ao momento anterior à implantação dos assentamentos.

Em contrapartida, comparando com o momento anterior ao assentamento, 69,1% dos entrevistados declararam que as condições de lazer pioraram, visto que 60% das famílias vieram da cidade, onde as oportunidades e condições de lazer são bem maiores que no campo.

Apesar de uma melhoria na renda e no poder aquisitivo, em comparação com a situação anterior ao assentamento, verificamos que os assentados estão enfrentando vários problemas com relação à produção (solo com baixa fertilidade, descapitalização, muito gasto com adubos e fertilizantes químicos que possuem preços elevados, atraso na liberação de crédito etc) e a comercialização (preço baixo dos produtos agropecuários, atravessador, falta de garantia em relação à comercialização e o preço da produção etc.) agropecuária.

Dessa maneira, constatamos que muitas famílias estavam desenvolvendo estratégias e alternativas de reprodução para a complementação e aumento da renda, sendo a principal a realização, por parte de membros da família, de trabalho externo ao lote, que ocorre tanto em ocupações agrícolas, (principalmente o assalariamento temporário em outros lotes e em lavouras externas ao assentamento) e não-agrícolas, de maneira mais intensa, em áreas urbanas, como a cidade de Presidente Prudente e Pirapozinho, nas seguintes ocupações: pedreiro, professor, funcionário de supermercado, funcionário de indústria alimentícia etc.

Em virtude da baixa renda gerada pela atividade agropecuária relacionada aos problemas citados anteriormente, constatamos que muitos filhos dos assentados já mudaram para a cidade. Com o abandono temporário dos filhos da atividade agropecuária, pode se configurar uma tendência da não sucessão do lote e da atividade agropecuária do pai para o filho.

Para melhorar a situação da renda gerada no lote pela produção agropecuária é necessário mais estímulo e um maior incentivo do Estado para a pequena produção familiar, facilitando (para esses) o acesso ao crédito, formulando políticas de preços mínimos garantindo um preço melhor pago pela produção agropecuária, etc.

Mas, a principal alternativa para os assentados, e pequenos produtores familiares de uma forma geral, enfrentarem os vários problemas relativos, principalmente, à produção e comercialização agropecuária, é a formação de organizações coletivas como associações, grupos de interesse e cooperativas. Na pesquisa realizada, notamos que havia pouco interesse dos assentados em se organizar de forma coletiva, devido, principalmente, à individualidade dos mesmos.

Um grupo de assentados possui um perfil bem definido: origem urbana, idade avançada e principal fonte de renda proveniente da Previdência Social (aposentadoria).

Com relação à importância econômica e social dos assentamentos investigados para o município de Presidente Bernardes, percebemos que estes geraram significativas mudanças de âmbito espacial, social e econômico na escala local.

Os assentamentos causaram, primeiramente, mudanças espaciais, com um rearranjo sócio-espacial e territorial, dinamizando o espaço do latifúndio que era pouco ocupado e que gerava pouco emprego e renda.

No âmbito social, os assentamentos representaram, principalmente, uma inserção de várias famílias, que estavam excluídas do mercado de trabalho, no processo produtivo.

Com relação à questão econômica, a implantação de assentamentos rurais no município de Presidente Bernardes gerou, principalmente, um aumento na produção agropecuária, especialmente na produção de mandioca e leite.

A respeito das relações externas, constatamos na pesquisa de campo, que em virtude da grande distância (cerca de 40 km) dos assentamentos em relação à sede urbana do município, o circuito econômico dos assentados (consumo, comercialização, trabalho externo não-agrícola, etc) ocorre com mais intensidade em núcleos urbanos localizadas em outros municípios, como por exemplo, Mirante do Paranapanema, Pirapozinho e Tarabai, que estão localizadas bem mais próximas (cerca de 10 a 15 Km) e possuem maior facilidade de acesso devido à melhor conservação das estradas.

Nesse sentido, 34,5% dos assentados entrevistados compram os insumos agropecuários na cidade de Mirante do Paranapanema e também 34,5% das famílias entrevistadas compram gêneros alimentícios, roupas, calçados e produtos de uso doméstico na cidade de Pirapozinho.

As relações externas estabelecidas com municípios vizinhos ocorrem também no âmbito educacional, pois verificamos que 30,8% das famílias entrevistadas possuem filhos estudando em outros municípios, enquanto que apenas 20% estudam no município de Presidente Bernardes⁷¹.

Essa realidade se constitui em um impasse para o Município de Presidente Bernardes que presta serviços e faz investimentos em educação (construção de escola, contratação de professores e funcionários, etc.), saúde (agentes de saúde que realizam visitas nos lotes, assistência médica e hospitalar etc.) conservação de estradas etc. para atender à população assentada. No entanto, os assentamentos desenvolvem uma dinâmica econômica maior com outros municípios, gerando pouco retorno referente à arrecadação de impostos para o município de Presidente Bernardes.

Nesse sentido, podemos dizer que o lugar para os assentados entrevistados não se restringe aos limites municipais de Presidente Bernardes, mas à *rede* de relações sócio-culturais e econômicas estabelecidas, muitas vezes, em cidades localizadas em outros municípios (como por exemplo, Pirapozinho, Tarabai e Mirante do Paranapanema). Nessa perspectiva, os assentados que possuem relações constantes com cidades de outros municípios acabam, de certa forma, se identificando com o contexto de vida vivenciado, que muitas vezes não é o mesmo presente na cidade de Presidente Bernardes.

Essa problemática evidencia toda a complexidade envolvida no conceito de lugar. Dessa maneira, fica claro que o *lugar* não tem limites definidos, pois, no nosso entender, este é um misto entre o subjetivo (identidade, percepção, símbolos, emoções, etc.) e o objetivo (construção social, objetos, fixos, fluxos etc.).

⁷¹ Deve-se considerar que 49,1% das famílias pesquisadas não possuem mais filhos em idade escolar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Referências bibliográficas

ABRAMOVAY, Ricardo. O mundo desencantado dos assentamentos. In: MEDEIROS, Leonilde et al (orgs.) *Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar*. São Paulo: Editora da UNESP, 1994, p. 313-320.

ABRAMOVAY, Ricardo. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. In: LEITE, Sisnando Pedro *et al.* (Orgs.) *Reforma agrária e desenvolvimento sustentável*. Ministério do desenvolvimento agrário: Brasília, 2000.

ABREU, Dióres Santos. *Formação histórica de uma cidade pioneira paulista: Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972. 339 p.

ALENTEJANO, Paulo Roberto Raposo. *Reforma agrária, território e desenvolvimento no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro/RJ: UFRJ/CPDA, 2003. (Tese de Doutorado).

ANTUNIASSI, Maria Helena Rocha. Os núcleos de reforma agrária como espaço de integração social. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, pg. 197-214.

ARROYO, Miguel G. Por um tratamento público da Educação do Campo. In: MOLINA, Mônica Castagna; JESUS, Sonia Meire Santos Azevedo de. *Contribuições para a construção de um Projeto de Educação do Campo*. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação do Campo, 2004”.

BACCARIN, José Giacomo; SOUZA, José Gilberto. *Um questionamento sobre a capacidade explicativa do conceito de “pluriatividade” em uma região de pequena agricultura diversificada*. Jaboticabal: 2004. (mimeo.).

BARONE, Luís Antonio. Os assentamentos rurais e o desenvolvimento político e econômico local: o contexto regional do Pontal do Paranapanema. In: FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta; JUNIOR, Osvaldo Aly (Orgs.). *Assentamentos rurais: impasses e dilemas* (uma trajetória de 20 anos). São Paulo: INCRA/ABRA/UNIARA, 2005, p.201-217.

BELIK, Walter; PAULILLO, Luiz Fernando. O financiamento da produção agrícola brasileira na década de 90: ajustamento e seletividade. In: LEITE, Sérgio Pereira (Org.). *Políticas públicas e agricultura no Brasil*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2001.

BENEDETTI, Adriane Cristina. Os impactos dos assentamentos rurais no Rio Grande do Sul. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, 53-95.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. Os impactos regionais dos assentamentos rurais em São Paulo (1960-1997). In: MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (Orgs.). *A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas*. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. Universidade/UFRGS/CPDA, 1999.

BERGAMASCO, S. M. P. P. *et al.* A diversidade dos impactos locais e regionais dos assentamentos rurais em São Paulo. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, p. 97-139.

BRASIL (MDA). *Plano Nacional de Reforma Agrária: Paz, produção e qualidade de vida no meio rural*. Brasília: MDA, 2003.

BRASIL (MDS). *Bolsa Família: o que é?* Brasília/DF: MDS, 2006. Disponível em: www.mds.gov.br/bolsafamilia. Acesso em: 20 de fev. de 2006.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

CHAYANOV, Alexander V. *La organización de la unidad económica campesina*. Buenos Aires: Nueva Vision, 1974.

CHELOTTI, Marcelo Cervo. *A instalação de assentamentos rurais e a inserção de novos agentes no espaço agrário no município de Sant'Ana do Livramento – RS*. Presidente Prudente: [s.n.], 2003. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia.

DATALUTA/NERA. *Banco de Dados da Luta Pela Terra/Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000.

DELGADO, Guilherme. A questão agrária no Brasil, 1950 – 2003. In: *Questão agrária no Brasil: perspectiva histórica e configuração atual*. São Paulo: INCRA, 2005, p. 21-85.

FARINA, Elizabeth M. M.; LAZZARINI, Sérgio G. *A pequena produção e o agribusiness*. 1999. (mimeo).

FERREIRA, Luiz Felipe. Acepções recentes do concito de lugar e sua importância para o mundo contemporâneo. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano V, nº 9, p. 65-83, jul/dez., 2000.

FERNANDES, Bernardo Mançano. *MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra*. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____ *A formação do MST no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2000.

FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – *Censos Agropecuários do Estado de São Paulo de 1970, 1975, 1980, 1985 e 1995/6*. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

_____ *Censo Agropecuário do Estado de São Paulo de 1995/6*. Rio de Janeiro: FIBGE. <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

_____ *Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 1970, 1980 e 1991*. Rio de Janeiro: FIBGE (vários anos).

_____ *Censos Demográficos do Estado de São Paulo de 2000*. Rio de Janeiro: FIBGE. <http://www.sidra.ibge.gov.br>.

_____ *Contagem Populacional de 1996*. Rio de Janeiro: FIBGE, 1996. <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 15/05/2005.

_____ *Produção Pecuária Municipal (1996 – 2003)*. Rio de Janeiro: FIBGE, (vários anos). <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 15/05/2005.

_____ *Produção Agrícola Municipal (1996 – 2003)*. Rio de Janeiro: FIBGE, (vários anos). <http://www.sidra.ibge.gov.br>. Acesso em 15/05/2005.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. *Estado e agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

GRAZIANO DA SILVA, José. Reforma agrária já? In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*. Campinas: ABRA/Joruês, Ano 15, n.º 2 Maio/Julho 85, p. 05-17.

_____ Mas, qual reforma agrária? In: *Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária (ABRA)*. Campinas: ABRA/Joruês, Ano 17, n.º 1 abril/julho 87, p. 11-60.

_____ *A nova dinâmica da agricultura brasileira*. Campinas: UNICAMP/IE, 1996.

GRAZIANO DA SILVA, José; CAMPANHOLA, Clayton. *O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional*. Volume 1/ Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000.

HESPANHOL, Antonio Nivaldo. A expansão da agricultura moderna e a integração do Centro-Oeste brasileiro à economia nacional. In: *Caderno Prudentino de Geografia*. Presidente Prudente: AGB, nº 22, 2000, p.7-28.

HESPANHOL, Rosângela Ap. de M. *O tomate a caminho da indústria: a influência da CICA na Alta Sorocabana de Presidente Prudente*. Rio Claro/SP: IGCE/UNESP, 1991, 1991.

_____. *Produção familiar: Perspectiva de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente – SP*. Rio Claro, 2000. 354 p. Tese (Doutorado em geografia) – Instituto de Geociências Exatas/UNESP, campus de Rio Claro.

HOLZER, Werther. O lugar na Geografia Humanística. In: *Revista Território*. Rio de Janeiro, ano IV, nº 7, p. 67-78, jul./dez. 1999.

ITESP, São Paulo. *Retrato da terra 97/98: Perfil sócio-econômico e balanço da produção agropecuária dos assentamentos do Estado de São Paulo*. São Paulo: ITESP, 1998, Nº 09 (Cadernos ITESP; 09).

_____. *Terra e cidadãos: aspectos da ação de regularização fundiária no estado de São Paulo*. 2ª edição. São Paulo: ITESP: Página & Letras – Editora Gráfica, 2000. (Cadernos do ITESP; 04).

_____. *Construindo o futuro: Política de Investimentos em Assentamentos Rurais, seus custos e resultados*. 2ª edição. São Paulo: Página & Letras – Editora Gráfica, 2000. (Cadernos do ITESP; 10).

_____. *Grupo técnico de campo do Itesp*. São Paulo [publicação digital] 2000. In: www.itesp.gov.br. Acesso em 14/05/2005.

_____. *Grupo técnico de campo do Itesp*. São Paulo [publicação digital] 2005. In: www.itesp.gov.br. Acesso em 14/05/2005.

_____. *Relatório sintético das ações e resultados da política agrária e fundiária do estado de São Paulo no Pontal do Paranapanema*. São Paulo: ITESP, 2005.

KAUTSKY, Karl. *A questão agrária*. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

LEITE, José Ferrari. *A Alta Sorocaba e o espaço polarizado de Presidente Prudente*. Presidente Prudente: FFCL, 1972. 249 p.

LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais no Brasil: impactos, dimensões e significados. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997, p. 157-176.

LEITE, Sérgio; *et al.* *Impacto dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura:: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural; São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuidora], 2004.

LÊNIN, Vladimir H. *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LOPES, Eliano Sérgio Azevedo. Organização produtiva e impactos dos assentamentos rurais do estado do Sergipe. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, 229-269.

MARTINS, José de Souza. A questão agrária brasileira e o papel do MST. In: STÉDILE, João Pedro (org.). *A reforma agrária e a luta do MST*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____ *Reforma agrária: o impossível diálogo*. São Paulo: EDUSP, 2000.

MARTINS, Olímpio Beleza. *O uso do solo no município de Presidente Bernardes – SP*. São Paulo [s.n.], 1974.

MAZZALI, Leonel. *O processo de reorganização agroindustrial: do complexo à organização em rede*. São Paulo: Editora Unesp, 2000.

MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio. Assentamentos rurais e mudanças locais: uma introdução ao debate. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvalo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004.

MIRALHA, Wagner. *A agricultura familiar no Município de Álvares Machado – SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2003. (Relatório Final FAPESP - IC).

MOREIRA, Érika Vanessa. *Apreensão teórica do lugar para o entendimento dos bairros rurais*. Presidente Prudente: 2006. (mimeo.).

MOREIRA, Roberto José. Agricultura familiar e assentamentos rurais: Competitividade, tecnologia e integração social. In: FERREIRA, Angela Duarte Damasceno; BRANDENBURG, Alfio. *Para pensar outra agricultura*. Curitiba: Editora da UFPR, 1998, pg. 171-195.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *A “não reforma agrária” do MDA/INCRA no Governo Lula*. São Paulo: 2006. (mimeo.)

PAULA, Elder Andrade de; *et al.* Assentamentos rurais no Acre: nos labirintos da modernização capitalista. In: MEDEIROS, Leonilde Sérvolo de; LEITE, Sérgio (Orgs.). *Assentamentos rurais: mudança social e dinâmica regional*. Rio de Janeiro: Mauad, 2004, 271-307.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. *Impactos socioterritoriais dos assentamentos rurais no município de Mirante do Paranapanema – região do Pontal do Paranapanema – SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002.

RIBAS, Alexandre Domínguez. *Gestão político-territorial dos assentamentos no Pontal do Paranapanema (SP): uma “leitura” a partir da COCAMP (Cooperativa de Comercialização e Prestação de Serviços dos Assentados de Reforma Agrária do Pontal)*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2002. (Dissertação de Mestrado).

SANTOS, Gilberto Vieira dos. *A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - no Município de Presidente Bernardes - SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2000. Monografia (Bacharelado em Geografia) Faculdade de Ciências e Tecnologia, Unesp.

SANTOS, Joelma Cristina dos. *O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente – SP*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2004. (Dissertação de Mestrado)

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: HUCITEC, 1985.

_____. *Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da geografia*. 4ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____ *A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.* São Paulo: EDUSP, 2002.

_____ *Da totalidade ao lugar.* São Paulo: EDUSP, 2005.

SANTOS, Waldery. *Presidente Bernardes: história de sua fundação.* Presidente Prudente: WS Jornalismo e Pesquisa de História, 2001.

SILVEIRA, Fátima Rotundo. *A recriação capitalista do campesinato (Os camponeses na região de Presidente Prudente).* São Paulo, 1990. 249 p. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

SORJ, Bernardo. *Estado e classes sociais na agricultura brasileira.* Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.

_____ *Reforma agrária em tempos de democracia e globalização.* In: Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, 1998. p. 23-40.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da experiência.* São Paulo: DIFEL, 1983.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Pequena história da agricultura no Brasil.* São Paulo: Contexto, 1990.

VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica.* São Paulo: EDUSP/Hucitec, 1991. 219 p. (Estudos Rurais 11).

_____ *O Brasil precisa de uma estratégia de desenvolvimento.* Brasília: Convênio FIPE-IICA (MDA/CNDRS/NEAD), 2001.

WANDERLEY, Maria de Nazareth. B. *Raízes históricas do campesinato brasileiro.* Texto elaborado para Encontro Anual da ANPOCS, 20., Caxambu, outubro de 1996.

ZAMBERLAM, Jurandir; FLORÃO, Santo Reni dos Santos. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta/RS. In: GÖGEN, Frei Sérgio Antônio; STÉDILE, João Pedro (orgs.). *Assentamento: a resposta econômica da reforma agrária.* Petrópolis: VOZES, 1991, p. 11-41.

Anexo - I

Roteiro de entrevista
Técnicos da Extensão Rural do ITESP responsáveis pelos assentamentos do Município de Presidente Bernardes

1. De que forma é realizado os serviços de assistência técnica nos assentamentos rurais do município? São realizados em todos os assentamentos?
2. Há quantos técnicos de extensão rural nos assentamentos do município?
3. Os assentados são responsáveis por alguma parcela do salário dos técnicos de assistência técnica?
4. Que tipo de serviços de extensão é prestado aos assentados do município?
5. Há alguma recomendação técnica quanto ao processo produtivo que o ITESP tenta promover entre os assentados? Qual?
6. Há alguma resistência, por parte dos assentados, quanto a utilização de recomendações técnicas sugeridas por técnicos do ITESP? Por que? Em quais recomendações técnicas há mais resistência entre os assentados?
7. Os assentados do município têm reagido positivamente à assistência técnica fornecida pelo ITESP?
8. Quais os resultados gerados pela assistência técnica nos assentamentos? Têm aumentado a produtividade nas lavouras?
9. Quais as principais tecnologias desenvolvidas e adotadas pelos assentados do município?
10. Quais as principais dificuldades encontradas pelos assentados no que tange à produção?

**Roteiro de entrevista
ITESP - Regional de Presidente Prudente**

1. Como foi realizado o processo de divisão dos lotes no processo de implantação dos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
2. Qual a área dos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
3. Os assentamentos rurais de Presidente Bernardes, com relação à produção e trabalho, são organizados de forma individual, separação por lotes, de forma coletiva?
4. Qual a área média dos lotes e sua forma de utilização em cada assentamento rural de Presidente Bernardes?

| Forma de utilização | Área em hectares | | | | | | | |
|----------------------|------------------|------|----|----|----|----|----|----|
| | AL 1 | AL 2 | RD | PL | QI | SE | SA | SJ |
| lavouras | | | | | | | | |
| pastagens | | | | | | | | |
| Área de reserva | | | | | | | | |
| mata | | | | | | | | |
| reflorestamento | | | | | | | | |
| Área não aproveitada | | | | | | | | |

5. Quantas famílias já saíram dos seus lotes desde a implantação dos assentamentos rurais de Presidente Bernardes? Recebeu pagamento pela terra ou só pela benfeitoria?
6. Qual o motivo que leva a desistência de famílias em continuar no lote?
7. Há energia elétrica instalada em todos os lotes, ou possui lotes que ainda não possuem? Em quais assentamentos? Por que há lotes ainda sem energia elétrica?
8. Quais as condições sanitárias dos lote? E quais as atividades que o ITESP tem realizado com relação ao saneamento básico nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
9. No momento da implantação dos assentamentos, qual era a situação dos solos, com relação à fertilidade, em cada assentamento rural de Presidente Bernardes? E hoje, como está a fertilidade dos solos nos assentamentos?
10. O que o ITESP desenvolveu para melhorar a fertilidade dos solos nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
11. Quais eram as condições iniciais de moradia nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
12. Quais as condições de moradia hoje nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
13. Houve algum programa que incentivou e facilitou a construção de casas para os assentados? Qual? De que maneira, este programa promoveu a melhoria das condições de moradia dos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?

14. Há espaços de lazer e cultura nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes? Quais as atividades desenvolvidas? Onde se localizam? Os assentados freqüentam regularmente estes espaços?
15. Quais as principais lavouras cultivadas nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
16. O crédito para financiamento da produção nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes se restringe a algumas culturas ou não? Quais são?
17. Quais são as principais dificuldades encontradas para a produção e comercialização dos produtos dos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
18. Quais são as principais dificuldades (se houver) encontradas para a reprodução social das famílias assentadas nos assentamentos rurais de Presidente Bernardes?
19. Na sua avaliação, quais os impactos gerados pela implantação dos assentamentos rurais no Município de Presidente Bernardes e localidades vizinhas, tanto no âmbito econômico, social, cultural, político e ambiental

Roteiro de entrevista
Secretária da Agricultura do Município de Presidente Bernardes

1. O Município tem o Conselho de Desenvolvimento Rural? Se sim, como ele é composto?
2. Quando foi criado o Conselho de Desenvolvimento Rural?
3. Quais as competências do Conselho de Desenvolvimento Rural?
4. O Município tem o Plano de Desenvolvimento Rural? Se tem, quais as principais metas e prioridades?
5. O Plano de Desenvolvimento Rural do município contempla os assentamentos rurais?
6. Em que medida o Plano de Desenvolvimento Rural integra os assentamentos rurais para o desenvolvimento do espaço rural do município?
7. Quais medidas a Prefeitura Municipal tem adotado para incentivar a agricultura em geral e, em particular, os assentamentos rurais do município?
8. Quais os incentivos que o Governo Federal ou Estadual tem realizado para dinamizar e fortalecer a agropecuária e, em particular, os assentamentos rurais do município?
9. O senhor vê alguma perspectiva de desenvolvimento da agropecuária no Município?
10. Na sua opinião, a implantação de assentamentos rurais pode propiciar o desenvolvimento da agricultura e do espaço rural do município?
11. Como você analisa a situação atual dos assentamentos rurais no município, em termos de produção, de dificuldades de reprodução social e de perspectivas de desenvolvimento?
12. Quais os impactos e a importância dos assentamentos rurais para a agricultura e o espaço rural do município?

Roteiro de Entrevista
Casa da Agricultura do Município de Presidente Bernardes

1. Os serviços de assistência técnica são municipalizados? Se não, que órgão realiza esses serviços?
2. Como a Casa da Agricultura tem agido no sentido de prestar algum auxílio técnico aos agricultores do Município?
3. A Casa da Agricultura tem realizado assistência técnica nos assentamentos rurais do município?
4. A Casa da Agricultura presta serviços aos assentamentos? Quais tipos de serviços?
5. Os assentados procuram com frequência a Casa da Agricultura para reivindicar algum tipo de serviço?
6. Quais os principais produtos agrícolas produzidos, tanto em termos de valor como de produção, na agropecuária do município nesses últimos anos?
7. Quais os principais produtos produzidos pelos assentados do município?
8. Para onde se destina a produção agrícola dos assentamentos?
9. Para onde se destina a produção de leite dos produtores assentados?
10. Quais os principais locais para onde se destina a produção agrícola do Município?
11. Há alguma atuação de intermediários na comercialização dos produtos agropecuários nos assentamentos do município?
12. Em sua opinião, quais os principais problemas enfrentados pelos assentados? Quais as medidas que a Casa da Agricultura tem tomado para tentar solucionar estes problemas? Você acha que outro órgão poderia atuar junto com a prefeitura para tentar atenuar estes problemas?
13. O município desenvolve algum programa destinado aos assentamentos rurais? Quais são esses programas? Qual área se destina? E quantos produtores estão envolvidos?
14. Na sua avaliação, quais os impactos e a importância da implantação dos assentamentos rurais para a produção agropecuária do município?
15. A produção agropecuária dos assentados tem proporcionado algum tipo de retorno econômico beneficiando assim o município?

Anexo - II

Questionário
Assentamentos rurais do Município de Presidente Bernardes

Nome: _____ Assentamento: _____

Idade: _____

A - ORIGEM E TRAJETÓRIA DE VIDA DOS ASSENTADOS

1. Antes de se fixar no assentamento, o senhor morava: [] no campo, ou [] na cidade. Qual profissão realizava? _____
2. Em qual município o senhor habitava antes vir para o assentamento? _____
3. Em qual município o senhor nasceu? _____
4. O senhor participou de algum movimento social de luta pela terra? [] sim, [] não. Qual? _____
5. Quais os motivos que levaram o senhor a ingressar na luta pela terra? _____
6. Como teve acesso ao lote? [] contemplado pelo Estado, [] compra de terceiros, [] troca, [] outros (Qual? _____).

B - ORGANIZAÇÃO INTERNA DOS ASSENTAMENTOS

I - Infra-estrutura

Moradia

7. O senhor teve acesso ao crédito de instalação? _____ Qual?: [] crédito de fomento, [] crédito alimentação, [] crédito habitação.
8. De qual material é feita sua casa? [] madeira, [] lona, [] bloco, [] mista, [] outros. _____
9. Comparando a situação de moradia atual com as condições anteriores ao assentamento, o senhor considera que: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

Energia elétrica e telefonia

10. Há energia elétrica no seu lote? _____
11. Há telefone de uso comum no assentamento e/ou privado no lote? [] uso comum, [] privado.
12. Com relação às condições de energia elétrica e telefonia, depois de ingressar no assentamento, você considera que: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

Estradas e transporte

13. Quais são as condições das estradas internas ao assentamento? [] ótima, [] boa, [] regular, [] ruim, [] péssima.
14. Há algum tipo de transporte coletivo no assentamento? _____ Que tipo?: [] privado, [] público. Qual frequência? [] várias vezes ao dia, [] uma vez por dia, [] duas a quatro vezes por semana, [] uma vez por semana.
15. Na sua avaliação, as condições de transportes no assentamento, comparando com a situação anterior ao assentamento: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

II - Organização social

Caracterização das famílias

16. Gênero do responsável pelo lote: [] masculino, [] feminino.
17. Estado civil: [] casado, [] solteiro, [] viúvo, [] separado.
18. Quantos filhos possui? _____ E quantos trabalham no lote? _____

Saúde

19. Há agentes de saúde no assentamento? _____ Ele visita periodicamente a sua família?

20. Qual tipo de problema de saúde o senhor e os integrantes da sua família tiveram nos últimos 12 meses? _____
21. Na sua opinião, as condições atuais de saúde da sua família, comparando com a situação anterior ao assentamento: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

Lazer e cultura

22. Quais as atividades de lazer que ocorrem no assentamento?

23. O senhor acha que falta alguma atividade de lazer no assentamento? _____ Qual?

24. Na sua opinião, as condições atuais de lazer e cultura, comparando com a situação anterior ao assentamento: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

Educação

25. O seu filho frequenta a escola? _____ Qual a idade?: [] menor de 7 anos, [] 7 a 10 anos, [] 11 a 14 anos, [] 15 a 18 anos. Que série frequenta? _____ Qual escola ele frequenta?

26. Qual o grau de escolaridade das pessoas com mais de 25 anos que reside no seu lote?

27. Na sua opinião, as condições atuais de educação, comparando com a situação anterior no assentamento: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

III - Organização produtiva

Trabalho

28. O senhor trabalha: [] só no lote, [] no lote e fora, [] só fora. Qual serviço que o senhor realiza fora do lote? _____
29. O senhor contrata pessoas para trabalhar no seu lote? _____ [] só no plantio, [] só na colheita, [] permanentemente, [] eventualmente.

Acesso ao crédito

30. O senhor possui acesso a algum tipo de crédito rural para a produção agropecuária? _____ Qual tipo de crédito? _____ O senhor possui alguma dificuldade para quitar a dívida? _____
31. Antes de ser assentado o senhor já teve acesso há algum tipo de crédito?

38. Quais os principais problemas enfrentados pelo senhor com relação à comercialização da produção?

39. Quais os principais problemas que o senhor encontra com relação à produção?

40. Na sua avaliação, as condições atuais de produção, comparando com a situação anterior ao assentamento: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

Renda

41. Qual foi a sua renda média no ano de 2004 na produção agropecuária: venda dos produtos agrícolas _____, venda de animais, _____, venda de leite _____, venda de ovos _____ venda de produtos beneficiados (doces, queijos, conservas, etc) _____.

42. Qual foi sua renda líquida na produção agropecuária no ano de 2004?

43. Qual o rendimento anual em 2004 com outras fontes de renda?: aposentadoria _____ pensão _____, auxílio alimentação _____, bolsa família _____, ajudas familiares _____ trabalho externo _____ Total _____

44. Você considera que o seu poder de compra depois de se tornar assentado: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

IV - Organização política

45. Participa atualmente de algum movimento social de luta pela terra? _____ Qual? _____

46. Participa de algum sindicato de trabalhadores rurais? _____ Qual? _____

47. Participa atualmente de alguma cooperativa de produtores rurais? _____ Qual? _____

48. Atualmente participa de alguma associação de produtores rurais? _____ Qual? _____ Onde se localiza? _____ Com qual frequência participa das reuniões? _____

49. Na sua opinião, as condições atuais de participação política, comparando com antes do assentamento: [] melhorou, [] não mudou, [] piorou.

C - ARTICULAÇÕES EXTERNAS

I - Âmbito social

50. Possui algum filho que exerce atividade não-agrícola? _____ Qual atividade ele exerce?

51. Possui algum filho que se mudou para a cidade depois que o senhor ingressou no assentamento? _____ Por _____ qual motivo? _____
52. Possui algum integrante da família que trabalha fora do assentamento? _____ No campo _____, na _____ cidade _____
53. Os integrantes de sua família costumam ir a alguma festa, quermesse, baile, evento, etc. na cidade? _____ Quem? _____ Qual cidade? _____
54. Qual cidade você costuma ir para cuidar da saúde? _____
55. Possui algum filho que estuda em alguma cidade? _____ Qual cidade? _____
56. Há algum tipo de transporte coletivo que leva os assentados para alguma cidade vizinha? _____ Qual tipo de transporte? _____ Qual cidade? _____

II - Âmbito econômico

57. Onde o Senhor costuma comprar os insumos para a lavoura? _____
58. Para onde e para quem o senhor costuma vender a produção agropecuária? _____
59. O senhor possui conta em algum banco na cidade? _____ qual cidade? _____
60. Qual cidade o senhor costuma fazer compras? _____
61. Em quais estabelecimentos comerciais o senhor costuma comprar: produtos agropecuários _____, produtos alimentícios _____
62. Os serviços realizados fora do lote se localizam: [] só dentro do assentamento, [] dentro e fora do assentamento, [] só fora do assentamento.
63. Possui algum arrendamento? _____ Que tipo de lavouras você planta no arrendamento? _____ Quantas lavouras você pode cultivar depois que preparou a terra arrendada? _____ Quanto o fazendeiro cobra pela terra arrendada? _____

III - Âmbito político

64. Participa de alguma cooperativa ou associação de produtores rurais que fica fora do assentamento? _____ Qual? _____ Onde se localiza? _____

65. Participa de algum sindicato de trabalhadores rurais ou movimento social que fica fora do assentamento? _____ Qual?
_____ Onde se localiza? _____

D – AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS DOS ASSENTADOS

66. Qual a sua avaliação com relação à política de assentamentos rurais do governo?

67. Na sua avaliação, faltam incentivos públicos com relação à infra-estrutura e a produção agropecuária neste assentamento? O que está faltando na sua opinião para melhorar a situação das famílias assentadas e da produção?

68. Quais as pretensões dos seus filhos com relação ao futuro profissional? Ele pretende: [] dar continuidade à produção no lote do senhor; [] ter um lote em outro assentamento; [] adquirir uma propriedade rural e desenvolver a produção agropecuária; [] ir para a cidade e tentar se inserir no mercado de trabalho urbano.

69. Quais as suas perspectivas com relação ao local de moradia e trabalho? O senhor pretende: [] continuar morando e desenvolvendo a produção agropecuária neste assentamento; [] deixar de ser assentado e trabalhar como assalariado rural; [] deixar de ser assentado e ir para a cidade tentar se inserir no mercado de trabalho urbano.

